



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

AVALIAÇÃO DO POTENCIAL ESTRATÉGICO DE ANGOLA

MÁRCIA AMÉLIA CAMILO CONTREIRAS

Orientador: PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO SILVA RIBEIRO

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ESTRATÉGIA

Lisboa

2012

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

AVALIAÇÃO DO POTENCIAL ESTRATÉGICO DE
ANGOLA

MÁRCIA AMÉLIA CAMILO CONTREIRAS

Orientador: PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO SILVA RIBEIRO

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ESTRATÉGIA

Lisboa

2012

A Deus, minha família e amigos...

Que sempre acreditaram em mim.

O que transforma um país em potência regional ou mundial não é a quantidade ou a qualidade do potencial que tem, mas sim, a forma como vai implementar e tirar proveito deste mesmo potencial

Agradecimentos

Antes de todos os agradecimentos quero agradecer a Deus por ter-me dado força e inspiração para que eu conseguisse levar este trabalho por diante e alcançasse os meus objetivos.

Agradeço ao Professor Doutor Silva Ribeiro, um grande e honroso Professor que me ensinou o significado de estratégia, por me ter despertado o interesse pelos estudos estratégicos, pela confiança depositada em mim, aceitando orientar o meu trabalho e pela paciência e orientação durante a elaboração da dissertação.

Desejo expressar a profunda gratidão ao Instituto Superior de Ciências Sociais e políticas, ao Ministério do Planeamento e Ministério da Agricultura e Pescas, pelos valiosos contributos e oportunidade de frequentar as suas bibliotecas, ao Governo Provincial do Kuanza Sul pelo estágio que tanto me ajudou na análise do funcionamento dos organismos do Estado, do Centro de Estudos Estratégicos de Angola e especialmente do Ministério dos Petróleos, por me ter concedido a bolsa para a realização dos meus estudos.

Ao Dr. Emílio Homem por ter disponibilizado o seu tempo, conhecimento e recursos documentais que contribuíram significativamente para realização deste trabalho.

Agradeço também à minha família, em especial aos meus pais e irmãos, por tudo o que fizeram por mim durante a minha formação e por sempre acreditarem nas minhas capacidades.

Ao Sr. Cornélio Macundo pela ajuda proporcionada e pela sua disponibilidade.

Aos meus amigos que sempre estiveram ao meu lado me dando força, carinho, inspiração e muita paciência, especialmente Cornélio, que se mostrou incansável na ajuda que me concedeu durante a escrita da tese, Zeca pelos conselhos, Nuno, Elisabeth, Madalena, Siomara, Zuri, que estiveram ao meu lado ao longo dos anos que passei em Portugal.

Por fim e não menos importante, quero expressar o meu humilde agradecimento a todos que acreditaram e torceram por mim ao longo da minha formação.

Resumo

O objetivo deste estudo consiste em fazer a avaliação do potencial estratégico de Angola. Sendo Angola um país com elevado potencial em termos de recursos naturais, importa fazer uma avaliação detalhada, assente na aplicação do modelo de estudo apresentado pelo General Cabral Couto, para percebermos o nível de potencial que o país possui e concluirmos qual é a posição estratégica de Angola no contexto regional e mundial. Trata-se de um estudo exploratório, assente num levantamento documental, entrevistas e pesquisas bibliográficas, com a finalidade de apurar as potencialidades e vulnerabilidades existentes no Estado angolano. As fontes a que recorreremos para a investigação do objeto de estudo são documentos e monografias localizadas nos vários Ministérios e algumas instituições do país, jornais locais, canais de televisão angolanos e livros referentes ao assunto. Ao longo do trabalho fazemos a avaliação dos principais fatores latentes, concluindo acerca das suas potencialidades e vulnerabilidades. Os fatores analisados são físico, humano, recursos naturais e comunicações, histórico, económico, sociocultural, científico-tecnológico, político-administrativo e militar. Apesar de Angola possuir potencial que lhe permite se transformar numa potência regional, (recursos naturais, território vasto, organização militar, crescimento da sua economia, coesão social), a deficiência no seu capital humano, o atraso tecnológico, a falta de inovação e a debilidade das suas instituições são obstáculos para a sua ascensão e grandes vulnerabilidades que o país precisa de ultrapassar.

Palavras-chave: Angola; Potencial; Estratégia; Avaliação; Poder Económico; Potência Regional

Abstract

The objective of this study consists in evaluating the strategic potential of Angola. Angola is a country with high potential in terms of natural resources. This study makes a Angolan detailed assessment based on the model presented by General Cabral Couto, in order to identify its strategic position, in the regional and in the global context. This is an exploratory study, based on a documentary survey, interviews and literature searches, in order to ascertain the potential and vulnerabilities of the Angolan State. The sources used to achieve the object of study are documents and papers located in various Ministries and institutions of the country, local newspapers, TV programs and books about the Angolan issue. Throughout the study we evaluate the main latent factors, concluding its strengths and vulnerabilities. Factors to be analyzed are particularly physical, human, natural resources and communications, historical, economic, socio-cultural, scientific-technological, political and administrative, military. Although Angola has a potential to become a regional power (natural resources, vast territory, military organization, growth in the economy, social cohesion), deficiency in its human capital, technological backwardness, lack of innovation and weak institutions are a barrier to its rise and major vulnerabilities that the country needs to overcome.

Keywords: Angola; Potential; Strategy; Evaluation; Economic Power; Regional Power.

Índice

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice	v
Lista de Tabelas, Gráficos e Mapas	xviii
Introdução	2
1. Justificação do tema	2
2. Contexto relativo ao tema	2
3. Objetivos a alcançar com o trabalho	6
4. Questão central e questões derivadas	6
5. Metodologia	7
Capítulo I Conceitos Operacionais	9
1. Conceitos Operacionais	9
1.1 Estratégia	9
1.2 Atores do sistema internacional	10
1.2.1 O Estado	10
1.2.1.1 Elementos do Estado	11
1.2.1.2 Aparelho do poder	12
1.2.1.3 Soberania	12
1.2.1.4 Estatuto	13
1.2.1.5 Estados soberanos	13
1.2.1.6 Estados não soberanos e semi-soberanos	14
1.2.1.7 Fins do Estado	15
1.2.1.8 Funções do Estado	15
1.2.2 As Organizações Internacionais	16
1.2.2.1 Características	17
1.2.2.2 Poderes	19
1.2.2.3 Tomada de decisão	19
1.2.2.4 Tipos de Organizações Internacionais	20
1.2.3 Pessoas coletivas e pessoas singulares	21

1.3 Poder nacional.....	22
1.3.1 Caraterísticas do poder nacional	23
1.3.2 Expressões do poder nacional	24
1.3.3 Avaliação do poder nacional	35
1.3.4 Potencial estratégico	39
1.4 Interação estratégica e tipologia dos processos	41
1.4.1 Caraterísticas	41
1.4.2 Processos de interação estratégica	42
1.4.3 Formas de ação.....	43
Capítulo II Modelo de Análise	50
Modelo de Análise	50
Capítulo III Fatores do Potencial Estratégico	55
1.Fator Físico	55
1.1 Território.....	55
1.1.1 Configuração	55
1.1.2 Extensão.....	56
1.1.3 Posição.....	56
1.1.4 Estrutura física e vegetação	57
1.1.5 Acidentes naturais	59
1.2 Mar.....	59
1.2.1 Configuração	59
1.2.2 Profundidade	60
1.2.3 Navegabilidade.....	60
1.2.4 Pontos críticos	60
1.2.5 Acessibilidade	61
1.3 Ar e Clima.....	61
1.3.1 Temperatura e Humidade	61
1.3.2 Nebulosidade e Precipitação	61
1.3.3 Vento.....	62
1.3.4 Tipo de Clima.....	62
1.4 Conclusões Sectoriais	63
2. Fator Humano	65
2.1 Quantidade	65

2.1.1	Efetivos	65
2.1.2	Distribuição geográfica. Densidade	65
2.1.3	Taxas	67
2.1.4	Migrações	67
2.2	Estrutura	68
2.2.1	Grupos etários. Distribuição por sexos	68
2.2.2	População urbana e rural	69
2.2.3	Habilitações literárias	70
2.2.4	Principais grupos profissionais	70
2.2.5	Grupos étnicos, religiosos e linguísticos	71
2.2.6	Fronteiras étnicas	72
2.3	Características físicas, morais e intelectuais	72
2.3.1	Estado sanitário. Resistência física. Rusticidade	72
2.3.2	Patriotismo. Crenças.	73
2.3.3	Elites. Correntes de opinião	74
2.3.4	Adaptabilidade	75
2.3.5	Coesão social.....	75
2.4	Conclusões Sectoriais.....	76
3.	Fator dos Recursos Naturais e Comunicações	78
3.1	Recursos naturais.....	78
3.1.1	Recursos alimentares	78
3.1.2	Recursos energéticos	79
3.1.3	Outros recursos minerais de interesse estratégico ou económico	80
3.1.4	Outros recursos naturais de interesse estratégico ou económico	80
3.2	Comunicações	82
3.2.1	Comunicações terrestres.....	82
3.2.2	Comunicações marítimas e aquáticas interiores	83
3.2.3	Comunicações aéreas.....	84
3.2.4	Telecomunicações.....	84
3.3	Conclusões Sectoriais	86
4.	Fator Histórico.....	88
4.1	Objetivos históricos e sua evolução.....	88
4.2	Principais guerras e disputas	88

4.3	Linhas de força históricas da política externa	90
4.4	Conclusões sectoriais	91
5.	Fator Economico	93
5.1	Caraterísticas gerais	93
5.1.1	Bases constitucionais da organização económica. O papel do Estado	93
5.1.2	Principais indicadores.....	93
5.1.3	Importância e significado da propriedade dos meios de produção, dos solos e dos recursos naturais na atividade económica	95
5.1.4	Principais relações com a economia mundial e com as economias regionais	96
5.1.5	Dinâmica económica.....	97
5.1.6	Polos de desenvolvimento e assimetrias regionais.....	99
5.1.7	Política governamental: grandes objetivos e perspectivas de consecução	100
5.2	Sector Primário.....	101
5.2.1	Produção	101
5.2.2	Autossuficiência.....	104
5.2.3	Rendimento.....	105
5.2.4	Política governamental: principais objetivos e perspectivas de consecução	105
5.3	Sector secundário	106
5.3.1	Matérias-primas.....	106
5.3.3	Energia	108
5.4	Setor terciário	112
5.4.1	Comércio.....	112
5.4.2	Bancos.....	113
5.4.3	Transportes e telecomunicações	114
5.4.4	Outras atividades.....	116
5.4.5	Relações do setor terciário com os setores primário e secundário	116
5.4.6	Rendimento.....	117
5.5	Organização financeira	117
5.5.1	Caraterísticas gerais do sistema fiscal	117
5.5.2	Orçamento do Estado	118
5.5.3	Balança de Pagamentos	119
5.5.4	Dívida pública e externa.....	119
5.5.5	Capitais disponíveis e possibilidades de mobilização.....	120

5.5.6 Financiamentos externos	120
5.5.7 Acordos e compromissos com organismos internacionais	121
5.5.8 Política governamental: principais objetivos e perspectivas de consecução	121
5.6 População ativa	122
5.6.1 Recursos humanos.....	122
5.6.2 Afetação dos recursos. Mobilidade. Transferência. Reciclagem. Influência da legislação.....	122
5.7 Coordenação geral da economia	123
5.7.1 Papel do Estado	123
5.7.2 Principais organismos e suas atribuições	123
5.7.3 Planos de fomento e equivalentes	124
5.8 Conclusões sectoriais.....	125
6. Fator Sociocultural	127
6.1 Estrutura social.....	127
6.1.1 Principais grupos sociais	127
6.1.2 Associativismo	127
6.2 Religião.....	128
6.2.1 Principais credos religiosos.....	128
6.2.2 O papel da igreja na sociedade	128
6.2.3 Hierarquia de valores pela influência religiosa	130
6.3 Educação.....	130
6.3.1 Características principais do sistema educativo	130
6.3.2 Dinâmica educacional.....	132
6.3.3 Associações culturais e estudantis.....	133
6.3.4 Política governamental: principais objetivos e perspectivas de consecução	134
6.4 Saúde.....	134
6.4.1 Principais indicadores sanitários	134
6.4.2 Cobertura sanitária.....	135
6.4.3 Organização geral do sistema de saúde.....	136
6.4.4 Abastecimento sanitário	137
6.4.5 Política governamental: principais objetivos e perspectivas de consecução	138
6.5 Segurança e bem-estar social	138
6.5.1 Principais indicadores relativos ao nível de vida e de bem-estar.....	138

6.5.2	Caraterísticas principais do sistema de segurança social	138
6.5.3	Organizações e serviços públicos e particulares de assistência social ou humanitária	139
6.5.4	Principais problemas sociais	139
6.5.5	Política governamental: principais objetivos e perspetivas de consecução	140
6.6	Trabalho	140
6.6.1	Condições de trabalho. Direitos e garantias. Principais aspetos da legislação laboral	140
6.6.2	Planeamento e controlo. Desemprego. Absentismo	141
6.6.3	Organizações sindicais e patronais	142
6.6.4	Relações trabalhadores-patronato	143
6.6.5	Política governamental: principais objetivos e perspetivas de consecução	143
6.7	Comunicação social	144
6.7.1	Bases legais fundamentais. Papel e capacidade do Estado	144
6.7.2	Caraterísticas principais dos meios de comunicação de massa	144
6.7.3	Penetração de meios de comunicação de massa estrangeiros	145
6.7.4	Agências noticiosas.....	145
6.7.5	Política governamental: principais objetivos e perspetivas de consecução	146
6.8	Comportamento/Atitude da população	147
6.8.1	Caraterísticas etnográficas	147
6.8.2	Atitudes em relação ao estrangeiro.....	151
6.8.3	Tensões sociais.....	151
6.9	Conclusões sectoriais.....	151
7.	Fator Científico-Tecnológico	154
7.1	Papel do Estado	154
7.2	Principais organismos de investigação	154
7.3	Política governamental: principais objetivos e perspetivas de consecução.....	155
7.4	Conclusões sectoriais.....	155
8.	Fator Político-Administrativo	156
8.1	Sistema político	156
8.1.1	Bases constitucionais	156
8.1.2	Organização geral do poder.....	157
8.1.3	Principais diretrizes constitucionais sobre direitos e garantias dos cidadãos e sobre a organização económica, social e militar.....	158

8.2 Organização político-administrativa.....	159
8.2.1 Linhas gerais da divisão político-administrativa.....	159
8.2.2 Sistemas regionais.....	160
8.2.3 Órgãos principais e funções de relevo no âmbito da defesa nacional, ordem pública, segurança interna e proteção civil	160
8.2.4 Eficiência e prestígio da administração pública	161
8.3 Sistema judicial	162
8.3.1 Princípios fundamentais	162
8.3.2 Organização geral e principais atribuições dos órgãos	162
8.3.3 Sistema penal.....	163
8.3.4 Incidências principais do sistema judicial nas possibilidades de ação antiterrorismo, anti-sabotagem, contraespionagem, controlo de estrangeiros, contrabando, etc.....	164
8.4 Organização geral da defesa nacional	165
8.4.1 Princípios fundamentais e bases gerais	165
8.4.2 Órgãos principais e funções	165
8.4.3 Organização territorial e responsabilidades a nível local e regional	166
8.4.4 Sistemas de informação e contrainformação	167
8.4.5 Sistemas de alerta.....	167
8.4.6 Requisição e mobilização civil	168
8.4.7 Proteção e defesa civil	168
8.4.8 Reservas estratégicas	169
8.4.9 Relações com sistemas de aliados ou amigos	169
8.5 Ordem pública e segurança interna.....	170
8.5.1 Sistemas policiais e de segurança	170
8.5.2 Forças de segurança	170
8.5.3 Controlo de estrangeiros.....	171
8.5.4 Apreciação geral da situação da ordem pública e da segurança interna.....	171
8.6 Dinâmica política.....	172
8.6.1 Aspetos fundamentais do sistema	172
8.6.2 Partidos políticos.....	172
8.6.3 Procedimentos eleitorais.....	173
8.6.4 Grupos de pressão	174
8.6.5 Influências externas	174

8.6.6 Estabilidade e principais tensões políticas	174
8.7 Política interna	175
8.7.1 Posição do governo em relação aos problemas internos	175
8.7.2 Diretrizes gerais da política interna com interesse estratégico	175
8.7.3 Apoios e principais críticas à política interna governamental	176
8.8 Política externa	176
8.8.1 Posição do governo em relação aos principais problemas internacionais de natureza mundial e regional	176
8.8.2 Diretrizes gerais da política de defesa	177
8.8.3 Diretrizes gerais da política externa	178
8.8.5 Apoio internacional.....	180
8.9 Conclusões sectoriais	180
9.Fator Militar	183
9.1 Bases institucionais	183
9.1.1 Das forças armadas	183
9.1.2 Serviço militar	183
9.1.3 Relações das forças armadas com o poder político	183
9.2 Características gerais do serviço militar	184
9.3 Missões gerais	185
9.3.1 Forças Armadas	185
9.3.2 Ramos	185
9.4 Organização	186
9.5 Meios.....	186
9.6 Sistemas operacionais permanentes	187
9.7 Sistema de recrutamento	187
9.8 Sistema de convocação e de mobilização militar	188
9.9 Logística: Estabelecimentos fabris, Manutenção e Depósitos.....	188
9.9.1 Capacidade de apoio e de sustentação do sistema logístico	189
9.10 Meios financeiros afetados às forças armadas	189
9.11 Mobilidade estratégica.....	189
9.12 Acordos e alianças militares.....	189
9.13 Relações com as forças de segurança. Apoio às autoridades civis. Prestígio das forças armadas	190
9.14 Conclusões sectoriais	190

Capítulo IV Conclusão	191
Conclusões gerais	191
Apêndice	199
Bibliografia	200
ANEXOS	211

Lista de Abreviaturas

AAT – Associação Angolana de Teatro

AIE – Agência Internacional de Energia

Angoil - Companhia de petróleo de Angola

Angop – Angola Press

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

BCLME - Benguela Current Large Marine Ecosystem

BES - Banco Espírito Santo

BJLA – Brigada Jovem da Literatura Angolana

BNA - Banco Nacional de Angola

BP – British Petroleum

BPI - Banco Português de Investimento

CECAF - Fishery Committee for the Eastern Central Atlantic

CEEA – Centro de Estudos Estratégicos de Angola

CEEAC – Comunidade Económica dos Estados da África Central

CIA – Central Intelligence Agency

CNCS - Conselho Nacional de Comunicação Social

CPLP - Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa

CRA – Constituição da República de Angola

CTSFA – Centro de Treino e Sobrevivência da Força Aérea

Diamang - Companhia de Diamantes de Angola

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

EDEL - Empresa de Distribuição de Eletricidade

Endiama – Empresa Nacional de Diamantes de Angola

ENE - Empresa Nacional de Eletricidade

EUA - Estados Unidos da América

FAA – Forças Armadas Angolanas

FAO – Food and Agriculture Organization

FALA – Forças Armadas de Libertação de Angola

FANA – Força Aérea Nacional Angolana

FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FDES – Fundo de Desenvolvimento Económico e Social

FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

GCLME - Guinea Current Large Marine Ecosystem

GURN – Governo de Unidade e Reconciliação Nacional

GW - Gigawatt

ICCAT - International Commission for the Conservation of Atlantic Tunas

IDF – Instituto do Desenvolvimento Florestal

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INEA – Instituto de Estradas de Angola

MGA – Marinha de Guerra Angolana

MINARS – Ministério da Assistência e Reinserção Social

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

MW – Megawatt

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)

NBQ – Nuclear Biológica e Química

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

OEA – Organização dos Estados Americanos

OGE – Orçamento Geral do Estado

OI – Organizações Internacionais

OIG – Organização Intergovernamental

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OSCE - Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa

PAM - Programa Alimentar Mundial

Petrofina - Compagnie Financière Belge des Pétroles

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRESILD – Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População

PRS – Partido de Renovação Social

RNA – Rádio Nacional de Angola

SADC - Southern African Development Community

SEAFO - Southeast Atlantic Fisheries Organization

SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

SIE – Serviço de Inteligência Externa

SIM – Serviço de Inteligência Militar

SINSE – Serviço de Inteligência e Segurança do Estado

SME – Serviço de Migração e Estrangeiros

SNPCB – Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros

Sonangol – Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola

TAAG – Transportes Aéreos Angolanos

TAP – Transportes Aéreos Portugueses

TPA – Televisão Pública de Angola

UA – União Africana

UE – União Europeia

UEA – União dos Escritores Angolanos

UNAC – União Nacional de Artistas e Compositores

UNAP – União Nacional de Artistas Plásticos

UNEP – United Nations Environment Programme

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

UPA - União dos Povos Angolanos

USAID – United States Agency for International Development

USD - Dólar Americano

VIH – Vírus da Imunodeficiência Humana

VMS – Vessel Monitoring System

Lista de Tabelas, Gráficos e Mapas

Tabelas

Tabela 1 -Processos de interação estratégica: conjuntivos e disjuntivos.....	45
Tabela 2. Fatores do potencial estratégico e seus parâmetros	52
Tabela 3. Número de utilizadores de serviço telefónico fixo e móvel	85
Tabela 4. Angola e SADC (2007)	96
Tabela 5. Previsão de ponta máxima 2002-2016 (MW).....	111
Tabela 6. Balança de pagamentos (milhões de USD) 2006-2008	119
Tabela 7. Características etnográficas da população angolana	148

Gráficos

Gráfico 1: Distribuição da população por províncias (2008)	66
Gráfico 2: Distribuição da população por grupo etário e por sexo (2008).....	69
Gráfico 3: Valor do PIB Real de Angola (%).....	99
Gráfico 4: Dinâmica do crescimento económico (2010).....	99
Gráfico 5. Distribuição sectorial do PIB (2011).....	117

Mapas

Mapa 1. Grupos Étnicos de Angola.....	211
Mapa 2. Mapa dos Recursos Naturais	212
Mapa 3. Mapa das Bacias Hidrográficas	213
Mapa 4. Mapa das Especiarias Agrícolas por Regiões.....	214

Introdução

1. Justificação do tema

A escolha do tema “Avaliação do Potencial Estratégico de Angola” surgiu da curiosidade de analisar e conhecer as potencialidades do Estado Angolano e o seu papel como possível potência regional de África. Decidi realizar um estudo que possa contribuir, a partir das informações escritas existentes sobre o país, para um esclarecimento mais detalhado, sobre as potencialidades a aproveitar ou explorar as vulnerabilidades a superar. Este estudo vem contribuir para o enriquecimento dos estudos científicos realizados sobre Angola, uma vez que sou angolana e me preocupa muito não haver investigações mais aprofundadas e abrangentes que analisem e ajudem a compreender o paradoxo de um país como Angola, que possui tanto potencial, mas que as suas vulnerabilidades o impedem de se tornar uma potência regional.

Esta investigação permitirá compreender a importância de conhecermos os fatores que contribuem para as potencialidades e para as vulnerabilidades do país, e ainda a grande importância da avaliação do potencial estratégico para as decisões tomadas por um Estado.

2. Contexto relativo ao tema

O nome de Angola deriva da palavra bantu *N'gola*, que por sua vez deriva da palavra *Ngola*, que na língua quimbundo significa “força”. Este nome dava-se aos governantes do antigo reino do Ndongo nos séculos XIV a XVII. Nos seus documentos oficiais, os portugueses começaram por designar o território como “terras do Ngola”, a seguir como “terra d’Angola” e por fim apenas “Angola”. O reino de Angola nasceu da fusão dos reinos de Ndongo e Matamba, que eram independentes e prestavam vassalagem ao reino do Congo. Mas no século XVI com a chegada dos portugueses, deu-se início à decadência do reino do Congo, que primeiramente foi aliado da potência colonizadora, mas devido às influências europeias nos povos Bantus, surgiu o conflito, que os portugueses ganharam, passando o reino de Angola para Portugal em 1575 (Xinguila, 2006).

O trabalho irá se debruçar sobre a avaliação do potencial estratégico angolano, onde iremos fazer um estudo detalhado dos nove fatores do potencial estratégico, com o fim de

verificarmos se o país se apresenta como uma zona de potencial estratégico, ou seja, se tem potencial para concretizar os seus objetivos estratégicos nacionais.

Efetivamente, o país tem potencial em vários setores, mas este potencial precisa de ser usado da melhor maneira possível, a fim de ultrapassar as vulnerabilidades e fortalecer ainda mais as potencialidades.

O primeiro fator a ser estudado será o fator físico - analisaremos a composição do território, a estruturação das suas fronteiras e a sua extensão. Angola é o quinto maior país da África Subsaariana, tem uma área de 1.246,700 km² e apresenta a forma de um quadrado, com uma saliência a leste e uma depressão na costa atlântica. Estudaremos também o tipo de vegetação, as características do mar e o tipo de clima (Mirex, 2002).

O segundo fator a ser estudado será o humano - segundo a estimativa de 2009 do Banco Mundial, o país tem aproximadamente uma população total de 18.5 milhões de habitantes, tendo a sua pirâmide etária a forma de um triângulo, pois a maioria da população se concentra nos indivíduos com idades entre os 0-5 anos. A análise da sua distribuição geográfica indica que uma grande parte da população se encontra na província de Luanda. Analisaremos as taxas de natalidade, mortalidade, crescimento, as migrações, as fronteiras étnicas, as elites e a religião (The World Bank, 2011).

O terceiro fator a ser estudado será o dos recursos naturais e comunicações - Angola dispõe de importantes reservas de petróleo, diamantes, gás natural, ferro, cobre e ouro. O petróleo contribui fortemente para o Produto Interno Bruto (PIB), e a sua exploração está distribuída nas três principais bacias costeiras, que são as bacias do Congo, do Kwanza e do Namibe. Tem-se ainda verificado novas descobertas de poços de petróleo pelo país, o que transforma Angola num produtor do mesmo nível da Nigéria. Atualmente o petróleo representa 95% das exportações, sendo responsável por 79,5% das receitas fiscais. Já o diamante se apresenta como o segundo produto mais exportado por Angola, estando as reservas localizadas no nordeste do país. No que se refere às comunicações, temos as comunicações terrestres que ainda não se encontram totalmente em boas condições de uso, mas estão a ser reabilitadas e modernizadas a fim de permitir a locomoção por qualquer parte do país, e temos ainda as telecomunicações que se têm desenvolvido muito nos últimos anos com a introdução da rede móvel e da internet (Ministério do Planeamento, 2009).

O quarto fator a ser estudado é o fator histórico - daremos o principal enfoque à história da guerra civil angolana, que durou 27 anos e foi um conflito violento e fratricida que

teve consequências no enfraquecimento das instituições dos diferentes níveis da sociedade, impedindo o governo de agir em todo o território para manter a segurança e o bem-estar de todos os cidadãos e materializar os objetivos estratégicos traçados pela política.

Quanto ao quinto fator, que é o económico, o país apresenta um elevado e diversificado potencial económico, que tem despertado a atenção de muitos empresários nacionais e internacionais, tendo sido considerado como a sétima melhor economia do continente africano e que, em 2007, foi designada como a economia que mais cresce em África (Rocha C. A., 2009). Apesar da crise económica mundial, Angola apresenta um crescimento considerável e um mercado potencialmente atrativo devido à carência verificada após longos anos de guerra civil. Os 1500 km da sua costa marítima sem acidentes orográficos favorecem uma importante atividade pesqueira. O setor agrícola tem um excelente potencial devido à fertilidade do solo que facilita a implementação de diversas culturas agrícolas (Página Oficial da República de Angola), mas ainda a ser apoiada, com o regresso de alguns deslocados de guerra às áreas de cultivo e com as novas políticas implementadas pelo governo. Este setor não pode ser descartado, pois tem um papel preponderante na economia. O país tem apostado no desenvolvimento do setor terciário, investindo no sistema bancário, nos transportes e no turismo. Apesar de o país ter alcançado boas receitas provenientes do diamante e do petróleo, nos últimos anos enfrenta dificuldades económicas, devido à crise económica mundial, a qual tem como consequência a diminuição da exportação daqueles produtos, o que tem afetado gravemente a sua balança de pagamentos (International Monetary Fund, 2009). A sustentabilidade da economia angolana apresenta uma forte dependência em relação ao petróleo e ao diamante, o que poderá colocar o país numa situação fragilizada porque é dependente das variações do preço mundial desses produtos. Em relação ao fator sociocultural que será o sexto a ser estudado, abordar-se-á a estrutura social, a religião, a educação, a saúde, a segurança e o bem-estar social, e o trabalho, áreas em lenta recuperação, após os longos anos de guerra civil.

Quanto ao fator científico-tecnológico, importa frisar o papel do Estado no incentivo à tecnologia e ciência, com a criação de organismos de investigação e implementação de políticas governamentais.

O fator político-administrativo exige o estudo do sistema político - após 27 anos de guerra civil (1975-2002), o país beneficiou das primeiras eleições legislativas em 2008, mantendo o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) 81% dos votos. Só então Angola recebeu uma nova constituição que se adequa melhor à realidade do país, mudando o

sistema de governo de semipresidencialista para parlamentarista-presidencialista, fortalecendo deste modo o papel do Presidente da República. Analisar-se-á também a política externa, a defesa nacional, a ordem pública e segurança interna, a dinâmica política do país, o sistema penal, jurídico, a ordem interna e o sistema eleitoral.

Por fim, o nono e último fator a ser analisado será o fator militar - Angola se apresenta melhor preparada militarmente do que os seus vizinhos, as suas forças armadas estão divididas em três componentes que são o exército, a marinha de guerra e a força aérea nacional angolana. No entanto, no decorrer da guerra civil, o governo não desenvolveu a sua marinha, deixando as forças armadas um pouco desequilibradas. Analisaremos a estrutura das forças armadas, as características do serviço militar, os meios, a logística, a mobilidade estratégica, os acordos e alianças militares e o prestígio das forças armadas angolanas.

Angola passou por momentos conturbados devido à guerra civil, que levou à estagnação do desenvolvimento socioeconómico e ao elevado número de deslocados de guerra. Após quase 40 anos de guerra – 27 de guerra civil e 12 de guerra anticolonial (1962-1974) -, Angola ainda não recuperou totalmente do atraso e estragos que o conflito causou, precisando de apostar no fortalecimento dos recursos humanos e no desenvolvimento das suas infraestruturas, principalmente a nível da educação e saúde, áreas em que o país se encontra totalmente debilitado. Mas Angola possui riquezas em recursos naturais, terras aráveis e férteis e recursos marítimos inexplorados e detém a segunda maior reserva de petróleo e gás da África Subsaariana.

O país dispõe de variados recursos nos diferentes setores de atividade, principalmente no setor primário - na agricultura é rico em cereais, raízes e tubérculos, leguminosas, oleaginosas, etc., na pesca apresenta uma variedade de peixes, crustáceos e moluscos, na silvicultura possui diferentes tipos de madeira. Nos últimos anos o país tem apresentado um crescimento económico considerável, que tem permitido reconstruir as infraestruturas básicas, melhorar as acessibilidades e facilitar a vida dos cidadãos. As receitas do setor não petrolífero também têm apresentado melhorias, hoje já atingem 42% do PIB. Apesar da riqueza, Angola ainda se debate com a problemática da extrema pobreza que assola a população, pois uma grande parte vive com menos de 2 dólares americanos por dia (Rita & Vieira, 2008).

Angola é um dos países mais extensos da África Subsaariana, com uma posição geopolítica favorável e condições também favoráveis para ser considerado como uma zona de potencial estratégico. Os recursos naturais são um ponto de partida para o desenvolvimento,

mas o país ainda não tem um desenvolvimento considerável, quando comparado com os países ditos desenvolvidos.

3. Objetivos a alcançar com o trabalho

Esta investigação vem contribuir para o enriquecimento da investigação científica em Angola na área da estratégia e permite um maior conhecimento das potencialidades e vulnerabilidades do país, podendo contribuir para se traçar novas estratégias que visam aproveitar as oportunidades e colmatar as vulnerabilidades. Os objetivos a alcançar com o trabalho são os seguintes:

- ❖ Identificar as potencialidades e vulnerabilidades de Angola, verificando em que medida os meios materiais¹ e morais² disponíveis podem garantir o seu sucesso estratégico;
- ❖ Identificar os fatores que possam garantir a Angola a posição de potência regional;
- ❖ Verificar de que forma as potencialidades de Angola são usadas para colmatar as suas vulnerabilidades.

4. Questão central e questões derivadas

Para serem alcançados os objetivos propostos, importa formularmos seguinte questão central:

- **Quais são as potencialidades e vulnerabilidades existentes em Angola e de que forma as potencialidades são aproveitadas e as vulnerabilidades ultrapassadas?**

Depois de formular a questão central importa também formularmos as questões derivadas:

- Em que medida os meios que Angola possui podem contribuir para a materialização dos seus objetivos?
- Quais as áreas em que Angola necessita de investir, a fim de materializar os seus objetivos?

¹ Os meios materiais são meios que exprimem valores concretos, como os recursos humanos, económicos e financeiros, quantidade de armamento, efetivos militares, o meio físico, etc.

² Os meios morais são os que exprimem valores abstratos, como a capacidade de organização e de realização, a qualidade dos chefes civis ou militares, o patriotismo, a capacidade de sacrifício e de adaptação, a consciência que a população e o seu governo têm das possibilidades das suas forças materiais, etc.

5. Metodologia

A metodologia é um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva de conhecimento, de uma maneira sistemática (Rodrigues, 2007). A investigação que se irá realizar neste estudo é do tipo descritivo e segundo o Professor Doutor Carlos Diogo Moreira, procura dar a conhecer como é a realidade social, de um modo pormenorizado, aproximando-se do estabelecimento de relações entre os fenómenos e as características dessa realidade (Moreira C. D., 2007, p. 89).

Para fazer o estudo da avaliação do potencial estratégico é necessário recorrermos a multidisciplinariedade, em que nos é pertinente a perspetiva de diversas disciplinas como a ciência política, história, sociologia, antropologia, geografia, etc.

Para tal ir-se-á recorrer a pesquisa bibliográfica que permitirá avaliar e explorar o que já foi escrito anteriormente sobre o potencial estratégico de Angola, a fim de contribuir para a melhor compreensão do objeto de estudo. Ao elaborar a avaliação do potencial estratégico de um ator, deparamo-nos com inúmeras complexidades, devido ao seu grau de desenvolvimento, pois estes estudos não devem ser enciclopédicos, é preciso separar o essencial do secundário, os caracterizadores de quantidade, qualidade e da eficiência do funcionamento, pois nem todos os caracterizadores são aplicáveis aos elementos do modelo da avaliação do potencial estratégico. Deparamo-nos ainda com a impenetrabilidade dos elementos a analisar, nem sempre conseguimos ter ao nosso alcance material necessário para fazer a avaliação potencial e também tem o facto de o potencial estratégico não ser estático, está sempre em mutação (Ribeiro, 2010).

Devido à natureza teórica do objeto de estudo, recorreu-se ao método qualitativo, usando o estudo exploratório e a análise documental, em que recorremos a uma série de informações, nomeadamente através de revistas científicas, relatos históricos, artigos, documentos oficiais, teses e dissertações. Realizámos algumas entrevistas a entidades que estão ligadas ao tema. Estas fontes serão a base de apoio para a investigação, pois esses documentos são a principal fonte de informação para este tipo de estudo, contribuindo assim direta ou indiretamente na recolha de informações para a realização do objeto de estudo (Moreira C. D., 1994, p. 28). Também não poderemos deixar de ter atenção ao facto de nem todas as fontes serem válidas ou de confiança, e a escassez de documentos escritos, pois no

caso de Angola só nos últimos anos se tem documentado e realizado estudos sobre a realidade do país - há insuficiência de informações fidedignas sobre dados dos anos passados. Para ultrapassar estes constrangimentos, é necessário nos basearmos nas fontes primárias em detrimento das fontes secundárias, mas não significa que serão dispensadas. Quando relevante, recorreremos ao método quantitativo, pois um modelo misto contribuirá positivamente para o tratamento dos dados.

Quanto às limitações, houve várias dificuldades, uma vez que a elaboração da dissertação foi feita em Angola, onde há carência de livros, tanto na biblioteca nacional, como nas municipais, e onde as informações são contraditórias, o que nos leva a concluir que são frágeis e de fraca objetividade. Também houve bloqueio e secretismo na divulgação das informações por parte de algumas entidades que entrevistei, pois nem toda a informação em Angola pode ser partilhada. Outro constrangimento foi a falta de capital financeiro, pois o valor dos livros em Angola é elevado.

A presente dissertação está dividida pela introdução e por quatro capítulos. Na introdução fazemos a justificação da escolha do tema e fazemos uma breve abordagem do objeto de estudo, da metodologia utilizada e dos constrangimentos encontrados. No primeiro capítulo definimos os conceitos operacionais de estratégia, atores do sistema internacional, poder nacional e interacção estratégica. O segundo capítulo é preenchido com o modelo de análise que utilizámos e os trabalhos realizados neste âmbito. Quanto ao terceiro capítulo, será feita a avaliação dos nove fatores do potencial estratégico de Angola (físico, humano, recursos naturais e comunicações, histórico, económico, sociocultural, científico-tecnológico, político-administrativo, e militar), e apresentamos conclusões sectoriais. Por fim, no quarto capítulo apresentamos as conclusões gerais, e abrimos espaço para novas investigações sobre o tema.

Capítulo I Conceitos Operacionais

1. Conceitos Operacionais

1.1 Estratégia

A palavra *estratégia* tem a sua origem na palavra grega *stratègia*, que significa comando de exército. *Stratègia* deriva das palavras *stratos* (exército) e *ago* (liderança), e acredita-se que os primeiros escritos sobre estratégia apareceram em *A Arte da Guerra* de Sun Tzu no ano 500 a.C. (Reis, 2000, p. 15).

Encontrar uma definição para o conceito de estratégia é uma tarefa complexa, visto que existe uma variedade de autores e cada um tem a sua aceção. Neste sentido vamos ver algumas definições do conceito de estratégia.

Primeiramente, apresentamos a definição do historiador e estratega inglês Liddell Hart, que define “a grande estratégia como a arte de coordenar e dirigir todos os recursos de uma nação ou de um grupo de nações para a consecução do objetivo político, visado com a guerra, que é definido pela política” (Beaufre, 1963, p. 16).

Já o Professor Doutor Silva Ribeiro define a estratégia como a “ciência e a arte de edificar, dispor e empregar meios de coação num dado meio e tempo, para se materializarem objetivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo” (Ribeiro A. S., 2009, p. 22).

O General Abel Couto define a estratégia como a “ciência e a arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem os objetivos políticos que suscitam, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política” (Couto, 1988, p. 209).

O autor Virgílio de Carvalho defende que a estratégia está ligada à mobilização dos recursos para a realização dos objetivos numa situação adversa, e está subordinada à política que define os objetivos estratégicos a realizar (Carvalho, 1986, p. 11).

Das definições apresentadas podemos concluir que a estratégia é a arte de despender os meios disponíveis num meio e tempo, para obter vantagens sobre o adversário, com a finalidade de alcançar os objetivos políticos e económicos. A estratégia na sua génese como

ciência estava inicialmente ligada à arte militar, mas hoje abrange quase todas as áreas, desde a política, à económica e à diplomática, até a vida privada dos indivíduos. Neste trabalho importa conhecer quais as estratégias implementadas pelo Estado angolano para superar as suas vulnerabilidades e estimular as suas potencialidades, a fim de atingir os seus objetivos fixados pela política, combinando os meios materiais com os meios morais disponíveis.

1.2 Atores do sistema internacional

No sistema internacional encontramos atores que se relacionam a nível político, económico e social com o objetivo de satisfazerem os seus interesses nacionais. Mas no nosso trabalho importa analisar os atores propostos pelo autor Jean Touscoz, que são o Estado e as organizações internacionais; pessoas coletivas não estaduais; e pessoas singulares. Segundo Couto, o sistema político internacional é um conjunto de centros independentes de decisões políticas que interatuam com uma certa frequência e regularidade (Couto, 1988, p. 19).

Depois de identificarmos os atores das relações internacionais, podemos defini-los como “todos os indivíduos ou entidades coletivas que participam na sociedade internacional e que possuem objetivos e/ou interesses comuns” (Ribeiro, 2010, 2ª aula). Estes atores têm a capacidade de se influenciar mutuamente de forma a obterem vantagens estratégicas num sistema heterogéneo em que reina a lei do mais forte, ou seja, quem tem mais poder é quem manda.

1.2.1 O Estado

O Estado é considerado como o principal ator das relações internacionais, estabelece relações bilaterais e multilaterais com outros atores no âmbito político, económico, social, militar e cultural. Foi Maquiavel (1469-1527) que no seu livro *O Príncipe* usou pela primeira vez a palavra tal como a usamos hoje.

O Estado moderno com leis e instituições democráticas, e capaz de satisfazer as necessidades dos cidadãos só existe há cerca de quinhentos anos. Existem várias definições de Estado, mas optamos pela de Lara, que define o Estado como “todo conjunto de nacionais fixado num dado território, onde existe uma autoridade soberana que tem a missão de assegurar a satisfação das necessidades coletivas, gerais e abstratas, de justiça, segurança e bem-estar material e espiritual” (Lara, 2011, p. 221).

Desta definição podemos dizer que o Estado foi organizado para satisfazer os interesses do povo, que, pelo contrato social, abdicou, em liberdade e consciência, do seu poder inerente e entregou-o a uma organização com capacidade de o gerir, a quem o povo deve lealdade e obediência (Maltez, 2007). Existem três elementos que constituem o Estado, e são nomeadamente o povo, o território e o poder político (Maltez, 2007).

1.2.1.1 Elementos do Estado

O povo é elemento humano do Estado, e não se pode formar um Estado sem um povo.

Cícero define o povo como “uma multidão unida pelo consenso do direito e pela utilidade comum” (Maltez, 2007). Já o Professor Marcelo Caetano define-o como “o conjunto de indivíduos que para a realização de interesses comuns, se constitui em comunidade política, sob a égide de leis próprias e a direção de um mesmo poder”. Este povo unido pela vontade não pode ser confundido com nação e muito menos com população - o povo é o cidadão de um Estado, pelo qual, possui a nacionalidade, que pode ser adquirida de diversas formas, dependendo de cada Estado.

O território é o elemento físico, geográfico e estático do Estado, onde o povo se instala e organiza a sua vida tendo em conta os recursos favoráveis para a sua sobrevivência (Lara, 2011).

O território é um elemento importante para o Estado, pois é onde este exerce o seu poder soberano, não podendo a organização política ser concebida sem um território. Por este motivo, os homens têm lutado para manter e proteger o seu território da ambição dos vizinhos que pretendem alargar as suas fronteiras e obter influência hegemónica sobre os seus parceiros.

O território de um Estado é constituído pelo espaço aquático, que inclui o mar territorial, os lagos e os rios, o solo, subsolo e os recursos naturais que aí estiverem; o espaço terrestre, que tem a mesma constituição que o aquático, e o espaço aéreo, que se mede verticalmente e é definido por uma série de acordos entre os organismos internacionais (Lara, 2011).

O território limita a atuação do poder do Estado, através de fronteiras naturais ou delimitadas pelos homens, através de acordos. Não pode haver dois Estados com jurisdição

sobre um só território, mas é aceitável a existência de dois ou mais territórios sob a jurisdição de um só Estado.

1.2.1.2 Aparelho do poder

Para que o Estado exerça a sua autoridade, é necessário que tenha poder sobre os seus subordinados. No interior do Estado encontramos outros poderes independentes, que pelo seu peso na sociedade, podem influenciar as decisões do próprio Estado. No entanto, o poder político pertence somente ao Estado e é o seu alicerce, permitindo-lhe tornar possível a satisfação dos interesses sociais.

Lara define “o poder como o conjunto de meios capazes de coagir os outros a um determinado comportamento” (Lara, 2011). Assim podemos concluir que o poder político é um fator que usa os recursos que possui para persuadir e agregar outros poderes no seio de uma relação.

O Estado é a manifestação desse poder político que é realizado pelos aparelhos do poder que conduzem a administração pública, visando a satisfação das necessidades e interesses do cidadão, e onde podemos encontrar o poder real do Estado. Neste aparelho, destacam-se os poderes militar, policial, judicial, instituições regionais e locais e a burocracia administrativa (Maltez, 2007). Para Marx o Estado é o modo como a classe dominante faz uso do aparelho do poder para exercer a sua força coerciva no sentido de perpetuar as relações de produção e exploração; este aparelho é composto pelo exército, a polícia, os tribunais, a igreja, a religião, a moral, o direito, a cultura, que contribuem para a manutenção do domínio do Estado e do exercício do poder político (Bessa & Pinto, 2009, p. 120).

Podemos então definir o aparelho do poder como uma organização política que tem como finalidade a realização do bem comum da coletividade e a manutenção de relações com os demais Estados.

1.2.1.3 Soberania

O conceito de soberania é definido por Jean Bodin como um poder superior e intemporal, nas suas próprias palavras, “um poder absoluto e perpétuo de uma república” (Homem, 2009, p. 99). Esta ideia leva-nos a entender facilmente que a nível interno o Estado não admite poder igual ao seu, pois ele é supremo e indivisível, máximo e responsável pelo

destino da sociedade. A nível externo não reconhece um poder superior. O Estado soberano apresenta três atributos, nomeadamente o *jus belli* que é o direito de fazer guerra; o *jus tractum*, ou o direito de celebrar tratados internacionais; e o *jus legationis*, direito de representação diplomática e consular (Lara, 2011, p. 282).

Contudo hoje os Estados delegaram partes da sua soberania em organizações supranacionais, e deste modo passou a existir um poder acima dos poderes do Estado, passando para a realidade de já não existirem verdadeiros Estados soberanos. Ao delegar parte do exercício do seu poder, o Estado perde soberania a favor das organizações de que faz parte, deixando estas interferir na direção da sua política externa.

1.2.1.4 Estatuto

O Estado é o principal ator das relações internacionais e só adquire personalidade jurídica a nível internacional se for reconhecido pelos outros Estados, sendo que esta personalidade jurídica requer do Estado responsabilidade pelos seus atos. Uma vez inserido no sistema internacional, o Estado passa a respeitar as normas, tornando-se um sujeito do Direito Internacional com prerrogativas que lhe permitem manter a sua soberania interna e agir na senda internacional com representações diplomáticas e serviços consulares (*jus legationis*), tem direito de fazer acordos de cooperação com Estados soberanos (*jus tractum*); e pode fazer-se membro de organizações internacionais.

1.2.1.5 Estados soberanos

Na categoria dos Estados soberanos – os que não têm igual na ordem interna nem superior na ordem externa - temos:

- Estado Federal - segundo o autor Reinhold Zippelius, o Estado Federal é uma união jurídico-política de Estados, em que a própria associação organizada de Estados (a Federação) possui a qualidade de Estado (Zippelius, 1997, p. 84). Deste modo existem vários poderes políticos, organizados pelo poder do Estado Federal, com uma Constituição comum a todos os estados-membros - os Estados federados têm poder político próprio e anterior ao da Federação, Constituição própria mas subordinada à Constituição Federal, ou seja, gozam de autonomia, desde que não se sobreponha às leis da Federação. A Federação surgiu como uma solução para os conflitos regionais e para salvaguardar os Estados mais fracos, a fim de juntos se transformarem numa potência forte. Temos como exemplo de Estados Federais o Brasil, EUA, Suíça, Nigéria, Índia, etc. (Lara, 2011).

- Estado Unitário - existe apenas um único poder político para todo o território e toda a população. O Estado Unitário apresenta-se sob diversos tipos, nomeadamente: o Estado unitário simples, em que as competências jurídicas e políticas estão concentradas e centralizadas nos órgãos centrais, como é o caso de Angola;

O Estado unitário com regiões autónomas, em que por razões naturais, parte do território está politicamente descentralizada, com um poder regional autónomo, como por exemplo Portugal e França;

Finalmente o Estado unitário regionalizado, que inclui a descentralização política e administrativa, com poderes próprios delegados pelo poder central, como por exemplo Itália e Espanha (Lara, 2011).

- Associação de Estados – pode-se apresentar como *União Real*, em que os membros perdem a sua personalidade jurídica internacional apesar de manterem a autonomia interna – o caso da Tanzânia;

Confederação de Estados, em que os intervenientes se unem por um acordo, que os compromete a realizar determinados fins, normalmente internacionais, conservando os Estados a sua soberania – o caso da Suíça;

União Pessoal, em que os Estados estão ligados pelo mesmo monarca, mas são independentes uns dos outros, como acontece com a Commonwealth Britânica (Lara, 2011, p. 277).

1.2.1.6 Estados não soberanos e semi-soberanos

Na categoria de Estados semi-soberanos podemos encontrar:

- Estado protegido, que tem as suas ações limitadas por um Estado soberano que é o Estado Protetor – o caso do principado do Mónaco;
- Estado Membro de uma Confederação, que também tem personalidade jurídica internacional mas não tem a capacidade de agir nas matérias delegadas à Confederação;
- Estado Exíguo mantém a sua independência, mas, devido ao fato de ter um território pequeno e uma população diminuta, delega algumas das suas competências (jus belli) num outro Estado – como por exemplo San Marino e Andorra;

- Estado Neutralizado, que é aquele que através de um tratado com um outro Estado abdicou permanentemente dos seus tributos (jus legationis, jus belli,) – como por exemplo a Suíça.

Os Estados não soberanos são aqueles que fazem parte de uma União Real ou de uma Federação, ou seja, cujo poder político não é supremo (Lara, 2011, p. 277).

1.2.1.7 Fins do Estado

Pelo contrato social, o povo abdica dos seus poderes em nome de uma organização, para esta satisfazer as suas necessidades em nome do bem comum. Deste modo, e segundo o Professor Lara, os fins do Estado é que permitem funcionamento e dão razão à sua própria existência; estes fins são a segurança, a justiça e o bem-estar económico e social.

Primeiramente, o Estado tem que concretizar o fim da segurança, com vista a garantir o bom funcionamento das suas instituições, a independência e a soberania da nação; a seguir tem que concretizar o fim da justiça, que garante a paz social e, finalmente, o fim do bem-estar económico e social. Estes fins do Estado têm de estar em harmonia uns com os outros.

1.2.1.8 Funções do Estado

O Estado tem funções jurídicas e não jurídicas. As primeiras são as relativas aos atos jurídicos, como a criação de Leis, e as segundas são as funções políticas, como a elaboração de estratégias nacionais, a obtenção de matérias-primas, a aquisição de equipamentos, a conquista de mercados para os excedentes de produção, a captação de fluxos turísticos, a segurança e a defesa nacional.

As funções do Estado têm que estar em harmonia com os fins do Estado, que só podem ser alcançados se o Estado exercer todas as suas funções com eficiência. As noções de segurança e defesa são importantes para o nosso objeto de estudo, pelo que prestaremos mais atenção a estes dois conceitos.

A função política tem os objetivos principais de conservar a sociedade política e definir e prosseguir a satisfação dos interesses gerais.

A segurança é importante para a conservação da nação e é definida pelo Instituto de Defesa Nacional (Lisboa) como “a situação que garante a unidade, a soberania e a independência da Nação; a integridade e a segurança das pessoas e bens; o bem-estar e a prosperidade da Nação; a unidade do Estado e o desenvolvimento normal das suas tarefas; a

liberdade de ação política dos órgãos de soberania e o regular funcionamento das instituições democráticas, no quadro constitucional” (Fernandes, A. H., 2003).

O conceito de segurança remete-nos para a sensação de tranquilidade e confiança, que é um valor a alcançar, por isso os Estados de hoje têm como prioridade a segurança. Devido às complexidades das ameaças que afetam todos os países, a segurança deixou de ser simplesmente uma preocupação de cada Estado no interior das suas fronteiras, passando a ser uma preocupação regional e internacional, onde os países têm juntado esforços para dar respostas às ameaças existentes e garantir a segurança. (Ribeiro, 2007, p. 27). Para se manter em segurança, o Estado tem que se dotar de meios capazes de fazer frente a eventuais ameaças.

A defesa tem como objetivo a garantia da segurança e ao elaborar a defesa nacional, o Estado tem que ter em conta uma estratégia global que beneficie os interesses e objetivos nacionais. Segundo o Prof. Silva Ribeiro, a defesa nacional é “o conjunto de atos que permitem ao Estado proteger-se de uma ameaça pontual, latente ou concretizada, que afete os interesses nacionais”, ou seja, o Estado faz uso da força que possui com vista a defender os seus objetivos.

A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas de Angola prevê que a defesa nacional consiste no conjunto coerente de princípios, objetivos, estratégias, orientações e medidas adotadas para assegurar a Segurança Nacional (Forças Armadas Angolanas, 1999).

Não podemos confundir os conceitos de segurança e de defesa, pois a defesa é um ato, pelo qual os agentes de defesa tomam medidas para superar as ameaças, enquanto a segurança é um resultado, que se constitui na sensação abstrata de já não haver perigo. O perigo foi afastado pela defesa, conduzindo assim à qualidade de vida e ao desenvolvimento do território. Assim, chega-se à conclusão de que a defesa nacional é encarada como um ato e a segurança nacional é o resultado deste mesmo ato.

Também há o paradoxo da segurança “ser mais forte não significa estar mais seguro”, pois a excessiva proliferação de meios militares levanta preocupação nos outros Estados, que por se sentirem ameaçados podem lançar ataques preventivos (Ribeiro, 2007).

1.2.2 As Organizações Internacionais

As Organizações Internacionais (OI) têm desempenhado um papel importante nas relações de aproximação pacífica entre os Estados, pois visam estabelecer uma ordem política e militar para garantir a segurança dos seus membros e uma ordem económica e

social que aumente as possibilidades de progresso e de bem-estar dos seus membros. Nas suas relações de cooperação na senda internacional, os Estados delegaram parte do exercício da sua soberania nas Organizações Internacionais a que pertencem, criando interdependência em diversos domínios, nomeadamente o económico, social, técnico, humanitário, financeiro, monetário, científico e cultural. Devido à complexidade crescente das OI, aparecem novas formas de relações internacionais e multiplicam-se os atores com interesses próprios e poderes diferenciados, e criando novas formas políticas, tornando-as num instrumento fundamental na cooperação interestatal (Maltez, 2007).

Existem muitas definições para o conceito de OI, mas optamos pela definição do Professor Adriano Moreira: “são organismos interestaduais, em regra com personalidade jurídica internacional, competência especializada e não genérica, instituídas por tratados sujeitos a ratificação pelos órgãos soberanos de cada Estado membro” (Moreira, 2010, p. 391)

1.2.2.1 Caraterísticas

As OI são organizações com as seguintes caraterísticas: um tratado constitutivo; uma base interestatal; a participação voluntária dos membros; a autonomia; a personalidade jurídica; e a existência de um aparelho de órgãos permanentes.

Tratado constitutivo - as OI são criadas com base num acordo. Segundo o autor Almeida Ribeiro, todas as OI têm cinco características específicas:

1. Tem primazia sobre outros atos internacionais, impede os Estados membros de se ligarem a outros tratados que violem as suas obrigações enquanto membros, e de aderirem a novos tratados que sejam contrários aos objetivos da organização;
2. A convenção não admite, em princípio, reservas, pois todos os membros têm que estar obrigados às mesmas regras;
3. A revisão do tratado nem sempre depende da unanimidade;
4. É uma organização internacional e por isso de carácter permanente, pelo que se distingue de conferência internacional;
5. A convenção deve prever, pelo menos, os fins, a estrutura e as competências da organização (Ribeiro, 1998, p. 28).

Apesar de uma das características das OI ser a sua criação por um acordo internacional, existem algumas que são criadas por resolução tomada no seio de uma

organização internacional, como por exemplo o caso da ONU, que criou o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), mas há autores que não as definem como OI originárias, e as consideram organismos especializados das OI que as criaram (João Mota de Campos, 1999).

Base interestatal - os Estados, em princípio, são os únicos agentes que podem pertencer às OI, devido à sua condição de sujeitos de pleno direito internacional. Mas existem exceções, como é o caso da Santa Sé e de algumas Organizações que representam zonas geográficas por vontade dos Estados, como por exemplo a União Postal Universal, que tem uma personalidade jurídica *ad-hoc* de zonas específicas (Ribeiro, 1998, p. 28).

Para que um Estado participe numa organização, é necessário que cumpra certos requisitos que demonstram a vontade de fazer parte da organização e que não tenham intenções de a abandonar. A admissão de um Estado numa OI também depende da natureza da OI e da correspondência entre a vontade e a capacidade dos Estados aos estatutos dos tratados constitutivos. Não obstante, a entrada de novos Estados depende também da vontade dos Estados membros e a sua permanência depende do respeito pelos estatutos da organização - **participação voluntária**.

A **autonomia** das OI é consequência do fato de ter órgãos próprios. Isso manifesta-se quando a organização toma uma decisão independente da unanimidade dos votos, demonstrando assim a sua vontade própria, que lhe permite agir a nível internacional como uma entidade distinta dos Estados membros (Ribeiro, 2010, 2ª aula).

A **personalidade jurídica** é uma característica importante das OI, pois concede-lhes vontade própria para agir com autonomia jurídica na relação com os Estados membros, com Estados terceiros e com outras organizações distintas dos Estados membros. Esta personalidade é manifestada pelo *jus tractum* ou seja, pelo direito de celebrar tratados. Esta característica também garante a personalidade jurídica das OI perante o direito interno dos Estados membros (Ribeiro, 1998, p. 29).

Aparelho de órgãos permanentes - as OI têm que ser permanentes, de forma a garantirem a sua autonomia perante os Estados que a compõem. Esta permanência requer a existência de uma sede localizada num Estado; a celebração de acordos com um ou vários Estados membros; estrutura orgânica e condições materiais que permitam o funcionamento da organização; órgãos próprios que podem ser órgãos integrados, constituídos por

indivíduos que representam os Estados e órgãos intergovernamentais em que os membros são os Estados ou os seus representantes (Ribeiro, 1998, pp. 33-34).

1.2.2.2 Poderes

Os poderes das OI não se confundem com os poderes do Estado (executivo, judicial, legislativo), pois sendo as OI estruturas que visam favorecer a cooperação entre os Estados, os seus poderes têm de ser diferentes dos poderes dos Estados. Desta forma Michel Virally apresenta três poderes que correspondem a formas distintas de cooperação entre os Estados, a saber: o poder de debater (em que os Estados discutem sobre assuntos de interesses comuns ou não), o poder de decidir (conclusões dos debates, que levam à adoção de regras) e o poder de agir. Mas existem OI só com o poder de debater e de decidir, que têm carácter operacional, como a ONU. Dentro do poder de agir temos de referir a *ação coletiva*, pela qual os Estados são responsáveis pela ação e usam os seus recursos, mas enquadrados numa operação concebida e orquestrada por uma organização, e a *ação institucional*, em que a organização atua com os meios cedidos pelos Estados membros, por falta de meios próprios (Ribeiro, 1998, p. 124).

1.2.2.3 Tomada de decisão

A tomada de decisão no seio das OI reflete as relações de força entre os Estados. É neste âmbito que podemos ver que os Estados não são todos iguais, pois existem uns mais iguais do que outros, pela influência que exercem na tomada de decisões.

No processo de tomada de decisão existem intervenientes com categorias diferentes: os responsáveis pela política externa dos Estados mais poderosos, que agem sobre a estrutura do poder mundial; os grupos que têm interesses bem definidos, e se dividem em grupos de interesses não-governamentais que procedem a ações transnacionais; e os grupos que defendem interesses privados e têm ações transgovernamentais, tendo como prioridade a ordem económica-corporativa.

O terceiro grupo é denominado de “neutros enfáticos”; estes são os chefes dos secretariados das organizações internacionais e algumas personalidades de relevo que podem ser chamadas a desempenhar um papel de ligação entre os outros intervenientes. Para além destes, temos a opinião pública, que tem um papel reduzido no processo decisório. O processo de decisão no seio das OI obedece a certas regras e varia de acordo com a organização, o órgão que decide e a temática.

As decisões são tomadas ou por unanimidade – esta regra é considerada ineficaz devido à paralisia que provoca, mas ainda não deixou de ser usada; ou por maioria simples ou qualificada, consoante a importância do assunto (Ribeiro, 1998, p. 132).

1.2.2.4 Tipos de Organizações Internacionais

Entre as OI podemos distinguir as organizações intergovernamentais (OIG), formadas por Estados, e as organizações não-governamentais (ONG), formadas por associações privadas de indivíduos ou grupos sociais, denominadas por associações transnacionais. As ONG têm influência sobre as OIG, pois desempenham missões de interesse público internacional, dependem da jurisdição do Estado em que foram constituídas, mas são regidas por estatuto próprio. São exemplos de ONG as organizações internacionais privadas como a Cruz Vermelha Internacional, a Confederação Internacional das Uniões de Comércio Livre, os Rotários Internacionais, a Amnistia Internacional, etc. (João Mota de Campos, 1999).

Os tipos de OI podem ser classificados quanto à **personalidade jurídica dos seus membros** - elas podem ser públicas, parapúblicas e privadas. As públicas têm como membros os Estados. As parapúblicas admitem entidades públicas e entidades privadas, pois os seus fins são tanto públicos como privados. As privadas representam grupos sociais de diferentes países que perseguem objetivos comuns na área da política, economia, social, cultural, sindical, religiosa, tecnológica, etc.

Quanto à **estrutura jurídica das suas relações**, as OI podem ser organizações supranacionais ou interestatais. Nas interestatais, os Estados membros desenvolvem relações multilaterais de cooperação nas áreas em que têm interesse. Este tipo de organização não diminui a soberania dos seus membros, visto que as relações são horizontais (North Atlantic Treaty Organization [NATO], Organização das Nações Unidas [ONU], Organização para Segurança e Cooperação na Europa [OSCE]). Nas organizações supranacionais os Estados membros delegam parte do exercício da sua soberania e as relações são do tipo vertical, onde existe subordinação por parte dos Estados membros [União Europeia (UE), União Africana (UA)]. Quanto ao **contexto geográfico de atuação**, as OI podem ser universais, intercontinentais, continentais, regionais e sub-regionais. As OI universais são as que aceitam todos os Estados, devido ao seu tipo de normas e objetivos (Organização Mundial do Comércio [OMC], ONU, Fundo Monetário Internacional [FMI], Food and Agriculture Organization [FAO]) (João Mota de Campos, 1999, p. 43); as intercontinentais são as que integram Estados de dois ou mais continentes, desde que tenham objetivos e interesses comuns (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento económico [OCDE], NATO,

Organização de Países Produtores de Petróleo [OPEP]). As organizações continentais são as que podem integrar todos os Estados que fazem parte de um determinado continente (UA, Organização dos Estados Americano [OEA]). As organizações regionais e sub-regionais são as que integram dois ou mais Estados de uma região que se associam em virtude de uma vizinhança, de traços culturais e linguísticos comuns, e visam o interesse comum [Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), Mercado Comum para África Oriental e Austral (COMESA), UE, etc.], (João Mota de Campos, 1999, p. 44).

Quanto **aos objetivos**, as OI podem ter finalidades gerais ou finalidades específicas. Nas primeiras o âmbito de ação é muito amplo - abrangem todas as áreas de cooperação, como a política, a económica, a social, a cultural, a de defesa, a de segurança, etc. (ONU, UA). As organizações com objetivos específicos têm o seu campo de atuação limitado, abrangendo apenas questões específicas – por exemplo, a OPEP trata apenas de questões sobre o petróleo, e a Organização Mundial da Saúde (OMS) da prevenção das doenças e da saúde em geral (João Mota de Campos, 1999, pp. 46-47).

1.2.3 Pessoas coletivas e pessoas singulares

Conceito de pessoas coletivas

Como pessoas coletivas estatais temos os próprios Estados, que são os principais atores das relações internacionais. Também temos pessoas coletivas não estatais, que são atores não geridos pelas normas internacionais, o seu funcionamento e ação são independentes de um Estado e podem ter ou não fins lucrativos. São pessoas coletivas não estatais as organizações transnacionais e as não-governamentais, como por exemplo a Ordem de Malta, e os poderes erráticos (João Mota de Campos, 1999, pp. 23-25)

Conceito de pessoas singulares

Após a II Guerra Mundial, o Direito Internacional permitiu o estatuto internacional das pessoas singulares. São individualidades que pela sua ação influenciam os assuntos internacionais, adquirem personalidade jurídica internacional e são sujeitos de direitos e deveres. Como por exemplo grandes líderes políticos e estratégicos dos Estados, líderes religiosos e grandes defensores dos direitos humanos nas relações internacionais. Personalidades como Churchill, Gandhi, João Paulo II, Nelson Mandela, Lech Walesa, Ben Gourion, Hitler, Gorbachev, Mao Tsé-Tung e Martin Luther King, entre outros, tiveram um papel decisivo no Mundo (Ribeiro, 2010, 2ª aula).

1.3 Poder nacional

Desde os primórdios o homem foi obrigado a usar o poder que possuía para defender os seus bens e o seu território dos adversários, tendo garantido a existência de unidades políticas e conseqüentemente a sua expansão.

Não é fácil encontrar uma definição perfeita de poder, pois é um conceito relativo, deste modo iremos apresentar varias definições do conceito de poder.

Segundo o Professor Adriano Moreira, o poder é um instrumento que se destina a realizar objetivos, é também uma relação entre vontades que utilizam recursos à sua disposição, ou seja, é uma relação entre dois atores, e é definido como “produto de recursos materiais (tangíveis) e imateriais (intangíveis), que se integram à disposição da vontade política do agente, e que este usa para influenciar, condicionar, congregar, vencer, o poder de outros agentes que lutam por resultados favoráveis aos seus próprios interesses” (Moreira A., 2010, p. 50). “O poder é a força revelada em circunstâncias concretas face a determinados objetivos” (Ribeiro A. S., 2010). O poder implica a capacidade de influenciar as ações dos outros, ou até mesmo lhes impor a sua vontade. O poder remete para as relações de força entre os Estados e é indissociável do dia-a-dia da ação política. Raymond Aron define o poder como “a capacidade de uma unidade política impor a sua vontade às outras unidades” (Boniface, 2008, p. 277).

Entre as unidades políticas, o poder é uma componente que lhes permite manter a integridade e a soberania no seio da senda internacional. Podemos falar do poder nacional como “a soma dos atributos que capacita um Estado para atingir os seus objetivos externos sempre que eles se opõem aos objetivos e vontade de outro ator internacional” (Fontoura, 2007, p. 7). Na definição do Professor Sousa Lara, o poder é “o conjunto de meios capazes de coagir os outros a um determinado comportamento” (Lara, 2009, p. 324). O poder ainda se define pela fórmula $P = cv$ em que c é a capacidade do ator e v é a vontade da população, e ainda pode ser definido como a força (que pode ser militar, económica, humana, ou seja, os meios disponíveis) x a inteligência x a vontade coletiva, que é a forma como a nação usa os seus recursos e capacidades com o objetivo de apoiar as estratégias formuladas pela política. A nível interno o poder chama-se poder político, a nível externo chama-se poder nacional, e ao longo do estudo vamos avaliar este poder.

Podemos falar do poder nacional como “a soma dos atributos que capacita um Estado para atingir os seus objetivos externos sempre que eles se opõem aos objetivos e vontade de outro ator internacional” (Fontoura, 2007, p. 7); sendo esta a característica da integração dos meios do poder, então o poder nacional pode ser definido como “a integração de todos os meios de que a nação dispõe, acionados pela vontade nacional, para alcançar e manter os objetivos nacionais, desencadeando ou reagindo a pressões externas”, (Ribeiro, 2010, 5ª aula). O poder nacional só pode ser vencido atacando as vontades dos cidadãos, e então de pouco valerá o potencial material.

1.3.1 Características do poder nacional

O poder nacional é *instrumental* - o poder é um instrumento que é usado para atingir um fim. Este instrumento do Estado apresenta um caráter ambivalente, pois serve a política interna como ferramenta para a disciplina social, o controlo, o fomento, a realização da tranquilidade, do bem-estar e do aprimoramento coletivo, e ainda como instrumento de afirmação da soberania nacional, da conquista e da preservação dos objetivos nacionais nas relações internacionais (Couto, 1988, p.42).

A *relatividade* do poder nacional - segundo Couto, o poder só tem significado quando relacionado com outrem, pois o poder não é absoluto; além do aspeto de ser sempre relativo a outrem, o poder varia no tempo e no espaço (Fontoura, 2007, p.12).

O poder nacional é *subjetivo* - depende do que os outros pensam que o poder é, ou seja, o poder nacional é avaliado segundo a perceção do seu valor pelo detentor do poder e pelos outros que se relacionam com ele.

O *dinamismo* é outra característica do poder nacional - o Estado recorre a elementos que contribuem para o aperfeiçoamento e engrandecimento do seu poder, tais como a evolução na tecnologia militar, uma guerra ou uma revolução, o crescimento económico, e a descoberta ou a diminuição de recursos.

A relatividade do poder conduz-nos à característica *situacional* do mesmo - o poder altera-se consoante a situação ou contexto do objetivo que quer realizar, ou seja, os meios utilizados para alcançar certos objetivos podem ser aplicados com maior ou menor intensidade, dependendo da situação (Couto, 1988, p. 41).

1.3.2 Expressões do poder nacional

Quando examinamos as atividades do Estado segundo os seus interesses gerais encontramos as expressões do poder nacional, que se caracterizam pelos resultados alcançados em função dos instrumentos que cada uma possui e estruturam-se em fundamentos, fatores, componentes e órgãos, que constituem os elementos do poder nacional. Deste modo podemos considerar quatro expressões, nomeadamente a política, a económica, a psicossocial e a militar. As expressões não devem ser consideradas isoladamente para fins analíticos, e não existe predominância de nenhuma expressão sobre as outras, a não ser que seja momentânea ou devido a uma conjuntura específica.

Expressão política

A expressão política do poder é um conjunto de meios políticos dispostos pela nação para expressar a vontade do povo e exercer as funções de direção, coordenação e decisão, com vista à consecução e à manutenção dos objetivos nacionais, em seu nome (Ribeiro, 2010).

Na expressão política incluem-se os meios que o Estado usa para materializar os objetivos nacionais e os seus efeitos são predominantemente políticos. Os fundamentos da expressão política são o povo, o território e as instituições políticas, elementos que já foram analisados anteriormente.

Os fatores que influenciam os fundamentos da expressão política são: a cultura política, a ideologia política, a atuação das elites, a comunicação, a situação geopolítica dos Estados, o ordenamento jurídico, o regime político e a ciência e a tecnologia (Fundamentos da Doutrina, 1981, p.101).

A *cultura política*, que é o padrão de comportamento que o povo manifesta perante os fatos políticos, exprime-se através da participação política, que é a participação na resolução dos problemas da sociedade e no estabelecimento de critérios para escolher os seus representantes.

A *ideologia política*, que é um conjunto de ideias que influenciam positiva ou negativamente os fundamentos e os outros fatores da expressão política do poder, procurando provocar, manter ou salvaguardar uma unanimidade de representação e de ação, o que nem sempre é possível, levando à criação de conflitos e de divisão na sociedade.

A *atuação das elites*, é importante para que a sociedade aceite e adote os padrões propostos; as elites têm que ouvir as necessidades do povo e conciliá-las com os interesses da

nação e com o bem comum, além de criar condições para que futuramente a sociedade venha a aceitar novos padrões de atuação.

A *comunicação*, serve para difundir e propagar as opiniões; a comunicação pode ser vertical ou horizontal - a primeira acontece entre governantes e governados de forma formal e de forma informal; a comunicação vertical formal sucede entre os partidos políticos e o poder legislativo, e a comunicação vertical informal é feita através de grupos de opinião, sindicatos e associações, e complementa a comunicação formal; a comunicação horizontal acontece entre os diferentes setores e níveis do Estado, e entre estes e as administrações subordinadas e a iniciativa privada, enquanto participante do planeamento nacional. A comunicação de massas tem grande importância para a política porque é difundida num curto espaço de tempo, abrangendo um elevado número de pessoas e influenciando a sua cultura, a sua maneira de pensar e os seus sentimentos, levando o povo a ter comportamentos padronizados.

A *situação geopolítica dos Estados*, que influencia os seus interesses nacionais na relação com outros Estados; o fator geográfico é um elemento importante para a avaliação do poder nacional, e engloba a extensão, a posição geográfica, a configuração, a acessibilidade, o clima, a população e os recursos naturais. Estes elementos nos elucidam sobre as potencialidades de um Estado, que bem aproveitadas, permitem satisfazer os interesses e aspirações da população desse mesmo Estado (Fontoura, 2007, p. 19).

O *ordenamento jurídico*, que impõe normas que contêm os direitos e os deveres dos constituintes do Estado e da sua relação com outros atores, e o seu funcionamento deve ser eficaz de forma a alcançar o bem comum. Só através de um ordenamento jurídico se pode alcançar o bem comum.

O *regime político* adotado por um Estado contém um conjunto de normas de natureza histórico-cultural que permitem o exercício do poder. Desta forma podemos distinguir os tipos de regime políticos existentes: primeiramente o democrático, em que há uma divisão dos poderes e estes se contrabalançam ou seja, são independentes e controlam-se reciprocamente, e as opiniões são expressas através da pluralidade de partidos existentes; o regime autocrático, em que não há controlo do poder, que está concentrado num só órgão - este sistema produz a arbitrariedade.

A *ciência e a tecnologia* são importantes para o desenvolvimento do Estado, e este tem que procurar adquirir novos recursos tecnológicos e científicos, não deixando de orientar e desenvolver estas áreas (Fundamentos da Doutrina, 1981, pp.101-107).

Os componentes da expressão política do poder são o poder executivo, o poder legislativo e o poder judicial, e os partidos políticos. As funções destas componentes são nomeadamente a função normativa (cria a ordem jurídica), a função administrativa (concilia a gestão dos bens públicos com os interesses da população) e a função jurídica (faz cumprir a ordem jurídica). Estas funções são desempenhadas por diferentes órgãos que se estruturam nos poderes executivo, legislativo e judicial, e têm como objetivo materializar os interesses nacionais a nível interno e externo, e instaurar uma ordem de justiça e de paz (Fundamentos da Doutrina, 1981, p.107).

Para melhor compreender a expressão política do poder nacional, importa analisar e compreender a dinâmica dos seus órgãos. A divisão dos poderes foi proposta por Montesquieu na sua obra *O Espírito das Leis*, que nos apresenta a divisão tripartida do poder do Estado (poder executivo, poder legislativo e poder judicial) como condição de possibilidade da liberdade política e da fiscalização dos poderes e meio para evitar a arbitrariedade e o monopólio do poder pelos órgãos do Estado (Montesquieu, 1982, p. 187).

O poder executivo tem a função de governar e administrar, formulando a operacionalização e a execução da vontade geral da nação.

Segundo Maltez, o poder legislativo “é o poder de legislar e criar leis” (Maltez, 2007), e tem a função de elaborar normas de carácter geral, que abrangem toda a população e todas as instituições.

O poder judicial é o poder que tem a capacidade de julgar quando existem conflitos sociais, tendo em vista o cumprimento das leis impostas pela constituição.

Os partidos políticos são organizações, permanentes ou não, que pretendem assumir as funções do governo, reunindo diferentes opiniões sobre a forma de governo, de regime político e as atividades governamentais, e são intermediários entre o povo e o governo. Existem diferentes tipos de partidos, nomeadamente os partidos de quadros, partidos de massas e partidos *catch all party* (Lara, 2011).

Expressão económica

A expressão económica designa o conjunto de meios económicos capazes de garantir a sobrevivência da nação. Esta expressão tem como objetivo a satisfação do bem-estar geral, proporcionando igualdade de oportunidades para todos e promovendo o desenvolvimento de

uma economia sustentável e em progresso permanente. Para isso é necessário fazer uso articulado dos meios existentes de modo que o processo produtivo prossiga com eficiência, obtendo-se um funcionamento harmonioso do sistema (Fundamentos da Doutrina, 1981, p.125).

Os fundamentos da expressão económica do poder nacional são: os recursos humanos, os recursos naturais e as instituições económicas.

Os recursos humanos correspondem ao homem como agente económico e elemento fundamental para o desempenho da atividade económica, que organiza e executa a produção para o seu próprio bem. Fazem parte dos recursos humanos a população disponível, total, a população economicamente ativa e a população economicamente passiva. Chama-se população disponível ao conjunto de homens e mulheres que a partir de uma certa idade se encontram aptos para prestar serviços produtivos e também os que se dedicam às atividades de remuneração financeira; chama-se população economicamente ativa ao conjunto dos indivíduos que estão inseridos na atividade produtiva, incluindo os desempregados que desejam trabalhar; e chama-se população economicamente passiva ao conjunto de pessoas que não produzem economicamente e que são assistidas pela segurança social (Fundamentos da Doutrina, 1981, p 127).

Em países como Angola, onde a maioria da população está na idade ativa (16-65), é necessário que seja aproveitada de uma forma qualitativa, apostando na formação, tirando benefício da mão-de-obra, de forma a reduzir o desemprego e do subemprego.

Os recursos naturais são os meios oferecidos pela natureza que o homem utiliza para as atividades produtivas. Podem ser classificados pela sua extensão e pelo seu aproveitamento, e podem ser atuais, quando estão disponíveis de imediato, ou potenciais, quando existem mas não estão quantificados (Fontoura, 2007). Estes recursos são variáveis e mutáveis e o seu aproveitamento eficiente depende de variáveis, como a tecnologia, que possibilitem o controlo dos recursos existentes. Não podemos deixar de frisar que um Estado com um grau de desenvolvimento económico elevado faz uma utilização eficiente e eficaz dos recursos, de forma a otimizar a satisfação das necessidades da população.

Para a atividade económica ser realizada com eficiência, é necessário que existam instituições para a proteção individual e social. Como as relações entre o homem e o meio são indiretas, as instituições aparecem para fazerem funcionar a atividade económica, promovendo ou limitando o desenvolvimento.

O sistema económico foi a primeira instituição a ser criada e apresenta três características: o objeto, a forma e a técnica. Para além do sistema existem o mercado e a empresa. O mercado constitui um conjunto de instituições que definem e orientam as atividades económicas, baseadas numa hierarquia própria de valores, que se traduzem em atos da vida social e permitem configurar um estilo de vida. No mercado nacional podemos encontrar o mercado interno e o mercado externo. Um país não pode deixar de ter relações económicas com outros Estados, pois as relações de cooperação bilateral e multilateral favorecem o seu desenvolvimento, permitindo satisfazer as necessidades do bem-estar social. A empresa pode ser definida como uma instituição básica do sistema de livre iniciativa (Fundamentos da Doutrina, 1981, p. 129).

Os fatores de expressão económica contêm elementos que podem influenciar positiva ou negativamente os fundamentos da expressão, que podem ser a capacidade científica e tecnológica, a capacidade de acumulação e absorção de capital, a capacidade produtiva e de empreendimento e a capacidade de adaptação às mudanças pelas instituições económicas (Fundamentos da Doutrina, 1981, p. 131).

Os componentes da expressão económica são o setor público e o setor privado. Nas sociedades neocapitalistas, as atividades económicas ocorrem tanto no setor público como no privado. Nas economias capitalistas, tanto o Estado como as instituições privadas participam no controlo da economia, mas importa saber até que ponto o governo deve agir para orientar o exercício da atividade dos particulares. Os setores de atividade organizam-se em empresas, dirigidas por pessoas ou grupos, constituindo o sistema produtivo. Este pode ser classificado como setor primário (engloba as atividades agrícolas, a pecuária, a extração e a pesca), setor secundário (abrange as atividades industriais e a construção civil) e o setor terciário (agrupa as atividades comerciais, os transportes e as atividades administrativas).

Os órgãos do sistema económico são distribuídos pelos setores público e privado e integrados estruturalmente de forma ordenada para atingir determinados fins. Os órgãos do setor público são responsáveis pela direção e assessoria superior, direção e assessoria intermédia e órgãos de execução. Ao governo cabe a responsabilidade de formular a política nacional, e ativar os instrumentos da ação estratégica de modo a orientar e incentivar a iniciativa privada de acordo com os objetivos nacionais. Desta forma a expressão política entra no campo da expressão económica.

O setor público exerce funções normativas, administrativas, distributivas, redistributivas e produtivas. O setor privado executa as funções produtiva, circulativa e distributiva e as empresas exercem as atividades privadas, englobando os recursos humanos, os recursos materiais e relações específicas e têm o objetivo de exercitar permanentemente as atividades económicas de produção de bens e serviços.

As empresas têm que ter em vista o desenvolvimento social, adotando um tipo de ética empresarial em que o lucro deve coexistir com a satisfação das necessidades da população. Existem diferentes tipos de empresas: quanto à propriedade do capital social podem ser empresas públicas, empresa privadas e empresas mistas; quanto à forma de sociedade consideram-se as sociedades anónimas e as sociedades de responsabilidade limitada (Fundamentos da Doutrina, 1981, pp. 133-136).

Existem também sociedades civis e instituições que se comportam como empresas e ainda as empresas multinacionais, mas nestas os interesses das subsidiárias nem sempre estão em concordância com o interesse da sociedade civil onde estão instaladas e podem contribuir positivamente para os países onde se encontram, desde que os seus interesses convergem com os interesses desses países.

Expressão psicossocial

Esta expressão abrange os meios psicológicos e sociais da nação para assegurar a plena realização da pessoa humana e exprime as relações entre o poder nacional e o binómio homem-sociedade, tendo como objetivo a conquista e a manutenção dos objetivos nacionais. Quando um Estado desenvolve a sociedade, promovendo a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos, deve ter meios sociais e psicológicos aperfeiçoados e fortalecidos, que poderão servir como um potencial para a concretização dos seus objetivos nacionais relativos à pessoa humana, ao meio ambiente e às instituições que o compõem (Fundamentos da Doutrina, 1981, p. 145).

Os fundamentos da expressão psicossocial estão configurados na pessoa humana, no meio ambiente e nas instituições sociais.

A *pessoa humana* é o fundamento principal, pois tem um carácter social e relacional e reúne um conjunto de características que fazem dela um fim em si mesma.

O *meio ambiente* é o cenário que rodeia o homem, é o ambiente em que o ser humano vive em interação com outros seres vivos e é constituído pelo meio físico, universo biológico e condicionantes da convivência social que constituem a *sociosfera*. O meio físico e o universo biológico constituem a *ecosfera* e a *biosfera*. Nesta se encontram todas as variáveis que interagem com as estruturas genéticas das populações humanas e dos organismos conviventes, determinando um processo interativo de desafios e respostas, que determinam a sua evolução.

As *instituições sociais* são um complexo integrado de ideias, sentimentos, normas, padrões de comportamentos e relações interpessoais para responder a interesses socialmente desejados e reconhecidos. Temos como exemplo a família, a educação, a religião, o trabalho (Fundamentos da Doutrina, 1981, pp, 146-148).

Os fatores da expressão psicossocial do poder nacional são compostos pelos seguintes elementos: demografia; ecologia; educação e cultura; saúde, nutrição e saneamento; trabalho; habitação; urbanização; providência e assistência social; ciência e tecnologia; comunicação social; mobilidade social; integração social; segurança individual e comunitária; religião, ética e moral; carácter nacional; moral nacional.

A *demografia* relaciona-se com o estudo, por parte do Estado, de dois aspetos significativos: o crescimento demográfico (nascimentos/óbitos; aumento migratório/ bem-estar da população e qualidade de vida) e a estrutura etária (distribuição da população por grupos de idade). O controlo do Estado sobre este elemento permite um melhor planeamento nas áreas da saúde, educação, habitação e saneamento, a fim de direcionar estrategicamente os seus investimentos.

A *ecologia* é a relação entre o homem e o meio, em que as ações daquele evitam a destruição do ecossistema natural que consiste numa ameaça à sobrevivência do próprio homem.

A *educação e a cultura* são fatores que valorizam o homem e a sociedade. A primeira permite ao homem alcançar as suas potencialidades, bem como a transmissão e assimilação de conhecimentos e valores culturais, sendo que uma educação aberta e criativa contribui positivamente para o processo de enriquecimento do património social e para a proliferação de mentes inovadoras. A cultura constitui o modo de pensar, de sentir e de agir do povo, sendo o património cultural de uma nação um meio eficaz para manter e alcançar os objetivos nacionais.

A *Saúde, nutrição e saneamento* são fatores que condicionam a atividade do homem na sua relação com a sociedade e que se inter-relacionam. A saúde condiciona o crescimento e o desenvolvimento do homem, favorecendo a sua relação com o meio envolvente. A nutrição é uma componente muito importante para a obtenção de saúde e para a continuação da construção e aperfeiçoamento da existência humana. O saneamento constitui uma condição necessária para o ser humano alcançar e conservar a sua saúde.

O *trabalho* é uma forma de obter os meios necessários à vida, através da aplicação dos seus conhecimentos e habilidades, dos quais resultam produtos que possibilitam ao homem o respeito entre os seus pares e a ascensão social. É com o resultado do trabalho que o homem alcança as condições básicas da vida.

A *habitação* é um elemento essencial para a manutenção do equilíbrio psicossocial do homem, pois é através dela que se propicia o desenvolvimento da família. A falta de habitação desencadeia uma rutura emocional no indivíduo, gerando angústia, desespero e violência.

A *urbanização* é a concentração da população nas cidades, com as características socioculturais que dela decorrem.

A *previdência e assistência social* são instrumentos que ajudam a melhorar as condições de vida da população. A primeira permite a redistribuição da riqueza, proporcionando à população diversos serviços que conduzem à melhoria das condições de vida e a assistência social proporciona o auxílio a pessoas carenciadas através de órgãos governamentais ou de obras de carácter confessional ou leigo e que se torna mais eficaz quando a comunidade se envolve na resolução dos problemas e necessidades.

A *ciência e a tecnologia* estão relacionadas com o bem-estar dos indivíduos. O progresso tecnológico conduz ao aperfeiçoamento racional e científico do método de trabalho utilizado na produção de bens e serviços, traduzindo-se na qualidade de vida da sociedade. A tecnologia é um veículo de desenvolvimento e prosperidade das sociedades.

A *comunicação social* consiste num complexo de fenómenos de interação mental, em que participam os veículos ou órgãos de comunicação, assim como os meios de carácter artístico e fontes organizadas de informação, tanto privadas como públicas. A comunicação pode influenciar ou ser influenciada pelas expressões do poder político.

A *mobilidade social* é um fenómeno social que decorre das diferenças individuais, da qualidade da pessoa humana e das oportunidades que a sociedade democrática proporciona

aos seus cidadãos. Para haver mobilidade social tem que haver igualdade de oportunidades para todos os cidadãos.

A integração social acontece quando os indivíduos se inserem em grupos de modo a formarem uma sociedade coesa e solidária.

A segurança individual e comunitária é um direito fundamental de todos os cidadãos. Um cidadão sente que tem segurança individual quando existem soluções para os seus problemas de saúde, de educação e de subsistência, e a segurança comunitária garante ao homem a estabilidade nas suas relações políticas, económicas, sociais e ecológicas.

A religião, ética e moral são fatores que se interrelacionam. A primeira expressa-se através da ideia de um ou vários entes sobrenaturais e das suas relações com os seres humanos, a ética está voltada para o bem, visualizando-o no plano filosófico, e a moral é um conjunto de regras que estão fundamentadas em valores permanentes ou transcendentais e que envolvem adaptações às características sociológicas e antropológicas dos grupos considerados.

O caráter nacional pressupõe os modos de sentir, pensar e agir de um povo, refletindo-se nos seus comportamentos coletivos, na sua capacidade de identificar e procurar alcançar objetivos, e nas suas formas de convivência e organização social.

A moral nacional corresponde ao estado de espírito coletivo baseado nos valores de uma nação, entre os quais se incluem os feitos gloriosos dos antepassados, as tradições, e o amor à pátria (Fundamentos da Doutrina, 1981, pp. 148-162).

Os órgãos da expressão psicossocial podem ser governamentais ou não governamentais, e são nomeadamente a escola, os órgãos e serviços de saúde, a empresa, o sindicato, o lar, os órgãos de previdência e de assistência, os órgãos de comunicação de massa, e a igreja. É nestes órgãos que o Estado procura desenvolver e operacionalizar as capacidades que a nação possui, utilizando os meios psicossociais de forma a possibilitar a realização e a manutenção dos objetivos nacionais (Fundamentos da Doutrina, 1981, p. 163).

Expressão militar

Esta expressão constitui o conjunto dos meios militares de uma nação, usados como dissuasão ou como coação, para a conquista e manutenção dos objetivos nacionais.

A expressão militar tem como constituintes os recursos humanos, o território e as instituições militares.

Os recursos humanos são uma importante componente das Forças Armadas, a nível qualitativo e quantitativo. Deste modo temos que ter em conta as faixas etárias, os índices de crescimento, o carácter e a moral nacional, que se manifestam através do patriotismo e da coesão interna.

O território nacional é a base física da nação e tem que ser defendido até às últimas consequências, de modo a proteger a integridade e a segurança que são indispensáveis para a soberania nacional (Fundamentos da Doutrina, 1981, p. 177).

As instituições militares refletem o modo de institucionalização das Forças Armadas, nas bases gerais e legais da sua organização e são caracterizadas pela composição básica das Forças Armadas; a subordinação legal devida ao Chefe de Estado, soberano político da nação; os princípios de hierarquia e disciplina que garantem a coesão das Forças Armadas; o destino constitucional que limita a esfera de atuação das Forças Armadas, bem como as suas atribuições; e o carácter de permanência que impõe as suas ligações com o passado, especialmente com as suas tradições, direcionando-as para o futuro (Fundamentos da Doutrina, 1981, p. 178).

Os fatores da expressão militar do poder nacional são a doutrina militar; a estrutura militar; a capacidade de comando; a integração das Forças Armadas; a instrução, adestramento e aprontamento; a moral militar; a capacidade de mobilização; o serviço militar; os fatores psicossociais; os fatores políticos; os fatores económicos; e a ciência e a tecnologia.

A *doutrina militar* está inserida na doutrina de guerra e tem como objetivo principal a defesa nacional. A doutrina militar pressupõe um conjunto de conceitos básicos, princípios gerais, processos e normas de comportamento que sistematizam e coordenam as atividades das Forças Armadas.

Esta doutrina deve: ser objetiva, tendo em conta a capacidade do poder nacional e a necessidade de resposta aos conflitos; não deve ser importada nem improvisada; estar vinculada às aspirações nacionais e às características psicossociais da nação, de forma a receber apoio das várias camadas sociais; e ter em conta os acordos e alianças internacionais, de forma a existir consonância com o espírito de segurança.

A *estrutura militar* engloba a organização geral das Forças Armadas e a sua articulação.

A *capacidade de comando* resulta de uma formação geral e profissional, do aperfeiçoamento contínuo e da seleção rigorosa, através de anos de serviço, no exercício de comando, direção e chefia.

A *integração das Forças Armadas* baseia-se na soma dos esforços, na unidade de doutrina, no complemento de ações e no emprego, em conjunto, das forças singulares.

A *instrução, o adestramento e o aprestamento* são essenciais para a capacidade operacional e a eficiência de uma força armada e devem ser diversificados e com objetivos bem definidos, que preparem o militar para o combate, aprimorando-lhe a formação cívica e dotando-o de habilitações.

A *moral militar* é caracterizada pelo espírito de sacrifício, pela firmeza, ânimo e determinação em cumprir a missão recebida e pode ser condicionada por vários fatores, como a disciplina, a preparação bélica, a confiança, a capacidade dos chefes, o material bélico utilizado e a instrução.

A *capacidade de mobilização* constitui a capacidade da expressão militar do poder nacional, pois é condicionada pela quantidade e qualidade de recursos materiais e humanos que a nação coloca ao seu dispor. O poder nacional deve ter capacidade de mobilizar estes recursos de força e aplicá-los com eficiência.

O *serviço militar* é importante para o aperfeiçoamento ou depreciação da expressão militar. Deste modo é necessário que se estude o grau de profissionalização ou de voluntariado, o serviço militar obrigatório ou universal, o tempo de duração desse serviço, os contingentes anualmente incorporados, licenciados e excedentes, todos traduzidos em percentagens e com a faixa etária dos jovens em idade militar.

Os *fatores psicossociais* estão relacionados com a história e com as tradições históricas e militares.

Os *fatores políticos* resumem quanto à origem e ao próprio exercício do poder nacional.

Os *fatores económicos* relacionam-se com os recursos de que a nação dispõe, quer estes sejam estratégicos ou agropecuários. Os recursos estratégicos permitem a produção de energia e a obtenção de matérias-primas, essenciais para a produção bélica, que detém uma decisiva importância quando se avalia o poder militar. Os recursos agropecuários possibilitam a detenção de alimentos básicos e quando estes recursos são escassos a nação não tem

condições para manter um conflito. A existência de indústrias ligadas às Forças Armadas é importante para a produção de recursos e também para a autonomia militar.

A *ciência e a tecnologia* são essenciais para os países, na aposta do aperfeiçoamento dos seus armamentos e equipamentos, bem como para a criação de uma gama de novos e sofisticados engenhos bélicos, visando a obtenção de superioridade sobre os seus inimigos (Fundamentos da Doutrina, 1981, pp. 178-186).

Os componentes da expressão militar do poder nacional correspondem ao poder naval, ao poder terrestre e ao poder aeroespacial, que estão inseridos na marinha, no exército e na força aérea. Apesar da expressão militar estar compartimentada, ela tem que ser analisada como um todo.

Os órgãos da expressão militar do poder nacional são as entidades que desempenham funções de emprego do poder nacional: os órgãos de assessoria, os órgãos de direção geral ou sectorial e os órgãos de apoio.

1.3.3 Avaliação do poder nacional

A avaliação do poder nacional é importante porque nos permite estudar, criticar e propor alternativas sobre o emprego dos meios num determinado ambiente, aproveitando as oportunidades e ultrapassando as vulnerabilidades. A avaliação realizada tem que obedecer ao critério da relatividade e tem de ter em conta o seguinte:

1. Os fatores a analisar para estudar as potencialidades e as vulnerabilidades próprias e dos contrários dependem das informações disponíveis, da finalidade do estudo e da psicologia do autor.
2. A maioria dos fatores varia no tempo, no espaço e em relação ao poder dos contrários, o valor absoluto de cada fator também varia com tempo.
3. A eficácia com que o poder nacional é usado para materializar os objetivos nacionais depende, sobretudo, da capacidade dos líderes nacionais para dirigir, integrar e orientar os elementos do poder nacional.
4. O valor absoluto de cada fator evolui com o tempo. Para que o resultado destas avaliações tenha utilidade na prática é necessário que sejam avaliados os indicadores das várias expressões: política, económica, psicossocial e militar, e de acordo com os seus efeitos (Fundamentos da Doutrina, 1981, p. 65).

Expressão política

Segundo a obra *Fundamentos da Doutrina*, os indicadores a serem estudados em cada expressão podem apresentar-se como dados qualitativos ou quantitativos.

Os dados qualitativos desta expressão podem ser a estabilidade política ou a situação de crise, e os dados quantitativos podem ser a participação política, o inconformismo, a coesão e harmonia no ambiente social, a harmonia no relacionamento entre os componentes da expressão política, a harmonia no relacionamento entre as diferentes unidades territoriais, a eficiência e a eficácia dos órgãos de expressão política do poder nacional, a lealdade às instituições nacionais e a estabilidade política.

Importa utilizar de forma adequada os indicadores para se fazer uma boa avaliação do poder nacional; e ter em conta que as avaliações são influenciadas pela subjetividade de quem avalia e pela dinâmica social. O resultado da avaliação da expressão política mostra-nos a capacidade desta expressão em contribuir para que o poder nacional alcance e mantenha os objetivos nacionais (*Fundamentos da Doutrina*, 1981, p. 61).

Expressão económica

Os indicadores desta expressão apresentam dados quantitativos e são os seguintes: indicadores de potencial, de conjuntura, de tendência e de segurança.

Os indicadores de potencial avaliam o potencial da expressão económica do poder nacional, nomeadamente os recursos humanos, os recursos naturais e a geoeconomia; os indicadores de conjuntura mostram a situação da expressão económica numa determinada época, incidindo nas contas nacionais, no valor de produção, no rendimento per capita, na produtividade do trabalho, e na distribuição do capital.

Os indicadores de tendência permitem a execução de estudos, análise e extrapolação, que expressam a tendência da expressão económica (taxa de crescimento demográfico, da população, do mercado de trabalho, de investimentos, de procura de energia). Os indicadores de segurança refletem o grau de segurança da expressão económica, como por exemplo a estabilidade da moeda, os níveis de emprego, a capacidade de endividamento externo e o grau de suficiência dos recursos estratégicos.

Na avaliação da expressão económica temos que ter em conta a sua abrangência e o seu procedimento. A abrangência do estudo diz respeito às possibilidades em relação aos

objetivos nacionais permanentes, ao estudo das limitações, à formulação de um juízo de valor sobre a própria capacidade da expressão económica. Em termos de procedimento, recorre-se ao levantamento estratégico por áreas geográficas ou por atividades humanas, de acordo com o estudo das possibilidades e das limitações (Fundamentos da Doutrina, 1981, p. 62).

Expressão psicossocial

Os indicadores desta expressão indicam-nos a situação do homem e da sociedade, tendo em vista a formulação de políticas e estratégias por parte do Estado. Estes indicadores devem expressar o bem-estar social do homem e da sociedade e podem ser divididos nos seguintes fatores: demográfico, ecológico, família, educação e cultura, trabalho, habitação, urbanização, providencia e assistência social, ciência e tecnologia, comunicação social, segurança individual e comunitária, religião, opinião pública.

O fator demográfico, que abrange o crescimento da população, taxas de natalidade, de nupcialidade e de fecundidade, estrutura etária, distribuição espacial, migrações internas, taxa de mortalidade geral e infantil.

O fator ecológico inclui as áreas de florestas, a distribuição das florestas, o reflorestamento, os índices de poluição ambiental e de desertificação.

O fator da família, onde teremos a dimensão das famílias, a sua estrutura, a sua coesão e estabilidade.

No fator da educação e cultura podem ser considerados a taxa de alfabetização, o nível de escolaridade, a população estudantil, a relação professor-aluno, a qualidade do pessoal docente, os salários e as organizações e instituições culturais.

No fator trabalho incluem-se a população economicamente ativa, o emprego, o desemprego e o subemprego, a qualificação profissional, a remuneração, o nível de rendimento individual e familiar, a higiene e segurança no trabalho e o lazer.

No fator da habitação podemos destacar o número, tipos e distribuição geográfica das habitações, a qualidade e o número de moradores.

No fator da urbanização são consideradas as áreas urbanizadas, o número de bairros, a luz elétrica, os meios de transporte, as áreas de lazer, as vizinhanças e os serviços.

No fator da providência e da assistência social temos o número de segurados e de dependentes, os auxílios, os benefícios, a reabilitação profissional, a assistência à criança, ao idoso e aos inválidos, o financiamento e a sua organização

No fator da ciência e da tecnologia teremos o número de instituições científicas, o tipo de equipamento, as publicações, e os institutos tecnológicos.

No fator da comunicação social encontramos os meios de comunicação, ou seja, a imprensa, a rádio, a televisão, a audiência e o público.

No fator da mobilidade social há que considerar os índices de ascensão, e os canais de mudança de status

No fator da segurança individual e comunitária incluem-se a incidência de crimes, assaltos, suicídios e alcoolismo.

O fator religião inclui o número de praticantes ou crentes, o número de religiões ou seitas, o número de igrejas e templos.

No fator da opinião pública encontramos a pesquisa de opiniões e os inquéritos.

Os resultados da avaliação destes indicadores devem contribuir para a aquisição e manutenção dos objetivos nacionais e os seus dados devem ser analisados e interpretados de forma a identificar os fenómenos com interesse social, para, seguidamente, fazer previsões.

Expressão militar

A capacidade militar de um Estado pode ser avaliada pelos indicadores da expressão militar. Segundo a obra *Fundamentos da Doutrina*, existem dois tipos de indicadores: os mensuráveis e os apreciáveis. Os primeiros incluem os efetivos (global e de cada força singular), a percentagem de população para efeitos de mobilização de pessoal, a duração do serviço militar, o tipo de recrutamento, o material bélico e equipamentos (quantidade, tipo e origem), a adequação da estrutura militar, os gastos militares e comprometimentos do PIB; e os segundos englobam o nível da moral militar, o grau de instrução e treino, a capacidade de comando, a adequação da doutrina militar, o grau de integração das Forças Armadas, o grau de apoio da opinião pública (nacional e internacional), a situação geoestratégica, a capacidade de mobilização, os recursos económicos, o estágio de desenvolvimento tecnológico e o grau de estabilidade política.

1.3.4 Potencial estratégico

Para avaliar o poder nacional interessa-nos analisar o poder efetivo de um Estado mas também o potencial segundo os mesmos elementos constitutivos. O potencial diferencia-se do poder porque este é a revelação da força em certas circunstâncias com vista à obtenção de determinados objetivos e o potencial é usado para estabelecer objetivos amplos a serem alcançados a longo prazo (Cajarabille, 2010). O General Couto define o potencial estratégico como o “conjunto das forças de qualquer natureza, morais e materiais, que um Estado pode utilizar em apoio à sua estratégia” (Couto, 1988, p. 241).

O potencial estratégico permite-nos conhecer e analisar as potencialidades e vulnerabilidades, sendo a expressão futura do poder no tempo, que se designa de mobilização, destinada a edificar as forças que permitam criar as parcelas duradouras de poder apropriadas para lidar com determinadas ameaças. Esse tempo inclui os prazos críticos ou os tempos mínimos de materialização das ameaças e os prazos de mobilização, os tempos máximos para edificação das forças. Estes dois parâmetros permitem distinguir o potencial em potencial real, que é a força existente para fazer face à hipótese de guerra no tempo útil disponível; e em potencial total, que representa o máximo mobilizável no tempo necessário. No espaço, o potencial está associado à transitabilidade, que representa, com a distância e a dinâmica do meio, as parcelas do poder adequadas para lidar com certas ameaças, mas hoje estes condicionalismos são superados pelos progressos científicos e tecnológicos, que permitem reduzir a escala da distância e superar a dinâmica do meio.

Centros de poder como os núcleos populacionais e industriais mais dinâmicos e tecnologicamente avançados, com os recursos financeiros e energéticos necessários à produção em larga escala dos instrumentos indispensáveis à guerra moderna e dotados com boas comunicações ligam-se aos núcleos secundários de poder, que também são essenciais para a segurança do sistema, pois garantem a manutenção, a multiplicação e o desenvolvimento dos centros de poder.

Na avaliação do potencial e do poder não podemos definir as unidades e os processos, pois são relativos às condicionantes do tempo e do espaço, e o poder de dois atores, por serem relativos e diferentes, só pode ser avaliado pela capacidade de produzir efeitos variáveis no outro.

Para fazer a avaliação do potencial próprio é necessário fazer a análise da situação nacional, avaliar potencialidades e vulnerabilidades, de forma a fixar os objetivos nacionais

permanentes e atuais, bem como selecionar linhas de ação quando se reavalia o potencial de forma mais precisa quanto ao seu valor atual, extensão das possibilidades e grau de transformação.

Quando avaliamos o potencial do outro, não podemos utilizar os seus objetivos nacionais como referência. Fazer a avaliação do potencial estratégico é uma tarefa difícil, devido ao elevado número de dados que nos podem induzir em erro mesmo quando se procede a uma exaustiva colheita e análise de informações.

Para reduzir o grau de subjetividade na avaliação do potencial estratégico de um Estado, Cline elaborou a seguinte fórmula:

$$P_p = (C + E + M) \times (S + W)$$

P_p = Potencial percebido.

C = Massa crítica, calculada em função da superfície do território e da quantidade da população instalada.

E = Capacidade económica, avaliada pelos seguintes indicadores: Produto Nacional Bruto (PNB), energia, recursos minerais críticos, capacidade industrial, recursos alimentares, importações e exportações.

M = Capacidade militar, avaliada por determinados indicadores.

S = Valor da estratégia nacional, em termos de adequação e coerência.

W = Valor das forças morais, da vontade nacional (Couto, 1988, pp. 248-249).

No entanto, a fórmula de Cline apresenta algumas insuficiências referentes aos objetivos ($C + E + M$), os quais também possuem aspetos qualitativos e não tem em conta que o poder é relativo e situacional.

A avaliação do potencial nacional é essencial para a formulação dos objetivos políticos nacionais e para não haver falhas, é necessária a recolha permanente de dados, devido à sua natureza subjetiva e à dificuldade de informação relativa aos fatores adversos, principalmente de origem externa. A avaliação do potencial estratégico é um campo de atuação dos serviços de informação estratégica dos Estados, que obtêm dados e informações estratégicas que permitem a identificação de determinados valores e deficiências e a eventual alteração de situações estratégicas desfavoráveis para situações estratégicas favoráveis, engrandecendo o

poder nacional, reconhecendo potencialidades e encontrando formas de ultrapassar as vulnerabilidades que podem determinar o fracasso do Estado.

1.4 Interação estratégica e tipologia dos processos

1.4.1 Características

No sistema internacional encontramos muitos atores, cada um com objetivos políticos diferentes e diversos tipos de poder. Esta multiplicidade de atores com objetivos e interesses próprios demonstra, o dinamismo das relações entre os atores do sistema internacional.

Ao formularem os objetivos com vista a alcançarem os seus interesses no plano internacional, os atores desenvolvem relações de diversos tipos com outros atores, realizando entre si atos de comunicação (mensagem e negociação) e manifestação de força (desenvolvimento e emprego). Daqui podemos reter que as situações que resultam do interesse de alcançar os objetivos provocam a interação entre os atores e que os interesses como elementos nucleares das relações internacionais determinam a concordância ou a discordância entre os atores internacionais.

Na política externa os Estados aplicam a força de diferentes maneiras, o que provoca a reação dos outros atores, ou uma ação-reação, pela qual cada ator reage à ação do outro. Estas forças podem ser classificadas como força de forma não violenta (persuasão), força de forma potencialmente violenta (intimidando ou dissuadindo), ou força de forma violenta (coagindo), (Ribeiro, 2009, pp. 197-198). Os objetivos políticos são as metas a alcançar que caracterizam os tipos de pressões dos adversários e a sua materialização implica a aplicação do poder. Deste modo, as relações internacionais são caracterizadas pela existência de objetivos a materializar, a conveniência de efetuar trocas ou reduções de interesses e a necessidade de desenvolver pressões ou resistir a pressões de natureza e intensidade diversas.

O decisor político de elevado nível tem o papel de provocar situações que permitam a materialização de objetivos adequados à defesa do maior interesse de cada ator, ou seja, passar de uma situação existente para uma situação desejada e, para isso, é necessário ajustar e comparar os interesses, os objetivos e os poderes. O equilíbrio de poderes nas relações

internacionais alcança-se quando existe uma articulação entre os objetivos e os poderes dos atores que podem fazer evoluir.

Os elementos essenciais das relações internacionais são os interesses, os objetivos e o poder, mas as relações internacionais também dependem ou são condicionadas por fatores básicos como a geografia, a economia, a cultura, a história, a ideologia, e fatores complementares, como as circunstâncias do momento, a mentalidade e personalidade dos dirigentes, a atmosfera envolvente (opinião pública), e o Direito internacional (Ribeiro, 2009, p. 199).

1.4.2 Processos de interação estratégica

Processos conjuntivos

Os processos conjuntivos ajudam a manter a ordem no sistema internacional, pois as relações entre os atores são de cooperação, logo os atores agem em conjunto para a satisfação dos interesses comuns, sem qualquer tendência para haver dominadores entre os atores.

Este tipo de relações originou o aparecimento de organizações multilaterais e acordos de parcerias bilaterais. Quando as relações são de acomodação, os atores mantêm acordos mesmo quando não estão de acordo, tentando atingir os seus objetivos através da ação do outro ator; a relação de assimilação implica aceitação de modelos de comportamento e perda de prerrogativas soberanas externas. No processo conjuntivo, o sistema internacional encontra-se em harmonia e os atores (aliados ou parceiros), por possuírem interesses compatíveis, recorrem à persuasão (forma de relação de poder resultante da exploração da força argumentativa) e atuam consensualmente para a materialização de objetivos convergentes, criando vantagens materiais ou espirituais mútuas.

Este processo não é relevante para o estudo da estratégia, porque as relações não são de conflito nem de hostilidade, uma vez que a estratégia estuda os processos em que os atores são contrários.

Processos disjuntivos

Os processos disjuntivos contribuem para alterar a ordem internacional porque assentam na coação e no exercício do poder, tendo como finalidade a criação de problemas recíprocos. Estes processos são a expressão da injustiça e do ódio em situações estratégicas, que se caracterizam por relações de conflito em que os atores são inimigos e pretendem alcançar objetivos que consideram como vitais.

Na relação de oposição os contendores procuram alcançar objetivos importantes e na relação de competição os adversários concorrem para causar prejuízo ao outro, com vista a alcançarem objetivos, mesmo sendo eles secundários. Neste processo o sistema internacional encontra-se em estado de desacordo e os atores (contrários ou contendores), por possuírem interesses incompatíveis, recorrem à coação (forma de relação de poder resultante da exploração da força material e mental) e atuam de forma oposta para a materialização de objetivos divergentes (Ribeiro, 2009, pp. 201-208).

Estes processos são importantes para a investigação porque contribui para a formulação e a operacionalização da estratégia de defesa militar, mas importa realçar que nas relações internacionais existem mais tipos de relações.

1.4.3 Formas de ação

Segundo o Professor Silva Ribeiro, para que os Estados alcancem e preservem os seus interesses, é necessário que promovam relações com outros atores internacionais, mantendo diversificadas formas de ação de política externa. A decisão sobre a ação da política externa é influenciada pela ideologia e pelo poder nacional. A ideologia condiciona a perceção sobre a forma como a ação deve ser desenvolvida e o poder nacional oferece as formas de pressão a utilizar na ação, as quais podem variar entre a persuasão e a coação. Assim, as formas de ação existentes são as pacíficas e as não pacíficas.

As *formas de ação pacífica* são as que os atores usam nos atos de relação e manifestação de força para tentar persuadir o outro da sua razão, sendo que a manifestação de força é regrada, os contendores têm pouca liberdade de movimento e declaram uns aos outros os seus meios e as suas intenções. Esta forma de ação pressupõe o acordo entre as partes e subdivide-se em forma de ação diplomática (negociações diretas, processos de inquérito, bons ofícios, mediação e conciliação), forma de ação jurídica (arbitragem e via judicial) e forma de ação superestatal.

As formas de ação diplomática são fundamentadas na equidade e na tolerância, e as relações entre os atores fazem-se através da negociação e do diálogo, com vista a promoverem relações pacíficas. Só é possível encontrar formas de ação diplomática puras associadas às relações de cooperação, acomodação e assimilação e, por vezes, nas relações de competição. Noutras situações, as técnicas e os processos de condução das negociações entre os Estados envolvem sempre formas de pressão económica, psicossociológica, política ou militar, o que confere à diplomacia o carácter de estratégia diplomática.

As formas de ação jurídica provêm da interpretação de tratados e dizem respeito às regras do Direito Internacional. As duas formas possíveis desta ação são a arbitragem e a via judicial. A primeira tem como objetivo a resolução de litígios com recurso a juízes árbitros escolhidos pelas partes e tem por base o respeito do Direito Internacional. Os tribunais arbitrais podem ser *ad-hoc* ou permanentes. Na via judicial a decisão é da competência de um tribunal pré-constituído, formado por juízes não escolhidos pelas partes, prevê a aceitação ou a rejeição da jurisdição do Tribunal Internacional de Justiça e tem competência consultiva e contenciosa.

As formas de ação superestatais são reguladas pela Carta das Nações Unidas, nomeadamente no seu Capítulo VIII (Acordos Regionais). O art.º 52º incentiva à criação das OI e ao seu papel na solução pacífica de controvérsias locais, com o natural estímulo do Conselho de Segurança (CS). O art.º 53º destaca, no entanto, que nenhuma ação coerciva deve ser levada a efeito sem autorização do CS. As formas de ação jurídica e superestatais estão ligadas, porque ambas são aplicadas por organizações superestatais.

Como já foi referido, as formas de coação pacífica, por assentarem na persuasão, não podem ser consideradas no âmbito da estratégia e na senda internacional a participação dos atores não é igual, dependendo dos meios de que dispõem. Por este motivo os Estados não podem confiar em exclusividade a sua segurança a estas formas de ação e se o fizerem serão esmagados pelas realidades da vida internacional, que admitem formas de ação não pacíficas, onde o recurso a diferentes níveis de coação cria um leque amplo de consequências, variáveis entre a transformação e a destruição dos atores. Assim sendo, os governantes esclarecidos só consideram os valores da justiça e da tolerância inerentes às formas de ação pacífica, na justa medida em que servem para aumentar o poder e para materializar objetivos nacionais. Sempre que esses valores debilitam o poder são desprezados e adotadas formas de ação não pacíficas (Ribeiro, 2009, pp. 216-217). As *formas de coação não pacíficas* caracterizam-se por, nos atos de comunicação e nas manifestações de força, um ator tentar coagir (obrigar) o outro a

cumprir a sua vontade, tendo em conta as capacidades dos meios de cada ator. Deste modo, as manifestações de força tornam-se desordenadas e os contendores escondem uns dos outros às intenções e os meios que possuem e têm liberdade de realização de movimentos. Esta forma de ação apresenta dois tipos: a não belicosa, em que são usados meios psicológicos, económicos e políticos, segundo as formas de ação psicológica, económica, política clandestina, e diplomática; e a coação militar, que poderá ser usada desde que tenha um carácter punitivo, sem intenções de empenhar meios militares em esforço de grande dimensão e duração. Nas formas belicosas os meios militares têm preponderância sobre as restantes ações da política externa (Ribeiro, 2009, p. 219)

Tabela 1 -Processos de interação estratégica: conjuntivos e disjuntivos

Processos	Expressão	Situações	Relações	Sistema	Atores	Interesses	Pressão	Trabalho	Objetivos	Finalidade
Conjuntivos	Justiça Amizade	Políticas	Cooperação Acomodação Assimilação	Harmonia	Aliados ou Parceiros	Compatíveis	Persuasão (exploração da força argumentativa)	Consensual	Convergentes	Criar vantagens
Disjuntivos	Injustiça Ódio	Estratégicas	Conflito Oposição Competição	Desacordo	Contrários ou Contendores	Incompatíveis	Coação (exploração da força mental ou material)	Negação	Divergentes	Criar problemas

Fonte: (Ribeiro, 2009, p. 200).

A coação é a ameaça do emprego da força no sentido lato, “visa obrigar o adversário a aceitar os nossos pontos de vista, ou impedir o adversário de recorrer a determinadas linhas de ação, através do emprego dos meios militares orientados contra as fontes do poder do adversário, ou da demonstração de uma capacidade militar que anule ou paralise a vontade contrária” (Couto, 1988, p. 90). Já a ação coerciva é o emprego da força militar, variando de intensidade com a forma como cada contendor manifesta a força, tendo como resultado a capitulação ou a ineficiência, e como efeitos básicos a destruição ou o domínio, o comando e o controlo, e a instabilidade, a transformação e os prejuízos. A ação coerciva pode revestir-se de diferentes formas, segundo a natureza da força utilizada: psicológica, económica, política clandestina no interior do adversário, diplomática e militar (Ribeiro, 2009, p. 219).

A coação psicológica tem como função influenciar as decisões, atitudes, ideologias, tensões sociais e económicas do governo e da população pertencentes ao Estado contrário bem como a opinião pública em geral, com o intuito de conquistar adesões por parte dos seus aliados, para desacreditar os objetivos do adversário e consequentemente desmoralizá-lo (Couto, 1988, p. 87). Os meios usados nesta forma de coação são a televisão, o cinema, a rádio, a imprensa, os panfletos, os livros, os rumores, a internet e os slogans, desinformação, controlo da opinião pública, recorrendo também a meios psicológicos para atingir a consciência, minar as motivações e o espírito de lealdade. Devido ao avanço tecnológico e ao desenvolvimento de novas técnicas psicológicas, esta forma de ação passou a ser um instrumento importante para a execução estratégica dos Estados, tanto a nível interno como externo. A ação psicológica, quando não é bem utilizada, pode provocar a perda da credibilidade e causar más interpretações das mensagens transmitidas. Esta ação pode subdividir-se em três: as operações psicológicas estratégicas que visam obter o apoio e a cooperação dos aliados e dos neutros, alterar a vontade e a capacidade de audiências hostis, potencialmente hostis e neutras para realizarem ações agressivas, e contribuir para a gestão de crises e para a dissuasão, em apoio de ações diplomáticas. As segundas são as operações psicológicas de gestão de crises, que têm como objetivo criar uma atmosfera de apoio e vontade de cooperar entre partes em conflito e a população, a fim de apoiar a consecução dos objetivos da missão e evitar o uso da força. Por último as operações psicológicas de combate são realizadas contra audiências alvo, em apoio dos objetivos dos comandantes de qualquer nível, como parte integrante das operações de combate (Ribeiro, 2009, pp. 221-222).

A coação económica visa influenciar economicamente os outros Estados, com ajuda económica ao desenvolvimento, concessão de taxas preferenciais para empréstimos, concessão ao incentivo de investimento estrangeiro, concessão da cláusula do país mais favorecido, assistência técnica, etc.. Estas ações podem parecer pacíficas, mas disfarçam intenções estratégicas, que visam o condicionamento da liberdade de ação política e criam grande dependência dos mais fracos em relação aos fortes, devido à influência económica que estes têm sobre os outros. Este tipo de coação é exercida também com recurso à imposição de sanções, que visam asfixiar economicamente o outro, ou pelo menos levar a que tenha quebras sensíveis nos níveis de produção e de vida, levando a crises políticas internas, que podem vir a ser exploradas por outras formas de coação (Couto, 1988, p. 89). A coação económica pode ter consequências positivas no adversário, estimulando a sua reorganização e reapetrechamento, fomentando a solidariedade e o aumento da coesão para a auto defesa, e aumentando a produtividade e a eficiência, conduzindo a um nível de resistência que não foi previsto pelo contendor; as consequências negativas desta coação são os custos económicos, sociais e políticos para os países a quem são impostas as medidas de coação, os quais resultam da recessão da produção interna, do desemprego, da instabilidade no investimento e de tensões sociais internas. Internacionalmente essas consequências negativas perturbam as redes de trocas e o tráfego, provocam a instabilidade nos sistemas monetários e financeiros, a rutura no aprovisionamento, e alinhamentos políticos de outros países que se demonstram a favor ou contra as medidas de coação (Ribeiro, 2009, p. 223). A coação económica tem como armas a restrição de importações ou aquisição de serviços, a manipulação de preços e de recursos financeiros, medidas de restrição ou proteção no domínio das tecnologias, criação de dificuldades na circulação e escoamento de produtos, perturbações nos sistemas de transportes e comunicações, etc. (Couto, 1988, p. 90).

A coação política clandestina no interior do adversário visa criar dificuldades internas no adversário, que impossibilitem ou enfraqueçam a sua capacidade de ação externa, levando-o a adotar objetivos políticos que favoreçam os interesses do contrário, ou a colocar no poder um governo apoiado por uma facção mais favorável aos interesses do contendor. As técnicas da coação política interior agem no fomento de crises de identidade nacional, na desvalorização da perceção de ameaças externas, na campanha de desprestígio do sistema político, no desenvolvimento de um clima de subversão, na organização de levantamentos revolucionários suscetíveis de conduzir à intervenção internacional, etc. (Ribeiro, 2009, p. 224).

Sobre a coação diplomática Couto refere que se procura isolar o adversário e os seus aliados, e obter o apoio ou no mínimo a neutralidade de outras potências, em relação aos objetivos visados (Couto, 1988, p.88). Este tipo de coação visa a redução da ação do contrário na senda internacional, bloqueando-lhe os apoios diplomáticos, recorrendo a aprovações de moções de condenação, e exclusão das organizações internacionais (Ribeiro, 2009, p. 225).

A coação militar tem como objetivo obrigar o adversário a aceitar os pontos de vista do outro, ou impedi-lo de recorrer a determinadas linhas de ação através de meios militares contra as fontes do poder do adversário, ou por intermédio de capacidades militares que levam à anulação ou paralisação da vontade do contrário. As formas de ação deste tipo de coação poderão ser o posicionamento ou movimento de forças, a alteração no seu grau de prontidão, a mobilização de reservas, a realização de exercícios ou demonstração de força, o fortalecimento de instrutores e o bloqueio militar. O recurso a este tipo de coação na atuação internacional está condicionado por diferentes aspetos, nomeadamente os aspetos morais e sociais da guerra e do emprego das tecnologias que concedem maior potencial aos meios militares materiais (Ribeiro, 2009, p. 226).

Na estratégia, ao implementarmos uma ação temos que ter em conta a reação do contrário, que visa contrariar as condições impostas pelo adversário, utilizando os meios materiais e morais em nível e tipo apropriado. Os meios morais estão associados aos aspetos psicológicos, levando à preferência ou não da razão contrária, ou a moldar-se ou não à situação desfavorável criada. Por este motivo, a essência da estratégia de usar as coações belicosas ou não belicosas está diretamente relacionada com os elementos da coação psicológica. Os meios materiais são instrumentos utilizados para criar situações desfavoráveis ao adversário. Ao recorrer a estes meios é importante manter a adesão da população aos objetivos nacionais, pois o emprego destes meios impõe grandes sacrifícios. Existem duas formas para utilizar estes meios: a forma persuasiva, que tira proveito das situações que levam os cidadãos a baterem-se, sacrificando as suas vidas, de forma a obterem o seu empenho em ações estratégicas tão exigentes, e para isso é necessário informá-los, dirigi-los e explicar-lhes a necessidade desses sacrifícios, recorrendo a campanhas de imprensa, de rádio e de televisão. Porém, é essencial obter o contributo de agrupamentos sociais influentes, nomeadamente o clero, os professores, os sindicatos e os partidos políticos. A população deve ter o sentimento de que todos participam no esforço estratégico e assumem a sua parte do desconforto e das privações suplementares, e é vantajoso que a ideologia social conduza ao espírito de sacrifício da população; a forma coerciva condiciona a atuação dos elementos subversivos, sendo

necessário impor medidas de controlo dos meios de informação, colocar em lugar seguro indivíduos perigosos para a manutenção da ordem, exercer vigilância sobre elementos duvidosos, retirando-os de postos onde possam prejudicar o esforço estratégico, reprimir a desordem e a ação subversiva, preservar a população e as Forças Armadas da propaganda adversa (Ribeiro, 2009, p. 226).

Capítulo II Modelo de Análise

Modelo de Análise

Para analisar o potencial estratégico de um ator deparamo-nos com uma variedade de autores que apresentam modelos diferentes, com fatores a analisar também diferentes.

É necessário escolher um modelo de ação tendo em conta a combinação dos fatores de decisão, segundo os princípios estratégicos da importância do objetivo, da economia de esforço e da liberdade de ação, que em conjunto permitem uma avaliação objetiva das possibilidades próprias e dos contrários num determinado contexto estratégico. Ao escolher uma modalidade de ação, o decisor procura articular os fatores de decisão (objetivos, meios e meios de coação, tempo e contrário), com objetivo de alcançar vantagens estratégicas e afetar o centro de gravidade do contrário, de forma que as suas ações não tenham sucesso (Ribeiro, A. S., 3ª aula).

Estes modelos de estudos estratégicos não são universais, variam com as circunstâncias e o tempo das diferentes características étnicas de uma nação, mas no entanto mostram-nos as potencialidades e vulnerabilidades materiais relativas dos atores.

As modalidades gerais de ação existentes são nomeadamente a ameaça direta, ameaça indireta, pressão indireta, ações sucessivas, ações militar de aniquilamento, ação militar de atrito, ação indireta de neutralização (Couto, 1988, pp. 296-302).

Na ameaça direta, se dispusermos de meios materiais poderosos, liberdade de ação e objetivo modestos, a simples ameaça de empregarmos os nossos meios, fará com que o adversário mantenha o *statu quo*, uma vez que nos apresentamos numa posição de vantagem e o adversário não empenhará esforços para mudar a situação.

A ameaça indireta acontece se a relação de força for desfavorável. A manutenção do *statu quo* requer suficiente liberdade de ação para recorrer à diplomacia e à ação psicológica, ou mesmo procurar apoio dos aliados, de forma a levar o adversário a renunciar, devido à intervenção de uma força aliada.

Na pressão indireta, se tivermos meios favoráveis, objetivo modesto e liberdade de ação reduzida, a melhor maneira de atingir o objetivo será recorrer a manobras que visam desequilibrar ou desgastar o adversário, com ações desleais de forma a enfraquecer as suas formas morais e leva-lo a aceitar a nossa condição.

Ações sucessivas acontecem, quando dispomos de meios poderosos, temos um objetivo importante e liberdade de ação restrita. A manobra desta modalidade de ação consistirá numa série de ações sucessivas aparentemente modestas, entrecortadas por pausas, que combinam a ameaça direta, a pressão indireta e ações militares rápidas, mas limitadas.

A lassidão acontece se dispusermos de meios muito inferiores, liberdade de ação limitada e objetivos muito importantes. Nesta situação teremos de articular adequadamente as manobras, de forma a desgastar as forças morais do adversário.

A ação militar de aniquilamento acontece quando possuímos relações de forças favoráveis, em que os meios militares são poderosos, o objetivo é importante e a liberdade de ação é suficiente. Deste modo, a ação deve ser mais rápida possível, de forma a não proporcionar ao adversário o tempo de reagir.

Na ação militar de atrito se houver relação de forças desfavoráveis, dispondo de objetivo importante, meios militares e liberdade de ação suficientes, a melhor manobra é elaborar uma tática adequada, que combine ações de flagelação, evitar batalha e desgastar o inimigo material e psicologicamente. Procura-se que a ação seja de duração considerável.

A Ação indireta de neutralização é uma modalidade propícia, quando dispomos de meios inferiores aos do adversário, objetivos importantes ou secundários e liberdade de ação suficiente ou reduzida. Para reverter a situação a nosso favor devemos recorrer às atuações clandestinas e insidiosas, com vista a ocupar o centro de gravidade do adversário (Couto, 1988, pp. 296-302).

Couto propõe modelo da ação estratégica a nível integral, na qual estão presentes os modelos clássicos **atrás** referidos. Este modelo evidencia a importância da harmonia entre os princípios da estratégia na utilização dos fatores de decisão (objetivo, meios, meio, tempo, contrário), realça o carácter e a originalidade do raciocínio estratégico e permite perceber a diversidade de soluções possíveis para atuações estratégicas, em que a estratégia deve ser um método de pensamento que permite classificar e hierarquizar os acontecimentos e depois escolher os procedimentos mais eficazes, pois em cada situação implementamos uma estratégia específica. A interação estratégica entre os contrários altera os fatores de decisão, modificando as suas relações de força (Ribeiro, 2009, pp. 227-235).

Para avaliarmos o potencial de um ator, é necessário ter em conta os fatores que determinam a sua potencialidade e a vulnerabilidade. Os fatores a serem analisados variam com o tempo e determinam as possibilidades do sucesso estratégico. Deste modo, vários

autores apresentam diferentes números e natureza de fatores, para estudar o potencial estratégico.

Spykman apresenta dez factores (superfície do território, natureza das fronteiras, volume da população, matéria prima disponíveis, desenvolvimento económico e tecnológico, capacidade financeira, homogeneidade étnica, grau de integração social, estabilidade política e espírito nacional).

Morgenthau apresenta oito fatores (geografia, recursos naturais, capacidade industrial, estado de preparação militar, população, caráter nacional e qualidade da diplomacia).

Steinmetz considera também oito fatores (população, dimensão do território, riquezas, instituições políticas, qualidade da chefia, unidade e coesão nacionais, prestígio e amizade no estrangeiro e qualidades morais).

Fischer apresenta três categorias de fatores (político, económico e psicológico)

R. Aron apresenta os seguintes fatores a serem analisados: meio, recursos e a capacidade de ação coletiva (Couto, 1988, pp. 254-256).

Optámos pelo modelo do estudo do potencial estratégico proposto por Couto, por ser um modelo mais completo e pode ser adaptado em cada caso particular, em função dos elementos de informação disponíveis, da psicologia do autor que realiza o estudo, do grau do desenvolvimento do território e da finalidade do estudo (Couto, 1988, p. 257). Este modelo de estudo apresenta os nove fatores a serem analisados, que indicamos na tabela abaixo.

Tabela 2. Fatores do potencial estratégico e seus parâmetros

Fatores	Parâmetros
<p>Físico</p> <p>Definição: É o fator estável do potencial estratégico, em que estudamos as características do território e analisamos o meio envolvente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Território • Mar • Ar e clima
<p>Humano</p> <p>Definição: Características da população</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade • Estrutura

e do seu modo de vida.	<ul style="list-style-type: none"> • Características físicas, morais e intelectuais
<p>Recursos naturais e comunicações</p> <p>Definição: Avaliação dos meios disponíveis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos naturais • Comunicações
<p>Histórico</p> <p>Definição: Dinâmica histórica da conquista e manutenção da independência.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Objetivos históricos e sua evolução • Principais guerras e disputas • Linhas de força históricas da política externa
<p>Económico</p> <p>Definição: Análise da gestão dos recursos e dos seus resultados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Características gerais • Sector primário • Sector secundário • Sector terciário • Organização financeira • População ativa • Coordenação geral da economia
<p>Sociocultural</p> <p>Definição: Características das atitudes, crenças e modo de vida da população.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura social • Religião • Educação • Saúde • Segurança e bem-estar social • Trabalho • Comunicação social • Comportamento/atitudes da população
<p>Científico-tecnológico</p> <p>Definição: Avaliação da capacidade de</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Papel do Estado • Principais organismos de investigação

<p>investigação científica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Política governamental: principais objetivos e perspetivas de consecução
<p>Político-administrativo</p> <p>Definição: Análise da organização dos órgãos de decisão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema político • Organização político-administrativa • Sistema judicial • Organização geral da defesa nacional • Ordem pública e segurança interna • Dinâmica política • Política interna • Política externa
<p>Militar</p> <p>Definição: Avaliação dos meios militares.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Bases institucionais • Características gerais do serviço militar • Missões gerais • Organização • Meios • Sistemas operacionais permanentes • Sistemas de recrutamento • Sistemas de convocação e de mobilização militar • Logística • Meios financeiros afetados às forças armadas • Mobilidade estratégica • Acordos e alianças militares • Relações com as forças de segurança

Capítulo III Fatores do Potencial Estratégico

1. Fator Físico

1.1 Território

1.1.1 Configuração

Segundo o autor Philippe Defarges (2003), “o espaço é um constrangimento do qual o homem não se pode libertar, mas o impacto deste constrangimento varia em cada situação particular” (Defarges, 2003, p. 16).

Angola é um país do sudoeste de África, a sul do Equador e a norte do trópico de Capricórnio, entre os paralelos 5° e 18° S e os meridianos 11° E e 24° E. O país é constituído por dois territórios separados geograficamente pelo rio Zaire, ficando mais a norte do rio o território de Cabinda e a sul Angola. Faz fronteira a oeste com o oceano Atlântico, a norte e a leste com a bacia do rio Congo e a sul com o deserto da Namíbia (Wheeler & Pélissier, 2009), abrangendo ainda o enclave de Cabinda que se situa a norte, entre o Congo e a República Democrática do Congo.

As fronteiras tornaram-se mais concretas a partir do século XVI, podendo servir não só para demarcar o território e a soberania de um Estado, mas também para proteger e assegurar a política económica do mesmo (Boniface, 2008). A fronteira tem uma função simbólica de localização, “exportada” pela Europa para o resto do mundo para dividir as suas áreas administrativas. Na altura das independências foi usada para estabelecer as fronteiras estatais que contribuem para que cada Estado se veja como um todo e diferente dos outros Estados (Defarges, 2003, p. 34).

Angola tem fronteira com diversos países e com o Oceano Atlântico. A sua fronteira marítima tem 1.500 km (810 milhas náuticas), e a fronteira terrestre tem 5.198 km, distribuídos da seguinte forma: a norte e leste 2.511 km de fronteira com a República Democrática do Congo, dos quais 225 km fazem fronteira com o enclave de Cabinda, a sul 1.376 km de fronteira com a República da Namíbia, a leste 1.110 km de fronteira com a República da Zâmbia e por fim 201 km de fronteira com o Congo (Rita & Vieira, 2008). Estas fronteiras são contínuas com a exceção do Enclave de Cabinda que situa-se entre o

Congo e a República Democrática do Congo, apresentando uma descontinuidade de 421 km (Colégio São Francisco, 1999).

O território Angolano está dividido em seis áreas geográficas: a faixa costeira, a zona de transição para o interior, os relevos intermédios, os planaltos, a bacia do Zaire e a bacia dos rios Zambeze e Cubango (Abrantes J. M., 2005).

1.1.2 Extensão

Segundo algumas teses germânicas, espaço é poder, e um grande espaço coincidirá com um grande poder.

Na classificação da dimensão dos territórios apresentada pelo Professor Ilídio do Amaral, Angola é considerada um grande Estado devido (Almeida, 1994, p. 12), pois é o quinto maior país da África Subsaariana, com uma área de 1.246,700 km².

O seu comprimento no sentido Norte-Sul é de 1.277 km e a largura no sentido Este-Oeste é de 1.236 km, dimensões que conferem ao país a forma de um quadrado com uma saliência a leste e uma depressão na costa atlântica a meio do território (Mirex, 2002). A província de Cabinda, situada na foz do rio Zaire, está separada do território principal e apresenta uma área de 7.680 km².

1.1.3 Posição

Segundo o autor Políbio Valente, Angola situa-se na região do *Sudan Grassland* (S.G.), caracterizada como sendo uma área de transição que geograficamente não bloqueia nenhum dos países vizinhos e pode servir de alavanca nas relações entre o norte e o sul do continente. Para além de fazer parte do *Sudan Grassland*, o país também pertence ao *Heartland* do Sul (H.S.), que segundo Mackinder é a área que separa o mundo branco do mundo negro e que promove circulação, pois permite controlar a península arábica, o oceano Índico e o oceano Atlântico (Defarges, 2003, p. 49). Das características do *Heartland* apresentadas por Angola, podemos salientar o fato de dispor de uma grande variedade de recursos, o que lhe confere a possibilidade de manter uma situação de fortaleza sitiada. O país também faz parte do *rimland* de África, pois a sua posição geográfica concede-lhe vantagens nas vertentes terrestre como marítima, apresentando-se assim como uma área com enorme

potencialidade geopolítica, podendo intervir de forma acentuada nos fluxos económicos que sustentam o *Trade Dependent Maritime World* (Almeida, 1994, p. 117)

1.1.4 Estrutura física e vegetação

Como todos os outros países, Angola tem sofrido alterações nos seus solos devido a processos naturais e à ação do homem. O território angolano apresenta uma variedade de solos. A terra é constituída por 2% de terras aráveis, 23% de pântanos e pastagens, 4% de florestas e 32% são o restante tipo de terras que Angola contém.

A sua superfície arável é estimada em três milhões e meio de hectares, dos quais só 3% são utilizados e os solos mais férteis, encontram-se nos rios que contêm aluviões ricos em minerais e compostos orgânicos, enquanto os solos pouco férteis se encontram nas regiões mais secas, como no interior do Namibe (Ministério do Planeamento, 2005).

Deste modo, temos na vasta extensão da faixa litorânea a sul, propriamente na província do Cunene, dunas do deserto formadas por areias que se acumularam devido ao vento do litoral. Encontramos também solos aluviais que são típicos de planícies fluviais, terreno rochoso e litossolos ou solos esqueléticos, solos psamíticos ou arenossolos, solos calcários, barros, solos arídicos tropicais, solos calcolíticos, solos oxisialíticos, solos fersialíticos tropicais, solos paraferalíticos, solos ferralíticos, solos hidrométricos (Ministério do Planeamento, 2005).

Geologicamente Angola é constituída por terras altas, limitadas por uma estreita faixa de terra baixas cuja altura varia de 0 a 200 metros e acima destas encontramos as montanhas e os planaltos, sendo o planalto central o mais importante do ponto de vista económico, além de influenciar a distribuição da temperatura, da humidade e da precipitação no país. O relevo é formado por um conjunto de planaltos que descem do interior para leste da faixa litoral do oceano rodeado de montanhas a oeste.

Cerca de 73% do território é formado por planaltos de 1000 a 2000 m de altitude, mas a zona da faixa do litoral só contém 200 m de altitude. A maior altitude é o morro do Moco com 2620 m, situado na província do Huambo (Diniz, 1998). No que se refere à transitabilidade, existe possibilidade de existir a todo território, mas tem o constrangimento da existência de minas terrestres e de alguns terrenos pantanosos no norte do país.

O território angolano abrange parte dos sistemas hidrográficos do maior rio da África Ocidental, rio Zaire ou Congo, com 4000 km, e do maior rio da África Oriental, o rio Zambeze, com 2680 km de comprimento, tendo também uma das maiores redes hidrográficas do continente africano. As principais redes hidrográficas têm origem nas áreas planálticas e montanhosas. Angola oferece um número considerável de rios, que dividimos em cinco vertentes de escoamento (Rita & Vieira, 2008):

- A vertente do atlântico com os rios Chiloango, Zaire, Bengo, Kwanza, Keve, Catumbela e o rio Cunene;
- Na vertente do Zaire no norte do país temos os rios Cuango e Cassai, e os seus afluentes, Cuilo, Cambo, Lui Tchicapa e Luachimo;
- Quanto à vertente do Zambeze encontramos os rios a leste do país, como o Luena e o Lungué-Bungo;
- A vertente do Etosha que abrange os rios Cunene e Cubango;
- Por fim a vertente do Kalahari, onde temos os rios Kubango, Cuchi e Cuito.

Os rios angolanos apresentam dificuldades de navegabilidade de longo percurso, devido às cataratas que dificultam a entrada para o interior do território. O rio com maior navegabilidade é o Kuanza, com cerca de 1000 km de extensão. As principais bacias hidrográficas são as dos rios Zaire, Mbridge, Kuanza, Keve, Cunene e Cuando, as quais abarcam mais de dois terços do território, e assim concedem ao país um enorme potencial hidroelétrico, que permitiria que a sua capacidade de energia excedesse as necessidades da população; o principal lago é o Dilolo, seguido das lagoas do Panguila e da Muxima (Ministério do Planeamento, 2005).

Em relação à vegetação encontramos as savanas e as florestas que permitem refúgio em tempo de guerra, localizando-se no interior do Zambeze e expandindo-se nas regiões de Malange, a leste do Uíge e a ocidente das Lundas. As florestas densas húmidas encontram-se nas regiões do norte do país, revestindo os relevos acidentados da costa atlântica desde a província de Cabinda, na floresta do Maiombe, até ao rio Balombo. Na faixa litoral deparamo-nos com estepes, que se estendem desde o litoral de Namibe até ao interior sul da província do Cuando-Cubango, savana seca e deserto absoluto no litoral da província do Namibe, mata de

panda ou floresta aberta e anharas no Moxico e chanas da Lunda. Em Angola existe um forte potencial de terras agrícolas, que se situam a ocidente do planalto (Diniz, 1998).

1.1.5 Acidentes naturais

Os acidentes geográficos naturais são variações existentes no relevo terrestre e podem ser utilizados para demarcar fronteiras (Faria, 2008). Em Angola podemos encontrar os seguintes acidentes naturais:

- As serras da Canda e do Cusso que separam as bacias dos rios Loge e Cuando e a serra Mucaba que separa as bacias dos rios M'bridge e Loge situadas da província do Uíge;
- A serra de Tala Mungongo situada na província de Malange, separando as bacias dos rios Cuando e Cuanza;
- O Planalto da Lunda, que separa as bacias do Cuango e Cassai, situado na província da Lunda Sul;
- Os Montes Luvili na província do Kuanza-Sul, separando o rio Cuanza do rio Keve;
- A Serra da Neve situa-se entre os rios Caporo e Bentiada na província do Namibe;
- A serra de Galangue, situada a norte da província da Huíla, separando os rios Cunene e Cubango;
- O deserto do Namibe, situado na província do Namibe;
- A ilha de Luanda, que separa a cidade de Luanda do oceano Atlântico (Ministério do Planeamento, 2005).

1.2 Mar

1.2.1 Configuração

O país é banhado de norte a sul pelo oceano Atlântico, logo a sua costa, com uma extensão de 1500 km, é banhada por um mar aberto e o seu espaço marítimo é inferior ao espaço terrestre (Instituto Hidrográfico, 1970).

1.2.2 Profundidade

O oceano Atlântico é o único oceano que banha Angola, tendo a profundidade de 6.000 a 7.000 km a sul do Equador e a leste, e as suas águas profundas são fáceis de navegar. A costa angolana tem uma profundidade que varia de 3 metros até profundidades muito elevadas. Por exemplo, na região de Cabinda a isobática³ de 10 metros encontra-se a uma distância que varia entre 2 a 5 milhas da costa; na região do Zaire a isobática de 12 metros encontra-se próximo de 1 milha, e na região de Luanda a isobática de 10 metros está aproximadamente a 1 milha da costa; na região sul a isobática de 20 metros se encontra a uma distância da costa de 1.5 milhas e vai-se afastando gradualmente até às 5 milhas náuticas. A profundidade do mar angolano permite a navegação submarina, pois a partir de sensivelmente 5 milhas da costa temos profundidades acima dos 100 metros, mas este tipo de navegação não é realizada por inexistência de submarinos. (Instituto Hidrográfico, 1970).

1.2.3 Navegabilidade

O mar angolano é considerado um mar calmo (mar espelhado, sendo a velocidade do vento de 0,3 metros por segundo), em que as correntes ao longo da costa são inferiores a 1 nó, a ondulação é suave, apresentando possibilidade de navegação durante o ano inteiro, só ao longo do rio Zaire é que a corrente atinge uma velocidade de 8 nós.

Na época das calemas⁴, entre setembro e novembro, o nível do mar é designado como “o mar força 2”, em que o vento atinge uma velocidade de 2,5 metros por segundo, as ondas de mar calmo transformam-se em ondas curtas e pronunciadas e o vento apresenta-se fraco de 2 a 3 metros por segundo, permitindo uma navegação segura para todo tipo de navegação, incluindo a navegação miúda (barcos com menos de 6 metros) (Instituto Hidrográfico, 1970).

1.2.4 Pontos críticos

Ao longo da costa angolana, e do ponto de vista da navegabilidade, não existem istmos, estreitos ou ilhas. A rota norte-sul ao longo da costa é feita com segurança, a partir de 2 milhas.

³ Isobática é uma linha que une pontos de igual profundidade

⁴ Calema é um fenómeno de alteração brusca do estado do mar

1.2.5 Acessibilidade

Neste momento Angola não tem uma plataforma continental, mas foi criada uma comissão interministerial, que está a tratar da extensão da plataforma continental de Angola para além das 200 milhas. Ao longo da costa angolana encontramos os portos de Luanda, Benguela e de Namibe todos naturais. Em relação às áreas de desembarque, na costa angolana é possível a realização de desembarque principalmente próximo dos portos, exceto nas regiões de Landana, Porto Amboim e Quicombo, que possuem a costa alcantilada⁵, impossibilitando o desembarque (Instituto Hidrográfico, 1970).

1.3 Ar e Clima

1.3.1 Temperatura e Humidade

A temperatura do território angolano é influenciada pelo relevo de altitude e pela corrente fria de Benguela, responsável pela secura no litoral. A zona norte do país apresenta temperaturas que podem atingir os 40° C, o planalto central apresenta temperaturas médias de 19° C, no litoral a temperatura varia de 17° C a 34° C entre janeiro e abril, e nos meses de julho e agosto de 12° C a 27° C, e a humidade é superior a 30%. No interior e no nordeste do país há mais humidade (Diniz, 1998).

1.3.2 Nebulosidade e Precipitação

Angola tem duas estações, a estação seca e quente e a estação chuvosa e húmida. A precipitação em Angola é condicionada pelo movimento da zona intertropical de convergência do ar que resulta de um intenso aquecimento solar, dando origem a forte precipitação.

A época chuvosa vai de outubro a finais de maio e a estação seca abrange os meses de junho, julho e agosto. As regiões mais chuvosas encontram-se no nordeste e interior do território. Enquanto no litoral a precipitação varia de 50 mm a 800 mm, a sul da baía de Benguela a quantidade de precipitação diminui, pois a corrente fria de Benguela cria estabilidade atmosférica e origina fraca precipitação. Nas regiões costeiras de Angola a

⁵ Costa alcantilada é uma costa muito alta, acima de 50 metros de altura do nível do mar

nebulosidade é alta durante todo ano, registando um máximo durante o cacimbo⁶ e um mínimo no mês de maio, mas há boa visibilidade, não havendo interferência nas ações aéreas (Moreira I., 2006).

1.3.3 Vento

O vento no território angolano é ameno, dando origem a brisas que mudam de sentido de manhã para tarde. De manhã as brisas sopram do mar para terra e de tarde o movimento é contrário. Assim, Angola apresenta grandes possibilidades de uma boa navegação aérea, com pouca influência de ventos nos trajetos e na velocidade das aeronaves.

1.3.4 Tipo de Clima

O clima de Angola é bastante variado, pois existe um contraste entre o clima do litoral, seco e quente com chuvas fracas, chamado cacimbo, que ocorrem entre maio a setembro, e o clima húmido e chuvoso do planalto, mais ameno e com mais precipitação, que começa em outubro e termina no início de abril.

Este clima deve-se pelo fato do território se encontrar entre o Equador e o trópico de Capricórnio, onde a convergência intertropical é a principal causa das precipitações durante a estação húmida, nas regiões do norte e a ocidente do planalto. A estação seca no litoral é determinada pela corrente fria de Benguela, trazendo temperaturas mais secas e frias (Diniz, 1998).

O clima de Angola é tropical a norte e subtropical a sul, onde as temperaturas médias anuais são inferiores a 21° C e onde o verão é mais suave. O clima angolano não é totalmente tropical porque é influenciado pela corrente fria de Benguela, que vai desde Luanda ao sul do território e ao deserto do Namibe.

O clima também se caracteriza por ser árido numa faixa estreita litoral a sul de Luanda, no sudoeste do país. Podemos encontrar um clima semiárido nas regiões do noroeste até ao sul, em direção à bacia do Cunene e do Cubango e ainda o clima sub-húmido seco e sub-húmido chuvoso desde a pequena faixa da região noroeste até ao oeste do Lubango (60% do território apresenta um clima húmido). A variação climatérica que se tem registado no

⁶ Cacimbo é o nome dado em Angola à estação seca (sem chuva)

mundo, também se faz sentir em Angola, e tem prejudicado muito a produção agrícola (Moreira I., 2006).

Em termos agrários, o crescimento dos produtos agrícolas depende do conhecimento das durações cronológicas e térmicas, sendo essencial para os agricultores um planeamento agrícola, baseado na utilização racional e sustentável dos recursos ambientais do país, preservando deste modo o potencial agroclimático de determinadas regiões de Angola (Moreira I., 2006). Nas estações secas pode-se cultivar mandioca, algodão massambala e massango, mas as principais zonas de produção agrícola situam-se em locais onde há mais precipitação (Diniz, 1998).

1.4 Conclusões Sectoriais

As regiões homogéneas e estrategicamente importantes são as que situam-se no litoral, como as província de Benguela e Luanda, por serem grandes centros urbanos, onde se localizam os principais serviços. As províncias de Cabinda, Zaire, Lunda Norte e Lunda Sul têm uma importância estratégica para o país devido à exploração de petróleo, à extração de diamantes, e à boa acessibilidade a esses recursos.

As vulnerabilidades apresentadas neste fator são o aproveitamento ineficiente das barragens, a pouca importância que o governo angolano tem atribuído ao mar, pelo que os portos de Angola ainda não têm capacidade para a mobilidade de grandes mercadorias, prejudicando deste modo o comércio bilateral, e a existência de minas terrestres deixadas pela guerra, pelo que a mobilidade ainda não se faz livremente.

Apesar de Angola possuir rios com enormes caudais e potencial para a criação de unidades hidroelétricas de grande dimensão, a distribuição de água potável faz-se de forma ineficiente e as barragens não são devidamente exploradas, concluindo-se que o país não tem tirado proveito das potencialidades existentes.

Angola tem um território extenso, com uma forma física que permite a coesão e facilita a defesa nacional. A sua posição territorial também lhe confere vantagens estratégicas, uma vez que tem como fronteira o extenso oceano Atlântico e vários Estados, o que facilita a criação de alianças.

O solo é rico em minerais e apresenta boas condições para cultivo, a vegetação é diversificada, permitindo refúgio e práticas de emboscada em tempo de guerra.

A rede hidrográfica é rica, possuindo variadíssimos rios que correm do interior para o litoral do país, possuindo barragens hidrográficas que concedem a Angola um potencial com capacidade de fornecer energia aos países vizinhos.

O seu clima é variável, favorecendo as práticas de agricultura e turismo e o mar angolano possui quantidades inestimáveis de recursos que, bem explorados, constituem uma potencialidade para o país.

2. Fator Humano

2.1 Quantidade

2.1.1 Efetivos

O povo é um dos três componentes do Estado, sendo um elemento fundamental para o crescimento económico e a sua estrutura e a sua dinâmica são de extrema importância para o desenvolvimento de um Estado. O último recenseamento geral da população angolana foi feito em 1970, por este fato deparamo-nos com carência de informações sobre os dados que fazem parte do fator humano (e os mais recentes que podemos encontrar sobre a totalidade da população angolana provêm de estimativas). O Instituto Nacional de Estatística (INE) tem realizado estimativas desde a segunda metade do século passado para conseguir chegar ao número total de habitantes que Angola possui, pois não tem meios para realizar um novo censo populacional. O resultado da estimativa para 2010 foi de 18,082 milhões de habitantes, com uma taxa de crescimento anual de 3% e uma densidade populacional de 14,5 por mil habitantes (Setas & Júnior, 2010).

Pode-se dizer que o país apresenta uma estrutura populacional própria de regiões em vias de desenvolvimento e de um país que viveu um longo conflito armado, com uma pirâmide demográfica de base larga. É importante referir que os dados fornecidos pelas diferentes entidades divergem, devido à estrutura de registo que cada entidade faz.

2.1.2 Distribuição geográfica. Densidade

O estudo realizado pelo Ministério do Planeamento (MINPLAN) mostra que 50% da população se encontra em quatro províncias do país, nomeadamente Luanda, Benguela, Huambo e Huíla. Segundo os dados de 2008 do INE a maior parte da população encontra-se na província de Luanda, que tem 3.759.767 habitantes, isto é, um terço da população do país. O maior número de pessoas encontra-se no município e comuna do Sambizanga, pois Luanda é o centro de comércio e de desenvolvimento de Angola, e devido à guerra civil, milhares de pessoas ultrapassaram as suas barreiras étnicas, deslocando-se para a capital, a fim de encontrarem um local seguro para viver e recomeçar a suas vidas, devastadas pelo conflito.

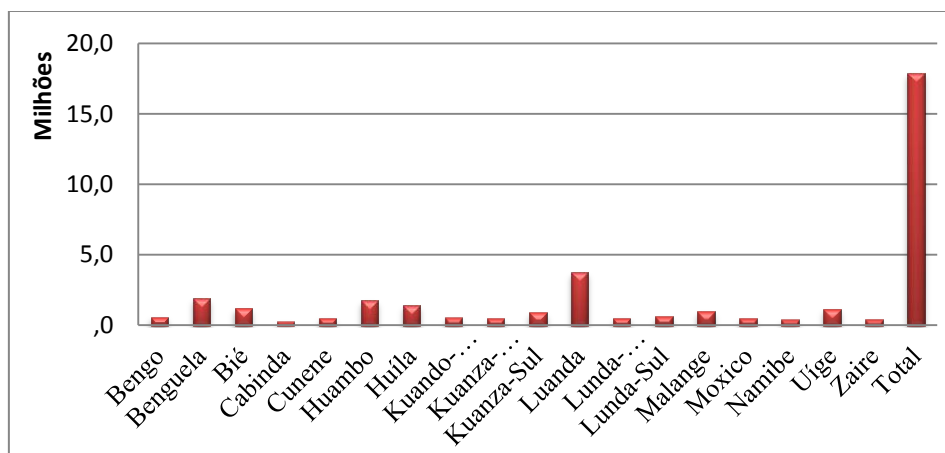
A concentração de pessoas em Luanda trouxe consigo dificuldades e problemas ligados à insuficiência, saturação e deterioração da infraestrutura produtiva e social existente para atender uma população que se reproduz rapidamente (Ministério do Planeamento, 2005, p. 62)

A segunda província mais habitada é Benguela, com 1.896.011 pessoas. A restante população encontra-se dividida pelas diversas províncias e a menos habitada é a província de Cabinda, com 276.195 pessoas. Nesse estudo, o país apresenta uma densidade populacional média de 14 habitantes por km², sendo que Luanda e Benguela apresentam uma densidade populacional maior que o resto das províncias (Ministério do Planeamento, 2009, p. 18).

A heterogeneidade na distribuição da população angolana não resulta exclusivamente do longo conflito que arrasou o país e da insegurança sentida pela população, mas resulta igualmente do processo de urbanização iniciado nos anos 60 (Ministério do Planeamento, 2005, p. 61).

A nível rural, a densidade populacional varia, dependendo do grau de pluviosidade, dos solos e de condições de segurança e subsistência, pois a maior parte da população tem a agricultura como atividade de subsistência e rendimento, fazendo do espaço ou terra, a sua habitação e a sua aldeia. Os centros urbanos atuam como polos de atração da população. Estes centros se encontram no litoral e nos planaltos devido ao modelo de colonização portuguesa, que deu primazia a estes locais onde a população se concentra em pequenas comunidades pesqueiras e de comércio (Ministério do Planeamento, 2005, p. 63).

Gráfico 1: Distribuição da população por províncias (2008)



Fonte: Ministério do Planeamento (2009).

2.1.3 Taxas

Angola apresenta uma taxa de crescimento populacional de 3%, pois a taxa de fecundidade é alta, com 7,3 filhos por mulher, mas a esperança média de vida é baixa, sendo de 54 anos em 2011. A taxa de natalidade é bastante alta com 51,3% de nascimentos por mil habitantes. No ano de 2008 Angola apresentava a maior taxa de mortalidade do mundo, e segundo a estimativa de 2011 a sua taxa de mortalidade é de 23,4 mortes por mil habitantes. A taxa de mortalidade infantil é de 17,59% por 1000 nascimentos, mas pelas medidas tomadas pelo governo, em parceria com organizações internacionais e países aliados, as taxas de mortalidade têm diminuído consideravelmente (*Central Intelligence Agency, 2011*).

2.1.4 Migrações

As primeiras migrações foram as dos povos bantu, que vieram do norte há mais de 3000 anos e desenrolaram-se até ao século X, época em que começou a fase da estruturação e formação dos grupos étnicos e dos primeiros reinos angolanos. As migrações e a miscigenação resultante do encontro de várias etnias durante os anos de guerra oferecem um quadro caracterizado por uma variedade de grupos étnicos nas grandes cidades, contribuindo para a coesão da Identidade Nacional.

A migração em Angola tem como causas principais a política e a guerra civil, mas também razões socioeconómicas decorrentes da ausência de medidas políticas que minimizassem os efeitos de um vasto período de seca em algumas províncias do país. A migração em Angola é um fenómeno inevitável, uma vez que apresenta um território extenso e os centros urbanos intermédios, localizados no litoral, não são suficientes, tornando-se polos de atração para as pessoas vindas do interior, e contribuindo para o povoamento das cidades (Trindade, 2000, p. 334).

A migração interna é elevada, apresentando um êxodo rural de 29% em 2002, pois os anos de guerra civil transformaram os campos agrícolas do interior em locais minados, pelo que os seus habitantes tiveram de se deslocar para as cidades, que não tinham para integrar estas pessoas na vida ativa, o que afetou as estruturas económicas, sociais e administrativas.

Estas migrações provocaram e continuam a provocar uma intensa redução da população rural, o que conduz ao decréscimo da produção alimentar, pondo em causa os meios de subsistência da população, originando grande pressão no mercado de trabalho, sem mão-de-obra qualificada que levou ao aumento do setor informal da economia, do

desemprego e que provocou situações urbanísticas insustentáveis, que agravam ainda mais a pobreza existente no país (Trindade, 2000, p. 292).

Outro fato importante é a emigração da elite das capitais provinciais para a capital do país, provocando o bloqueio ao rápido desenvolvimento das províncias, pois eram essas elites que investiam regionalmente, ajudando a desenvolver a economia local. Isto levou também à concentração do poder económico, político, social e técnico em Luanda.

A imigração em Angola fez-se sentir muito nos últimos anos - depois da estabilidade política e militar os investidores estrangeiros consideram o mercado angolano aliciante para expandir os seus negócios, e por esse motivo, o país conta com a presença de vários imigrantes provenientes de Portugal, Brasil, China, Inglaterra, EUA e outras partes do mundo, o que contribui para o desenvolvimento de Angola (Ministério do Interior, 2010).

O país tem sofrido com a imigração ilegal de povos de países vizinhos, que passam as fronteiras pelos rios, estando as autoridades angolanas empenhadas em resolver esta questão (Ministério do Interior, 2010).

A taxa de migração (entrada e saída de pessoas no país durante o ano) é de 0,55 migrantes por 1000 habitantes (*Central Intelligence Agency*, 2011). A emigração angolana foi mais acentuada durante a guerra civil, devido à falta de condições da população (educação, saúde, habitação, segurança, alimentação). Outro fator que contribuiu para a emigração foi o recenseamento militar, pois muitos jovens saíram do país, devido ao medo de participarem na batalha, tendo como principal destino Portugal, contudo, hoje assiste-se ao retorno de muitos angolanos.

2.2 Estrutura

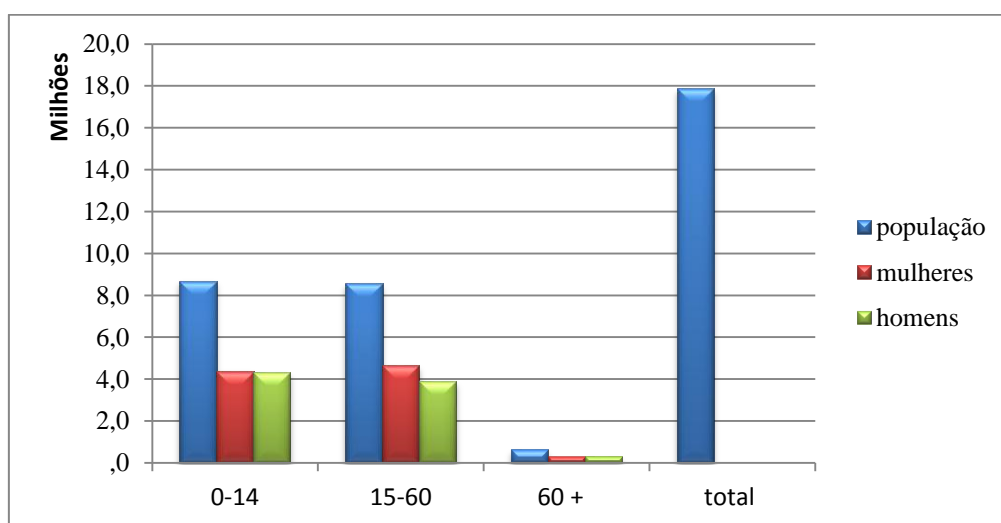
2.2.1 Grupos etários. Distribuição por sexos

O grupo etário predominante na população angolana é o dos jovens, dos 0 aos 30 anos de idade, o que provoca uma forte pressão nos sistemas de educação, saúde e de produção, não tendo o Estado capacidade para dar resposta às necessidades deste grupo etário. Este domínio da juventude, com uma representação de 73.3% da população total em 2008, faz com que o índice de dependência seja alto, dificultando deste modo o desenvolvimento do país (Ministério do Planeamento, 2009).

A pirâmide etária do país tem uma base bastante ampla e estreita no topo, isso deve-se ao elevado nível de fecundidade que o país apresenta. No que se refere à distribuição por sexos, constata-se que nas idades dos 0 aos 15 anos a diferença entre sexos quase não se faz sentir, mas entre os 16 e os 59 anos há um maior número de mulheres (Ministério do Planeamento, 2009).

O país apresenta um elevado número de população jovem e população com idade ativa, mas, apesar do empenhamento do governo em satisfazer as necessidades destes grupos, pois a educação não abrange todos, o desemprego é muito elevado, a habitação ainda não é para todos e muitos angolanos vivem em condições desumanas. O governo tem investido fortemente no seu programa de “casa para todos,” mas é um projeto a longo prazo.

Gráfico 2: Distribuição da população por grupo etário e por sexo (2008)



Fonte: Ministério do Planeamento.

2.2.2 População urbana e rural

Devido ao conflito, registou-se um fluxo migratório para as cidades, alterando profundamente a estrutura urbana e gerando zonas centrais de economia não produtiva nas principais cidades do país e um crescimento da dependência. Este mesmo êxodo reduziu a capacidade produtiva das áreas rurais, colocando uma grande percentagem da população nos

centros urbanos do litoral. O estudo de 2009 realizado pela *Central Intelligence Agency* (CIA) mostra que 11 milhões de pessoas são urbanas, ou seja, 58% da população total, e que a taxa de urbanização é de 59,4%, bem como que 86% da população urbana tem acesso a instalações de saneamento (CIA 2011).

A população mais pobre encontra-se na zona rural, onde há falta de luz elétrica, de boas condições de saneamento, insuficiência de transportes públicos, pouca vizinhança, pois a densidade populacional é baixa devido à fuga da população para as áreas urbanas. O desenvolvimento desta área é fundamental para minorar a pobreza.

2.2.3 Habilitações literárias

Segundo as estimativas de 2011 da CIA, 67,4% da população angolana sabe ler e escrever, mas segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, a taxa de alfabetização é de 70%. Numa sociedade onde a maioria da população é constituída por mulheres, os homens têm mais oportunidade de serem alfabetizados. A taxa bruta de escolarização primária é de 127,7%, do ensino secundário é de 23% e do ensino superior é de 2,8%.

2.2.4 Principais grupos profissionais

Segundo os dados do *World Bank*, a força de trabalho total angolana em 2011 foi avaliada em 8,240 milhões, quase 50% da população, ocupando o 56º lugar numa lista de 229 Estados. Desta força de trabalho 85% pertence à população que se dedica à agricultura e os 15% restantes ao grupo que se dedica à indústria e aos serviços. Isto deve-se ao fato de os angolanos serem provenientes de povos agricultores e de terem apostado pouco na formação superior. O governo tem investido na indústria e no setor terciário, deixando de se preocupar somente com a indústria extrativa (*Central Intelligence Agency*, 2011).

2.2.5 Grupos étnicos, religiosos e linguísticos

Angola tem uma variedade de etnias de origem negra, possuindo também um pequeno número de mestiços e de brancos. Esta maioria negra descende do agrupamento étnico bantu e da enorme variedade de cruzamentos e caracteriza-se por possuir uma tecnologia variada, conhecimentos empíricos, literatura oral densa e interessante e esculturas admiráveis (Redinha, 1976, p. 28). Em Angola podemos encontrar nove agrupamentos (tribos) de povos bantus que se subdividem em cerca de 90 a 100 subgrupos, nomeadamente os Quicongo, os Quimbundo, que são 25% da população, Lunda-Quiocos, Ovimbundo com 37% da população (o maior grupo), Ganguela, Nhaneca-Humbe, Herero e Xindonga. Existem também três pequenos agrupamentos não bantu, os grupos bosquímano e hotentote, que falam a língua Khoisan, os cuissi e os cuepe que são povos nómadas do deserto, afastados da modernidade das cidades e rejeitando totalmente as influências bantu e europeias. Apesar da diversidade de grupos étnicos em Angola, estes encontram-se interligados em termos culturais e raciais (Costa & Falé, 1992).

A língua oficial de Angola é o português, mas existem 20 línguas tradicionais e a maior parte do povo angolano fala línguas bantu, sendo os principais grupos etnolinguísticos os Bancongos, os Quimbundos, os Umbundos, os Lunda-Quiocos, os Ganguela, os Nhaneca-Humbe, os Hereros e os Ambós. A língua mais falada deste grupo é o Umbundo da região centro-sul do país, seguindo-se a língua Quimbundo da zona do centro-norte. A história da evolução das relações linguísticas indica-nos um património cultural comum em diversos aspetos, pois o país encontra-se no meio de diferentes civilizações como a dos caçadores e agricultores provenientes das grandes savanas do centro de África, antepassados dos Lunda-Quiocos, a do povo criador de gado bovino que se encontra nas regiões dos grandes lagos, a dos povos das zonas tropicais secas e semidesérticas da África Austral, os quais são antepassados dos Hereros, Humbe e Ambós, e a de um povo proveniente da floresta tropical da bacia do rio Zaire, que deu origem aos Bakongos (Ministério do Planeamento, 2009, p. 25)

O regime colonial implementou uma política que visava a perfilhação de hábitos e costumes portugueses, os quais, apesar de serem impostos, facilitaram a comunicação entre as diferentes etnias, fazendo do português uma língua unificadora (Rita & Vieira, 2008).

O artigo 41º nº 1 da Constituição da República de Angola diz que “A liberdade de consciência, de crença religiosa e de culto é inviolável”, garantindo à população angolana o direito de praticar a crença religiosa sem existir qualquer tipo de repressão. Os principais

grupos religiosos de Angola são: católicos (75%), protestantes (15%), religiões africanas tradicionais (10%) e outras (2%) (Abrantes J. M., 2005, p. 11).

2.2.6 Fronteiras étnicas

Os limites fronteiriços dos povos que se encontram em Angola foram traçados num curto espaço de tempo, pois no século XVII já existiam estruturas políticas centralizadas, como os reinos do Kongo e do Ndongo, em que reinavam vários grupos étnicos, ou seja, dentro do mesmo território já havia diversidade étnica populacional. Já nas sociedades descentralizadas, os reis controlavam grupos de população menores que eram politicamente autónomos (Ministério do Planeamento, 2009, p. 25)

Angola apresenta-se como um país pluricultural, onde podemos encontrar diferentes povos a viver no mesmo território, e cuja identidade se foi moldando ao longo de séculos, dando origem a uma sociedade *sui generis*, em que coexistem povos de diferentes tradições, mas todos com traços comuns, fazendo desta diversidade a verdadeira riqueza cultural de Angola. Pode-se constatar que apesar de existirem diferentes agrupamentos étnicos no país, a unidade é patente em todo território nacional (Abrantes J. M., 2005, pp. 27-33).

2.3 Características físicas, morais e intelectuais

2.3.1 Estado sanitário. Resistência física. Rusticidade

O mau estado sanitário em Angola tem prejudicado o bem-estar físico, mental e social dos cidadãos. As empresas privadas que tratam da recolha de lixo e dos esgotos estão concentradas nas principais cidades (Luanda, Benguela, Huambo e Lubango), e nas restantes províncias a recolha é efetuada por empresas públicas que funcionam sem meios adequados.

Nos arredores de Luanda, podemos encontrar pessoas que vivem e que praticam a atividade comercial junto ao lixo e águas paradas, o que contribui para a proliferação de doenças como a malária e infeções por enteroparasitoses (diarreia, infecção intestinal, etc.), que afetam principalmente as crianças e prejudicam o ambiente envolvente.

A falta de higiene em Angola tem causado problemas de saúde e a morte de muitos cidadãos. Segundo os dados do *World Factbook*, o governo angolano gastou, em 2009, 4,6% do PIB em despesas de saúde. Este gasto podia ser evitado, se o governo fiscalizasse o

funcionamento das empresas que tratam do saneamento e colocasse em prática campanhas de sensibilização que incentivassem a população a manter os seus bairros limpos.

Em muitos bairros de Luanda, a população carece de água tratada e de canalização. No bairro do Palanca, a falta de água canalizada, leva os moradores a comprarem água nas cisternas ou mesmo a utilizar água salobre. As estimativas efetuadas pela CIA mostraram que em 2008 50% da população angolana tinha acesso a água potável, mas que 82% da população rural e 14% da população urbana não tinha condições de saneamento.

Quanto à resistência física, o angolano sempre esteve habituado ao sofrimento e sacrifício ao longo dos séculos. Primeiro com a escravidão, acorrentados e obrigados a trabalhar quase sem descanso longe dos seus, depois com os trabalhos forçados, submetidos pelos colonos, e a seguir à independência, com os longos anos de guerra civil.

Relativamente à rusticidade, esta qualidade encontra-se mais no interior do país, onde o povo segue as tradições mais afincadamente e onde a guerra civil impediu de alcançar o nível de desenvolvimento alcançado nas áreas do litoral.

2.3.2 Patriotismo. Crenças.

Desde que o país foi descoberto pelos portugueses, o povo angolano começou a sua longa caminhada rumo ao sofrimento. Devido às diferentes fases de sofrimento e sacrifício referidas no ponto anterior, as diferenças étnicas esbateram-se e nasceu o patriotismo no seio do povo, que se juntou para combater em nome da independência e segurança da nação.

Hoje o espírito patriótico não é sentido muito entre os jovens, cada um anseia lutar pelos interesses próprios, mostrando uma certa apatia em relação à realização dos interesses comuns dirigido pelo Estado. Apesar de todos desejarem uma Angola melhor e sem carências, os jovens angolanos ainda não perceberam que o patriotismo une o povo em solidariedade para o bem comum e para a defesa da nação.

Em relação às crenças, os angolanos ainda não acreditam numa Angola melhor, estando desiludidos com os seus dirigentes e com o funcionamento das suas instituições para resolver os problemas sociais e satisfazer as necessidades dos cidadãos. Contudo, existem as crenças religiosas que dão esperança de uma vida melhor.

2.3.3 Elites. Correntes de opinião

Angola é um Estado pós-colonial, que substituiu a maioria da elite do tempo colonial por uma nova elite saída dos três movimentos de libertação.

O Estado nacionalizou todos os meios de produção, ficando o MPLA com o controlo de todas as áreas da sociedade, pois o país estava em guerra civil e a União Nacional de Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) encontravam-se nas matas.

A elite política do MPLA passou a ser também a elite económica e militar, da qual faziam parte os generais. Em 1991, com o fim do partido único e do centralismo de mercado, os outros grupos políticos, passaram a participar do poder político, e foi-se criando uma nova elite económica. Apesar desta situação a elite angolana não se renovou, só possibilitou que mais pessoas passassem a ter o poder político e económico.

A elite angolana, por norma, segue o princípio da hereditariedade, formada por políticos e timocratas - a classe dos generais que enriqueceram durante a guerra civil e assumiram as pastas do governo, se tornando detentores do poder económico (Lara, 2009, p. 224).

A igreja católica também pertenceu à elite, mas viu os seus bens confiscados e a sua autoridade enfraquecida pelo Estado no tempo do partido único. A sua relação com o poder político foi restaurada, mas encontra-se submetida à elite política e não voltou a ter o poder que possuía outrora.

Nas zonas rurais existem as elites tradicionais, que têm como objetivo proteger o povo e emitir mensagens sobre o que acontece no mundo urbano à população das aldeias (Graça, 2009, p. 35).

A elite angolana não tem uma visão de modernidade para a nação, é uma elite ligada aos seus interesses, que deixa as massas excluídas.

As correntes de opinião em Angola ainda não estão totalmente liberadas, apesar de a constituição prever a liberdade de opinião e de expressão de pensamento, de valores políticos, culturais e linguísticos, a maioria do povo angolano ainda não se sente à vontade para manifestar a sua opinião, devido ao trauma do partido único e das perseguições de outrora (do partido MPLA). Por isto concluímos que a opinião pública em Angola ainda não tem um papel importante.

2.3.4 Adaptabilidade

Depois de sofrer quase 40 anos de guerra, o povo angolano aprendeu a adaptar-se às diferentes situações da vida, tendo capacidade para se ajustar e resistir em condições adversas. Talvez esta capacidade também se deva ao sentimento da impossibilidade de mudar o sistema, de atingir os seus objetivos, ou por serem um povo sofrido para quem a única saída é a adaptação às circunstâncias.

2.3.5 Coesão social

A coesão social para o povo angolano ainda é uma miragem, pois depois de tantos anos de guerra, o país ainda se encontra em condições de garantir a equidade social, uma vez que a proteção social ainda é ineficiente. Nem todos os indivíduos dos grupos mais desfavorecidos têm acesso à segurança social e a falta de coesão entre os grupos sociais se reflete no aumento da violência, uma vez que as disparidades podem dar origem a convulsões sociais, que prejudicam a segurança e o bem-estar da nação.

A maior parte da população vive em condições de instabilidade económica e não vê os seus direitos a serem garantidos, prejudicando deste modo, na formação de um povo coeso e solidário que trabalha em prol dos interesses comuns.

A pobreza é um dos principais fatores de falta de coesão num país, e segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2010, em Angola 54,3% da população vive abaixo do limiar da pobreza e o fosso entre ricos e pobres está cada vez mais acentuado. Esta realidade leva ao aprofundamento da violência que dá lugar às *estratégias de apartheid social*, em que os ricos se recolhem nos condomínios fechados por grandes muros, dividindo o mundo dos ricos e dos pobres (Dumbo, 2012, p. 59). Podemos então concluir que a coesão social em Angola tem vindo a diminuir, o que prejudica o seu desenvolvimento, tanto económico como social (The World Bank, 2011).

Hoje, depois de Angola alcançar a paz, os angolanos ainda estão a trabalhar para manter o povo coeso, pois devido às desigualdades dos diferentes grupos sociais, em que uns são mais favorecidos que os outros, os angolanos estão mais preocupados em correr atrás da satisfação das suas próprias necessidades, sem pensar no bem comum. Apesar de haver um sentimento de solidariedade entre os diversos grupos étnicos, devido ao sofrimento causado pela guerra civil, a coesão social está difícil de ser alcançada.

2.4 Conclusões Sectoriais

A população representa um potencial importante para um Estado. Angola tem uma população pequena para o território que possui, mas tem a vantagem da maioria ser jovem e poder contribuir para produtividade do país. Os jovens angolanos dão grande valor ao esforço despendido durante a guerra. Por este mesmo motivo muitos são voluntários para ingressar nas Forças Armadas Angolanas (FAA). O valor militar está patente na mente dos angolanos que viam os soldados (Forças Armadas Popular de Libertação de Angola, militares do MPLA) como heróis que, em tempo de guerra, levavam alimentos para suprimir as necessidades alimentares nas aldeias e que iriam salvar a pátria do jugo da guerra, pois as forças militares angolanas tiveram um papel fundamental na garantia da soberania nacional. Em Angola o povo participa em várias atividades de comemoração das FAA, nomeadamente o dia da sua fundação e a data dos heróis tombados em combates.

A luta organizada em defesa dos interesses comuns à margem do poder político e económico instalado só se está a desenvolver nos últimos anos. Devido à falta de organização dos angolanos e à inexistência de convergência de esforços, a capacidade de ação coletiva dos angolanos tem-se mostrado muito enfraquecida, pois o povo tem mais interesse nas realizações pessoais do que nas coletivas, o que se deve às necessidades materiais (económicas e de segurança).

Quanto às potencialidades neste fator, o país apresenta um elevado número de jovens, que nos últimos tempos têm acedido ao ensino superior, contribuindo para o país de uma forma qualitativa. As fronteiras étnicas existentes não são fatores de dissociação mas sim de coesão, pois os diferentes grupos étnicos angolanos convivem em harmonia, trocando hábitos e costumes e as religiões em Angola têm tido um papel importante na formação cívica do cidadão. Os angolanos de hoje já têm mais facilidade em exprimirem opiniões em relação ao país.

O povo angolano, pela sua resistência e sua rusticidade, desenvolveu o sentimento patriótico que foi adquirindo nos longos anos de guerra.

Quanto às vulnerabilidades, a população angolana está bastante concentrada em quatro grandes cidades, deixando os campos vazios, e prejudicando deste modo o desenvolvimento do interior. O país ainda apresenta taxas de mortalidade alta devido à ineficiência do sistema de saúde.

Em relação as habilitações literárias, muitas crianças ainda se encontram fora do sistema de ensino, a educação primária e básica não tem um funcionamento eficiente devido à falta de qualidade de professores e de infraestruturas e os ensinos secundário e universitário formam alunos sem qualificação para integrarem no mercado de emprego internacional. Nos grupos profissionais, a esmagadora maioria da população pertence ao setor agrícola, não apresentando qualificações necessárias para a modernização e inovação deste setor. O estado sanitário apresenta fortes deficiências.

Devido às más condições dos sistemas de saúde, de ensino e do modo de vida da população, os jovens angolanos emigram para outros países, deixando o país com falta de mão-de-obra.

3. Fator dos Recursos Naturais e Comunicações

3.1 Recursos naturais

3.1.1 Recursos alimentares

Depois da era colonial, a distribuição dos recursos alimentares passou por dois períodos. Um período de economia centralizada, de 1975-1992, onde a reorganização da produção agropecuária se deparou com grandes dificuldades devido à fragilidade das instituições, resultante da pouca experiência dos governantes, da falta de recursos humanos e financeiros, e da guerra civil, que não permitia a produção em áreas transformadas em campo de batalha.

Devido a isto, o governo decidiu criar cooperativas, como forma de minimizar as carências de abastecimento que se faziam sentir e com o objetivo de apoiar os camponeses com bens de consumo que não conseguiam produzir e de vender produtos produzidos pelos camponeses. O governo publicou a lei nº 17/77 de 15 de Setembro, que apelava ao confisco e nacionalização das explorações agropecuárias, passando de uma estrutura agrária capitalista colonial para um setor agrário estatal forte e dominante, herança do modelo marxista-leninista (Trindade, 2000, p. 291).

Com a nova estratégia de desenvolvimento do governo, a produção de bens alimentares começou a diminuir vertiginosamente, de tal modo que em 1981 a produção alimentar desceu cerca de 26%, o que causou grandes dificuldades de abastecimento nas cidades e fome nas áreas rurais. Foi necessário importar 200 mil toneladas de milho para suprimir as necessidades alimentares e Angola deixou de ser um país exportador para se tornar um país importador (Trindade, 2000, p. 292).

A passagem para a economia de mercado a partir de 1992 e a mudança do sistema partidário para o multipartidarismo, acarretaram consequências sociais e económicas. A mudança consubstanciou-se na privatização e reprivatização das explorações agropecuárias, mas a reforma falhou, tendo como consequência uma nova diminuição da produção dos bens alimentares, que a guerra civil após as eleições de 1992 piorou, pois não existiam empresários agrícolas com *know-how* e capital para o investimento na agricultura (Moreira I., 2006). O país que era autossuficiente na cultura de milho, mandioca e sorgo, passou a ser vítima da insuficiência de alimentos, o que obrigou o governo a recorrer à ajuda humanitária do Programa Alimentar Mundial (PAM).

A produção de carnes teve o mesmo destino da produção agrícola. A maioria da população dependia da sua importação, pois a produção nacional não satisfazia as necessidades alimentares de todos os cidadãos. Isso levou a que o governo se direcionasse para a importação de bens alimentares, contando também com a ajuda da comunidade internacional para o fornecimento de bens alimentares essenciais, evitando deste modo uma crise alimentar. Em 1995 o país precisou de 127 mil toneladas de alimentos para alimentar 1,2 milhões de pessoas (Trindade, 2000, p. 292).

Apesar de Angola ser um país com potencial agrícola considerável, não se apresentava autossuficiente, pois só 21% dos alimentos necessários provinham da produção nacional, 20% das importações e 59% das doações da ajuda humanitária internacional. Esta dependência tem como consequência a acomodação das populações, por não serem confrontadas com a necessidade de dar resposta aos desafios que se deparam. Atualmente estima-se que 29% da população esteja dependente das ajudas humanitárias (Moreira I., 2006).

Angola é um país de camponeses e como tal apresenta uma produção bastante alta de feijão, mandioca e batata-doce (72% do feijão consumido é produção nacional e a mandioca e a batata-doce apresentam excedentes de produção (Moreira I., 2006).

3.1.2 Recursos energéticos

Angola conta com os seus recursos energéticos não renováveis para garantir a sua posição no mercado internacional, pois esses recursos criam uma dinâmica na relação entre os Estados e garantem a sua segurança na senda internacional. Dos recursos energéticos que o país possui, podemos contar com o carvão, que desde a época da revolução industrial tem um peso importante, por produzir energia e aço; o petróleo, fonte de energia mais utilizada e tem uma importância estratégica para os países industrializados, pois é a fonte de energia que substituiu o carvão; e o gás, que tem grande interesse estratégico na criação de energia para empresas como a BP, Chevron, Total e Sonangol. O país tem como principais importadores os EUA e a China, que têm como objetivo criar empresas de energia em Angola, segundo produtor de gás da África Subsaariana (Cruz, 2010).

3.1.3 Outros recursos minerais de interesse estratégico ou económico

O subsolo angolano também é rico em outros minerais metálicos (ouro, bauxite, ferro, cobre, chumbo, estanho, crómio, manganês, molibdénio, zinco, urânio, etc.) e não metálicos (enxofre, fosfato, potássio, quartzo, mármore, granito, etc.) que estão situados em quase todas as províncias do país, nomeadamente Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Kuando-Kubango, Kuanza Norte, Kuanza Sul, Huambo, Huíla, Lundas, Malange, Moxico, Namibe e Zaire. A avaliação deste potencial ainda está incompleta, sabendo-se por exemplo que as reservas de ferro estão estimadas em mais de 1 bilião de toneladas na Huíla, e a reserva de fosfato e potássio se estimam respetivamente em 150 milhões e 20 milhões de toneladas, nomeadamente nas províncias de Cabinda e Zaire (Abrantes, 2005, pp. 166-169).

3.1.4 Outros recursos naturais de interesse estratégico ou económico

O país é rico em recursos minerais, constatando-se que existem no seu subsolo entre 35 a 45 tipos de minerais, mas o petróleo e os diamantes têm uma particularidade especial. Ultimamente o gás natural tem ganho importância para a economia angolana.

Angola possui um potencial na exploração do gás natural proveniente do Soyo, província do Zaire. A Sonangol em parceria com a Chevron, BP, Exxon e Total criaram um projeto de exploração do gás sem o queimar, de modo a evitar a poluição ambiental. Este gás tem como principal destino os EUA (Ministério do Planeamento, 2005).

A exploração de petróleo no fim da época colonial já ocupava um lugar importante na economia angolana, e depois da independência as receitas do petróleo passaram a financiar as despesas da guerra (Trindade, 2000, p. 311). As principais jazidas de petróleo foram descobertas em 1996 na província de Cabinda e contribuíram para a consolidação da economia e do desenvolvimento, sendo a principal fonte de receita do país. As reservas de petróleo encontram-se nas bacias marginais do Atlântico sul do lado africano, principalmente nas regiões de mar profundo ainda pouco exploradas e têm a sua origem na separação das placas continentais africana e sul-americana. As reservas de petróleo de Angola encontram-se ao longo das bacias do Congo, que abrangem Angola-Cabinda. Dois terços das atuais reservas localizam-se na costa marítima da província de Cabinda e as restantes encontram-se dispersas na plataforma continental, adjacente às províncias de Zaire, Luanda, Benguela e Namibe,

significativamente nas bacias do Kuanza e do Namibe (Ministério do Planeamento, 2005, p. 6).

Angola sempre esteve dependente das receitas do petróleo para conseguir manter a sua economia, isto é, este setor domina 80% dos lucros que o país retira das suas exportações e tem grande interesse estratégico a nível mundial, pois influencia a segurança dos países produtores nas relações de cooperação entre os Estados.

Sempre que o setor petrolífero sofre uma queda, há fortes consequências na economia angolana, como aconteceu em 2009 com a queda do preço do petróleo de 13,2% em 2008 para -0,6% em 2009. O fato de o país possuir elevadas reservas aliciou empresas estrangeiras, nomeadamente americanas, francesas, chinesas a investirem neste setor. A previsão para a produção de petróleo no ano de 2011 era de 1.900 mil barris por dia e a produção real foi de 1.700 mil barris, pois a produção petrolífera sofreu uma redução de 9,43% em relação ao ano anterior, mostrando que há uma volatilidade na produção petrolífera angolana (Banco Nacional de Angola, 2011, p. 13).

A empresa estatal Sonangol é a que detém os campos de petróleo, participando na exploração, extração e exportação deste bem. É responsável por 35% das vendas do petróleo de Angola e tem contrato com empresas estrangeiras como a Chevron e a Total, que possuem 61% e 27% da produção total respetivamente.

A indústria mineira, com especial ênfase do diamante, ainda está pouco desenvolvida em comparação com a petrolífera, e os seus dados em relação à comercialização são pouco precisos (Ministério do Planeamento, 2005, p. 5).

O país apresenta-se como o quinto produtor de diamantes do mundo e essa produção é a sua segunda fonte de divisas. As reservas de diamantes estão estimadas em 200 milhões de carats e estão situadas nas províncias de Lunda Norte e Lunda Sul, contribuindo entre 7 e 8% para a produção mundial de diamantes (Ministério do Planeamento, 2005, p. 5).

A única mina de kimberlito a ser explorada após a guerra civil é a da Catoca na Lunda Sul e é também a quarta maior mina de diamantes do mundo. A Catoca é um consórcio entre a empresa estatal Endiama, a russa Alrosa, a brasileira Odebrecht e o empresário israelo-russo Lev Leviev (Ministério do Planeamento, 2005, p. 5).

Os diamantes em Angola foram descobertos em 1912, começando a serem explorados cinco anos depois e são encontrados em aluviões próximos dos rios e em jazidas inexploradas de origem vulcânica. No ano de 1986 o governo angolano criou a Empresa Nacional de

Diamantes de Angola (Endiama), que detinha o monopólio na compra interna do diamante e hoje tem como função celebrar acordos de partilha de produção com empresas estrangeiras russas, israelitas, brasileiras, americanas, portuguesas, holandesas, etc. (Ferreira, 2005). As receitas do sector diamantífero têm diminuído. Em 2011 a sua produção diminuiu cerca de 6,27% em relação ao ano de 2010 (Banco Nacional de Angola, 2011, p. 15).

3.2 Comunicações

3.2.1 Comunicações terrestres

O desenvolvimento das comunicações é importante para a economia do país e para diminuir as grandes distâncias, visto que Angola tem um extenso território. Quando os portugueses começaram a desenvolver as redes ferroviárias e rodoviárias, tinham o interesse estratégico de ligar as capitais das várias províncias a Luanda, tornando seguras, baratas e rápidas as comunicações entre os principais centros populacionais da raça branca.

Os caminhos-de-ferro permitiam o escoamento dos produtos agrícolas das regiões planálticas até às áreas portuárias, facilitando deste modo a exportação destes produtos. As linhas férreas angolanas ficaram paradas durante 20 anos devido à guerra civil, só recomeçaram a funcionar em 2005.

O caminho-de-ferro de Moçâmedes, que liga as cidades do Lubango e Menongue na província do Kuando-Kuabango, têm 700 mil km de extensão e começaram a funcionar 31 anos depois da sua suspensão durante a guerra civil. Este caminho-de-ferro permite o transporte de pessoas e mercadorias (Paulino, 2011).

O caminho-de-ferro de Benguela atravessa todo o território angolano do Oeste para o Leste, continha um percurso de 1348 kms e estabelecia ligação com o sistema ferroviário da África central e Austral, nomeadamente a República Democrática do Congo e a Zâmbia. Este caminho-de-ferro esteve estagnado durante 27 anos, recomeçou a fornecer os seus serviços à população no dia 30 de agosto de 2011, permitindo a deslocação de pessoas e bens de uma forma mais rápida e cómoda e servindo o porto do Lobito. De momento só está funcionar entre o Lobito e Huambo, zona de produção agrícola, encontrando-se a ligação para outras províncias em reconstrução. Este caminho-de-ferro não só trouxe a melhoria da locomoção de

peçoas e bens, mas também criou postos de trabalho para muitos jovens que até à data se encontravam desempregados.

A rede rodoviária de Angola é da responsabilidade do Instituto de Estradas de Angola (INEA), existindo no país cerca de 15.500 km de estradas principais e 60.000 km de estradas secundárias (provinciais e municipais).

Durante os anos de guerra houve sabotagem, intensa utilização de minas terrestres e a degradação das estradas secundárias e terciárias teve um impacto muito negativo na produção, comercialização dos bens e circulação de pessoas.

O serviço público de transportes rodoviários faz-se em péssimas condições - os táxis azuis e brancos, os chamados “candongueiros”, transportam pessoas acima do número indicado pela lei, apesar de existir serviço de táxis normais, os quais são mais usados pelos turistas e só existem no país desde o campeonato africano das nações (Paulino, 2011).

O país apresenta muitas carências em termos de transportes. A rede rodoviária angolana ainda se encontra em construção, e tem como objetivo ligar as principais cidades das 18 províncias (Paulino, 2011).

3.2.2 Comunicações marítimas e aquáticas interiores

Com os seus 1500 km de fronteira marítima, Angola possui portos que ajudam a manter a sua rede económica com o resto do mundo. As principais instalações portuárias que o país detém encontram-se em Luanda, Lobito e Namibe, sendo o segundo considerado como um dos melhores portos da costa ocidental africana, possuindo uma extensão de 1122 m, com a profundidade de 10,5 m junto ao cais e a de 20 a 30 m mais ao largo. A ligação dos portos com os caminhos-de-ferro é um fator importante para o desenvolvimento sustentado de Angola (Pushak & Foster, 2011, p. 25).

As comunicações fluviais servem os transportes comerciais desde há muitos séculos. Os rios de Angola encontram-se abertos para o transporte de bens e matérias-primas. O rio Zaire tem ligação com o Congo, sendo uma rota usada para o transporte de mercadorias, e é navegável por qualquer tipo de embarcação (Pushak & Foster, 2011, p. 27).

3.2.3 Comunicações aéreas

Os transportes aéreos angolanos cresceram muito entre 2001 e 2007. A linha aérea de Angola (TAAG) tem reestruturado e expandido a sua rota e a sua frota, com a compra de vários Boeing 777. Apesar da TAAG se apresentar como a principal companhia aérea angolana, e a concorrência ser reduzida, o país é servido em termos de transportes aéreos por companhias de outros países como a TAP e a Air Namíbia.

Mas Angola ainda tem de ultrapassar o grande desafio da falta de supervisão da segurança nos aeroportos (Pushak & Foster, 2011, p. 27).

A construção de aeródromos em Angola só começou no início de 1970, pois o apoio aéreo era do interesse dos portugueses no início das revoltas dos autóctones.

3.2.4 Telecomunicações

As infraestruturas de telecomunicações durante a guerra civil também sofreram degradação, mas este setor beneficiou de investimentos e apostou na expansão e modernização dos seus serviços, através da introdução do sistema digital nas áreas urbanas e periféricas de Luanda e da rede telefónica móvel.

No último decénio as telecomunicações em Angola têm registado um aumento significativo das taxas do número de utilizadores dos serviços telefónicos em todas as capitais provinciais e a maior parte dos municípios. Atualmente, por cada três angolanos de qualquer idade, um tem telefone móvel.

Angola tem duas empresas privadas responsáveis pela rede telefónica móvel, nomeadamente a Unitel e a Movitel, cujos serviços têm contribuído positivamente para a inserção do país no mundo globalizado, pois em 2008, 66,5% de cidadãos eram utilizadores dos serviços de telecomunicações (Ministério do Planeamento, 2009, p. 88

Tabela 3. Número de utilizadores de serviço telefónico fixo e móvel

Telefone	Utilizadores			Variação (%)	
	2006	2007	2008	2007	2008
Fixo	98.165	94.723	104.689	-3,5	10,5
Móvel	2.264.215	3.912.673	6.773.639	78,2	73,1
Total	2.362.380	4.007.396	6.878.328	69,6	71,6
% de cidadãos usuários de serviços	14,23	23,44	39,02	64,7	66,5

Fonte: Ministério do Planeamento, 2009.

O desenvolvimento das telecomunicações em Angola deve-se também ao fato do Estado angolano permitir a entrada de agentes privados com a finalidade de aumentar a capacidade da oferta em relação à procura e o crescimento de novos produtos como a internet. A modernização dos serviços de comunicações veio melhorar a atividade económica, dando apoio à navegação aérea e ao desenvolvimento sustentado da agricultura. Em relação à internet, o número de fornecedores deste serviço ainda está em fraca expansão, mas a taxa de utilizadores tem crescido nos últimos anos, embora modestamente.

No que diz respeito aos serviços de correios, Angola já beneficia deles desde o tempo colonial. Estes serviços contribuíram para o desenvolvimento e a unidade do território através da sua rede de estações postais, localizadas em todas as províncias angolanas. Os serviços telegráficos e os serviços postais prestados pela empresa pública de correios apresenta debilidades de tecnologia. Nos últimos anos têm entrado em Angola empresas nacionais e estrangeiras como a DHL, a Express Cargo, a SDV-AMI, entre outras, que têm realizado serviços de movimento postal, fazendo crescer os seus serviços em detrimento dos serviços prestados pela empresa estatal (Ministério do Planeamento, 2009, p. 90).

3.3 Conclusões Sectoriais

O governo angolano precisa de criar estratégias a fim de convencer a população a voltar às suas províncias de origem. Estas estratégias têm que visar a melhoria das condições de vida da população, o desenvolvimento do setor agrícola e incentivos monetários de modo a aliciar a migração das pessoas. Com a população de volta às áreas de cultivo poderá verificar-se um aumento da produção agrícola e conseqüentemente a segurança alimentar em diversas aldeias. Neste fator, o país apresenta como grande vulnerabilidade a insuficiência alimentar e a dependência na importação de bens e produtos que poderia produzir no seu território. Por mais que o país tenha quantidade de terras aráveis com solos férteis, esse facto por si só não representa uma potencialidade (milhares de angolanos fazem uma refeição por dia. E além da falta de alimentos, os preços dos produtos alimentares em Angola são altíssimos para uma população pobre, sendo vendidos na sua maioria nas praças em condições desagradáveis e sem fiscalização, o que causa várias doenças que contribuem para o aumento da taxa de mortalidade).

Quanto aos recursos naturais e energéticos, Angola apresenta um forte potencial, pois o seu solo é rico em recursos, que além de estarem a ser explorados ainda apresentam reservas de valor inestimável. O país está muito virado para a exploração petrolífera, dando pouco valor a outros recursos existentes no seu subsolo. O petróleo angolano é o produto que mais contribui para o PIB, e é usado nas relações económicas, políticas e diplomáticas. A forte dependência das receitas do petróleo constitui uma vulnerabilidade, pois Angola depende da oscilação do preço do petróleo no mercado internacional, o que conduz a incertezas no sucesso económico do país. A recente exploração do gás natural apresenta-se como uma vantagem para o país – o PIB deixa de depender de apenas uma fonte de receita principal.

No que concerne às comunicações em Angola, as redes de comunicação terrestre ainda apresentam um funcionamento deficiente, pois estão em fase de reestruturação. O país apresenta vulnerabilidades na distribuição das comunicações terrestre, pois em muitas áreas ainda não existem estradas e quando existem estão em mau estado de conservação. Nas comunicações marítimas, os portos angolanos apresentam um funcionamento ineficiente. Quanto às comunicações aéreas, o país carece de aeroportos nacionais, apesar de alguns estarem a ser reabilitados.

Angola possui uma extensa área que permite a construção de novas estradas e caminhos-de-ferro, e o governo tem direcionado os seus esforços para a reconstrução e modernização das infraestruturas de comunicação.

Quanto às telecomunicações angolanas, apresentam um funcionamento eficiente, pois elas cobrem todo o país. Além disso há transmissões a nível internacional, que mostram ao mundo uma Angola diferente - sem guerra e em fase de reconstrução, onde o povo é amigável e coeso, tendo como consequência a atração de estrangeiros para o país, na vertente do investimento como na vertente do turismo.

4. Fator Histórico

4.1 Objetivos históricos e sua evolução

A história de Angola é acompanhada pela violência e pelo abuso das liberdades e dos direitos dos cidadãos. Desde a época colonial até o findar da guerra civil, o país passou por um conjunto de situações que vieram a prejudicar e a atrasar não só o desenvolvimento social, mas também as mentalidades, afetando um país que apresenta um alto potencial.

Os primeiros europeus a chegarem a Angola foram os portugueses, no final do século XV, ano de 1482, quando o navegador Diogo Cão atracou na foz do rio Zaire, no norte de Angola. O rei de Mbanza Congo, que é a capital atual da província do Zaire, recebeu os portugueses de braços abertos, deixando-se converter ao cristianismo com o nome de Afonso I, criando deste modo uma aliança entre os dois reinos. Salienta-se que os reinos mais a sul, o da Matamba e o do Ndongo, dependiam do reino do Congo (Abrantes J. M., 2005, pp. 18).

A partir do século XVI iniciou-se a dependência do reino do Congo em relação à coroa portuguesa, acentuando ainda mais as preocupações comerciais e a vontade de dominação. Os três reinos, Congo, Matamba e Ngola, resistiram ao domínio português, mas na segunda metade do século XVII cederam, começando o tráfico de escravos de Angola rumo ao exterior.

Nos séculos seguintes a situação não se alterou. No século XVIII o Marquês de Pombal impulsionou uma tentativa de exploração dos recursos em Angola, mas a metrópole estava mais interessada em desenvolver o Brasil com base nos escravos provenientes de Angola. No século XIX, com a conferência de Berlim em 1885, as potências europeias definiram as fronteiras dos Estados africanos, onde se incluem as fronteiras atuais de Angola (Abrantes J. M., 2005, pp. 19-20).

4.2 Principais guerras e disputas

A primeira revolta armada com que o país se deparou foi a que se deu no ano de 1961, quando os nativos criaram a União dos Povos Angolanos (UPA) no norte do país para se rebelarem contra a opressão colonialista, dando assim início à ressurreição angolana (Agadjanian & Prata, 2001). A primeira guerra que se deu em Angola foi a guerra colonial, onde os povos de diferentes etnias se juntaram para conquistar a autodeterminação e a independência

relativamente ao domínio dos Portugueses que se encontravam no território desde o século XV. Lutavam pela independência três movimentos principais, nomeadamente a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) liderada por Holden Roberto, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) que teve como líder Agostinho Neto até 1979, data da sua morte, sendo substituído por José Eduardo dos Santos, e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) que tinha como líder Jonas Savimbi. Estes movimentos travaram uma luta sangrenta contra o colono, obtendo a independência nacional a 11 de novembro de 1975 (Wheeler & Pélissier, 2009).

A guerra civil angolana, além de razões étnicas e tribais, foi atizada pela guerra fria, em que os EUA e a União Soviética disputaram durante 40 anos a hegemonia mundial nas suas áreas de influência no resto do mundo. Apesar das divergências entre os três movimentos, juntaram-se em 1975 após a independência para assinarem o Acordo de Alvor, a fim de criarem condições para o desarmamento e a desmobilização da população e formarem um governo em conjunto, contudo as partes envolvidas não cumpriram, começando deste modo a guerra civil, que durou quase três decénios (Centro de Estudos Estratégicos de Angola, 2006).

Os interesses das grandes potências em expandir as suas zonas de influência e a ambição dos movimentos em ascender ao poder fizeram com que os angolanos esperassem muitos anos para poderem usufruir de um país realmente livre e seguro. **A guerra civil angolana, além de razões étnicas e tribais, foi atizada pela guerra fria, em que os EUA e a União Soviética disputaram durante 40 anos a hegemonia mundial nas suas áreas de influência no resto do mundo.**

O MPLA, que controlava Luanda, contava com a Rússia e Cuba como aliados, a UNITA contava com o apoio dos EUA e da África do Sul e a FNLA tinha como aliados o Zaire e a China. A FNLA e a UNITA juntaram-se para derrubarem o MPLA, mas a FNLA não conseguiu aguentar a pressão e o desgaste da guerra e “rendeu-se” ao governo em 1984. A guerra fratricida continuou com os outros dois movimentos, e em 1989 os movimentos tentaram um acordo para cessar-fogo no Zaire, mas meses depois as hostilidades recomeçaram (Centro de Estudos Estratégicos de Angola, 2006).

Em 31 de maio de 1991 os presidentes dos dois movimentos assinaram em Lisboa os Acordos de Bicesse, com a presença de observadores norte-americanos e soviéticos. Esse acordo previa a desmobilização das FAPLA - tropas do MPLA/governo e das Forças

Armadas de Libertação de Angola (FALA) - tropas da UNITA, criando as Forças Armadas de Angola, com os efetivos das duas tropas. Em 1992 realizaram-se as primeiras eleições gerais angolanas com a mediação das Nações Unidas, saindo vencedor o MPLA, mas Jonas Savimbi não concordou com os resultados eleitorais, começando uma nova ofensiva e dando continuidade à guerra. Em Novembro de 1994 as partes tentaram mais um cessar-fogo com o Protocolo de Lusaka, criando um governo de unidade e reconciliação nacional, o qual infelizmente não trouxe a paz esperada em todo o território, tendo começado uma nova ofensiva, que só veio a terminar com a morte do líder Jonas Savimbi a 22 de fevereiro de 2002. Em 2006 o governo angolano assinou um cessar-fogo com a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), terminando com todos os conflitos armados no interior de Angola (Centro de Estudos Estratégicos de Angola, 2006).

4.3 Linhas de força históricas da política externa

A guerra civil angolana ocorreu durante a guerra fria, em que as duas grandes potências que tinham interesses geopolíticos lutavam por zonas de influência. O MPLA detinha o poder desde a sua génese e tinha o apoio do bloco socialista, pois a sua ideologia era a marxista-leninista, e a FNLA e a UNITA eram apoiadas pelo bloco ocidental. Aquela opção ideológica prejudicou o desenvolvimento de Angola enquanto Estado, atrasou a sua economia e distorceu o poder político - provocou uma “confusão” entre o partido político e o aparelho do Estado, a corrupção, a atuação política violenta e ilegal, a dificuldade de regeneração do sistema político (Lara, 2002, pp. 37-38).

Depois da independência, a política externa angolana visou o aumento da capacidade do regime para vencer a guerra civil e para que isto se concretizasse o país procurou relacionar-se amistosamente com os Estados africanos, com vista a obter o maior número de aliados possível para controlar o ambiente interno. Deste modo Angola procurou apoiar os Estados vizinhos na sua luta de libertação nacional e nas guerras civis, como foi o caso do Congo Brazzaville. De forma a manter a independência e a soberania nacional, Angola não permitiu a instalação de bases militares estrangeiras no seu território (Wheeler & Pélissier, 2009).

A Revolução dos Cravos e a queda da ditadura salazarista em Portugal em 1974 foi um grande passo para se concretizar o sonho da independência de Angola e através dos Acordos de Alvor em 1975 assinou-se a independência entre o Estado português e os três principais movimentos (MPLA, UNITA, FNLA) (Wheeler & Pélissier, 2009).

A guerra continuou e a 11 de maio de 1988, em Londres, assinou-se um acordo tripartido entre o MPLA, Cuba e a África do Sul, com vista a permitir a paz em Angola e a independência da Namíbia, dando início à retirada das tropas aliadas do território angolano. No final dos anos 80, com o fim do bloco socialista, sucederam-se diversos acordos para o cessar-fogo, mas as partes regressavam sempre às hostilidades.

O MPLA criou um governo socialista com o sistema de partido único, mas a 11 de maio de 1991 o governo introduziu novas reformas democráticas, e publicou uma lei que permitia a criação de outros partidos políticos. A 31 de maio de 1991 foram assinados os Acordos de Bicesse com a mediação de Portugal, EUA, União Soviética e a Organização das Nações Unidas (ONU), tendo como objetivo o fim da guerra civil, a criação de um exército único e a marcação das eleições para 1992. Em setembro de 1992, realizaram-se as primeiras eleições gerais no país, obtendo o MPLA a vitória com cerca de 50% dos votos, mas a UNITA não aceitou os resultados eleitorais e começaram novas hostilidades entre os contendores.

Em Novembro de 1994 tentou-se mais um acordo de paz, o Protocolo de Lusaka na Zâmbia, em que as partes assinaram um cessar-fogo. Os anos que se seguiram passaram sem grandes conflitos, a UNITA, que perdeu o apoio do ocidente, aproveitava para se munir de armamentos e de um novo plano de guerra. Em dezembro de 1998 rebentou novamente a guerra civil, que durou até 2002, ano da morte do líder da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi e que o movimento deixou de ser armado para se transformar numa força política (Wheeler & Pélissier, 2009).

4.4 Conclusões sectoriais

Desde que Angola foi colonizada pelos portugueses, os autóctones sempre almejaram por um país livre, sem pressões, sem violência, e dirigido por governantes escolhidos por eles. Mas infelizmente a história de Angola está repleta de episódios sangrentos e de memórias tristes, o que por um lado contribuiu para união das diferentes etnias em prol de uma Angola livre e sem guerra, mas por outro lado criou uma geração que nasceu e cresceu num ambiente de hostilidade. O patriotismo e a motivação fizeram com que os militares lutassem pela independência nacional.

Antes da independência, Angola viveu 14 anos de luta com o objetivo de alcançar a autonomia, mas após a proclamação da independência, a 11 de novembro de 1975, começou

uma guerra fratricida que durou quase 27 anos, impedindo a estabilidade nacional, que só foi alcançada com a morte de Jonas Savimbi.

A independência de Angola não significou paz nem harmonia para o povo angolano, pois mesmo antes da independência os três movimentos já lutavam entre si pelo controlo do poder, dando início a uma guerra civil que durou durante longos anos. Cada movimento era apoiado por uma potência, levando o conflito a ter uma importância internacional. Cuba e a Rússia apoiavam o MPLA, que tinha sob controlo a capital, enquanto a FNLA era apoiada pelo Zaire, a China e alguns mercenários portugueses e ingleses, e a UNITA por sua vez tinha como aliado a África do Sul. Os EUA numa primeira fase apoiavam a FNLA e depois passaram a seguir a apoiar a UNITA. O MPLA controlava a capital e foi reconhecido pelas Nações Unidas como dirigente legítimo do governo de Angola, ganhando assim vantagem estratégica.

A autodeterminação de Angola estava no meio da ambição geopolítica das duas superpotências, que usavam os seus aliados para apoiarem a guerra civil angolana - os EUA e a Rússia, com ambição da hegemonia e o interesse nos recursos naturais, não tiveram em conta o sofrimento e a dignidade dos angolanos. Depois de tantos anos de guerra civil, com as duas partes a acreditar que estavam a defender os interesses do povo angolano, o país alcançou a tão almejada paz.

5. Fator Economico

5.1 Caraterísticas gerais

5.1.1 Bases constitucionais da organização económica. O papel do Estado

A economia angolana está muito dependente das receitas do setor petrolífero, sendo os esforços do governo essencialmente direcionados para este ramo, dando pouca atenção aos outros setores económicos. Devido ao excessivo peso das políticas de controlo e regulamentação do governo e às altas taxas de imposição, muitas empresas nacionais optaram por entrar na economia informal, com o intuito de fugir ao fisco. A maioria das empresas apresentam uma situação deficitária, recorrendo deste modo aos subsídios do governo (Ministério do Planeamento, 2005, p. 42). A capacidade do Estado para o financiamento da economia tem apresentado insuficiências progressivas.

5.1.2 Principais indicadores

Desde 1990 até o ano de 2008, o PIB angolano apresentou um crescimento satisfatório - a taxa média anual cresceu cerca de 47,5%. Este valor deve-se ao crescimento económico verificado em Angola a partir do ano de 2002. Com a crise económica mundial o PIB angolano sofreu um decréscimo de 13,82% em 2008 para 0,73% em 2009. Mas em 2010 o PIB angolano registou um crescimento de 3,4%, devido ao incremento do setor não petrolífero e, segundo os dados do FMI, em 2012, o PIB passará para 7,8%, apresentando um crescimento de 0,7% em relação ao ano de 2011 (Banco Nacional de Angola, 2011).

No que diz respeito aos indicadores de produção, o país pode ser um grande produtor de cereais (feijão, raízes, milho, leguminosas, etc.). O setor agrícola, que dá o sustento à maior parte da população com falta de investimentos e de pessoal para trabalhar nos campos.

A produção industrial de extração mineira e petrolífera tem recebido maior investimento e garantido um número significativo de postos de trabalho aos jovens (Banco Nacional de Angola, 2011).

A balança de transações correntes angolana foi deficitária ao longo dos anos, tendo uma única exceção no ano de 2000, com saldo positivo de 885 milhões de USD. Esta situação deve-se ao aumento de 56% do preço internacional do petróleo e a algumas reformas

macroeconómicas e institucionais. No ano de 2001 o resultado voltou a ser deficitário, registando um défice de 924 milhões de USD.

Só em 2011 a balança de transações correntes voltou a apresentar resultados positivos, saindo da posição deficitária, constando que poderá apresentar melhorias consideráveis (Banco Nacional de Angola, 2011).

Segundo os dados apresentados no estudo realizado pelo MINPLAN, a balança de pagamentos em 2011 apresentou um crescimento de 20,4% em relação ao ano anterior, com um saldo superavitário de 8.933 milhões de USD.

Desde 1996 que o governo angolano tem dificuldade em honrar os seus compromissos de dívida externa, que se tem traduzido na perda de credibilidade junto dos mercados financeiros internacionais. No ano de 2010 o Estado angolano liquidou uma parte da sua dívida, mas esta ainda é de cerca de 30.364 milhões de USD, o que corresponde a 38% do PIB (África Today, 2010, p. 8).

A instabilidade dos preços dos produtos desde 1992 tem prejudicado fortemente a economia angolana, pois não há uma tendência em termos de inflação. A taxa de inflação em Angola continua a ser muito alta em relação aos padrões internacionais, sendo que, o principal motivo da elevada taxa de inflação registada em 2009 deveu-se ao congestionamento e ao atraso no desalfandegamento dos produtos nos portos de Luanda e Lobito. Em 2010, a inflação angolana apresentou o valor de 14,5%, e em 2011 de 14,6%, continuando a ser um problema muito preocupante para a economia angolana (Casalinho, Santos, & Sousa, 2009, p. 4).

Desde há muitos anos que a economia angolana apresenta extremas assimetrias nos seus setores de atividade, que se tem traduzido no forte crescimento da economia petrolífera e num crescimento lento dos restantes setores. Contudo, o setor não petrolífero tem registado melhorias, e segundo o FMI, a economia angolana tem crescido consideravelmente em relação às economias emergentes e acima da média dos países da África Subsaariana (Banco Nacional de Angola, 2011).

5.1.3 Importância e significado da propriedade dos meios de produção, dos solos e dos recursos naturais na atividade económica

Os portugueses descobriram Angola no século XV, e nesse tempo a terra e os recursos pertenciam aos reis angolanos, tendo os colonos demonstrado interesse pela terra só nos finais do século XVII. No século XIX, com a abolição da escravatura e a crise na metrópole, os portugueses apostaram na agricultura angolana, que na época era muito débil. No final desse século, os portugueses concederam algumas porções de terra aos bóeres em troca da aceitação da soberania portuguesa. Dos anos 30 aos anos 50 do século XX, o Estado Novo português tinha uma política protecionista e preferia conceder as terras e os meios de produção aos portugueses em detrimento dos estrangeiros. Na segunda metade do século XX, os europeus e portugueses viram Angola como *el dorado* da produção do café, tendo-se verificado um grande fluxo migratório da Europa para Angola. Com o aumento da migração, os estrangeiros passaram a ser detentores dos meios de produção, dos recursos e dos solos angolanos. Grandes companhias como a Diamang, Angoil e Petrofina possuíam o monopólio dos meios de produção e da exploração dos recursos naturais, mas o governo controlava toda a atividade económica. Com a independência em 1975, os portugueses abandonaram Angola e o Estado confiscou e nacionalizou as empresas, tornando-se o principal detentor dos meios de produção, dos solos e dos recursos naturais (Wheeler & Pélissier, 2009).

No período de 1985 a 1995 o governo angolano, aboliu o monopólio estatal, privatizando toda a rede comercial e a prestação de serviços mercantis. Não obstante, os meios de produção continuaram a pertencer ao Estado e a um pequeno grupo que governava o país, ou seja, à elite política. A partir de 1996 o Estado criou a primeira legislação comercial e iniciou-se desburocratização do sistema de licenciamento da atividade comercial (Wheeler & Pélissier, 2009).

Segundo a Lei de Terras/2004, os solos, os subsolos e os recursos naturais existentes em Angola são propriedade originária do Estado. No domínio privado, o Estado poderá transmitir ou onerar a propriedade dos terrenos, mas o direito sobre os recursos naturais é intransmissível, podendo no entanto conceder o direito de exploração dos recursos a particulares angolanos e estrangeiros, consoante uma tributação específica (Assembleia Nacional de Angola, 2004).

5.1.4 Principais relações com a economia mundial e com as economias regionais

Desde o fim da guerra civil, Angola tem demonstrado capacidades para ser parceiro económico dos grandes países industrializados. Três anos após a paz, o crescimento económico do país foi positivo e Angola apresentava-se como a economia com o crescimento mais alto. O país tem como parceiros Portugal, China, EUA, e Canadá, entre outros países e acolhe várias instituições financeiras internacionais, mas para a economia angolana ganhar mais credibilidade junto dos parceiros internacionais é necessário que o governo resolva a questão da *good governance* e crie condições para a conversão do *kwanza* na moeda dos países parceiros. Na economia mundial, Angola ainda tem que se afirmar como um parceiro forte e credível, conquistando novos nichos de mercado. A economia angolana foi considerada a terceira melhor da África Subsaariana, depois da África do Sul e da Nigéria. No quadro regional Angola pretende ser um Estado respeitado, com influência e responsabilidade na manutenção da paz e da estabilidade política e social. Na Southern African Development Community (SADC) Angola tem tido uma prestação importante no processo de integração económica e o seu crescimento tem sido reconhecido a nível regional, atraindo investidores dos países vizinhos. Em 2007, o PNB de Angola foi o segundo mais alto da SADC, a seguir ao da África do Sul (Rocha C. A., 2009).

Na região da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) Angola é considerada a economia mais forte, devido à importância do setor petrolífero, pois é a segunda maior economia da região petrolífera do Golfo da Guiné. Se Angola apostar fortemente na sua diversificação estrutural, na valorização dos recursos humanos, ciência, tecnologia, inovação, competitividade e investimento direto estrangeiro e na produtividade, poderá assumir uma posição de potência regional (Rocha C. A., 2009, p. 64).

Tabela 4. Angola e SADC (2007)

	África do Sul	Angola	Tanzânia	Botswana
PNB	274,0	43,6	16,3	10,9
PNBpc	5760	2560	400	5570
População	48	17	40	2

Fonte: Rocha C. A., 2009, *Relatório Económico Anual 2008*. (PNB expresso em mil milhões de dólares e PNB per capita em dólares; população expressa em milhões de habitantes)

A crise internacional afetou todos os países incluindo Angola, mas esta tem apresentado oportunidades de crescimento, atraindo deste modo investidores estrangeiros, principalmente portugueses. Uma das principais empresas angolanas, a Sonangol, tem-se expandido a nível internacional.

5.1.5 Dinâmica económica

A situação económica de Angola assemelha-se a uma montanha russa, pela dependência do setor petrolífero, por gastar mais do que produz e pelo prolongado conflito, que terminou em 2002. Podemos afirmar que enquanto o país continuar a depender das receitas petrolíferas, não poderá dar sustentabilidade à estabilização macroeconómica.

O governo português, após a implementação da 1ª república e de alguma estabilidade política, aplicou uma política de desenvolvimento para Angola no período de 1912-1924, através da cedência de empréstimos bancários, com o objetivo de atrair investimento estrangeiro, mas no fim deste período o território acumulou um défice comercial de 10 a 12%, acompanhado de um elevado endividamento (Ministério do Planeamento, 2005, p. 22).

No Estado Novo verificou-se uma alteração no desenvolvimento da política económica, tendo Angola sido fechada aos capitais estrangeiros e exigindo orçamentos equilibrados nas colónias.

Durante a grande depressão dos anos 30, o governo português criou medidas para equilibrar o orçamento da metrópole, pondo de parte os programas que tinha projetado para melhorar as infraestruturas coloniais, transformando Angola em simples fornecedora de matérias-primas para a Europa.

A concorrência da República da África do Sul e do Congo Belga durante os anos 40, fez com que a metrópole promovesse indústrias de substituição, reforçando aos poucos os oligopólios nacionais, que arrecadavam lucros provenientes do algodão, do sisal e do cobre.

Nos anos 60 as companhias estrangeiras lucravam com os minerais angolanos, nomeadamente o ferro (britânicos), o diamante (belgas) e o petróleo (americanos). Esses minérios estavam isentos de controlo cambial, contribuindo assim para a estabilização da economia colonial e fortalecendo deste modo a confiança económica que Portugal tinha em relação a Angola. O crescimento industrial da colónia passou a ser célere e Angola transformou-se numa possessão economicamente viável, pois as exportações do país

contribuíam para a redução do défice da balança de pagamentos portuguesa. As indústrias transformadoras – têxteis, refinaria e a exploração de minerais e de petróleo, encontrava-se em pleno funcionamento, mas as outras indústrias estavam em fase de planeamento (Ministério do Planeamento, 2005, p. 23).

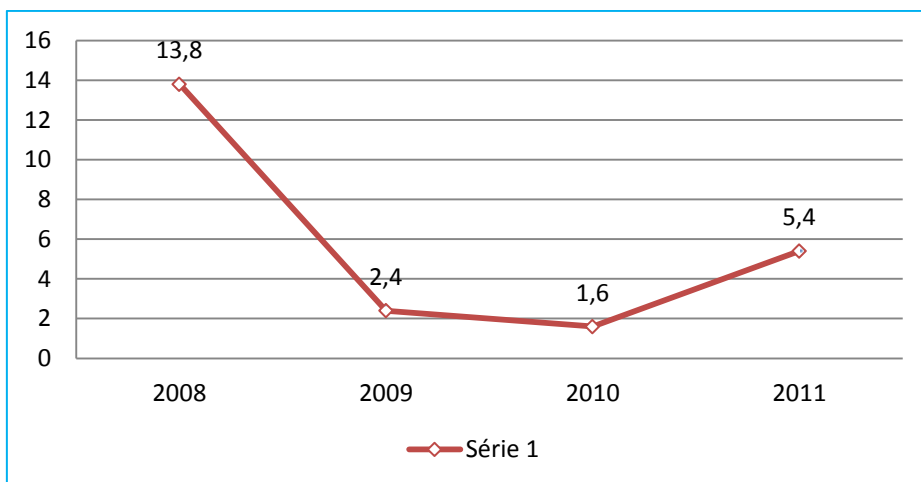
Com o início da luta pela libertação nacional em 1961, a economia angolana estava arruinada, com exceção da indústria petrolífera.

Durante a guerra colonial a sociedade desestabilizou-se e empobreceu, perdendo um número considerável de técnicos qualificados, deixando ao abandono quase todas as empresas (comércio e indústrias) e fazendas (agropecuária), visto que 90% dos colonos foram obrigados a abandonar o país e os seus investimentos. O governo angolano tentou revitalizar a economia, colocando as unidades produtivas abandonadas sob tutela do Estado, mas essas medidas falharam devido à falta de gestores e técnicos qualificados, à burocracia e centralização do sistema de gestão económica, herança do socialismo soviético (Ministério do Planeamento, 2005, p. 23).

Em meados dos anos 80 do século XX o país começou a deparar-se com graves desequilíbrios macroeconómicos, devido à queda do preço do petróleo nos mercados internacionais que se refletiu na balança de pagamentos global e na balança de transações correntes, que se apresentaram negativos. A situação agravou-se até ao decénio de 90, quando se fez a transição para a economia de mercado (Ministério do Planeamento, 2005, p. 27).

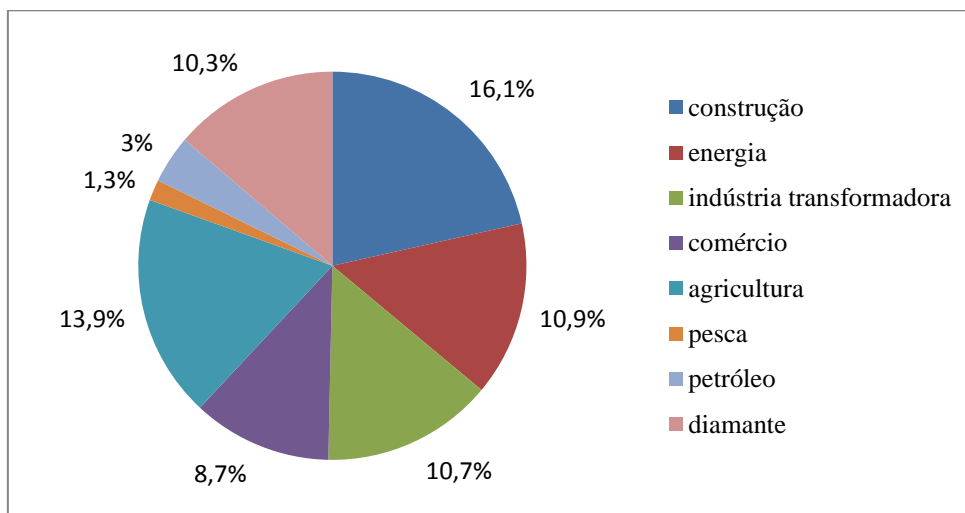
A economia de Angola caracteriza-se por apresentar um setor tradicional, virado para a produção de produtos agrícolas como meio de subsistência da população, e por outro setor mais moderno virado para a exportação de petróleo, gás natural e diamantes (Trindade, 2000, p. 267)

Gráfico 3: Valor do PIB Real de Angola (%)



Fonte: (Banco Nacional de Angola, 7/1/2012). Nestes dados não estão estimados os valores das economias informais.

Gráfico 4: Dinâmica do crescimento económico (2010)



Fonte: Banco Nacional de Angola, 13/12/2011.

5.1.6 Polos de desenvolvimento e assimetrias regionais

Em Angola o setor que mais se desenvolveu foi o da indústria extrativa. Passados 10 anos de paz, o país tem investido no setor social, na criação de infraestruturas e na diversificação da indústria, a fim de obter um desenvolvimento sustentado.

Na província de Luanda encontramos a maior parte da riqueza e das oportunidades de negócio, sendo Luanda, Benguela e Bengo os polos de desenvolvimento do país. Podemos

referir que 68,3% das empresas encontram-se nestas províncias e no Namibe, privilegiando deste modo o crescimento destas áreas (Rocha, M. J., 2010).

O país possui três polos de desenvolvimento industrial, sendo o mais antigo o de Luanda, pois é onde se situa o maior mercado consumidor do país; o segundo encontra-se em Catumbela na província de Benguela, onde existem algumas indústrias como a Coca-Cola e cerveja Cuca - BGI e SOBA Catumbela.

A riqueza gerada pelo país concentra-se nas regiões de Luanda-Bengo e centro-leste. A região do norte, onde se encontram as províncias petrolíferas, também apresenta resultados positivos em termos de desenvolvimento e investimento (Rocha, M. J., 2010).

As assimetrias regionais, que persistem desde o colonialismo são elevadas, pois a metrópole estava mais interessada em desenvolver as zonas do litoral, nomeadamente as províncias de Luanda e Benguela. Existem áreas em Angola em que as acessibilidades são inexistentes e a distribuição da riqueza não se faz sentir.

Durante anos, o governo centralizou todos os serviços em Luanda - é na capital política e económica do país que se encontra a maior parte da atividade económica privada, e os principais investimentos se fazem na grande Luanda, pois a organização política e administrativa centralizada foi a causa das grandes assimetrias regionais e sectoriais no país, tendo como consequência o grande movimento migratório para Luanda, e posteriormente o fomento da economia informal e da criminalidade (Rocha M. J., 2010).

5.1.7 Política governamental: grandes objetivos e perspectivas de consecução

O governo pretende que a produção agrícola permita a autossuficiência alimentar e que apresente rendimentos altos e para isso tem criado políticas de promoção da exportação de produtos como o milho, mandioca, café, açúcar e óleo de palma.

Neste setor o governo pretende atribuir linhas de crédito aos pequenos agricultores (com este projeto o governo tem a intenção de envolver cerca de 2 milhões de pessoas, com o fim de resolver o problema do desemprego). O governo angolano pretende eliminar forte dependência das importações, desenvolver os polos já existentes e criar outros polos no interior do país, acompanhando assim o desenvolvimento das infraestruturas e das vias de comunicação. Os polos de desenvolvimento a implementar, ajudarão na produção de

matérias-primas e a melhoria da qualidade de vida da população rural, criando condições para as fixar nestas zonas e descongestionando desse modo os centros urbanos.

5.2 Sector Primário

5.2.1 Produção

O sistema produtivo de Angola ainda apresenta muitas lacunas, mas algumas atividades têm respondido favoravelmente aos desafios do crescimento económico que o país tem apresentado nos últimos tempos.

Agricultura

A agricultura em Angola é uma prioridade de segundo plano, o que é prejudicial para o desenvolvimento económico, uma vez que a maioria da população está ligada a esta área e o país não tem um desenvolvimento fabril que garanta emprego para a população.

Angola tem terras adequadas à prática agrícola e também apresenta condições para culturas de exportação de café, sisal, tabaco, açúcar, palma, algodão, citrinos e sésamo. A agricultura sofreu um grande decréscimo durante a guerra civil, que causou um elevado êxodo rural e perda de mão-de-obra, impediu o escoamento dos produtos para os mercados urbanos, o que diminuiu a produção e aumentou a importação de produtos (Trindade, 2000, p. 303).

Os métodos de produção em Angola variam consoante o rendimento do agricultor. O camponês produz para a sua subsistência, sem tecnologia e com baixa produtividade; o pequeno produtor utiliza pouca tecnologia e tem pouco excedente; o produtor médio já produz com mais excedentes, usando vários tipos de tecnologia e o produtor empresarial faz uma produção comercial, apostando na inovação e tecnologia. A produção agrícola em Angola destina-se, na sua maioria, à subsistência, pois cerca de 80% das culturas é produzida pelos camponeses e pequenos agricultores (Trindade, 2000, p. 303).

A comercialização dos produtos agrícolas realiza-se nos mercados locais e regionais, devido à inadequação das infraestruturas, que se encontram em reconstrução. O armazenamento de certos produtos, principalmente dos cereais, faz-se em armazéns, mas o país necessita de aumentar o número de armazéns existentes, obtendo deste modo *stocks* em maior quantidade (Trindade, 2000, p. 305).

Apesar da agricultura só contribuir com 6,8% do PIB, desempenha um papel importante no país, pois garante metade do total de emprego.

O Plano Nacional de Angola de 2011 indica que os setores da agricultura, pesca, e florestal cresceram 29,1% em 2009 e 10,7% em 2010 (Ministério da Agricultura, 2007).

A agricultura angolana tem beneficiado de apoios do setor privado, de empresas estatais e de investimento estrangeiro e tem como parceiros as agências das Nações Unidas, da União Europeia, do Banco Africano de Desenvolvimento, do Banco Mundial, etc. No ano de 2007 estes apoios foram de cerca de 160.804.204,84 euros para o programa executivo (Ministério da Agricultura, 2007).

O grande desafio do governo angolano é garantir produção suficiente para satisfazer as necessidades básicas de alimentação da população. O setor agrícola tem-se desenvolvido lentamente por falta de tecnologias, de inovação e de mão-de-obra qualificada. O governo tem criado políticas que incentivam o desenvolvimento deste setor, mas, na maior parte das províncias não são levados a cabo por falta de verbas. Como a agricultura angolana apresenta um bom potencial, poderá ser decisiva para a estabilidade social.

Silvicultura

O país possui recursos florestais e panoramas ecoambientais e paisagísticos favoráveis às atividades turísticas, despertando o interesse de quem está motivado em investir no desenvolvimento sustentável de Angola. Os recursos florestais não têm sido alvo de investimento e representam uma extensão de aproximadamente 53 milhões de hectares, correspondente a 35% da superfície do território, enquanto a superfície considerada agricolamente produtiva corresponde somente a 2% do território nacional.

A aba atlântica desde a região de Cabinda até o rio Balombo, principalmente nos Dembos e no Alto Maiombe, possui florestas densas e húmidas (2%) com diferentes tipos de árvores, onde podemos encontrar espécies exóticas como o eucalipto, pinheiros e cupressus (cipreste, cedro) (Instituto do Desenvolvimento Florestal, 2008).

O país também possui florestas abertas (45,4%), savana seca com árvores (24,2%), mosaico floresta savana (19,8), estepe (3,1) e deserto (0,3%). Diversos tipos de árvores existentes nas florestas angolanas são adequadas para a industrialização, com uma capacidade instalada de serração de 350 a 400 m³/ dia, e as maiores indústrias de transformação situam-se nas províncias de Cabinda e Luanda. Durante os anos de guerra os recursos florestais não foram explorados de forma intensiva, acumulando, deste modo, um potencial anual de corte superior ao esperado (Instituto do Desenvolvimento Florestal, 2008).

O acompanhamento, controlo e aplicação de normas que regem a exploração, utilização e o tratamento florestal em Angola está sob a responsabilidade do Instituto do Desenvolvimento Florestal (IDF). O governo angolano tem implementado programas para a preservação, proteção do ambiente e gestão sustentável dos recursos naturais, diminuição da pressão sobre a floresta natural, proteção dos solos e da extensão da área florestal do país, pois existe uma procura intensiva de materiais lenhosos e materiais de construção de origem florestal por parte da população rural que vive da agricultura de subsistência e mantém práticas tradicionais, como as queimadas, que causam incêndios florestais⁷. Apesar do contributo dos recursos florestais para o PIB, a produção de madeira em toro e de madeira serrada, tem crescido muito desde o ano 2000 (Instituto do Desenvolvimento Florestal, 2008).

Angola possui extensões consideráveis de florestas tropicais localizadas nas diversas províncias, destacando-se Cabinda, Uíge, Kuanza Norte, Kuanza Sul, Moxico e Kuando-Kubango, com espécies tropicais raras como o ébano, o sândalo e o pau-rosa. Quando devidamente apoiado, este setor, que se encontra paralisado, poderá constituir-se como um dos principais setores para o desenvolvimento industrial do país (importância no equilíbrio da balança de pagamentos e no rápido retorno dos seus investimentos). Mas este setor tem encontrado constrangimentos devido à fraca capacidade de participação do setor privado e comunitário nas capacidades de repovoamento florestal (Instituto do Desenvolvimento Florestal, 2008).

Pesca

A faixa costeira de Angola possui 1500 km que oferece grandes potencialidades no domínio pesqueiro. O setor das pescas em 2006 contribuía com 3% para o PIB, sendo o controlo da pesca realizado pelos agentes de controlo das pescas e pelo sistema VMS. A nível regional o país tem acordos de cooperação de pescas com Benguela Current Large Marine Ecosystem (BCLME), Guinea Current Large Marine Ecosystem (GCLME), United Nations Environment Programme (UNEP), Southeast Atlantic Fisheries Organization (SEAFO), International Commission for the Conservation of Atlantic Tunas (ICCAT) e Fishery Committee for the Eastern Central Atlantic (CECAF).

⁷ A exploração não controlada de madeira contribui para a diminuição da superfície florestal do país.

Uma parte considerável da população angolana dedica-se à pesca como forma de subsistência e de rendimento (essas pessoas vivem no litoral e têm um nível de literacia baixo ou mesmo nulo). Em Angola a pesca é artesanal, semi-industrial e industrial.

A maioria dos pescadores pratica pesca artesanal na zona costeira adjacente (até 3 milhas náuticas). A pesca industrial e semi-industrial é praticada por pessoas singulares e por pessoas coletivas. Esta atividade é praticada em quase toda a extensão do território, mas está mais concentrada na zona centro do país, nomeadamente nas províncias de Benguela e Kuanza Sul, que contribuem com 29% para o total pescado, enquanto o Namibe contribui com 28%, e por último o norte, através das províncias de Luanda, Cabinda e Bengo, que contribuem com 25% (Ministério da Agricultura, 2004).

No passado, o país já foi o primeiro produtor mundial de farinha de peixe, mas é lenta a recuperação das infraestruturas destruídas pela guerra, e não tem havido investimento por parte do governo ou de particulares neste setor de atividade (Abrantes J. M., 2005, p. 171). Dos produtos transformados, a indústria da farinha de peixe tem mostrado um crescimento dinâmico, seguida pelo peixe seco meia cura e pelo peixe congelado (todos presentes na dieta da população).

A pesca tem contribuído significativamente para o fim da carência alimentar e para a aquisição de recursos adicionais por parte das populações do interior, mas ainda precisam de meios financeiros, humanos e tecnológicos.

5.2.2 Autossuficiência

Atualmente a produção agrícola abrange um reduzido número de produtos como o milho, o arroz, a mandioca e a batata-doce e não é suficiente para suprimir as necessidades alimentares da população angolana.

A produtividade, devido às deficientes infraestruturas, distribuição de energia, elétrica e água, mão-de-obra não qualificada, dificuldades do acesso ao crédito e a falta de espírito empreendedor, ainda se depara com constrangimentos, impedindo o bom funcionamento (apesar de algumas medidas já tomadas, ainda são insuficientes).

Para que o Estado consiga desenvolver e resolver o problema da agricultura, é necessário criar condições sanitárias e habitacionais para que as pessoas regressem às suas áreas de origem e voltem a praticar a agricultura em sintonia com programas para o

desenvolvimento deste sector (novas tecnologias de agricultura, formação de pessoal, desenvolvimento e reabilitação das estradas e dos caminhos-de-ferro) (Rocha C. A., 2009, p. 65).

No que diz respeito à silvicultura e em condições de sustentabilidade, o país pode produzir cerca de 360.000m³ de madeira proveniente da floresta natural, e 850.000 m³ de madeira proveniente de floresta plantada (Ministério da Agricultura, 2007).

Em relação às pescas, no ano de 2003 a pesca marítima obteve a captura de 117.219,5 toneladas de pescado provenientes da pesca industrial e semi-industrial, e 84.319,5 toneladas provenientes da pesca artesanal. Devido à pesca excessiva e sem controlo e às mudanças nas condições hidro-climáticas, produção pesqueira no país tem diminuído bastante.

5.2.3 Rendimento

O rendimento da agricultura, comparado com outros setores, ainda é muito baixo. O setor da agricultura e pescas contribuiu com 12,2 %, em 2011, para o PIB. (Ministério da Agricultura, 2007). A falta de investimento neste setor e a desvalorização do capital humano contribuem para a fraca produtividade e, conseqüentemente, para um baixo nível de rendimento.

5.2.4 Política governamental: principais objetivos e perspectivas de consecução

O desenvolvimento do setor primário tem sido difícil, pois encontra constrangimentos ao nível do financiamento e dos apoios governamentais. Apesar do governo criar programas no âmbito da agricultura e da pesca, tendo em vista a melhoria do setor primário, a falta de recursos financeiros para a continuidade dos programas e para a manutenção das infraestruturas e falta de recursos humanos é uma realidade (Ministério da Agricultura, 2010).

Com estes programas o governo pretende aproveitar o potencial dos recursos naturais, garantindo assim a segurança alimentar, a renda e emprego, as oportunidades nos mercados local, regional e internacional, o acesso à terra e aos recursos produtivos, as capacidades dos recursos humanos e a investigação agrária (Ministério da Agricultura, 2010).

Neste sentido, o Ministério da Agricultura adota como estratégia a promoção de parcerias público-privadas de empresas âncoras, que irão atuar como difusores de

conhecimento, de tecnologias de produção, de sistemas de gestão e organização, contribuindo também para a execução do programa de construção e reabilitação das infraestruturas rurais, nomeadamente das irrigações, da produção e do processamento. Complementarmente, tem criado iniciativas económicas e legais para estimular o setor bancário a conceder créditos de apoio às associações e cooperativas de pequenos e médios produtores, com vista a melhorar a produção e a comercialização com políticas de preços mínimos, seguro agrícola, promoção de esquemas de poupança e parcerias público-privadas (Ministério da Agricultura, 2008).

No setor das pescas o governo pretende melhorar a gestão das zonas costeiras, incentivar a investigação científica e a inovação e valorizar o saber tradicional. Também tem em vista a continuação do estabelecimento de um regime de exploração sustentável dos recursos vivos aquáticos, que tenha em consideração as limitações biológicas e ecológicas existentes nas águas angolanas.

Para a área da silvicultura, o governo tenciona plantar anualmente 5 mil hectares de floresta (a manutenção do equilíbrio ambiental e à criação de mais de 1000 postos de trabalho) e pretende fomentar a produção da indústria transformadora de madeira, contribuindo deste modo para a economia nacional. O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural tem a responsabilidade da gestão dos recursos florestais, delegando esta tarefa no seu órgão de tutela, que é o Instituto do Desenvolvimento Florestal, e tem por finalidade a formulação de políticas e legislação nesta matéria (Ministério da Agricultura, 2008).

5.3 Sector secundário

5.3.1 Matérias-primas

Angola é um país rico em matérias-primas, propício para a transformação industrial nomeadamente de petróleo, diamantes, minério de ferro, fosfatos, bauxite, urânio e ouro, cimento, cana-de-açúcar, cereais, algodão, madeira. Apesar do país possuir bens que podem ser transformados, a sua indústria ainda é incipiente, o que originou uma elevada taxa de importação de bens e produtos.

Como já vimos anteriormente, o petróleo é o principal bem de exportação em Angola. Por haver grande quantidade de matérias-primas em Angola, ousamos dizer que o país tem um forte potencial, mas ainda importa a maior parte dos bens de que necessita.

5.3.2 Base industrial

A atividade industrial em Angola, que começou no tempo colonial, satisfazia as necessidades da população urbana e contribuía para 18% do PIB. Das indústrias destacavam-se as artesanais (moagens, padarias, serralharias e marcenarias) e as indústrias de transformação de bens agrícolas (refinarias de açúcar, o descasque de café e arroz, a desgrana de algodão, a desfibra de sisal, a indústria têxtil, de bebidas e alimentar). Nos anos anteriores à independência, as indústrias caracterizavam-se por: predomínio de atividades ligadas à indústria ligeira; forte dependência externa e grande presença de unidades de transformação, efetuando-se apenas pequenas operações aos bens importados quase acabados; presença de unidades de base importantes como baterias, pneus, cimento, materiais de construção, fundição de aço e refinaria de petróleo bruto; predomínio de atividades com recurso à força de trabalho intensivo e concentração geográfica das indústrias em Luanda, Lobito e Huambo, devido à concentração urbana nestas províncias. Após a independência, o governo decidiu assumir uma política nacionalista, transformando a indústria no pivô impulsionador da economia do país e seguindo duas linhas de orientação, a primeira baseada na convicção de que a reconstrução nacional depende da utilização prioritária da tecnologia moderna, com vista a atingir um desenvolvimento acelerado, e a segunda baseada na convicção do papel de Estado centralizado, com o objetivo de construir uma sociedade socialista independente e orientada para o desenvolvimento da economia nacional (Trindade, 2000, p. 306).

Hoje, a atividade manufactureira angolana é fraca e muito pouco diversificada, pois o sistema financeiro começou a desenvolver-se há poucos anos e os empresários angolanos não tinham meios de desenvolver os seus projetos.

Os setores que apresentam algumas tendências de crescimento são o setor alimentar, com a produção de pasta de fígado, óleo alimentar, farinha de milho e de trigo, e pão; o setor bebidas, com a produção de cerveja, refrigerantes (gasosa) e vinhos de mesa; o sector dos minerais não metálicos, com a produção de vidro e de cimento, que se encontra a funcionar abaixo da sua capacidade máxima e o setor do tabaco. Muitos projetos industriais, parcerias com empresas estrangeiras, falharam por inadequação à realidade angolana (as unidades industriais não conseguem potenciar os seus efeitos e Angola apresenta baixos índices de consumo, pois a maior parte da população não consegue assegurar os níveis mínimos de subsistência, além de existirem deficiências na distribuição dos produtos e nas redes de transportes). Em 2011 entrou em funcionamento a Zona Económica Especial de Viana, que

irá possuir 35 estabelecimentos industriais, com um investimento total de 26.246.500 eur, tendo sido criados 1.894 postos de trabalhos (Governo de Angola, 2011)

O país deve apostar no desenvolvimento do setor industrial para conseguir combater o elevado desemprego, substituir o maior número possível de importações, mas o processo poderá ser longo e difícil, uma vez que a indústria transformadora angolana tem falta de infraestruturas, de peças de substituição (ainda utiliza equipamentos obsoletos), de capacidade de abastecimento de água e de eletricidade e as indústrias encontram-se nas grandes cidades. Com o desenvolvimento económico que se tem verificado em Angola após a guerra civil, torna-se iminente a aposta na indústria transformadora, como solução para um crescimento sustentado, reduzindo a dependência das importações e aumentando o emprego para a população mais jovem, uma vez que a taxa de desemprego em 2009 era de 20% (Casalinho, Santos, & Sousa, 2009).

Mas os dados do Banco Espírito Santo (BES) mostram que o investimento estrangeiro na indústria transformadora angolana ultrapassa 3 mil milhões USD e 32,2% do investimento privado em 2010 eram direcionados para a área industrial. O Ministério da economia angolana acredita que no final do ano de 2012 o sector industrial, atingirá a autossuficiência na produção de cimento e produtos cerâmicos e produza pelo menos 50% da madeira e do aço consumidos no país (Miguel, 2011).

5.3.3 Energia

Depois da saída dos portugueses do território angolano, o país começou a ter sérios problemas de distribuição de energia elétrica, fruto das sabotagens efetuadas durante a guerra civil, que só terminou em 2002. Hoje, quase 40 anos depois da luta armada, o país ainda se encontra com os mesmos problemas, devido à falta de recursos, tanto financeiros como humanos.

O país possui rios com consideráveis caudais que lhe podem conferir um grande potencial hidroelétrico, mas a produção de energia elétrica decresceu em 1992 e agravou-se nos anos seguintes. A partir de 2002 a produção de energia apresentou bastantes oscilações, verificando-se uma concentração de consumo de energia pelos consumidores que fazem parte do sistema Norte, seguido do sistema Centro e por último o sistema Sul (em 2008 o consumo estimado foi de 5.796.0 GW). A primeira central de energia elétrica angolana, foi construída entre 1958 a 1962, na província do Kuanza Norte, funciona com quatro geradores com a

capacidade de 45 MW cada, mas dois deles encontram-se sem funcionar desde 2009, devido à restauração para a modernização. Desde janeiro de 2011, a segunda fase de modernização da barragem de Cambambe encontra-se em andamento, o custo estimado para a sua construção é de 400 milhões de USD e terá quatro grupos de geradores com capacidade de 175 MW cada e estará concluída em 2014 (Odisseia Virtual Lda., 2010).

A segunda principal fonte de energia provém da barragem de Capanda, situada na bacia do rio Kuanza, província de Malange, é explorada em parceria com empresas brasileiras e russas. Foi construída em 1982, mas só fornece energia desde janeiro de 2004, devido aos conflitos armados. Esta barragem possui quatro grupos de geradores, com capacidade total de 520 MW, mas de momento produz apenas cerca de 260 MW, a partir de dois geradores que fornecem energia elétrica para as províncias de Luanda e Malange. O objetivo do governo angolano é que a barragem funcione a 100% para fornecer sistema Norte, de que fazem parte as províncias de Malange, Kuanza Norte, Luanda, Kuanza Sul e Bengo (Mascarenhas, 2010, p. 128).

A energia elétrica produzida por esta barragem é exportada o Botswana, Namíbia, Zâmbia e outros países da SADC. Angola apresenta um paradoxo, exporta energia elétrica e simultaneamente apresentar insuficiências ou mesmo carências na distribuição de energia a nível interno, onde parte da população se socorre de geradores para poder usufruir de energia elétrica com regularidade (Mascarenhas, 2010, p. 128).

Em relação ao consumo, os dados de 2001 demonstram o seguinte: os consumidores domésticos consumiram cerca de 57% da eletricidade faturada, a indústria 23%, o comércio e os serviços 18% e a agricultura consumiu cerca de 2%. A carência e insuficiência na distribuição da energia elétrica deve-se à destruição das infraestruturas elétricas durante a guerra civil. Angola possui duas empresas distribuidoras de energia, que são subsidiadas pelo governo - a ENE, de cariz público, que distribui cerca de 30% por todo o país exceto Luanda e a EDEL, que compra a energia à ENE e a distribui em Luanda (cidade que consome cerca de 70% de toda a eletricidade gasta no país). Este setor encontra-se deteriorado, porque os valores que são praticados não cobrem o custo de produção, o que prejudica a sustentabilidade financeira das empresas distribuidoras de energia e porque não existe mão-de-obra qualificada. As empresas deparam-se com perdas não técnicas, como por exemplo, furto ou ligações ilegais, sistemas de faturamento com defeitos, falta de medidores e não pagamento das faturas (segundo as estimativas do governo, só cerca de 40% da energia produzida é cobrada, e só 42% é cobrada e tributada). A falta de cobertura dos custos das tarifas faz com

que a manutenção do sistema seja irregular, causando situações de falha de energia crónicas (Pushak & Foster, 2011).

Nas áreas rurais, a maior parte da população ainda não tem acesso à eletricidade nem a combustíveis comerciais, o que leva a ligações ilegais e anárquicas, provocando curtos circuitos e posteriormente incêndios. Estima-se que a EDEL tem cerca de 32.000 pessoas que usufruem da sua energia ilegalmente e as perdas não técnicas relativas a estes consumidores são estimadas em cerca de 20% (Abrantes J. M., 2005, p. 175).

Segundo os dados do Banco Mundial, 3% de energia utilizada é proveniente de fontes alternativas e nuclear, mas Angola ainda não se deu conta de que a energia com qualidade anda de mãos dadas com o desenvolvimento e a modernização do país e que apesar da distribuição de energia elétrica ter vindo a melhorar nos últimos anos, ainda falta muito para que o povo angolano usufrua deste bem sem recorrer aos geradores (Agência Internacional de Energia, 2006, pp. 59-60).

Desde 2002, o governo tem investido na reabilitação das infraestruturas de energia, e segundo as estimativas da ENE, estes investimentos fizeram aumentar a capacidade de produção de energia de 830 MW em 2002 para mais de 1200 MW em 2008. Desde então a produção de energia em Angola tem vindo a crescer, mas, como já vimos anteriormente, estes investimentos e crescimento da produção de energia elétrica não significa a melhoria da condição do consumidor, pois a distribuição de energia ainda é pouco confiável (a partir do ano de 2008, pouco mais de 30% da população angolana beneficiou de energia elétrica, embora conste que Luanda consome cerca de 2/3 da eletricidade do país).

Segundo o relatório do Banco Mundial, cerca de metade dos consumidores residentes em Luanda têm energia fornecida por fontes informais, pagando três vezes mais do que o valor da energia fornecida pela ENE. A insuficiência na distribuição da energia tem prejudicado as empresas, levando a que estas tenham energia através de geradores, de modo a garantir o funcionamento diário normal, o que representa um encargo significativo para as empresas (Pushak & Foster, 2011, p. 10).

A energia solar em Angola é utilizada por um pequeno grupo de pessoas abastadas, principalmente no sul do país, que compram o material na Namíbia, não sendo ainda possível calcular o número de consumidores de energia solar em Angola.

Em relação ao transporte de energia, a ENE possui cerca de 2000 km de linhas de transmissão acima dos 60 kW, das quais só um pouco mais de metade estavam operacionais em 2003 (Agência Internacional de Energia, 2006, pp. 59-60).

O governo do Reino Unido criou um programa para o fornecimento de energia solar, mas apesar do sucesso, este projeto tem sido prejudicado, devido à ausência de proprietários locais com meios financeiros, o que conduz à falta de manutenção dos equipamentos e consequentemente ao abandono do sistema. Em 2002, o governo aprovou a Estratégia de Desenvolvimento do Setor da Energia Elétrica, que visava o abastecimento permanente da eletricidade, o aumento do número de pessoas e comunidades abastecidas, a redução das assimetrias regionais, a garantia do contributo do setor elétrico para o desenvolvimento económico e a garantia da conservação e a proteção do ambiente. Contudo, devido a constrangimentos (má qualidade das infraestruturas e falta de verbas), este plano estratégico nunca foi implementado (Centro de Estudos e Investigação Científica, 2010).

O governo angolano pretende criar uma ligação dos sistemas Central e Sul ao sistema Norte, para melhor aproveitar a capacidade produtiva de energia em Angola, sendo que este sistema se destina a exportar energia da República Democrática do Congo para a África do Sul, passando por Angola, e inclui uma linha de transmissão de alta tensão, que permitiria realizar a interligação interna. Na sua estratégia de 2002 o governo pretende que até 2016 melhore a capacidade de produção de energia (Agência Internacional de Energia, 2006).

Tabela 5. Previsão de ponta máxima 2002-2016 (MW)

	2006	2011	2016
Sistema Norte	372,7	526,5	719,0
Sistema Centro	71,6	106,5	149,6
Sistema Sul	25,0	33,4	45,5
Sistemas isolados	20,9	35,2	49,1
Uíge	2,8	3,9	1,9
Bié	2,4	3,2	1,7
Cabinda	15,3	26,8	37,6
Outros sistemas isolados	2,0	3,2	4,4
Total	512,7	738,7	1008,8

Fonte: Agência Internacional de Energia, 2006

5.4 Setor terciário

5.4.1 Comércio

O comércio angolano caracteriza-se pela existência de uma rede de comércio geral, grossista, misto, retalho, prestação de serviço, comércio ambulante precário e vendedores nos mercados urbanos e rurais. O comércio interno é protagonizado por comerciantes privados, estrangeiros e pelo setor informal, que constitui uma das maiores reservas de emprego e de rendimento (Abrantes, 2005, p. 172).

Os estabelecimentos comerciais estão na sua maioria concentrados na zona norte, que compreende as províncias do Bengo, Cabinda, Kuanza Norte, Kuanza Sul, Luanda, Malange, Uíge e Zaire; a zona centro compreende as províncias de Benguela, Bié e Huambo, sendo a segunda em número de estabelecimentos comerciais e a última é a zona sul - províncias de Huíla, Kuando-Kubango, Cunene e Namibe. Podemos dar como exemplo os supermercados Nosso Super, que o governo criou através do programa PRESILD e encontram-se espalhados por quase todas as províncias. Os portugueses e os sul-africanos também investem em supermercados pelo país. As infraestruturas ineficientes do país têm prejudicado o comércio,

tanto a nível interno como externo, pois não permitem diversificação setorial e geográfica (Banco Espírito Santo, 2010).

Em relação ao comércio externo, a balança comercial no primeiro semestre de 2011 apresentou um superavit de 22.841 milhões de USD, o que se traduz num crescimento de 30,9%. As importações e as exportações tiveram um aumento de 25% e 12% respetivamente, exportando principalmente petróleo e gás natural para os EUA, a China, a França, a Bélgica e a Espanha. Os dados apresentados mostram um crescimento nas exportações, o que contribui para uma melhoria na balança comercial.

Angola tem investido também em alguns países, como Portugal, onde tem ações no banco Millennium BCP e na empresa Galp, e Portugal é o 4º principal exportador de produtos para Angola, a seguir à África do Sul, EUA e Brasil.

O setor terciário angolano tem crescido devido ao sucesso da classe média, com um maior poder de compra; o crescimento do consumo privado nos últimos anos, que se tem repercutido nas importações; o desenvolvimento das redes de distribuição que cobrem a maioria do território. Este crescimento também se deve ao dinamismo da economia angolana e ao crescimento do PIB. Anteriormente, o mercado não atendia à população de forma organizada, e as suas estruturas eram frágeis, hoje o mercado apresenta-se organizado e aliciante para investidores estrangeiros, ajudando deste modo a desenvolver o país (Banco Espírito Santo, 2010).

Os principais objetivos da política governamental são garantir a sustentabilidade do desenvolvimento através do uso racional dos recursos naturais, e apostar na diversificação económica.

5.4.2 Bancos

Logo após a independência, o governo nacionalizou a banca e os seguros, mas a primeira lei sobre as instituições financeiras só foi publicada em 1991 e a entrada no mercado das primeiras agências de bancos estrangeiros ocorreu em 1992. Atualmente, a lei que se encontra em vigor é a Lei nº 16/10, 15 de Julho.

O principal banco de Angola é o BNA, mas o país conta com outros bancos comerciais de direito angolano, e nos últimos anos tem aberto portas para os bancos comerciais privados estrangeiros. O setor bancário teve um crescimento exponencial desde o ano de 2001,

situando-se a maioria das suas agências no litoral devido às infraestruturas e ao potencial económico que esta zona detém. Em dezembro de 2003 o país possuía 56 agências bancárias, dando um grande salto em setembro de 2010 para 143 agências, passando a cobrir 46% dos municípios. Mas a rede bancária angolana ainda apresenta certos constrangimentos à expansão dos seus serviços, nomeadamente a má qualidade das comunicações têm elevados custos operacionais e de investimento para a instalação e operação de balcões, a reduzida dimensão da economia nas províncias mais rurais, a falta de delegações regionais do BNA que só se encontram presentes em 5 das 18 províncias (Benguela, Cabinda, Huambo, Huíla e Malange); a reduzida qualificação dos recursos humanos; e a ausência de um quadro definido de incentivos fiscais - por tudo isto se pode dizer que o sistema de regulação bancário angolano ainda se apresenta deficitário (Associação Angolana de Bancos, 2010).

5.4.3 Transportes e telecomunicações

Os transportes são muito importantes para o funcionamento da economia de um país. O sistema de transportes apresenta grandes lacunas devido aos conflitos que assolaram o país durante vários decénios, com pesadas consequências no mercado nacional. O abastecimento de bens passou a fazer-se por via aérea, a custos elevados, tendo como resultado a propagação da carência e o agravamento das tensões inflacionistas (Ministério do Planeamento, 2005).

As infraestruturas básicas, como as centrais elétricas, linhas de eletricidade e o abastecimento de água, são precárias. O governo tem investido na reabilitação de infraestruturas por todo país, principalmente em estradas, pontes e linhas férreas, o que tem vindo a proporcionar o aumento da qualidade da oferta de serviços de transporte de passageiros e mercadorias - principalmente do transporte rodoviário, que vem assumindo uma importância cada vez maior.

Rede rodoviária

A rede rodoviária encontra-se em mau estado, mas com o plano do governo para o melhoramento de infraestruturas do país, esta tem apresentado melhorias significativas⁸. No período de 2005 a 2009 o governo investiu cerca de 2.8 biliões de USD, pois o país está a fazer um grande esforço para "reconstituir" as suas estradas e construir novas estradas e pontes para ligar e encurtar as distâncias entre as várias províncias, como por exemplo, a

⁸ Angola é um dos países de África que mais investe em reabilitação de estradas.

primeira autoestrada, terminada em 2010 na periferia de Luanda, tem cerca de 54 km de extensão, ligando os municípios de Viana, Cacucaco e Benfica (Ministério do Planeamento, 2009).

Rede ferroviária

Devido à guerra da independência e, posteriormente, à guerra civil, a maioria das infraestruturas básicas do país foram fortemente danificadas. O sistema ferroviário que assegurava a ligação da costa marítima ao interior do país tornou-se ineficiente devido à destruição do material rolante, das linhas férreas e das pontes. Por exemplo, os 479 km de caminho-de-ferro que ligavam Luanda a Malange, antiga região do algodão, paralisaram durante muito tempo, mas hoje já se encontram em funcionamento. No centro, o caminho-de-ferro de Benguela, com 1,333 km, que atravessava o território nacional do oeste a leste (a partir do porto do Lobito até às regiões mineiras de cobre do Congo/Zaire e da Zâmbia), passou a funcionar apenas entre o Lobito e Benguela e entre o porto do Namibe e a cidade do Lubango. Mais a sul temos o caminho-de-ferro de Namibe, com 907 km. Hoje os caminhos-de-ferro angolanos encontram-se em reconstrução, contando com o apoio de empresas chinesas e indianas, pois cerca de 60% das linhas estão danificadas (Ministério do Planeamento, 2009).

Transportes aéreos

Os transportes aéreos, tanto de passageiros como de mercadorias, têm crescido consideravelmente, pois verificou-se um aumento no número de companhias aéreas, foram traçadas novas rotas, e tem-se verificado uma melhoria na segurança (Ministério do Planeamento, 2009).

Telecomunicações

Segundo o relatório do Banco Mundial sobre as barreiras do mercado africano, as telecomunicações angolanas caracterizam-se pela existência de monopólio do Estado em relação às operadoras existentes, e pelo fato das telecomunicações ainda não abrangerem todo o território. A banda larga disponível em Angola ainda é muito lenta, comparada com a dos países da Europa e da América.

5.4.4 Outras atividades

O turismo em Angola tem capacidade para evoluir, pois o país dispõe de excelentes recursos cinegéticos e paisagísticos que podem atrair a atenção de turistas, contudo, este setor ainda não tem potencialidades a explorar.

O governo angolano tem promovido políticas no sentido de desenvolver este setor, através da construção de infraestruturas em áreas urbanas para a definição e promoção de rotas turísticas nacionais, em coordenação com o objetivo do desenvolvimento provincial e rural, criando empregos e pequenas empresas interessadas no setor (Abrantes J. M., 2005, p. 179).

Em relação à hotelaria, o país tem crescido muito, devido ao investimento de empresários estrangeiros, especialmente em Luanda. Em relação ao turismo rural, o país possui seis parques nacionais e reservas especiais com espécies únicas no mundo, como a palanca negra gigante, no norte, a *Welwitshia mirabilis* e aves raras, no sul. Os turistas que visitam Angola provêm da Europa, da África e da América.

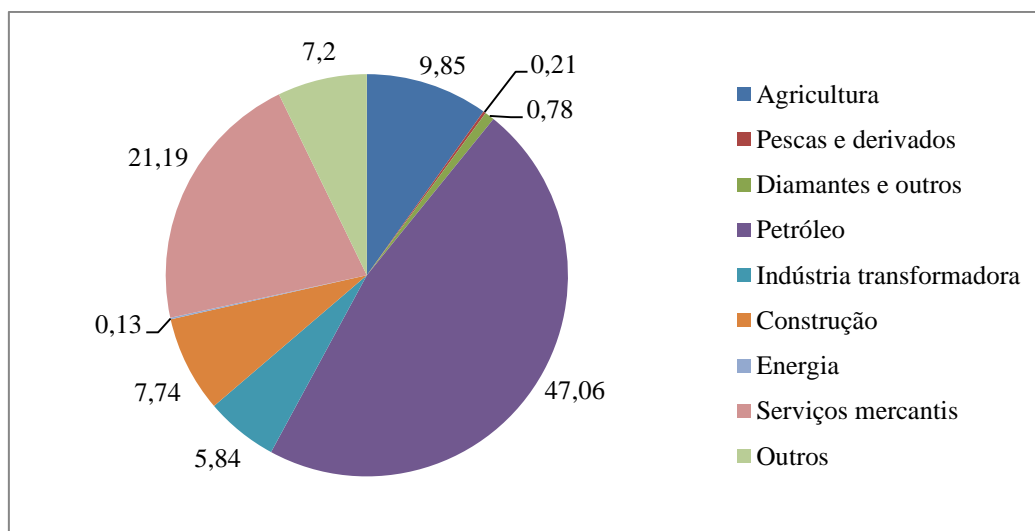
5.4.5 Relações do setor terciário com os setores primário e secundário

A economia angolana apresenta grandes assimetrias setoriais, que se traduzem no crescimento da economia petrolífera e na quase estagnação dos restantes setores da atividade económica. Nos últimos anos, o setor terciário tem apresentado um crescimento visível, devido ao programa de reestruturação logística e de distribuição de produtos essenciais à população, com o objetivo de reformar o comércio e ampliar a oferta de bens essenciais, bem como de aumentar os índices de consumo dos bens de produção nacional. No entanto, continua a haver desequilíbrio entre os setores de atividade, pois 68,5% da força de trabalho angolana pertence ao setor primário, 26,8% ao terciário e apenas 4,5% ao setor secundário. Apesar do setor da produção alimentar empregar muitas pessoas, está pouco desenvolvido e muito longe de garantir a autossuficiência de Angola em termos de alimentação. O setor da indústria ainda apresenta um crescimento lento, com insuficiência ao nível de mão-de-obra. O setor dos serviços é o mais diversificado e desenvolvido em termos de tecnologia e inovação, mas tem a desvantagem de falta de recursos humanos qualificados (*African Economic Outlook*, 2011).

O governo tem criado estratégias para a diversificação da economia nacional, com ações transversais aos três setores da atividade económica (Peninsula Press, 2009).

O gráfico abaixo mostra o contributo de cada setor para o PIB.

Gráfico 5. Distribuição sectorial do PIB (2011)



Fonte: Banco Nacional de Angola, 2012.

5.4.6 Rendimento

O comércio tem apresentado rendimentos elevados nos últimos anos, pois o peso do comércio no PIB subiu de 16,9% em 2007 para 30,4% em 2009, um crescimento de 13% em dois anos. Apesar deste setor ter crescido, ainda não contribui para o PIB na mesma medida do setor secundário, onde domina a indústria extrativa. Isto deve-se ao fato de grande parte da população angolana esteja habilitada apenas para trabalhar na agricultura.

5.5 Organização financeira

5.5.1 Características gerais do sistema fiscal

O sistema fiscal angolano estava fortemente dependente dos impostos da extração e exportação dos bens do setor mineiro, principalmente do petrolífero. A queda de 56% do valor do petróleo em 2008 e 2009, obrigou o governo angolano a recorrer à ajuda do FMI. A dinâmica dos impostos é positiva desde o ano de 2002, pois os impostos provenientes do setor não petrolífero têm aumentado paulatinamente. Os impostos existentes em Angola são nomeadamente o imposto sobre o Rendimento de Trabalho, o Imposto Industrial, o Imposto sobre Aplicações de Capitais, o imposto sobre Transações Comerciais, e o Sisa. Embora o país não tenha um Imposto de Valor Acrescentado (IVA), nem existir um imposto sobre a

propriedade, pois ainda há ausência de registo de terra, foi anunciado um novo imposto de selo no ano de 2011 (*African Economic Outlook*, 2011).

Em 2003 foram introduzidas medidas de estabilização, tendo como consequência a descida da inflação para 7% no final do ano de 2003. Neste mesmo ano o défice orçamental manteve-se elevado (7,9% do PIB). Em 2004, o défice público desceu 3,5% do PIB, devido ao aumento das receitas do petróleo e das medidas tomadas para a melhoria da fiscalização.

A estabilização dos preços é prejudicada pelos desequilíbrios fiscais, em conjunto com os défices operativos do Banco Central (Agência Internacional de Energia, 2006, p. 38). A campanha para sensibilizar a consciência pública para o cumprimento fiscal também será iniciada brevemente e o país precisa de ter mais transparência nas receitas orçamentais (*African Economic Outlook*, 2011).

5.5.2 Orçamento do Estado

As políticas orçamentais de Angola foram executadas de acordo com as orientações governamentais para a consolidação da estabilização macroeconómica e para a criação de melhores condições para o crescimento económico. O programa do orçamento geral do Estado tem como finalidade atingir melhorar a prestação de serviços sociais básicos, promover a harmonia social, consolidar o processo de estabilização macroeconómica e estimular o aumento do emprego.

As receitas orçamentais aumentaram entre 1993 e 2008, com uma variação de 20%. Segundo os dados apresentados pelo Ministério das Finanças, as receitas totais em 2008 foram de 47 mil milhões de USD, um resultado positivamente inesperado, ou seja, 28,9% acima do que se tinha programado, que se deveu à subida do preço do barril de petróleo, e teve como consequências ganhos extraordinários. Esta situação demonstra que as receitas fiscais do setor petrolífero são dominantes na estrutura fiscal do país (*African Economic Outlook*, 2011, p. 9).

Os impostos aduaneiros sobre os rendimentos de pessoas singulares e coletivas apresentaram o maior crescimento em relação às outras receitas, com uma taxa de variação média de 16,9%, que resulta das reformas governamentais, iniciadas em 2001, para organizar os processos e a fiscalização. As receitas totais do petróleo caíram de 8% em 2008 para 63% em 2009, recuperando posteriormente para 72% em 2010 e 2011 (*African Economic Outlook*, 2011, p. 9).

As despesas totais oscilaram entre 1993 a 2008, a uma taxa de variação de 5,1% por ano. As despesas com salários dos funcionários apresentaram uma taxa média de 33% e as de funcionamento de 17,1%. As despesas do Estado, incluindo as do investimento público em 2008, foram de 2000 milhões de USD e evoluíram a uma taxa anual positiva de 41,9% e as despesas de 2009 para 2010 caíram de 16,7% para 7,3%, sendo que o maior número de execução é relativo às despesas com militares, em detrimento das despesas com prestações sociais (Ministério do Planeamento, 2009, p. 46).

Os défices orçamentais foram causados pelas elevadas despesas com as FAA, função pública e com os subsídios para o setor não petrolífero. Prevê-se para o ano de 2012 um superavit no orçamento que será positivo para a economia do país; uma vez que o mundo ainda não saiu da crise económica em que se encontra, tal superavit implica uma melhoria significativa nos diferentes setores de atividade que se encontram em dificuldades (Ministério do Planeamento, 2010).

5.5.3 Balança de Pagamentos

O primeiro saldo positivo da balança de pagamentos de Angola foi em 2000 - 637,3 milhões de USD, continuando a ser positivo nos anos que se seguiram.

Tabela 6. Balança de pagamentos (milhões de USD) 2006-2008

Ano	EXP	EXR	Immercad	Juros	LUCDIV	TRANS	OIM	EXtotal	IM total
2006	30.483,11	1.379,13	8.777,63	805,10	5.277,04	1.774,40	43,46	318.862,20	16.288,8
2007	43.003,41	1.392,79	13.661,46	1.168,50	7.268,19	2.716,90	- 11.153,55	44.396,20	26.304,5
2008	62.457,37	1.456,57	20.982,19	1.245,63	10.799,80	3.802,25	- 15.847,40	65.180,05	35.165,6

Fonte: (Banco Nacional de Angola, 2009) Notas: EXP-Exportações Petrolíferas; EXR-Exportações do resto da economia; Immercd-Importações de mercadorias; LUCDIV- lucros e dividendos remetidos para o exterior; TRANS-Importações e serviços de transportes; OIM- outras importações.

5.5.4 Dívida pública e externa

A dívida externa aumentou de 21% em 2008 para 38,8% em 2009, mas em 2010 a dívida estabilizou nos 33%. Isto deve-se ao aumento da dívida pública comercial para 54%

(Reino Unido- 4.500 milhões de USD, Portugal- 2,1 biliões, Espanha- 1,2 biliões e a China- 1 bilião) e ao aumento de 40% da dívida pública, principalmente contraída com o Brasil e Portugal, respetivamente de 2 biliões e 1.2 bilião de USD. Angola tem o forte problema dos onerosos empréstimos de curto prazo garantidos pelo petróleo, que aumentam a vulnerabilidade externa do país. Devido à limitada capacidade de absorção da dívida externa, o governo angolano sofreu várias recusas de potenciais linhas de crédito, mas tem cumprido as suas obrigações com os credores multilaterais (*African Economic Outlook*, 2011, p. 11). Apesar do Banco Africano de Desenvolvimento apresentar dados, o governo angolano não apresenta dados da sua dívida externa desde 2001.

5.5.5 Capitais disponíveis e possibilidades de mobilização

O Banco Nacional de Angola tem focado a sua intervenção na emissão de títulos do banco central, através de operações de mercado aberto. Esta ação é um dos principais mecanismos para a gestão de liquidação, passando a usar reservas obrigatórias e taxas de redesconto para orientar a atividade creditícia dos bancos comerciais.

Segundo o relatório de 2010 do BNA, os capitais disponíveis apresentaram uma expansão de 4%, sendo que 1% das notas estavam sob o poder público e 7,2% estavam em circulação nas caixas dos bancos comerciais; verificou-se um aumento dos depósitos a prazo em moeda nacional de 58%, e em moeda estrangeira de 31%. O crédito dos particulares representa 24% do crédito concedido, seguindo-se o do setor comercial com 19% e o da agricultura e pescas com 1,9% dos créditos; os empréstimos ao Estado e aos particulares são de 58% (Banco Nacional de Angola, 2011).

5.5.6 Financiamentos externos

Angola é um país que precisa dos investimentos estrangeiros para se desenvolver e tem lançado desafios aos investidores estrangeiros com o objetivo de investirem mais na agricultura. Para desenvolver a indústria transformadora angolana, o país precisou de 32% de investimento de origem estrangeira. Os principais investidores em Angola são, neste momento, os chineses (*África Today*, 2010, p. 72). Em 2009 o FMI concedeu um financiamento no valor de 171 milhões de USD com o objetivo de Angola a situação macroeconómica, e em 2010 o financiamento externo foi equivalente a 0,2% do PIB (Banco Nacional de Angola, 2011).

O país está a sofrer transformações em termos de infraestruturas, a maioria das quais são realizadas com financiamento externo proveniente principalmente dos EUA e da China. Alemanha, Portugal e Espanha também têm investido em Angola com linhas de crédito para as áreas da saúde, energia, água, mineração, construção civil e formação profissional (Peninsula Press, 2009).

5.5.7 Acordos e compromissos com organismos internacionais

A nível regional Angola tem acordos e compromissos com a SADC e os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a União Africana (UA) decidiram apoiar Angola no seu desenvolvimento socioeconómico com 74 milhões de USD distribuídos do seguinte modo: 49% para o setor da agricultura, pescas e desenvolvimento rural, 27 % para o setor da saúde e educação, 16 % setor da distribuição de água e ajuda sanitária, e 8 % na área multisectorial. O BAD assumiu o compromisso de apoiar Angola na sua reabilitação depois da paz e preparou um relatório estratégico para 2011-2015, que se concentra em dois pilares - estimular a competitividade económica e apoiar as infraestruturas económicas. O BAD irá ajudar o país a se desprender da sua dependência do sector petrolífero e a se virar para o sector não petrolífero, de modo a valorizar todos os sectores da atividade económica. Além destas duas organizações, o país também tem compromissos com o Banco Mundial (BM), o FMI, a OMC, a ONU e as suas agências especializadas, que concedem empréstimos para o desenvolvimento sustentável de Angola (Martin M. S., 2010).

5.5.8 Política governamental: principais objetivos e perspetivas de consecução

O governo angolano pretende dotar o país de um sistema financeiro e segurador moderno, competitivo e dinâmico; promover a criação e o crescimento do mercado de capitais; desenvolver e modernizar o mercado de títulos públicos; consolidar a estrutura institucional e legal para controlo dos sistemas financeiro, segurador e do mercado de capitais; colocar à disposição do setor produtivo fundos de longo prazo a taxas de juros compatíveis com a rentabilidade dos investimentos, tendo como instrumento básico o BDA; incentivar o apoio das instituições financeiras ao desenvolvimento local e regional; aumentar o crédito às atividades produtivas, nomeadamente no financiamento dos investimentos privados de pelo menos 20% do PIB; transformar Angola numa importante praça financeira

continental e internacional; incentivar o aperfeiçoamento das instituições financeiras e a formação de profissionais; harmonizar os regulamentos e práticas ligadas à supervisão do sistema financeiro com os padrões internacionais (Governo de Angola, 2008).

5.6 População ativa

5.6.1 Recursos humanos

Apesar de Angola ter muitos jovens, os recursos humanos qualificados ainda são escassos, o que se deve ao baixo nível de formação científica dos professores. Nos últimos anos o país tem formado centenas de jovens, mas muitos acabam por não ter lugar no mercado de trabalho, que não tem tido capacidade para os absorver na totalidade. A falta de técnicos e profissionais de diversas áreas faz com que as entidades, principalmente privadas, recorram aos trabalhadores estrangeiros, que se apresentam com qualificações exigidas pelo mercado.

5.6.2 Afetação dos recursos. Mobilidade. Transferência. Reciclagem. Influência da legislação

O povo é um elemento fundamental para o Estado e para o seu crescimento económico. Como já foi mencionado, Angola tem cerca de 18,5 milhões de habitantes, dos quais 73% são jovens e 8,24 milhões de pessoas pertencem a população ativa.

As entidades empregadoras angolanas fornecem formação aos seus empregados, com vista à sua adaptação e capacitação às exigências do trabalho. A mobilidade interna é constante nos organismos do Estado, enquanto nas empresas não estatais, a mobilidade não se faz acontece com frequência.

O artigo 45º da Lei Geral do Trabalho diz que todos os trabalhadores têm o direito de ser tratados com respeito, receber um salário justo e adequado ao seu trabalho, serem pagos com regularidade e pontualidade, serem abrangidos na execução dos planos de formação profissional - para melhoria do desempenho e acesso à promoção e evolução na carreira profissional, terem boas condições de higiene e segurança no trabalho, serem protegidos no caso de acidente de trabalho e de doenças profissionais. Mas também têm o dever de não realizar, durante o período normal de trabalho, reuniões de índole partidária no centro de trabalho (Assembleia Nacional de Angola, 2010).

5.7 Coordenação geral da economia

5.7.1 Papel do Estado

Os recursos humanos qualificados é que dão azo ao desenvolvimento de um país, como proferiu o Presidente da República na abertura do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), no seu discurso de 11 de Abril de 1997:

(...) O homem deve estar no centro da nossa atenção, pois ele continua a ser o meio para o desenvolvimento (Abrantes O. J., 2004, p. 135).

O Estado tem apostado na formação de jovens estudantes no sentido de ter profissionais qualificados em todas as áreas da economia. O governo angolano tem criado políticas para promover o crescimento económico, principalmente nos setores agrícola e industrial, concedendo crédito a jovens empresários que apresentam projetos viáveis e promovendo parcerias público-privadas. Ao Estado compete a estabilidade da economia, garantindo o seu desenvolvimento e assumindo-se como fiscalizador da atividade económica. O Estado angolano é intervencionista e pretende alcançar objetivos políticos, económicos e sociais – para resolver a debilidade do mercado, das infraestruturas produtivas, dos serviços, dos parques industriais, das comunicações. Angola precisa ainda de um Estado intervencionista.

5.7.2 Principais organismos e suas atribuições

A economia angolana está sob a responsabilidade do Ministério da Economia, que tem como função propor, formular, coordenar, executar, avaliar e dar a conhecer a política do Executivo relativamente às medidas de estímulo e fomento da atividade empresarial pública e privada, bem como dar garantias aos agentes económicos, e estabelecer normas de concorrência. Ao ministério também compete velar pelas políticas de direção e controlo, para que as empresas do setor empresarial público criem valor acrescentado em condições de máxima eficiência. Este Ministério dispõe de serviços centrais e organismos, designadamente:

- Órgãos Colegiais Consultivos (conselho de direção, conselho técnico, conselho consultivo), que têm como função analisar o plano de atividades e o orçamento do Ministério, analisar e dar parecer sobre projetos de lei e decretos elaborados pelo Ministério, apreciar os planos e relatórios da atividade económica, pronunciar-se sobre princípios orientadores da formulação das políticas do executivo e de apoio ao desenvolvimento, controlar a gestão do sector

empresarial público e apreciar as questões técnicas da competência do Ministro e outras relacionadas, etc.;

- Serviços de Apoio Técnico elaboram propostas de políticas e medidas a implementar no setor empresarial público, formulam e propõem políticas relativas ao fomento da atividade empresarial, acompanham e monitorizam os projetos estratégicos privados e as ações e projetos do setor produtivo, acompanham o desenvolvimento das parcerias público-privadas em estreita cooperação com os departamentos ministeriais setoriais e demais órgãos da administração direta do Estado, propõem a orientação a seguir nas negociações de acordos e convenções com países e organizações internacionais nos vários domínios de atribuição do Ministério e promovem a divulgação da legislação pública de interesse para o Ministério, etc.;
- Serviços de Apoio Instrumental (Gabinete do Ministro e do Vice-Ministro), que têm como função assegurar as relações com os demais órgãos auxiliares do Presidente da República, organizar as relações entre o Ministro e o público, implementar políticas e estratégias de fomento empresarial e coordenar os elementos de estudo e informação de que o Ministro careça, bem como realizar estudos e tarefas de que sejam incumbidos pelo Ministro;
- Órgãos tutelados (instituto para o setor empresarial público, instituto para o fomento empresarial, agência nacional para o investimento privado), aos quais compete a implementação das políticas e estratégias de fomento empresarial e a respetiva regulamentação, a supervisão e controlo de implementação, o controlo da gestão das empresas do sector empresarial público e a captação de investimento privado através da concessão de incentivos fiscais e aduaneiros (Ministério da Economia, 2011).

5.7.3 Planos de fomento e equivalentes

O governo angolano tem como objetivo fomentar a economia, criando políticas para o desenvolvimento diversificado e para a modernização, combatendo a fome, a miséria e diminuindo a pobreza. Pretende uma sociedade justa, equitativa e desenvolvida, assente na igualdade de oportunidades, no desenvolvimento humano, na justiça e na distribuição do

rendimento nacional, de modo a assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento económico e estabilidade política e social.

Outro plano a ser considerado pelo Estado angolano, é a aceleração do desenvolvimento industrial. O governo pretende manter o crescimento do PIB sectorial acima dos 40%, fomentar o desenvolvimento industrial a nível territorial, com base em polos industriais e zonas económicas especiais, dando prioridade aos futuros “clusters” de alimentação e habitat, proceder à reestruturação, regularização jurídica e privatização das empresas industriais ainda detidas pelo Estado, melhorar os processos de controlo da qualidade industrial, dar continuidade à recuperação das cadeias produtivas industriais, nomeadamente têxtil, calçados e alimentos. Pretende também acelerar o desenvolvimento rural integrado, com a revitalização e diversificação da economia rural, com o propósito de promover a segurança alimentar e apoiar empreendimentos produtivos em bases associativas e cooperativas (Governo de Angola, 2008).

Uma maior competitividade no contexto mundial e africano, e um maior reconhecimento de Angola como Nação respeitada e prestigiada e como plataforma de articulação política e económica entre as regiões da SADC, CEEAC e Golfo da Guiné, também são objetivos da economia nacional (Governo de Angola, 2008).

5.8 Conclusões sectoriais

Angola pretende ser uma sociedade que garanta o acesso generalizado das famílias à habitação condigna, à água potável, à energia elétrica, aos serviços de educação e saúde e a outros bens públicos que contribuam para o bem-estar social. Apesar do país ter apresentado um crescimento económico considerável, ainda há muito a fazer, pois, está fortemente dependente do setor petrolífero.

Angola tem um forte potencial económico. As principais potencialidades são o crescimento gradual do PIB, abertura da economia e a possibilidade de se constituir numa potência regional e grande parceiro estratégico dos EUA e da China, o desenvolvimento do setor bancário, a extensa superfície arável (cerca de três milhões de hectares, além de áreas de pastos e florestas tropicais com diversos tipos de madeiras), diversidade de recursos agrícolas em todo o território e o empenho do Estado na condução da economia nacional, apresentando bons resultados.

Quanto às vulnerabilidades podemos apontar a forte centralização das atividades económicas em Luanda e nas cidades do litoral em detrimento do interior, provocando assimetrias regionais; a dependência do país do setor petrolífero, que se traduz num risco para a economia; a insuficiência de infraestruturas como estradas e caminhos-de-ferro, o que dificulta o escoamento dos produtos agrícolas para as grandes cidades e para o interior; a falta de indústrias transformadoras e o pouco investimento na área da investigação e inovação dos setores económicos; a irregularidade no abastecimento da energia elétrica, que é um constrangimento para as empresas, pois no interior do país esse bem é quase inexistente. O setor agrícola está pouco desenvolvido e não é autossuficiente, o que leva à importação de produtos que deveriam ser produzidos no país. O sistema financeiro angolano é pouco estável, tem uma dívida pública elevada e a taxa de inflação ainda é demasiado alta, apesar de ter vindo a diminuir nos últimos anos.

6. Fator Sociocultural

6.1 Estrutura social

6.1.1 Principais grupos sociais

Os principais grupos sociais angolanos provêm maioritariamente dos povos agricultores com 85% da população e do grupo das indústrias e serviços contam com 15% da população (*The World Factbook*, 2003).

Segundo o relatório do BNA de 2011, 22% da população apresenta um nível de vida considerado bom, 8% da população tem rendimentos médios e cerca de 70% da população tem rendimentos baixos. Podemos constatar que o maior grupo angolano pertence a classe baixa, constituída por pessoas pobres que trabalham na agricultura de subsistência, vendedores ambulantes e de praças, empregadas, trabalhadores braçais, uma pequena percentagem que pertencem à classe média, constituída por funcionários públicos e de empresas privadas e por pequenos empresários e uma percentagem diminuta pertence à classe alta constituída por políticos e grandes empresários (Banco Nacional de Angola, 2011).

A pertença a grupos sociais, como a igreja e a família tiveram um papel importante na ascensão política e social, pois o fato de pertencer a uma família “de nome” ou ter um cargo uma missão religiosa, principalmente na pós-independência, era uma condição privilegiada para ascender socialmente.

6.1.2 Associativismo

O associativismo em Angola passou a existir legalmente no início da Segunda República, com a Lei das Associações 14/91, que permite as associações que prosseguem fins políticos, profissionais, científicos, culturais e recreativos, de solidariedade social, de proteção do meio ambiente, de promoção e desenvolvimento comunitário e de solidariedade internacional (Ministério do Planeamento, 2009, pp. 25-27).

Muitos angolanos, principalmente os das áreas urbanas, pertencem a associações, especialmente a partidos políticos e a igrejas. São poucos os que pertencem a sindicatos, associações desportivas, de escritores, estudantis, culturais, ecológicas, de jornalistas,

cooperativas, etc. Assim, apesar do associativismo ser permitido não têm muito protagonismo porque a maior parte da população é pobre e tem necessidades básicas para suprir.

6.2 Religião

6.2.1 Principais credos religiosos

A igreja católica chegou a Angola no século XV, pelas mãos dos portugueses, que evangelizaram e batizaram os reis do Congo e alguns reis do reino do Ndongo e Matamba. O cristianismo só se começou a desenvolver no século XX, nas regiões do extremo leste, nordeste e sudeste do país. A partir do último decénio do século XX chegaram ao país os povos muçulmanos, provenientes da África Ocidental, praticantes da religião Islâmica (Van-Dúnem & al., 2008).

Cerca de 90% da sociedade angolana é cristã. O catolicismo é a religião dominante e a mais antiga no território (com 50% da população). As igrejas protestantes também têm muitos fiéis e as principais são a metodista (a maioria dos seus aderentes são do grupo Kimbundu); a batista, que é a igreja protestante com a missão mais antiga no país e com maior afluência no grupo Bakongo; a igreja evangélica congregacional que tem o apoio dos Ovimbundos e a assembleia de Deus que tem crescido muito e conta com 10% da população (Weeler & péllissier, 2009).

As igrejas espiritualistas como a Kimbanguista e a tokoista provenientes do norte, também têm um elevado número de seguidores, uma pequena parte da população rural pratica as religiões indígenas e existe também uma pequena comunidade islâmica estimada em 90 mil fiéis. Estima-se que em Angola existem 90 igrejas reconhecidas e mais de 800 não reconhecidas, pois ainda não reúnem as condições impostas pelo Estado (Weeler & péllissier, 2009).

6.2.2 O papel da igreja na sociedade

Após a independência, entre 1975 e 1992, o Estado confiscou a maior parte dos bens da igreja e esta foi hostilizada pelo poder político, e o que fez com que perdesse uma boa parte dos fiéis. A partir de 1992 a situação da igreja no país mudou consideravelmente, sendo que o Estado devolveu algumas estruturas (escolas, colégios, conventos, seminários) que tinha

confiscado, tendo-se iniciado uma aproximação entre as autoridades políticas e religiosas (Rodrigues, 2009).

Em 2002 com a chegada da paz, começaram a aparecer muitas igrejas e seitas em Angola, fazendo com que aumentasse o sincretismo religioso em muitos cidadãos. A igreja em Angola tem procurado encontrar uma acomodação no sistema político vigente, pois precisa do apoio do Estado para se organizar institucionalmente. A igreja tem um papel importante na redução da pobreza, com a distribuição de alimentos, ajuda medica e medicamentosa e tem trabalhado conjuntamente com o Estado na reconstrução das mentalidades e na consciencialização dos indivíduos - a igreja tem parcerias com o Estado na área da educação, com internatos religiosos que recebem uma parte de financiamento estatal e têm um papel importante no acolhimento de deslocados de guerra e na redução da pobreza (Rodrigues, 2009)

A igreja em Angola teve um papel importante na luta pela independência da nação e tem como função reconhecer, respeitar e apoiar os governantes na manutenção da ordem e da paz social, como diz a Bíblia no livro dos Provérbios, capítulo 11, verso 14 “um povo sem dirigentes padece, mas na multidão de conselheiros há segurança”. Sendo a igreja uma instituição que vela pelos valores morais, não está indiferente em relação à crise de valores decorrente da globalização. O povo angolano, como a maioria dos africanos é muito permeável à religião e acredita no sobrenatural, e existem mais fiéis do que militantes de grupos políticos.

A Constituição da República de Angola garante a liberdade religiosa, como podemos ler no art.º 10 do nº 1 até ao nº 3:

A República de Angola é um Estado laico, havendo separação entre o Estado e as igrejas ...; o Estado reconhece e respeita as diferentes confissões religiosas, ... desde que as mesmas se conformem à Constituição e às leis da República de Angola; o Estado protege as igrejas e as confissões religiosas, bem como os seus lugares e objetos de culto, desde que não atentem contra a Constituição e a ordem pública e se conformem com a Constituição e a lei (Assembleia Nacional de Angola, 2010, p. 7)

O governo angolano protege e respeita os grupos religiosos, mas para estes serem reconhecidos legalmente, têm que ter pelo menos 100.000 fiéis adultos residentes no país e estar presentes em pelo menos dois terços das províncias. Além disso têm de se registar nos Ministérios da Justiça e da Cultura, para lhes ser concedido o direito de agirem como pessoas jurídicas, garantindo deste modo que a sua denominação seja reconhecida oficialmente. O

país conta com cerca de 90 grupos religiosos registados, mas há mais de 800 organizações religiosas que ainda não foram legalizadas, principalmente de origem congoleza e brasileira, também há uma pequena percentagem de muçulmanos libaneses que praticam a sua religião no país. Os líderes religiosos tiveram um papel importante no processo de paz durante a guerra civil e hoje verifica-se uma reaproximação entre a igreja e o Estado, que trabalham conjuntamente na reconstrução das mentalidades e na consciencialização dos indivíduos. A igreja tem parcerias com o Estado na área da educação, com internatos religiosos, financiados pelo Estado e têm um papel importante no acolhimento de deslocados de guerra e na redução da pobreza (Rodrigues, 2009).

6.2.3 Hierarquia de valores pela influência religiosa

A religião sempre esteve presente na vida dos africanos. Se estudarmos a história das religiões em Angola, constatamos que a igreja teve um papel importante na formação dos angolanos; a participação nas associações (apesar que em Angola ainda não é em maior escala), o respeito pelos mais velhos e a caridade são valores ensinados pelas igrejas. As instituições da sociedade foram fundadas com base no princípio cristão de ajuda ao próximo e com vista ao bem comum. O Estado Angolano também adotou alguns feriados religiosos como o natal e a páscoa passando para o seu calendário oficial (Rodrigues, 2009).

Devido à influência de novas culturas, o país está deparar-se com a perda dos valores tradicionais, tanto morais como religiosos. Apesar de uma boa parte da população angolana ser cristã, os jovens têm perdido valores, importando hábitos e costumes de outros países, cabendo à igreja o papel de retomar e de reensinar os valores perdidos.

6.3 Educação

6.3.1 Características principais do sistema educativo

Segundo os dados do BM, em 2009 o país apresentava uma taxa de literacia de 70% da população com mais de 15 anos (*African Economic Outlook*, 2011, p. 17).

O sistema educativo de Angola estava assente numa política educativa de economia centralizada, mas hoje o governo está a fazer um esforço para direcionar a educação para a

formação de recursos humanos no contexto de uma economia de mercado. O sistema educativo ainda está por desenvolver devido: aos efeitos da guerra e das assimetrias do desenvolvimento; ao reduzido número de professores, que além de possuírem um nível de escolaridade baixo, não possuem formação pedagógica; à perda da ética educativa durante os longos anos da guerra civil (os professores ficavam meses seguidos sem receber as suas remunerações, o que contribuiu para a prática da corrupção no seio escolar e para a perda de quadros); programas escolares inadequados e a condições de trabalho degradadas e inadequadas para o exercício da atividade docente, principalmente nas províncias do interior, que contribuíram para as altas taxas de abandono escolar, de reprovação e de baixa taxa de promoção. Mas com o findar da guerra em 2002 o sistema educativo começou a mostrar melhorias (Ministério do Planeamento, 2010).

O ensino público em Angola foi instituído a 14 de agosto de 1845 pelo decreto de Joaquim José Falcão (anteriormente a educação era da responsabilidade das igrejas cristãs que apresentavam uma formação de baixa qualidade). Até 1961 o sistema educativo colonial tinha o objetivo de formar apenas os portugueses residentes em Angola e os seus descendentes, não dando oportunidade de instrução aos autóctones (Weeler & péllissier, 2009).

A partir dessa data a maioria dos angolanos ficou abrangida pelo direito à educação, mas esse princípio não teve grande impacto, pois começara a luta pela independência e em 1975 deu-se a retirada dos portugueses e começou a guerra civil (Weeler & péllissier, 2009).

O primeiro sistema educativo angolano era gratuito, universal e lecionado em português, o que constituía um entrave, pois a maioria da população não dominava a língua. Este problema foi resolvido depois da reforma educativa de 1978, orientada pelo princípio da sustentabilidade e pela atitude endogénica, ou do respeito pela identidade cultural, com a introdução das línguas africanas de Angola no sistema educativo.

Em 2001 a Assembleia nacional aprova a Lei de Bases do Sistema Nacional de Educação (Lei 13/01 de 31 de Dezembro) com vista a expandir a rede escolar, melhorar a qualidade de ensino e reforçar a eficiência e equidade do sistema educativo, mas o objetivo principal do governo é erradicar o analfabetismo até 2015 (Ministério da Educação, 2010).

Esta reforma foi aplicada em todo país a partir de 2002 e trouxe as seguintes transformações: o ensino primário passou de 4 anos para 6 anos; o ensino secundário passou a ter 2 ciclos (o primeiro ciclo vai da 7ª até a 9ª classe e o segundo da 10ª à 12ª ou 13ª classe); introdução de novas disciplinas; alargamento das áreas de conhecimento no 2º ciclo do ensino

secundário e inclusão de disciplinas opcionais em todas as áreas do 2º ciclo do ensino secundário (Ministério da Educação, 2010). Com a nova reforma educativa o governo pretende alcançar serviço de educação com qualidade, mas os angolanos não estão satisfeitos devido às insuficiências graves que podem piorar a qualidade do ensino que já existe no país (AngoNotícias, 2007).

A falta de recursos humanos qualificados no ensino constitui um desafio que Angola assumiu como prioritário. O governo angolano tem feito um grande esforço para solucionar esta situação, disponibilizando, em 2009, 7,83% do seu orçamento para o setor educativo. O sistema educativo angolano tem crescido desde 2002, ano em que começou a paz (Ministério da Educação, 2010).

Não podemos deixar de constatar que a província de Luanda dispõe de um grande número de escolas de ensino superior, quando comparada com as outras províncias, mas esta situação tem vindo a mudar, pois o governo tem apostado na construção de polos universitários por diversas províncias do país – Benguela, Kuanz-Sul e Huambo.

6.3.2 Dinâmica educacional

Angola tem muitas escolas, mas dispõe de poucas salas de aula. Uma sala de aula do ensino primário pode ter 50 a 60 alunos e 1 só professor, prejudicando deste modo a qualidade de ensino. Apesar do governo ter criado a política de educação para todos, o sistema de educação angolano ainda apresenta muitas falhas.

O governo pretende que 90% das crianças conclua o ensino primário até 2015 e para tal promove o ensino primário gratuito e tem implementado reformas educativas. No ensino médio verifica-se um forte crescimento de alunos matriculados, estimando-se uma taxa média anual de crescimento de 16,7%. Em 2008, 70 mil alunos estavam matriculados no ensino superior. Mas não obstante, o governo pretende que 80% dos 70 mil alunos frequentem universidades públicas. O ensino superior público tem crescido consideravelmente. Entre 2002 e 2008 o número de alunos universitários cresceu de 2,558,236 para 5,736,520, ou seja, cresceu 124%. A paz trouxe grandes mudanças no sistema educativo angolano. No ano de 2010 a taxa de escolarização do ensino primário apresentou o valor de 127,7%, pois o governo começou uma campanha de escolaridade obrigatória, “educação para todos”, que abrange não só as crianças com idades entre os 6 e os 11 anos, mas também os adultos que

foram forçados a abandonar a escola devido à guerra civil. No mesmo período, o ensino secundário apresentou uma taxa de escolarização de 23% e o ensino superior de 2,8%.

O número de alunos aumentou consideravelmente, mas não se verificou o mesmo, em relação aos professores e às escolas, pois apesar do governo ter construído muitas escolas e formado um elevado número de professores, estes ainda não satisfazem as necessidades do setor, principalmente no ensino primário (Ministério do Planeamento, 2009).

6.3.3 Associações culturais e estudantis

Em Angola existem associações culturais, sendo de destacar a União dos Escritores Angolanos (UEA), formada em 1975 e dirigida por intelectuais, tendo como fim a defesa da cultura angolana como património da Nação, propiciar a revelação de novos escritores, orientando os seus esforços e dando-lhes o necessário apoio, a organização de congressos e reuniões de escritores e outras manifestações de carácter cultural com objetivo de elevar o nível literário e artístico dos seus membros e do povo angolano em geral, fortalecer os laços com a literatura e as artes dos outros Povos Africanos, e incrementar as relações culturais com todos os Povos do mundo. O país também conta com a Associação Angolana de Teatro (AAT), a União Nacional de Artistas Plásticos (UNAP), a Liga de Defesa de Patrimónios Culturais, a União dos Artistas e Compositores (UNAC), a Brigada Jovem da Literatura Angolana (BJLA) e o Centro Angolano de Teatro. Estas associações culturais deparam-se com dificuldades de carácter financeiro e material, precisando do apoio do governo para as suas iniciativas.

No que concerne a associações estudantis, todas as universidades e institutos angolanos possuem uma associação. Estas reúnem-se em colóquios e acampamentos de forma a informar e traçar estratégias para a defesa dos interesses dos estudantes. Mas apesar do país possuir associações, elas têm pouco impacto nos estudantes, a adesão é restrita, não promovem programas que aliciem os jovens a participar e não defendem os direitos e interesses dos estudantes. As associações de estudantes não funcionam como as associações estudantis portuguesas, nomeadamente a Associação de Estudantes do ISCSP.

Na diáspora, os angolanos criaram associações culturais e estudantis, com o objetivo diminuir a distância de casa. Como quase todas as áreas, as associações ainda precisam de inovação e apoios, tanto da parte do governo, como de empresas.

6.3.4 Política governamental: principais objetivos e perspectivas de consecução

O governo angolano tem como objetivo expandir a rede escolar, melhorar a qualidade de ensino, ampliar e fortalecer a alfabetização e educação dos adultos e fortalecer o ensino primário e secundário. Reduzir a taxa de analfabetismo, a taxa de abandono escolar e de repetência do ensino primário e melhorar os índices de eficiência da educação, com o aumento da taxa de promoção do ensino primário acima de 70%. Para o ensino superior o governo pretende garantir a formação de um corpo docente convenientemente preparado, de forma a modernizá-lo e democratizá-lo (Governo de Angola, 2008).

6.4 Saúde

Angola apresenta uma forte debilidade nos serviços de saúde. Atualmente, apenas 30% da população tem acesso aos centros de saúde pública, apesar de nos últimos anos o governo ter injetado quantias de dinheiro elevadíssimas nesta área e de ter apostado na reconstrução de infraestruturas. Desde 2002, a mortalidade materna diminuiu 57,1% e a subnutrição diminuiu de 35% para 23%, mas a esperança média de vida continua baixa, em 2010 era de 47 anos, comparando com outros países (Martin S., 2011).

6.4.1 Principais indicadores sanitários

Se avaliarmos o sistema de saúde angolano de acordo com os indicadores internacionais, o sistema de saúde de Angola é um dos piores do mundo. A malária é a doença que mais devasta o país. A taxa de mortalidade infantil durante os primeiros 5 anos de vida é de 40% e a taxa de mortalidade materna é de 25%.

Tem havido progressos na luta contra a tuberculose, que caiu 17,5%, a malária, que caiu 5,8% e a cólera, que caiu 42,7%, apresentando a maior descida. O VIH/SIDA afeta todas as províncias do país, e o número de pessoas afetadas com o vírus tem subido consideravelmente. Esta doença apresenta-se como uma das principais causas de morte, pois a população está pouco informada, ainda existe o preconceito. A taxa de infeção cresce muito mais rapidamente nas mulheres entre os 15 e os 24 anos de idade (1,6%) do que nos homens (0,6%). Mas nos últimos anos estas taxas apresentam uma redução de 3%, uma vez que o governo tem feito campanhas de sensibilização no sentido de consciencializar as pessoas para o risco da doença. (Martin, S., 2010, p. 36).

O país também depara-se com graves problemas de desnutrição aguda. Ao longo dos últimos anos sofreu fortes epidemias, como a poliomielite, em 1999, pela qual foram afetadas 1117 crianças, a meningite, em 2002, com 1263 casos e o sarampo, em 1999, que causou 1500 mortes. As doenças respiratórias agudas e diarreicas são a segunda causa de morte.

6.4.2 Cobertura sanitária

Segundo os dados oficiais, cerca de 65% das unidades sanitárias foram destruídas pela guerra e a maior parte dos equipamentos ficaram danificados por falta de manutenção. No que diz respeito à distribuição geográfica da cobertura sanitária, constatamos que em 2005 a província de Cabinda era a mais beneficiada e que a província do Bié era a que estava em piores condições (Samba, 2002, p. 11). Em 2010 a cobertura sanitária abrangia menos de 40% da população e estima-se que em 2012 a situação não é muito diferente (Ministério da Saúde, 2011).

O Sistema Nacional de Saúde é constituído por 2396 unidades sanitárias, das quais 11 hospitais nacional, 45 hospitais provinciais, 140 hospitais municipais, 359 centros de saúde e 1841 postos de saúde (unidades públicas e privadas). As unidades de saúde do setor público representam cerca de 93,5% das unidades existentes, e é na cidade de Luanda que se regista o maior número de unidades sanitárias do país (Ministério da Saúde, 2011).

Em Angola existe uma forte disparidade geográfica em relação ao investimento em hospitais, centros de saúde e profissionais de saúde. Existem áreas em que não encontramos nenhum posto de saúde e os habitantes têm que se deslocar grandes distâncias para terem acesso aos serviços básicos de saúde, pois o rácio de centros de saúde é de 1 para 20.000 habitantes (Ministério da Saúde, 2011). O governo angolano tem investido mais na educação do que na saúde, mas tem como meta três médicos para 10.000 habitantes até 2012 - uma meta ambiciosa, visto que o país tem défice de pessoal médico (African Economic Outlook, 2011, p. 17).

Em Luanda há uma grande diferença entre os serviços prestados às pessoas pobres e às de classe média ou alta. Estas podem recorrer a clínicas privadas ou mesmo ao atendimento médico no exterior do país, enquanto os pobres continuam apenas a usufruir de serviços de saúde ineficientes, em hospitais e centros de saúde com condições precárias. O sistema de saúde angolano caracteriza-se pela degradação das infraestruturas sanitárias e pela falta de pessoal técnico e auxiliar em quantidade e em qualidade. Há uma concentração dos

profissionais de saúde nas grandes cidades, deixando as periferias sem pessoal qualificado para suprir as necessidades de saúde dos cidadãos (Ministério da Saúde, 2011).

6.4.3 Organização geral do sistema de saúde

O sistema nacional de saúde angolano é regido pela lei nº21-B/92 de 28 de agosto e pela Lei base do Sistema Nacional de Saúde em que o Estado deixou de ter o monopólio na prestação dos cuidados de saúde, passando a repartir com empresas privadas.

A organização geral do sistema da saúde de Angola está a cargo do Ministério da Saúde, o órgão da administração do Estado que orienta executa e fiscaliza o sistema de saúde nacional. É dirigido pelo Ministro da Saúde, a quem compete: elaborar e propor a política nacional de saúde, velando pela sua correta implementação; promover o desenvolvimento sanitário do país em cooperação com os setores nacionais afins e parcerias das comunidades nacional e internacional; promover o controlo da luta contra doenças endemo-epidémicas, promover a saúde da população em geral, etc. O Ministro da Saúde é coadjuvado pelo vice-ministro, que funcionam através de gabinetes que lhes são exclusivos como os órgãos de apoio consultivo, órgãos de apoio técnico, órgãos de apoio instrumental, órgãos executivos centrais, órgãos tutelados (Ministério da Saúde, 2011).

O setor público de saúde engloba o sistema nacional de saúde, o serviço de saúde das forças armadas e o serviço de saúde do Ministério do Interior. Este setor é o principal prestador dos cuidados de saúde a nível nacional. O setor privado de saúde é composto por entidades com fins lucrativos, localizadas nas áreas urbanas e por entidades sem fins lucrativos, composta por ONG e entidades religiosas (Ministério da Saúde, 2011).

O acesso aos serviços de saúde não é feito de uma forma equitativa, como já foi referido, sendo este um dos grandes desafios que o Ministério da Saúde enfrenta. O setor da saúde não consegue dar resposta às necessidades dos utentes, apesar da procura dos serviços de saúde não ser baixa, pois uma boa parte da população opta pelo tratamento tradicional (Ministério da Saúde, 2011).

Os recursos humanos no setor da saúde têm vindo a aumentar nos últimos anos. Em 2010 o sistema de saúde contava com 1,527 médicos dos quais 1001 (65%) são nacionais e 526 (35%) são estrangeiros; 27.646 profissionais de enfermagem (enfermeiros licenciados, auxiliares de enfermagem e técnicos); e 4.787 técnicos de diagnóstico e terapêutica. Destes 94 (1,96%) têm formação superior e estão concentrados, na sua maioria, em Luanda, 2.667

(55,71%) têm formação média e 2.026 (42,32%) possuem formação básica (Ministério da Saúde, 2011).

Existe um grande desequilíbrio na distribuição de recursos humanos na área de saúde, pois segundo o relatório sobre a política de saúde, em 2010, 85% dos médicos encontravam-se em Luanda e nas capitais das províncias, e os outros 15% estavam distribuídos pelo país, podendo-se constatar que existe uma reduzida força de trabalho especializada. A insuficiência de programas de formação na área da saúde e o desajuste nas carreiras profissionais têm prejudicado o funcionamento do sistema de saúde de Angola, comprometendo a qualidade e eficiência do serviço (Ministério da Saúde, 2011).

6.4.4 Abastecimento sanitário

A produção nacional de medicamentos encontra-se incipiente, todos os equipamentos médicos são importados e não existe um laboratório nacional de controlo de qualidade dos medicamentos. Os medicamentos para o setor público são importados pelo Ministério da Saúde através de concursos públicos internacionais, mas como nem sempre cumprem os programas de compras, o país depara-se com a falta de *stock* de medicamentos. O Ministério também recebe doações de medicamentos por parte de países parceiros, como os EUA, Portugal, Alemanha, etc. (Ministério da Saúde, 2011). Apesar do governo ter construído e restaurado muitos hospitais e particulares terem aberto clínicas com aparelhos modernos e sofisticados, o país depara-se com a falta de técnicos angolanos. As infraestruturas existentes para armazenar os medicamentos encontram-se degradadas, mantendo os medicamentos em más condições de preservação, prejudicando a sua qualidade. A falta de medicamentos nos hospitais públicos leva os doentes a comprarem o que necessitam no mercado informal (Mascarenhas, 2010, p. 162).

Apesar do governo ter investido em equipamentos nos últimos anos, o país depara-se com o problema de falta de técnicos qualificados e meios para a manutenção dos equipamentos. O sistema de comunicação para a informação sanitária e vigilância epidemiológica é quase inexistente (Ministério da Saúde, 2011).

6.4.5 Política governamental: principais objetivos e perspectivas de consecução

O país apresenta-se vulnerável no que diz respeito a doenças, pois existem muitas epidemias devido às más condições sanitárias. O Estado angolano tem feito esforços para reabilitar as unidades sanitárias, descentralizando a autoridade, e dirigindo o orçamento diretamente para as unidades hospitalares, prevenindo deste modo o desvio das verbas (Samba, 2002). O investimento na área da saúde pretende incentivar o desempenho e aumentar o rendimento dos recursos humanos e melhorar a assistência médica e medicamentosa. Para tal o governo melhorou o acesso e a qualidade dos cuidados primários de saúde, aumenta a rede sanitária, reforça as ações de prevenção e tratamento no âmbito da Malária, VIH/SIDA, Tuberculose, Lepra, Tripanossomíase, Oncocercose e outras doenças, executa a política nacional de saúde, construí fábricas de medicamentos e larvicidas e fábricas de produtos ortopédicos e camas hospitalares, Escolas Profissionalizantes de Saúde e a Escola Nacional de Saúde Pública. Além dessas medidas, o governo tem implementado programas (o Programa de Saúde Materna, o Programa de Saúde Infantil, o Programa SIDA/DST, o Programa de Doenças Transmissíveis e o Programa de Cobertura Sanitária), a fim de diminuir a taxa de mortalidade infantil, a taxa de mortalidade materna, e reduzir e melhorar a má qualidade da saúde em Angola (Governo de Angola, 2008).

6.5 Segurança e bem-estar social

6.5.1 Principais indicadores relativos ao nível de vida e de bem-estar

Hoje o povo angolano ainda tem muita carência em relação ao acesso a água canalizada e potável, tem falta de energia, os serviços de saúde eficientes não estão ao alcance de todos, ainda existem muitas crianças fora do sistema de ensino e adultos analfabetos. Em relação aos indicadores, o Relatório do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2011 mostra que 30% dos angolanos estão satisfeitos com a sua vida, 59,9% está satisfeito com a qualidade do ar e 47,4% com a qualidade da água.

6.5.2 Características principais do sistema de segurança social

A segurança social em Angola está a cargo do Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), que ainda está a dar os seus primeiros passos, pois só começou a prestar

serviços aos cidadãos no ano de 2002. Este Ministério tem como objetivo dirigir e coordenar a execução da política social em relação aos grupos mais vulneráveis, garantindo os seus direitos e a promoção do seu desenvolvimento, através de medidas de implementação de políticas sociais básicas de reinserção e de assistência social. Este objetivo ainda está longe de ser alcançado, uma vez que o número de pessoas carenciadas sem assistência está a aumentar e que as direções provinciais do MINARS não conseguem cumprir os seus objetivos por insuficiência de verbas. Segundo os dados do OGE de 2012, o governo direcionou 13% do PIB para a assistência social, mas essa quantia é insuficiente para dar cobertura a pelo menos metade da população carenciada. Os serviços de segurança social angolana são os seguintes: subsídio de maternidade, proteção na doença, acidentes de trabalho e doenças profissionais, proteção na invalidez e na velhice, proteção no desemprego, e compensação dos encargos familiares ou seja, abono de família (Instituto Nacional de Segurança Social, 2008).

6.5.3 Organizações e serviços públicos e particulares de assistência social ou humanitária

O governo angolano criou o MINARS, que tem trabalhado para reduzir o impacto social da guerra e assegurar as condições para a autonomia das populações vulneráveis, através da reconstituição das famílias, da disponibilização de alimentação e sementes e da segurança social. O MINARS está a desenvolver trabalhos com ONGs angolanas e estrangeiras no sentido de melhorar os índices de assistência e a qualidade dos projetos dirigidos às comunidades.

6.5.4 Principais problemas sociais

Os principais problemas sociais são: carências de alimentos, de vestuário, de assistência médico-medicamentosa, de saneamento básico, de fornecimento de água potável (apenas 42% da população angolana tem acesso a este bem, 57% tem acesso a condições sanitárias melhoradas e apenas 23% da população rural tem água limpa disponível), falta de energia elétrica; o elevado número de doenças e da taxa de mortalidade, em especial a infantil; o elevado número de desmobilizados de guerra à espera de serem reintegrados socialmente e profissionalmente; a débil ação de assistência aos grupos sociais vulneráveis; à delinquência juvenil; a prostituição; e o deficiente funcionamento dos programas e projetos devido à falta de financiamento e a dificuldades de ordem técnica e material. Outro problema que afeta o país, diz respeito a maior parte da população rural viver perto do lixo e de águas

estagnadas, que põem em risco a saúde da população (*African Economic Outlook*, 2011, p. 17).

Um outro problema que assola Angola é o da extrema pobreza, cerca de 77,4% da população angolana é pobre e 54,8% vive em situação de pobreza grave. O IDH de 2011 é baixo, apresentando um valor de 0,486 (148º lugar no ranking do IDH); a esperança média de vida é de **48,1** anos, a taxa de analfabetismo dos adultos é de 31%, a média de escolaridade é de 4,4 e o rendimento *per capita* é de 4,941 USD, concluindo-se que a maioria dos angolanos não apresenta um padrão de vida decente (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2011).

6.5.5 Política governamental: principais objetivos e perspetivas de consecução

O governo teve necessidade de criar a Lei nº 7/04 de 15 de Outubro para regular a segurança social, adotando uma política que favoreça a redistribuição dos rendimentos, de forma a contribuir para a diminuição da desigualdade social existente no país, prestar assistência social aos extratos mais vulneráveis da população, integrar socialmente as pessoas carenciadas e em situação de vulnerabilidade, promover programas de combate à pobreza junto das comunidades mais carenciadas, apoiar programas de reassentamento para reintegração social e produtiva e promover programas articulados de resposta rápida a situações de risco iminente. Desta forma, o governo pretende atingir as metas de reintegração socioeconómica dos antigos combatentes e veteranos de guerra, implantar oficinas integradas, construir Centros Comunitários, distribuir meios de locomoção e dispositivos de compensação/ajudas técnicas a portadores de deficiência, dar assistência com cestas básicas a idosos sem proteção familiar e/ou que tenham crianças vulneráveis sob sua responsabilidade, e desminar 2.940 km de estradas (Governo de Angola, 2008).

6.6 Trabalho

6.6.1 Condições de trabalho. Direitos e garantias. Principais aspetos da legislação laboral

A atividade laboral em Angola é regulada pela Lei Geral do Trabalho - Lei nº2/2000 de 11 de fevereiro sobre os princípios a observar pela Administração Pública. Esta lei aplica-

se a todos os trabalhadores que prestaram serviços remunerados por conta de um empregador e sob a autoridade e direção deste, excluindo os funcionários públicos; a todos os trabalhadores com vínculo permanente aos serviços das representações diplomáticas ou consulares de outros países ou de organizações internacionais; aos associados das cooperativas ou organizações não-governamentais; ao trabalho familiar; e ao trabalhador ocasional. Na lei geral do trabalho o contrato de trabalho não carece de forma escrita, desde que não se trate de trabalho por tempo determinado ou com estrangeiros não residentes e o limite de trabalho estabelecido é de oito horas diárias e 44 horas semanais, mas poderá estender-se por 54 horas por semana no caso de o trabalho ser por turnos ou de horário variável. Segundo a Lei Constitucional, todo o trabalhador tem o direito à justa remuneração, ao descanso, a férias, à proteção, higiene e segurança social no trabalho e à livre escolha do exercício de profissão (Ministério do Planeamento, 2009, p. 112). Esta lei não é aplicável aos funcionários públicos, aos trabalhadores das representações diplomáticas de outros países ou das organizações internacionais, aos associados das ONG e aos trabalhadores familiares.

6.6.2 Planeamento e controlo. Desemprego. Absentismo

Uma das fontes do aumento do emprego é o crescimento económico, mas apesar de Angola apresentar um considerável crescimento do PIB, esse crescimento não corresponde a um aumento de emprego.

O salário mínimo em Angola não é superior a 100 USD. A procura de emprego é superior à oferta, tendo como consequência um elevado número de pessoas desempregadas e um nível de colocação muito baixo (Ministério do Planeamento, 2009, p. 118).

O desemprego tem sido uma preocupação constante do governo angolano. Apesar de não dispormos de informações credíveis sobre o desemprego no país, estima-se que 46 % da população ativa, esteja desempregada. Por outro lado, o mercado informal tem absorvido a população que o mercado formal não tem capacidade de empregar, fazendo com que diminua a procura de emprego formal; e a administração pública apresenta-se como o maior empregador (Ministério do Planeamento, 2009, p. 118).

O governo angolano lançou um programa de fomento para a atividade produtiva, com o objetivo de reduzir o desemprego, estimular as pequenas empresas e modificar o tecido económico e industrial do país, com o lançamento do Fundo de Desenvolvimento Económico e Social (FDES) e com a promoção de microcréditos pela banca comercial. A estes

programas, associa-se um projeto de formação de pequenos empresários, financiado pelo PNUD e por algumas empresas petrolíferas (Ministério do Planeamento, 2009, p. 119).

A força de trabalho é de **7,8** milhões com idade superior a 15 anos (Ministério do Planeamento, 2009, p. 119).

O absentismo em Angola é elevado devido a condições estruturais, como a falta de capacidade dos transportes públicos, e a más condições de trabalho fornecidas pelas entidades patronais. O sector privado apresenta menos absentismo que o sector público, devido principalmente às melhores condições salariais.

6.6.3 Organizações sindicais e patronais

Segundo a Constituição da República de Angola, as organizações sindicais são livres de se manifestar, mas proíbe a greve das forças de segurança, nomeadamente das forças armadas, da polícia nacional e dos bombeiros.

As organizações sindicais angolanas são a Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola, a Força Sindical Angolana e a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos-Confederação Sindical, que foi a primeira organização sindical angolana e que trabalhou ao lado do MPLA desde a luta pela independência até o início dos anos de 2000. A estas três grandes organizações estão ligados outros sindicatos (Ministério do Planeamento, 2009, p. 120).

Alguns sindicatos angolanos apresentam-se fragilizados, devido a falta de conhecimento das normas e legislações laborais, dificultado o seu desempenho na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Como referimos anteriormente, a assistência social em Angola ainda apresenta sérias lacunas, e os sindicatos têm lutado pela melhoria da situação dos trabalhadores, reivindicado melhores salários para os funcionários públicos, uma inspeção-geral de trabalho que funcione com normalidade, melhor fiscalização, uma política que regula a força de trabalho estrangeira e mais respeito pelos direitos dos trabalhadores, mas estas ações têm-se realizado se forma de forma pacífica, sem quaisquer perturbações ou violência.

É difícil calcular o número de trabalhadores registados nos sindicatos angolanos, mas consta que existem mais de 300.000 trabalhadores registados (Jornal de Angola, 2012).

A maior entidade patronal angolana é o Estado, mas o governo angolano tem grande participação e influência nas negociações com os sindicatos, deste modo criou o Conselho Nacional para o Diálogo Social, onde as organizações sindicais e a associação patronal (a Câmara de Comércio e Indústria) se reúnem, com o intuito de preparar pareceres para o Governo para a resolução dos problemas dos trabalhadores.

6.6.4 Relações trabalhadores-patronato

As relações entre os trabalhadores e a entidade patronal não apresentam conflitos constantes, uma vez que o povo angolano é obediente e muito brando no que concerne ao respeito pelos superiores, e muitas vezes não defende os seus próprios interesses como trabalhador.

O abandono dos postos de trabalho são constantes, uma vez que os salários são muito baixos e o sistema de segurança social ainda é ineficiente, permitindo que o trabalhador abandone o trabalho sem dar explicação à entidade patronal.

O país possui leis que defendem os direitos dos trabalhadores, como o direito de ter boas condições de higiene e segurança no trabalho, integridade física, ser protegido no caso de acidente de trabalho e doenças profissionais, salário justo e adequado ao seu trabalho, pagamento com regularidade e pontual, não podendo o salário ser reduzido, salvo nos casos excepcionais previstos por lei, estabilidade do emprego e do trabalho, exercer funções adequadas às suas aptidões e preparação profissional dentro do género de trabalho para que foi contratado, tratamento com consideração e com respeito pela sua integridade e dignidade, ocupação efetiva e condições para o aumento da produtividade (Assembleia Nacional de Angola, 2010). Sendo o Estado angolano a maior e principal entidade empregadora, os trabalhadores têm receio de se manifestar e infelizmente a maior parte dos trabalhadores não conhece os seus direitos e não recorre aos sindicatos para a defesa dos seus interesses.

6.6.5 Política governamental: principais objetivos e perspetivas de consecução

O governo tem trabalhado para combater o desemprego - no ano de 2011 o Conselho de Ministros aprovou um programa para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas com a finalidade de aumentar o número de empregos, promover a formação profissional dos futuros empresários e permitir o acesso de todos os angolanos a um emprego produtivo,

qualificado, remunerado e socialmente útil, assegurando a valorização sustentada dos recursos humanos nacionais. Com estas políticas o governo pretende criar 320 mil empregos líquidos, reduzir a taxa de desemprego para menos de 20%, formar e integrar novos profissionais, capacitando-os para o trabalho, e criar 15 Centros de Formação Profissional.

6.7 Comunicação social

6.7.1 Bases legais fundamentais. Papel e capacidade do Estado

A Constituição angolana salvaguarda a liberdade de expressão, de informação e de pensamento: pela honra e reputação dos cidadãos, a imagem e a reserva da vida privada e familiar, o segredo de Estado, de justiça e profissional. A Constituição angolana confere à comunicação social um carácter competitivo. O Estado Angolano tem-se adaptado ao novo paradigma de um que o país tem vivido, com a paz e com o processo da instituição da democracia, deste modo aprovou a lei 7/06, nova lei da imprensa, que veio criar mais vantagem e liberdade aos meios de comunicação social (Assembleia Nacional de Angola, 2010).

6.7.2 Características principais dos meios de comunicação de massa

Depois da independência, os jornalistas do tempo colonial tiveram o árduo trabalho de formar jovens para levarem por diante a Rádio Nacional, o Jornal de Angola e o Diário Popular, que tratavam de assuntos estritamente políticos e eram dirigidos por jovens ligados aos movimentos independentistas e ao partido no poder. A comunicação social era igual à dos países socialistas, com os órgãos de comunicação social a serem controlados pelo MPLA (partido no poder). A partir dos anos 80, o Jornal de Angola e a Rádio Nacional de Angola começaram a tratar de assuntos do quotidiano, de economia, a situação da mulher, a identidade nacional, desporto, a igualdade de direitos, a fazer algumas críticas à política que nacionalizara as poucas agências noticiosas que existiam no país. Nesta mesma época foi criada a União dos Jornalistas Angolanos, e nos finais dos anos 80, com a queda do Bloco de Leste, o panorama começou a sofrer algumas mudanças, tendo como consequência a transferência dos jornalistas mais experientes para os cargos do governo, deixando os meios de comunicação social nas mãos de jornalistas com pouca experiência.

Hoje, os jornalistas angolanos já apresentam uma postura mais profissional e menos alinhada com o poder político, devido às exigências e críticas da sociedade civil e também ao regresso de estudantes formados em comunicação social e jornalismo.

As agências noticiosas estão a acompanhar o desenvolvimento tecnológico mundial, principalmente em Luanda, uma vez que usam programas computarizados e possuem jornais e emissões de rádio *online* (ANGOP, Jornal de Angola, RNA Luanda, Ecclesias, LAC Angolense, e o atual). A RNA e a TPA emitem os seus programas por via satélite, sendo visto por angolanos na diáspora, nomeadamente Portugal, Brasil, Londres, China, etc.

Os meios de comunicação social em Angola ainda não têm tanta liberdade se compararmos com outros países, pois na Classificação Mundial de Liberdade de Imprensa 2011-2012, o país ocupa a 132ª posição, abaixo do Congo, da Guiné-Bissau e da Zâmbia (Reporters Without Borders, 2001). Esta posição do país no ranking mundial de liberdade de imprensa, deve-se aos atentados contra jornalistas que criticam o governo angolano, como é o caso de Alberto Graves Chakussanga, da Rádio Despertar, assassinado em setembro de 2010, Norberto Abias Sateko, da TV Zimbo, baleado duas semanas depois desse assassinato, e um outro jornalista da Rádio Despertar, António Manuel da Silva, esfaqueado em outubro. As entidades responsáveis pelas notícias em Angola são empresas públicas e privadas.

6.7.3 Penetração de meios de comunicação de massa estrangeiros

Os meios de comunicação de massa estrangeiros têm penetrado no mercado angolano há cerca de 5 anos, onde empresas portuguesas, brasileiras e sul-africanas apresentam os seus pacotes televisivos, como por exemplo as brasileiras Record e Globo, que abriram os seus escritórios em Luanda. Com a parceria entre a Zon e Zap, os angolanos podem aceder a quase todos os canais televisivos que passam em Portugal, e através da internet acedem a qualquer canal televisivo, rádio e jornal.

6.7.4 Agências noticiosas

Hoje Angola conta com uma grande variedade de agências noticiosas, tanto públicas como privadas. No que diz respeito à rádio, existem pelo menos duas em cada uma das 18 províncias, uma governamental e outra local e independente. No que concerne à imprensa,

Angola possui uma variedade de jornais, tanto públicos como privados, que favorecem a liberdade de imprensa e a democratização da sociedade.

Os meios de comunicação angolanos foram nacionalizados em 1976, quando o governo passou a controlar a única agência noticiosa, que se chamava Angop, o Jornal de Angola (único diário), a RNA e a TPA, o único canal televisivo, até 2000, ano que foi criado o segundo canal, a TPA2. O primeiro canal tem uma vertente mais generalista e o canal dois é mais especializado. Em relação à televisão privada o país possui a TV Zimbo e apostou na televisão por cabo ou por satélite e na televisão digital terrestre. A rádio é o meio de comunicação de massa mais importante para os angolanos, mas infelizmente o governo não permite que as suas emissões sejam emitidas, nas províncias que não estão autorizadas - como por exemplo, a Rádio Eclésia, que é uma rádio católica, só foi autorizada a fazer a sua emissão em Luanda.

O jornalismo independente em Angola ainda não possui a liberdade necessária - embora a lei preveja a liberdade de expressão, na prática a teoria é outra.

6.7.5 Política governamental: principais objetivos e perspectivas de consecução

O governo criou o Conselho Nacional da Comunicação Social (CNCS) que é um órgão independente com autonomia administrativa própria, e tem por objetivo defender os direitos dos jornalistas, garantir que a informação fornecida pelas entidades de comunicação social se regula por critérios rigorosos das boas práticas do jornalismo e supervisionar a comunicação social angolana.

Segundo o programa do governo, há que assegurar o respeito pelos direitos, liberdades e garantias expressos pela Constituição, salvaguardar o rigor e a objetividade da informação, garantir a independência dos órgãos de comunicação social perante o poder político e o poder económico, assegurar o eficaz funcionamento do mercado da imprensa, radiodifusão e televisão, proceder ao registo das empresas jornalísticas e de publicidade, bem como dos programas de radiodifusão sonora e televisão, continuar a autorizar o exercício, em território nacional da atividade de correspondente de imprensa estrangeira e informar o Governo sobre a forma como a profissão é exercida. O governo angolano está a tentar criar um modelo de comunicação social próprio para a cultura do país, a partir de experiências a nível internacional (Ministério da Comunicação Social, 2009).

6.8 Comportamento/Atitude da população

6.8.1 Características etnográficas

Os grupos etnográficos existentes em Angola são provenientes dos povos Bantus, como já foi referido anteriormente, mas neste ponto vamos descrever a característica de cada grupo, de forma a conhecermos melhor a origem comportamental dos angolanos.

O quadro seguinte mostra-nos os agrupamentos étnicos existentes em Angola e as suas características

Tabela 7. Características etnográficas da população angolana

Grupos	Características
Ovambo ou Ambós	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Provenientes dos povos bantus; ➤ Habitam na região sul de Angola; ➤ Povo criador de gado e agricultor; ➤ Sistema social matriarcal e prática da poligamia; ➤ Arte de trabalhar com ferro; ➤ Povo resistente e tenaz.
Nhaneca-Humbe	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Povos bantus; ➤ Habitam no planalto da Huíla; ➤ Povo criador de bois e agricultor; ➤ Aderiram ao catolicismo.
Ovimbundo	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Povos bantus; ➤ Habitam na região central a partir da costa; ➤ Povo de agricultores e pastores; ➤ Aderiram ao cristianismo;

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Organização patriarcal.
Mbundos ou Kimbundu	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Habitam nas regiões de Luanda até o leste do país; ➤ Agricultura de subsistência; ➤ Povo que mais sofreu a miscigenação com os portugueses.

Grupos	Características
Lunda-Quioco	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Provenientes do nordeste; ➤ Povo caçador-agricultor; ➤ Tradição artística de esculturas e máscaras.
Bakongos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Habitam na região de Cabinda e nordeste; ➤ Povo agricultor; ➤ Sociedade matriarcal; ➤ Comerciantes; ➤ Culto anímico-cristão.
Herero	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Habitam na região sul, propriamente no deserto de Namibe; ➤ Criadores de bois;

	<ul style="list-style-type: none">➤ Etnocêntricos;➤ Sociedade patriarcal.
Ganguela ou Nganguela	<ul style="list-style-type: none">➤ Habitam na região sueste;➤ Originalmente caçadores, hoje praticam a agricultura;➤ Fundidores de ferro.
Xindonga	<ul style="list-style-type: none">➤ Habitam no sudeste;➤ Se dedicam à agro-pecuária;➤ Artesãos de madeira.

Fonte: Rendinha, 2009

6.8.2 Atitudes em relação ao estrangeiro

Segundo o sociólogo angolano Dr. Paulo de Carvalho (ver Apêndice), em Angola ainda não se realizaram estudos sobre a atitude da população, mas pode-se verificar que o povo angolano é muito aberto em relação aos estrangeiros - damos como exemplo os malianos, chineses, portugueses, congolese e brasileiros que se encontram no país e convivem de bom agrado com os angolanos como se estivessem nos seus próprios países. Talvez exista uma pequena hostilidade em relação aos congolese, pois muitos angolanos alegam que eles estão a “estragar” o país.

6.8.3 Tensões sociais

As primeiras tensões sociais ou manifestações contra o governo vigente aconteceram a 7 de março de 2011, quando um grupo de jovens lutou pela saída do poder de José Eduardo dos Santos, que governa precisamente há 33 anos. Desde esta data têm ocorrido pequenas manifestações contra o governo vigente, como a dos antigos combatentes em junho de 2012, mas são controladas pela força de segurança. Essas manifestações transformam-se em violência, criando hostilidades entre a população e a polícia. Os movimentos clandestinos ainda não se verificaram.

6.9 Conclusões sectoriais

Em Angola os fatores de dissociação sociocultural são mais fortes do que os fatores de coesão; para isso contribui a discrepância entre as diferentes províncias, apresentando-se as do interior com um grau de desenvolvimento muito inferior em relação às do litoral. Excetuando as quatro províncias mais desenvolvidas (Huambo, Luanda, Lubango e Benguela), o país não dispõe de condições básicas que possam satisfazer as necessidades do cidadão, pois não tem saneamento básico eficiente, há poucos hospitais, as escolas têm péssimas condições, os meios urbanos são diminutos, a segurança social é ineficiente ou mesmo inexistente e a extrema pobreza assola estas áreas, podendo despertar sentimentos de revolta em relação aos que têm melhores condições e em relação ao sistema político vigente.

Em relação aos fatores de coesão, a religião tem unido os angolanos num espírito de solidariedade, sendo de referir que os diferentes agrupamentos étnicos apresentam um grau de tolerância muito elevado entre si, que as associações culturais têm aproximado as pessoas

com interesses e aspirações comuns e que os meios de comunicação de massa transmitem as notícias em todo o país.

O governo está a lutar para melhorar o sistema educativo e o sistema de saúde mostra-se mais preocupado com as necessidades dos indivíduos, por exemplo, a nível interno, elaborando programas para a construção de casas para os jovens, e a nível externo, difundindo a cultura do país para que o mundo conheça melhor o Povo Angolano.

No fator sociocultural Angola apresenta muito mais vulnerabilidades do que potencialidades. Em primeiro lugar temos de falar da saúde e da educação, que ainda não têm a qualidade necessária. Além do reduzido número de hospitais e centros de saúde, o sistema de saúde angolano apresenta péssimas condições de atendimento. As clínicas privadas apresentam boas condições, mas apenas uma pequena percentagem da população tem meios financeiros para receber os tratamentos. O elevado índice de pessoas infetadas pelo VIH/SIDA tem prejudicado a esperança média de vida dos angolanos e, conseqüentemente, o índice de desenvolvimento humano, pois o estigma do medo, da fraca liderança e da participação política inadequada têm atrasado uma resposta eficaz ao tratamento desta doença. Muitas pessoas morrem nos portões e corredores dos hospitais por falta de médico ou assistência atempada, ou mesmo por não terem dinheiro para comprar os medicamentos necessários, morre-se por ter sido administrada a medicação errada. A taxa de mortalidade ainda é muito elevada em Angola.

No domínio da educação existem muitas vulnerabilidades, tais como, a falta de escolas em vários municípios e aldeias, o número de crianças fora do sistema de educação, o elevado nível de analfabetismo e a falta de qualificação dos professores do ensino primário.

Apesar da lei angolana permitir a liberdade de expressão e de reunião, os *mass media* ainda não têm a total liberdade de emitir certos assuntos sem correrem riscos. O nível de bem-estar da população em geral ainda precisa de ser melhorado, pois existem muitas carências em termos de necessidades básicas. Angola ainda precisa de trabalhar muito na área social, para garantir um nível de vida melhorado aos seus cidadãos.

Quanto às potencialidades deste fator, o ambiente de paz em que o país se encontra é propício para se investir mais no capital humano e nas infraestruturas básicas, pois o país está numa fase de formação de novos profissionais, com novas universidades públicas e privadas em parceria com universidades internacionais. Outra potencialidade é a forte tendência do povo angolano para valorizar a religião e participar em grupos religiosos – esta é uma forma

de afastar os jovens da delinquência, que ainda é uma grande preocupação para o governo. Por último é de lembrar a homogeneidade religiosa em Angola, onde cerca de 90% das religiões existentes são cristãs.

7. Fator Científico-Tecnológico

7.1 Papel do Estado

O Estado angolano deve ter um papel importante no desenvolvimento científico-tecnológico, pois este sector tem um papel estratégico para o crescimento da economia e para o posicionamento do país na senda internacional. A política nacional de investigação científica começou a ser estruturada pelo Estado Angolano a partir de 1997, com a criação do Ministério da Ciência e da Tecnologia, mas devido a falta de quadro qualificados, de meios materiais de financeiros, a investigação científica era ineficiente. A carreira de investigação científica ainda é incipiente em Angola e precisa de incentivos e pessoas qualificadas para darem avanço nesta vertente e o governo pretende expandir e desenvolver a área científico-tecnológica, tendo estabelecido objetivos para o ano de 2012, que assentam na formação de um mecanismo de coordenação de C&T, na aprovação da carreira de investigação científica, na criação do Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico, na promoção de conferências, na aprovação da lei base da ciência e tecnologia e na instituição de prémios de ciência e inovação. O país conta com uma política nacional de incentivo aos centros de pesquisa e de investigação, com a criação de projetos nacionais com impacto regional. Angola tem como parceiros científicos a África do Sul e Portugal, e multilateralmente, tem parcerias com os países da CPLP, SADC e da UA, que cooperam na investigação em várias áreas do conhecimento. A nível interno o governo encomenda a maioria dos seus estudos a investigadores estrangeiros, principalmente brasileiros, portugueses e americanos. No OGE de 2011 o Estado disponibilizou 0,33% para o Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia, mas esta verba não foi dirigida para centros de investigação (Casa Civil do Presidente da República de Angola, 2011).

7.2 Principais organismos de investigação

Os centros de investigação em Angola são poucos. Existe apenas o Centro Nacional de Investigação Científica e o Centro de Estudos e Investigação Científica, pertencente à Universidade Católica de Angola, e centrado no âmbito económico. Este centro de investigação contesta a preocupação com o facto de os organismos e as empresas terem preferência por investigadores estrangeiros, nomeadamente portugueses e brasileiros, que auferem remuneração três a quatro vezes mais do que os investigadores angolanos (Centro de

Estudos e Investigação Científica, 2010). Outro centro de investigação é o Centro de Estudos Estratégicos de Angola (CEEAA), criado há cinco anos e tem recebido apoio do governo e nos últimos anos. A maioria das universidades angolanas possuem centros de investigação científica, mas por insuficiência de quadros qualificados e falta de apoios têm um funcionamento ineficiente. O país ainda conta com o Centro de Estudos do MPLA que se dedica a estudos políticos, sociais e económicos e o Instituto de Investigação Agronómica. Segundo os dados de 2011 do BM, o país possui revistas científicas publicadas – a Revista Angolana de Sociologia, com publicação semestral, e a Revista de Ciência e Tecnologia, multidisciplinar.

7.3 Política governamental: principais objetivos e perspectivas de consecução

O governo tem criado incentivos à investigação, à ciência e ao desenvolvimento tecnológico. Segundo o Secretário de Estado da Ciência e da Tecnologia, “o conhecimento e a inovação são a chave do crescimento sustentável de qualquer país”. A política de ciência, tecnologia e inovação visa reforçar a capacidade institucional dos centros de pesquisa das universidades e dos centros de investigação, bem como criar redes de estudos e implementar projetos nacionais com impacto regional. O governo angolano também pretende transformar a ciência e a tecnologia num elemento estratégico da política de desenvolvimento, consolidar um sistema nacional de tecnologia e inovação eficiente, fomentar uma cultura científica e tecnológica, formar e desenvolver recursos humanos e infraestruturas adequadas à produção, difusão e apropriação do conhecimento e da inovação, promovendo a inovação empresarial (Revista África 21, 2011).

7.4 Conclusões sectoriais

A investigação científica nacional ainda precisa de atenção por parte do governo e das empresas. O país tem poucos investigadores, que na sua maioria se deparam com constrangimentos de ordem financeira, havendo falta de apoios por parte do governo e das grandes empresas. Segundo alguns investigadores angolanos ainda existem muitas barreiras à realização da investigação científica em Angola (Centro de Estudos Estratégicos, 2006).

8.Fator Político-Administrativo

8.1 Sistema político

8.1.1 Bases constitucionais

O país é regido pela Constituição que é a Lei Suprema e Fundamental da República de Angola, consagrando o país como um Estado soberano e unitário, que respeita os princípios do Estado de Direito, da universalidade, da igualdade e da legitimidade do exercício do poder político e que garante os direitos e liberdades fundamentais do ser humano. As normas constitucionais e legais relativas aos direitos fundamentais devem estar em harmonia com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com Carta Africana dos Direitos dos Homens e dos Povos e também com normas das instituições internacionais que Angola faz parte (Assembleia Nacional, 2010).

A República de Angola tornou-se um Estado independente a 11 de novembro de 1975, data primeira Lei Constitucional como país livre. A Lei Constitucional angolana sofreu algumas alterações, primeiramente devido à mudança para o sistema pluripartidário e democrático, com a ampliação do reconhecimento das garantias, dos direitos e das liberdades dos cidadãos, e dos princípios da economia de mercado.

Em 2010, a Assembleia Nacional aprovou a nova lei constitucional, que incidiu sobre matérias referentes à organização de um Estado de direito democrático, instituindo o novo sistema de governo, o presidencialismo-parlamentarismo, em que a chefia do estado e de governo se concentra na pessoa do Presidente da República, coadjuvado pelo vice-Presidente. É eleito o cabeça de lista do partido mais votado nas eleições gerais, e empossado pelo Presidente do Tribunal Constitucional. Os objetivos fundamentais declarados pela Constituição ordenam a construção de uma sociedade livre e democrática, que garanta os direitos e liberdades fundamentais do homem - liberdade de expressão, direito a assembleia e a associação. Como é norma num Estado democrático, em que o povo é o mandatário do poder, que pelo contrato social delega o seu direito de gerir o Estado num pequeno grupo de cidadãos com capacidade para geri-lo, a Constituição angolana também garante que a soberania reside no povo, que exerce o seu poder político através do sufrágio universal e periódico (Ministério do Planeamento, 2006, p. 10).

8.1.2 Organização geral do poder

Segundo a Constituição, os órgãos de soberania têm o dever de respeitar a separação e a interdependência das funções estabelecidas pela lei suprema, sendo aqueles os seguintes:

O Presidente da República é eleito por sufrágio universal, direto, secreto e periódico, como cabeça de lista pelo círculo nacional do partido político ou coligação dos partidos mais votados durante as eleições gerais, empossado pelo Presidente do Tribunal Constitucional. É o Chefe do Estado e do Governo e o comandante em chefe das Forças Armadas Angolanas; em exercício do poder executivo é auxiliado pelo Vice-Presidente e pelos Ministros. O seu mandato tem a duração de cinco anos, com possibilidade de uma renovação.

Enquanto Chefe do Estado tem a competência de convocar as eleições gerais, declarar o estado de sítio, o estado de emergência, o estado de guerra, fazer a paz, promulgar e mandar publicar a Constituição, as leis de revisão constitucional e as leis da Assembleia da República e nomear os Juízes presidentes dos diversos Tribunais, entre outras funções. Enquanto Chefe do Poder Executivo, compete ao Presidente da República, dirigir a política do país, os serviços e a atividade da administração direta do Estado, civil e militar, superintender a administração indireta e exercer a tutela sobre a administração autónoma, definir a orientação política do país (Assembleia Nacional de Angola, 2010, pp. 38-45).

No domínio das relações internacionais tem a competência de definir e dirigir a execução da política externa do Estado e a sua representação, assinar e ratificar os tratados, convenções, acordos e outros instrumentos internacionais, nomear e exonerar embaixadores (Assembleia Nacional de Angola, 2010, pp. 38-45).

Em matéria de segurança nacional compete ao Presidente da República definir a política de segurança nacional e dirigir a sua execução, determinar, orientar e decidir sobre a sua estratégia de atuação, aprovar o planeamento operacional do sistema de segurança e decidir sobre a estratégia de emprego e utilização das FAA, da polícia nacional e os demais organismos de proteção interior, bem como dos órgãos de inteligência e de segurança de Estado (Assembleia Nacional de Angola, 2010, pp. 38-45).

A Assembleia Nacional, titular do poder legislativo, é um órgão unicameral, composto por 220 deputados eleitos da mesma forma que o Presidente da República, segundo o sistema de representação proporcional, que visa uma representação mais próxima da vontade manifestada pelo povo, para um mandato de cinco anos. Internamente a Assembleia

está organizada por uma comissão permanente, presidida pelo Presidente da Assembleia Nacional, que é composta pelos vice-presidentes da Assembleia, secretários de mesa, presidentes dos grupos parlamentares, presidentes das comissões permanentes de trabalho, presidente do Conselho de Administração, presidente do grupo de mulheres parlamentares e 12 deputados na proporção dos assentos.

Este órgão tem a competência de legislar sobre a sua organização interna, eleger, por maioria absoluta dos deputados presentes, o seu presidente, os vice-presidentes e os secretários de mesa, aprovar alterações à Constituição, aprovar as leis sobre todas as matérias, salvo as reservadas ao Presidente da República, aprovar o Orçamento Geral do Estado, aprovar a desvinculação de tratados, convenções, acordos e outros instrumentos internacionais, bem como os tratados de participação do país em organizações internacionais, de ratificação de fronteiras, de amizade e cooperação, de defesa e respeitante a assuntos militares (Damião, 2010, p. 140).

As deliberações deste órgão, são tomadas por maioria absoluta dos Deputados presentes, desde que superior a mais de metade dos deputados em efetividade de funções (Damião, 2010, p. 140).

Os Tribunais, sendo mandatários do poder judicial, têm as competências de administrar a justiça em nome do povo, dirimir os conflitos de interesse público ou privado, assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos, bem como os princípios do acusatório e do contraditório e reprimir as violações da legalidade democrática (nº2 do artigo 174º da CRA). Os tribunais são independentes e imparciais, estando simplesmente sujeitos à Constituição e à lei (Assembleia Nacional de Angola, 2010, p. 68).

8.1.3 Principais diretrizes constitucionais sobre direitos e garantias dos cidadãos e sobre a organização económica, social e militar

No capítulo II Dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, a Constituição angolana prevê que o Estado respeite o princípio da pessoa humana, independentemente da raça, sexo, religião ou origem, e o direito à vida é inviolável; reconhece a todos os direitos à identidade pessoal, capacidade civil e nacionalidade, oferecendo também garantias contra a obtenção de informações relativas às pessoas e às famílias. A lei também estabelece a inviolabilidade do sigilo da correspondência e dos demais meios de comunicação privada, o princípio da universalidade em que todos são iguais perante a lei, gozando das liberdades e

garantias constitucionalmente consagradas e estando sujeitos aos deveres estabelecidos pela Constituição, a liberdade de expressão, pela qual todos têm o direito de exprimir, divulgar e compartilhar livremente os seus pensamentos, ideias e opiniões, o direito de informar e ser informado sem discriminação, o direito à livre expressão da atividade intelectual, artística, política, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença, a liberdade de reunião e manifestação pacífica, sem necessidade de qualquer autorização nos termos da lei, a liberdade de criar associações sindicais, bem como o direito à greve, os direitos do exercício dos cargos públicos e da carreira diplomática, os direitos eleitorais, e de criação ou participação em partidos políticos. O Estado angolano promove as medidas para assegurar a todos os cidadãos o direito à assistência médica e sanitária, ao ensino, e à livre iniciativa económica.

A organização e a regulamentação económica de Angola estão consagradas no Título III da Constituição angolana e assentam na valorização do trabalho, na dignidade humana e na justiça social, em conformidade com os princípios de que o Estado tem de regularizar e coordenar o desenvolvimento económico nacional harmonioso; a livre iniciativa económica e empresarial; economia de mercado; redução das assimetrias regionais e desigualdades sociais; defesa do consumidor e do ambiente.

8.2 Organização político-administrativa

8.2.1 Linhas gerais da divisão político-administrativa

O país está subdividido em 18 províncias, 164 municípios e 557 comunas, cidades, vilas e aldeias. A lei angolana prevê que as formas organizativas do poder local compreendam as autarquias locais, as instituições do poder tradicional e outras modalidades específicas de participação, e também a desconcentração e descentralização administrativa, sem prejuízo dos poderes de direção da ação administrativa do executivo. A Constituição prevê a existência de autarquias locais, mas estas ainda não se encontram em funcionamento, sendo um projeto do governo a médio prazo (Assembleia Nacional de Angola, 2010).

8.2.2 Sistemas regionais

Como já referimos, Angola possui 18 províncias (Luanda, Bengo, Benguela, Namibe, Lunda Norte, Lunda Sul, Huíla, Cunene, Cuando-Cubango, Cabinda, Uíge, Kuanza Sul, Kuanza Norte, Bié, Huambo, Malange, Moxico, Zaire), e cada uma delas é administrada por um Governador Provincial, que é responsável pela administração central e nomeado pelo Presidente da República e tem por missão governar a província, assegurando o normal funcionamento dos órgãos administrativos locais, e respondendo pela sua atividade perante o Presidente da República e o Conselho de Ministros (artigo 201º da Constituição).

Segundo a Constituição de Angola, a organização democrática do estado ao nível local, está estruturada com base no princípio da descentralização político-administrativa. Com a nova desconcentração administrativa, cabe ao Ministério da Administração do Território o controlo e a fiscalização das relações do governo com a administração local (Abrantes J. M., 2005, p. 134). Assim, as Delegações provinciais dos Ministérios, passaram a ser Direções provinciais, dependentes do governador provincial no que concerne ao planeamento e à gestão orçamental, com exceção das Delegações dos Ministérios das Finanças e do Interior.

A maior província angolana é o Moxico, que tem como capital o município de Luena, e a menor é a capital do país, Luanda. Esta província é a que recebe a maior fatia do OGE, uma vez que a maior parte da população e dos serviços estão aí concentrados. Hoje as capitais das províncias já possuem alguns serviços e também já organizam o recenseamento para as eleições. Estas províncias estão divididas em 164 municípios, administrados por administradores municipais, responsáveis pela administração local, tendo responsabilidade perante o governador provincial. Os municípios ainda não têm autonomia em relação às capitais das províncias, pois ainda se encontram muito subdesenvolvidos; os municípios estão divididos em 557 comunas administradas por administradores comunais, que têm responsabilidade perante os administradores municipais (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, 2009).

8.2.3 Órgãos principais e funções de relevo no âmbito da defesa nacional, ordem pública, segurança interna e proteção civil

Segundo a Constituição da República (artigo 202º), compete ao Estado, com a participação dos cidadãos, garantir a segurança nacional. Para garantir a segurança e a soberania nacional, o Estado tem o direito do recurso à força legítima com o objetivo de

manter a ordem pública. Os agentes da segurança nacional previstos na lei são os militares, os polícias e os agentes. A garantia da ordem pública angolana tem como objetivo a defesa da segurança e tranquilidade pública contra a criminalidade violenta, sendo a Polícia Nacional responsável pela ordem pública angolana. O Estado tem como objetivo proteger os interesses nacionais contra a influência de outros que se encontrem tanto no exterior como no interior do Estado (Ribeiro A. S., 2009, p. 54).

8.2.4 Eficiência e prestígio da administração pública

A administração pública angolana tem como objetivo defender o interesse público, regendo-se pelos princípios da igualdade, legalidade, justiça, proporcionalidade, imparcialidade e respeito pelo património público. Os nove anos de paz não são suficientes para que a administração pública de Angola funcione de uma forma eficiente, pois o seu sistema ainda não foi totalmente modernizado, tendo algumas características antiquadas. Existem áreas totalmente modernizadas e outras, que não se encontram informatizadas, cujos funcionários não têm formação adequada para exercerem determinadas funções e não existe fiscalização, de tal modo que o trabalho dos funcionários não apresenta bons resultados. No entanto, e apesar dos princípios que lhe presidem, a administração pública angolana caracteriza-se por não respeitar o princípio da igualdade, existindo clientelismo e nepotismo, não só no atendimento ao público mas também na distribuição dos cargos no seio da administração, fomentando deste modo a corrupção. Como os processos de execução são lentos e repletos de regras, concluímos que é um sistema bastante burocrático. Não obstante, a administração pública angolana tem dado a oportunidade às mulheres de acederem a cargos que outrora eram ocupados especialmente por homens, tem respeitado o poder tradicional que reconhece o poder dos sobas⁹ como representantes das aldeias, e a Constituição da República prevê a criação de autarquias locais. Apesar da falta de eficiência e prestígio que a administração pública angolana tem apresentado, o governo tem como objetivo a sua reforma no sentido de melhor servir os cidadãos.

⁹ Sobas são as autoridades tradicionais

8.3 Sistema judicial

8.3.1 Princípios fundamentais

O sistema judicial angolano está consagrado ao princípio da supremacia da Constituição e aos princípios do Estado democrático de direito, como o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais e pela separação dos poderes, o princípio da dignidade humana, a defesa da democracia, o princípio da independência dos tribunais e da isenção dos juízes, e se baseia também no modelo da unidade jurisdicional (Assembleia Nacional de Angola, 2010), tendo como principal missão orientar, executar e fiscalizar a administração da justiça angolana.

8.3.2 Organização geral e principais atribuições dos órgãos

O poder judicial é um poder autónomo, sendo os tribunais um dos órgãos de soberania. Dentro dos tribunais temos os comuns e os especiais. Nos tribunais comuns podemos encontrar o Tribunal Supremo, Tribunais Provinciais e Tribunais Municipais, e os especiais são o Tribunal de Contas, o Tribunal Constitucional, o Supremo Tribunal Militar, que só trata de matérias do foro militar, e está estruturado como os tribunais regionais. Estes tribunais são presididos pelos seus respetivos presidentes. O sistema judicial em Angola deveria estar distribuído por todos os municípios do país, mas isso não se verifica, estando somente concentrado nas capitais das 18 províncias, trazendo assim constrangimentos na administração da justiça. O governo angolano pretende reforçar a capacidade e eficiência do sistema de forma a proteger melhor os direitos e liberdades dos cidadãos e facilitar a resolução de disputas.

O Tribunal Supremo tem como principal função a administração da justiça em matérias de natureza político-constitucional, com principal destaque para as situações de inconstitucionalidade. Por sua vez, o Tribunal Constitucional é composto por 11 Juízes Conselheiros designados para um mandato de 7 anos não renováveis, que têm a competência de fiscalizar a inconstitucionalidade das leis e dos atos do Estado, exercer a jurisdição das leis relativamente aos atos eleitorais e político-partidários. O Tribunal de Contas tem a especial função de exercer a fiscalização da legalidade das finanças públicas e demais pessoas

coletivas públicas que a lei determinar. Criado no ano de 2000, este órgão é a mais recente estrutura do poder judicial. O Supremo Tribunal Militar é o órgão supremo da hierarquia dos tribunais militares.

O sistema também conta com um Provedor de Justiça, independente que tem como função a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, assegurando a justiça e a legalidade da administração pública. Um outro órgão que foi criado para conferir eficiência ao controlo das fontes de financiamento do Estado, visando a transparência da gestão da coisa pública, é a Alta Autoridade Contra a Corrupção, criada em 1996, mas que até agora não entrou em funcionamento. Temos também o Conselho Superior da Magistratura Judicial, a quem compete fiscalizar o mérito profissional e exercer a ação disciplinar sobre os juízes. E por último, a Procuradoria-Geral da República, que goza de autonomia administrativa e financeira, e tem como função a representação do Estado no exercício da ação penal, da defesa dos direitos de pessoas singulares e coletivas, da defesa da legalidade no exercício da função jurisdicional e da fiscalização da legalidade na fase de instrução preparatória dos processos, e no cumprimento das penas. O sistema judicial angolano ainda precisa de ser muito melhorado, pois é visto como uma fraqueza para o Estado devido aos abusos dos direitos humanos.

8.3.3 Sistema penal

A lei penal angolana encontra-se em revisão neste momento, estando ainda em vigor o Código Penal de 1886 deixado pelos portugueses na época do colonialismo, o qual sofreu algumas alterações ao longo do tempo. Hoje, Angola está a elaborar um novo código penal que se ajuste à nossa realidade, e neste objeto de estudo vamos abordar esse novo código penal angolano.

Em relação aos princípios gerais que regem a lei penal angolana, temos nomeadamente o princípio da legalidade, segundo o qual só pode ser punido criminalmente o fato descrito e declarado passível de pena por lei anterior ao momento da sua prática (Ordem dos Advogados de Angola, 2011).

A não retroatividade da lei prevê que as penas e as medidas de segurança, sejam determinadas pela lei vigente ao tempo da prática do fato, de modo que o fato fosse considerado praticado no momento em que o agente atuou ou, no caso de omissão, no momento em que devia ter atuado, independentemente do momento em que o resultado se

tenha verificado; a aplicação no espaço, para os crimes praticados em território angolano, a bordo de navios ou aeronaves de matrícula ou sob pavilhão angolanos, e independentemente da nacionalidade do agente, sendo que a extradição não é permitida pela lei angolana. O princípio da solidariedade internacional, é para crimes cometidos fora do território angolano - a lei é aplicável no caso de falsificação de moeda angolana, fabrico e falsificação de títulos de crédito, atos contra a vida, a integridade física e a liberdade das pessoas, pertença a uma associação criminosa, prática de ou pertença a uma organização terrorista, pondo em risco a segurança interna e a integridade ou independência nacional, crimes que envolvam o uso de engenhos ou munições capazes de produzir explosão nuclear, bombas, substâncias ou engenhos explosivos, meios incendiários, armas de fogo, granadas, encomendas postais ou cartas armadilhadas. As penas para estes crimes são de 5 a 15 anos de prisão, sendo estas penas suspensas salvo se existirem acordos ou convenções internacionais (Ordem dos Advogados de Angola, 2011).

Os crimes realizados no território angolano contra a defesa nacional e a segurança pública, nomeadamente colocar em perigo a segurança de Angola, a capacidade de defesa ou de ataque das suas tropas, a vida das pessoas, destruir, danificar ou inutilizar instalações, estabelecimentos, armas, munições ou outros meios militares essenciais à defesa nacional, recolher informações militares para a espionagem de equipamentos, são punidos com uma pena de prisão de 3 a 12 anos. A pena máxima no sistema penal angolano é de 25 anos (Ordem dos Advogados de Angola, 2011).

8.3.4 Incidências principais do sistema judicial nas possibilidades de ação antiterrorismo, anti-sabotagem, contraespionagem, controlo de estrangeiros, contrabando, etc.

A justiça angolana tem-se preocupado com os crimes que põem em risco a segurança e a independência do Estado. Neste sentido, o artigo 282º do Código Penal angolano vem punir qualquer ato de terrorismo, espionagem, sabotagem ou contrabando, com prisão que vai de 3 a 12 anos (Ministério da Justiça, 2012).

O Estado também tem cooperado bilateral e multilateralmente, trabalhando com outros atores no sentido de prevenir e lutar contra este tipo de ações, enviando os seus agentes para se qualificarem em matérias de antiterrorismo, anti-sabotagem, e contraespionagem, pois Angola tem tolerância zero para estes atos, e na sua cooperação internacional tem como

objetivo prioritário lutar contra situações que põem em risco a segurança nacional e internacional.

S d8.4 Organização geral da defesa nacional

8.4.1 Princípios fundamentais e bases gerais

A defesa nacional tem como objetivo garantir a independência nacional, a integridade territorial, a defesa da soberania, e assegurar a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão, ameaça interna ou externa, no quadro da lei constitucional e do direito internacional. Segundo o artigo 206º da Constituição angolana, a defesa da pátria e dos direitos dos cidadãos é direito e dever fundamental de todos os angolanos (Assembleia Nacional de Angola, 2010, p. 79). A defesa nacional encontra-se ao abrigo da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, que estabelece as bases jurídicas, orgânicas e funcionais para a defesa nacional e que se encontra em concordância com a Constituição e a Lei de Bases da Segurança Nacional

8.4.2 Órgãos principais e funções

Os órgãos de direção da defesa nacional angolana são os seguintes:

- O Presidente da República, que tem como função dirigir a política e a estratégia de defesa nacional; aprovar o conceito estratégico-militar e de defesa nacional; ordenar as missões das forças armadas; adoptar as medidas necessárias ao asseguramento da atuação do sistema de defesa nacional; exercer a sua autoridade para orientar, coordenar e dirigir a atuação operacional e a preparação e desenvolvimento do sistema de defesa nacional, bem como dispor do seu emprego, etc.;
- A Assembleia Nacional compete aprovar a legislação relativa a defesa nacional; apreciar as linhas gerais da política de defesa nacional constantes do programa de governação do Presidente da República; fiscalização da atuação do executivo no exercício das suas competências em matéria de defesa nacional;
- Ao Conselho de Segurança Nacional compete assistir o Presidente da República na direção superior da política e da estratégia de defesa nacional; na orientação coordenação e direção da atuação do sistema de defesa nacional; apreciar e emitir

pareceres sobre assuntos e questões específica relativas a defesa nacional que sejam da competência do Presidente da República, etc.;

- O Conselho de Defesa Nacional que é o órgão de consulta do Ministério da Defesa para assuntos relativos organização, funcionamento e disciplina das forças armadas. Tem a competência de orientação da política de defesa nacional e das forças armadas e das diretrizes estratégicas sobre a sua execução; definir o conceito de defesa nacional e o conceito estratégico-militar; a programação de defesa e militar e do orçamento de defesa nacional. Este conselho é composto pelo Ministro da Defesa Nacional, Vice-Ministro da defesa Nacional, Chefe de Estado-Maior General das forças armadas, Chefes do Estado-Maior General Adjuntos das forças armadas e pelos Comandantes dos ramos das forças armadas;
- Ministério da Defesa tem como funções preparar, desenvolver e executar a política de defesa nacional e das forças armadas, bem como assegurar e fiscalizar a administração das forças armadas e dos demais serviços e organismos nele integrado;
- Ministro da Defesa tem as funções de apresentar ao Presidente da República as propostas relativas as orientações da política de defesa nacional e as directrizes estratégicas sobre a sua execução; propor o conceito de defesa nacional e propor a programação de defesa e militar e do orçamento de defesa nacional; coordenar a actividade interministerial de execução da política de defesa nacional, etc.

O órgão de execução é composto pelas forças armadas (Forças Armadas Angolanas, 1999, p. 103).

8.4.3 Organização territorial e responsabilidades a nível local e regional

Depois de longos anos de guerra civil, o principal objetivo do Estado angolano é manter a paz e conquistar a segurança. Durante os anos da guerra as FAA tiveram um bom treino e hoje estão capacitadas para defender o país de ameaças de Estados vizinhos e também para auxiliar e treinar as forças militares de Estados africanos que se encontrem em necessidade. Na procura pela liberdade, Angola obteve ajuda militar de diversos países e organizações, e no pós-guerra tem cooperado com países como Portugal e a África do Sul para o aperfeiçoamento dos seus agentes de defesa.

8.4.4 Sistemas de informação e contrainformação

Segundo o Professor Silva Ribeiro, os sistemas de informação são um conjunto organizado de procedimentos que produzem informação para o apoio à tomada de decisão e ao controlo das organizações. Os sistemas de informação não são estáticos, otimizam a comunicação e o processo de tomada de decisão e podem proporcionar uma adequada qualidade a baixo custo e uma alta qualidade a alto custo (Ribeiro, 2010).

Os órgãos de inteligência de Angola, designados de Serviços Internos de Informação, têm o objetivo de produzir informações e análises conducentes à adoção de medidas de segurança e inteligência do Estado necessárias à preservação da ordem constitucional e do Estado democrático de direito, contribuir para a salvaguarda da soberania, independência nacionais e interesses nacionais e a protecção da população contra ameaças e vulnerabilidades.

A sua organização, fiscalização e funcionamento são regulados pelo artigo 212º da CRA (Assembleia Nacional de Angola, 2010, p. 81) e pela Lei de Preservação de segurança do Estado. As organizações existentes em Angola para os serviços de informação são as seguintes: o Serviço de Inteligência Externa (SIE), o Serviço de Inteligência e de Segurança do Estado (SINSE), que anteriormente era o Serviço de Informação (SINFO), e o Serviço de Inteligência Militar (SIM). O primeiro é o órgão destinado para a produção de informações a nível externo. Tem como missão a pesquisa, produção e processamento de informações estratégicas, destinadas a garantir a independência nacional e a segurança externa do Estado angolano; o segundo tem a missão de produzir informações estratégicas destinadas a garantir a segurança interna de Angola, e se necessário, prevenir, impedir e combater a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de atos que podem vir a prejudicar ou destruir o Estado democrático e de direito estabelecido pela Constituição angolana; e a terceira organização tem como missão a produção e pesquisa de informações militares e outras destinadas ao auxílio do cumprimento das missões das FAA e da segurança militar (Lei de Segurança Nacional, Lei 12/02, 2002).

8.4.5 Sistemas de alerta

O país ainda não possui sistema de alerta, mas o governo tem um projeto de construção de um sistema de alerta para a prevenção das cheias do rio Zambeze. Como

Angola faz parte da SADC, tem que criar um sistema de alerta eficaz para acompanhar o desenvolvimento dos países que fazem parte desta organização (Santos, 2011).

8.4.6 Requisição e mobilização civil

Um Estado precisa de mobilizar os seus recursos humanos com vista à sua defesa nacional. Angola não possui meios materiais suficientes para a requisição em caso de emergência - os hospitais públicos existentes não estão suficientemente preparados, pois há falta de camas e de medicamentos, e os transportes fluviais e marítimos são quase inexistentes, as telecomunicações encontram-se em boas condições, estando preparadas para qualquer situação de emergência.

Angola não possui fábricas de material de guerra, mas devido aos longos anos de guerra civil é provável que o país esteja bem preparado em termos de munições e equipamentos de guerra (não foi possível obter informações credíveis sobre o arsenal de guerra existente no país).

Em relação aos recursos humanos, em Angola a maioria da população é jovem, uma vantagem para o país, mas os dados sobre os recursos humanos disponíveis não estão atualizados e não há mobilização para treino dos civis. Na Lei da Defesa Nacional, artigo 47º, está disposto o regime de mobilização e requisição - todos os cidadãos maiores de 18 anos devem ser mobilizados em caso de guerra ou ameaça iminente. Esta mobilização abrange todos os recursos humanos e materiais disponíveis para a defesa, e todos os bens móveis e imóveis podem ser requisitados, garantindo o governo, a indemnização dos lesados.

8.4.7 Proteção e defesa civil

O serviço nacional de proteção civil e bombeiros de Angola ainda se encontra em reestruturação, com a criação de novos quartéis em todas as províncias do país. Os serviços de bombeiros de Angola têm muitas carências, pois existem postos com insuficiências de carros e materiais de salvamento. E como acontece com quase todos os serviços angolanos, os municípios do interior ainda não dispõem de serviços de bombeiros, por falta de infraestruturas e de verbas para o seu normal funcionamento. O Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros (SNPCB) está em constante formação. A sua principal missão é a proteção civil contra incêndios, calamidades naturais, tecnológicas, ação de socorro a naufragos, resgate e salvamento em caso de acidentes, mas as respostas a situações de acidente ainda não são tão rápidas como se deseja e os serviços apresentam-se ineficientes.

No que concerne à capacidade de NBQ, as FAA têm recebido formação do Centro de Treino e Sobrevivência da Força Aérea (CTSFA) no sentido de estarem preparadas para uma eventual ameaça nuclear ou biológica (Força Aérea Portuguesa, 2009).

8.4.8 Reservas estratégicas

O país tem reservas de recursos naturais inestimáveis - as reservas de gás natural estão estimadas em 309,8 biliões de metros cúbicos e em 2010 as reservas de petróleo foram estimadas em 13.500 biliões de barris. As reservas em moeda estrangeira e ouro estão estimadas em 28,3 biliões de USD (*Central Intelligence Agency*, 2011).

8.4.9 Relações com sistemas de aliados ou amigos

Angola faz parte da CPLP desde julho de 1996 e assumiu a presidência da organização em julho de 2010.

A CPLP tem como objetivo a concertação político-diplomática entre os Estados membros, nomeadamente para reforço da sua presença no cenário internacional e a cooperação em todos os domínios (educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicação, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social) (CPLP, 2010).

Esta organização é regida pelos princípios da igualdade da soberania entre os Estados membros, a não ingerência em assuntos internos de cada Estado, o respeito pela identidade nacional, primado da paz, democracia, estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social. Os Estados membros associados pela mesma língua têm protocolos de convenção no domínio da defesa e da segurança pública, que visam fortalecer a coesão em matérias de domínio policial, partilhar informações sobre atividades criminosas e trocar experiências de forma a controlar e combater a criminalidade nos Estados membros, promover estratégias conjuntas de prevenção da criminalidade, e outras para o treino e a formação policial, e para a cooperação multilateral em matérias específicas (CPLP, 2010).

Deste modo a CPLP criou o Concelho dos Chefes de Polícia, constituído por comandantes e diretores de cada Estado membro, que se reúnem uma vez por ano para trocar informações e criar novas estratégias para a segurança e ordem pública (CPLP, 2010).

Angola faz parte da *International Atomic Energy Agency* (IAEA), que tem a função de criar normas que estabelecem padrões de segurança para a proteção da saúde, vida e propriedade contra radiações ionizantes. Os países membros têm recebido formação de proteção radiológica e segurança nuclear e de controlo da poluição marinha e terrestre.

Angola faz parte da UA e tem como propósitos a união e igualdade dos povos africanos, a prevenção, gestão e resolução dos conflitos através da implementação do programa de fronteiras da UA. O objetivo principal da UA, em termos de segurança e defesa, é acabar com os conflitos no interior do continente, de forma a manter a paz, e esta resolução é praticada na cooperação entre todos os Estados membros, que trocam experiências para criarem estratégias contra o terrorismo, o crime organizado, golpes de Estado e a imigração ilegal. Angola influenciou a criação do Conselho da Paz e Segurança na UA, sendo eleita para a presidência do conselho por dois anos, mostrando a sua capacidade de decidir sobre que medidas tomar para a resolução dos conflitos no continente (Jornal de Angola Online, 2012).

Com a posição que o país está a ocupar no seio da África Austral, os EUA tem procurado reforçar a relação política e económica com Angola, principalmente na área da cooperação militar e económica, uma vez que esse país ocidental espera que Angola venha a se tornar um ator importante na esfera internacional.

8.5 Ordem pública e segurança interna

8.5.1 Sistemas policiais e de segurança

A polícia nacional tem desenvolvido esforços para cumprir o seu dever, num ambiente que saiu do estado de guerra há menos de um decénio e encontra-se flagelado pela delinquência e crimes de todo o tipo. O seu papel de manter a ordem, a tranquilidade e a segurança da população angolana está sendo facilitado porque o governo angolano tem vindo a modernizar os seus equipamentos de apoio e a melhorar a formação profissional dos seus efetivos (Abrantes J. M., 2005, p. 138).

8.5.2 Forças de segurança

As forças de segurança angolanas são compostas pela Polícia Nacional, que é a força de segurança pública em que se concentram quase todos os ramos da atividade policial, a

polícia económica e o serviço de migração e estrangeiros. A polícia nacional é uma força policial civil, que tem como missões a defesa da legalidade democrática, da propriedade privada, coletiva e estatal; a manutenção da ordem pública; a prevenção da delinquência e o combate à criminalidade; a investigação dos crimes, dos seus atores e a instrução preparatória dos processos, e a colaboração com a política de defesa nacional. Na sua organização, a polícia nacional está subordinada ao Ministério do Interior, é chefiada por um comandante geral, que chefia o comando geral e o comando provincial, por sua vez o comando geral está dividido em órgãos de apoio técnico, de apoio instrumental, de apoio consultivo, órgãos centrais, nacionais e regionais. O comando provincial é composto pelos comandos de divisões em Luanda, e pelos comandos municipais nas diversas províncias, e pelas esquadras e postos policiais. Também são consideradas força de segurança as FAA e os órgãos de inteligência ou segurança (Centro de Estudos Estratégicos de Angola, 2006, p. 146).

8.5.3 Controlo de estrangeiros

O controlo de estrangeiros é da responsabilidade do Comando da Polícia de Proteção de Fronteiras e do Serviço de Imigração e Estrangeiros, e tem por missão combater a imigração ilegal, problema constante em Angola. As pessoas dos países vizinhos entram no país através de vales e rios, tornando difícil a sua localização. Mas como em quase todas as organizações do governo, o Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) precisa de qualificar os seus recursos humanos e modernizar a sua técnica de atuação, no sentido de realizar melhor o seu trabalho no controlo da entrada, saída, residência e permanência de cidadãos estrangeiros no território nacional, e dar resposta aos desafios da imigração ilegal, que são constantes em Angola (Ministério do Interior, 2010).

8.5.4 Apreciação geral da situação da ordem pública e da segurança interna

Como qualquer país que saiu de longos anos de guerra, a segurança em Angola ainda não é uma realidade. A ordem pública em Angola se faz sentir, principalmente nas pequenas cidades do interior, mas em Luanda, apesar de aparentemente se apresentar uma calma, o governo tem enfrentado uma forte batalha para conseguir o desarmamento da população, e combater esta ameaça da segurança interna.

8.6 Dinâmica política

8.6.1 Aspetos fundamentais do sistema

A dinâmica política em Angola não se faz sentir com muita frequência. Segundo a Constituição angolana, todos os partidos políticos têm os mesmos direitos e deveres na sua atuação para a conquista do poder. As eleições em Angola deveriam ser periódicas, mas tal não acontece. Após a independência, o país teve apenas duas eleições, a presidencial, em 1992, e a legislativa, em 2008. Apesar de novas eleições estarem marcadas para setembro de 2012, ainda não podemos falar de uma periodicidade eleitoral em Angola. Quanto à dinâmica da oposição, podemos dizer que esta não existe, por um lado, devido à falta de manobra dos partidos da oposição por causa da maioria absoluta do MPLA e, por outro lado, pela falta de confiança que a maior parte dos angolanos tem em relação aos restantes partidos, pois estes não têm demonstrado capacidade de movimentação das massas.

8.6.2 Partidos políticos

A Lei sobre os partidos políticos, aprovada em 1991, veio definir que para adquirir personalidade jurídica, um partido terá que se inscrever junto do Tribunal Supremo, com um número mínimo de três mil assinaturas de cidadãos com mais de 18 anos. Em Angola encontramos 78 partidos políticos legalizados e 6 coligações, dos quais 12 participaram nas eleições de 2008, e 5 têm assento no parlamento. Nas eleições que se realizarão a 31 de agosto de 2012 irão participar 9 partidos políticos.

Iremos descrever os 9 partidos políticos que participarão nas próximas eleições gerais:

O MPLA, que esteve na génese da luta pela independência do país, foi criado em 1956, e é dirigido pelo atual Presidente da República, José Eduardo dos Santos. É um partido de esquerda, com a ideologia socialista e teve como primeira doutrina a marxista, que foi substituída pelo socialismo democrático, visando a garantia da liberdade e a igualdade dos direitos para todos os cidadãos (Lara, 2009, p. 681). Este partido esteve na génese da luta pela independência de Angola, e está no poder desde que Angola se tornou independente.

O MPLA é o único partido que governa Angola desde a independência – apesar das duas eleições realizadas, este partido sempre teve maior probabilidade de governar, pois os angolanos se sentem receosos de optar por um partido diferente, temendo que a situação

política e social do país piore, pelo que preferem confiar num partido cuja forma de gerência já conhecem.

O PRS foi fundado em 1990 por um grupo de indivíduos de origem camponesa, e tem como presidente Eduardo Kuangana.

A FNLA foi fundada em 1957 por Holden Roberto, e é um dos movimentos que lutou pela independência ao lado do MPLA e da UNITA. Presidido por Ngola Kabangu, o partido perdeu a sua relevância política após a instituição do regime de partido único pelo MPLA.

8.6.3 Procedimentos eleitorais

O recenseamento eleitoral faz-se a nível provincial e cada província representa um ciclo eleitoral. Como acontece em quase todas as áreas do país, o processo eleitoral apresenta constrangimentos. Os principais problemas com que os círculos eleitorais se depararam até hoje foram: os da insuficiência de verbas, falta de pessoal qualificado, deficiência de informação deliberativa entre a Comissão Nacional Eleitoral e as Comissões Provinciais Eleitorais, e em algumas províncias houve insuficiência de meios de comunicação - como o telefone via satélite, pois muitas áreas rurais ainda não possuem sistema de redes telefónicas (Comissão Provincial Eleitoral do K. Sul, 2010).

Desde a independência do país em 1975, Angola realizou dois atos eleitorais e o próximo está marcado para 31 de agosto de 2012. Os escrutínios eleitorais anteriores contaram com dois tipos de eleições: as presidenciais e as legislativas. As primeiras eleições multipartidárias realizadas em Angola realizaram-se em 1992, tendo concorrido 17 partidos políticos, dos quais 12 obtiveram assento no Parlamento, e o MPLA foi o vencedor, com uma maioria absoluta de 53,1% dos votos, seguido pela UNITA, com 34% dos votos.

Nas eleições presidenciais, 11 partidos apresentaram os seus candidatos, tendo o MPLA conseguido 49,6% dos votos e a UNITA 40,1%. Como não houve maioria absoluta, os dois partidos recorreram à segunda volta, mas a UNITA, ao não aceitar os resultados eleitorais por considera-los fraudulentos, deu continuidade à guerra civil. O país preparou-se para mais um ato eleitoral em 2008, em que se realizaram eleições legislativas, que contaram com a participação de 14 partidos políticos, e mais uma vez o MPLA ganhou o escrutínio com uma maioria absoluta de 81,76% dos votos, seguido da UNITA com 10,36%, e o terceiro partido mais votado foi o PRS, com 3,14% dos votos. No decorrer da história política do país, a UNITA e o MPLA são os dois partidos que sempre tiveram maior acesso ao poder, embora

a UNITA nunca tenha tido a oportunidade de comandar o governo do país (Mascarenhas, 2010).

Vinte anos após às primeiras eleições presidenciais, com um sistema de governo alterado e com a fase embrionária da democracia, 9 milhões de eleitores angolanos irão eleger o futuro presidente do país. Nas eleições de 2012 o povo angolano irá escolher o cabeça de lista de um dos seguintes partidos: UNITA, MPLA, FNLA, Partido de Renovação Social (PRS), Nova Democracia - União Eleitoral (ND), Frente Unida para a Mudança de Angola (FUMA), Conselho Consultivo Político da Oposição (CPO), Partido Popular para o Desenvolvimento (PAPOD), Convergência Ampla de Salvação de Angola (CASA-CE) (Deutsche Welle, 2012)

8.6.4 Grupos de pressão

A principal estratégia de atuação dos grupos de pressão em Angola é a denúncia da corrupção e das relações privadas que conduzem ao clientelismo e ao nepotismo. Nos últimos tempos os grupos de pressão têm atuado sobre a opinião pública, procurando manifestações contra o poder vigente.

8.6.5 Influências externas

O país tem sofrido influências externas de várias organizações internacionais e de diferentes países. Por exemplo, a *United States Agency for International Development* (USAID) tem influenciado muito o país em termos económicos, criando programas de desenvolvimento de cariz político e social.

8.6.6 Estabilidade e principais tensões políticas

Após 2002 o país atingiu a sua estabilidade política e militar, e tem vindo a alcançar a estabilidade económica. Devido à morte do líder político Jonas Savimbi, a guerra fratricida que assolava Angola agora é uma questão do passado e o país tem tentado se erguer, mantendo a ordem e a segurança o interior do seu território.

8.7 Política interna

8.7.1 Posição do governo em relação aos problemas internos

O governo direciona a sua política interna para a segurança e a satisfação das necessidades sociais e económicas dos angolanos. O governo tentado para que o seu OGE dê prioridade às áreas da educação, saúde e agricultura, que são as menos desenvolvidas.

Um dos principais problemas internos é o elevado grau de criminalidade devido ao número de armas que se concentram nas mãos da população, pois em época de guerra os militares distribuíram armas ao povo. Outros fatores são: a carência de satisfação das necessidades básicas da população e a falta de emprego.

Também temos de referir os problemas da falta de acessibilidades - transportes públicos em condições e fornecimento de energia e de água, e do elevado preço dos produtos alimentares devido à importação dos mesmos.

O governo tem criado programas contra a pobreza e oportunidades de emprego para os mais jovens.

8.7.2 Diretrizes gerais da política interna com interesse estratégico

O governo Angolano pretende criar estratégias para o desenvolvimento socioeconómico do país. Um dos principais objetivos do governo na área económica é a diminuição da inflação de forma a estabilizar a macroeconomia, o crescimento do PIB e o desenvolvimento do sector agrícola, de forma a fomentar a autossuficiência e apostar na exportação de produtos diversificados, reduzindo as importações, melhorando as comunicações que permitem o escoamento dos produtos, desenvolvendo a indústria transformadora, criando novos polos de desenvolvimento nas diferentes províncias, reduzindo o mercado informal, identificando novas reservas petrolíferas que sejam economicamente viáveis e aumentando a produção de diamantes (Governo de Angola, 2008).

A nível social, o governo pretende criar novas escolas de todos os níveis a fim de terminar com o analfabetismo e qualificar os recursos humanos existentes, aumentar o número de hospitais, desenvolver as áreas rurais a fim de descongestionar a cidade de Luanda e criar novos empregos, desenvolver a segurança social de forma a proteger os grupos mais vulneráveis, e diminuir a desigualdade existente (Governo de Angola, 2008).

O governo tem também criado estratégias para a redução da pobreza e um programa a longo prazo para o ordenamento do território e do urbanismo, passando pela requalificação dos municípios de todas as províncias, e garantido deste modo um desenvolvimento equilibrado entre as regiões. Em termos de segurança interna e ordem pública, e em cooperação com organizações de que faz parte, o governo tem formado os polícias e criado novas condições de forma a combater a criminalidade existente e concretizar a segurança do país com maior eficiência (Governo de Angola, 2008).

8.7.3 Apoios e principais críticas à política interna governamental

O MPLA está no governo angolano desde a independência, e governou o país num ambiente de hostilidade até 2002. Nas últimas eleições, em 2008, o MPLA ganhou com maioria absoluta, e sendo as resoluções aprovadas na Assembleia por maioria, os partidos da oposição não têm margem de manobra para influenciar as políticas implementadas pelo partido no poder. Tomamos como exemplo o projeto de lei sobre o pacote eleitoral aprovado pelo governo em 2012 e a elaboração da Constituição em 2010, quando os partidos da oposição discordaram completamente, mas ambos acabaram por ser aprovados.

Deste modo, as diretrizes gerais da política interna angolana são decididas somente pelo MPLA, independentemente da opinião dos partidos da oposição. No entanto, nem todas as decisões tomadas na Assembleia divergem das dos partidos políticos da oposição. Apesar do governo estar a criar políticas para o desenvolvimento socioeconómico do país, os partidos da oposição não concordam com o modo como o governo tem dirigido o país. Apesar dos resultados, a nível dos recursos humanos e das assimetrias regionais, o governo tem apresentado um défice de administração (UNITA, 2010). A FNLA e o PRS assumem a mesma posição que a UNITA - a máquina de poder do MPLA é que decide sobre todas as questões relativas ao destino do país.

Os jovens, na sua maioria, criticam o sistema político e já não querem José Eduardo dos Santos como Presidente de Angola. Apesar de reconhecerem as melhorias que o governo tem feito no país, a população apresenta insatisfação com a condução da política pelo MPLA.

8.8 Política externa

8.8.1 Posição do governo em relação aos principais problemas internacionais de natureza mundial e regional

Nos últimos anos Angola tem fortalecido o seu papel na estabilização e resolução de conflitos a nível regional. No seio das organizações de que faz parte, procura combater todo o tipo de terrorismo, garantindo assim a segurança regional e conseqüentemente mundial, pois o terrorismo representa uma ameaça para a segurança internacional. Segundo o Professor Adriano Moreira, o terrorismo tem como objetivo estratégico quebrar as relações de confiança entre os poderes legítimos e as comunidades que governam (Moreira, 2009, p. 108).

Devido a esta ameaça global, Angola tem criado estratégias para se prevenir interiormente, cooperando com organizações internacionais no combate contra todo o tipo de tráfico e criminalidade transnacional. Em 2011 as FAA receberam formação para dar resposta aos problemas do terrorismo e da imigração ilegal, de forma a estarem preparadas se forem solicitadas para operações antiterroristas (Angonotícias, 2011).

Uma vez que a crise financeira dos países ocidentalizados afeta diretamente as economias dos países em desenvolvimento, o governo angolano adotou, em 2009, uma política macroeconómica preocupada com a coerência e capaz de contornar a tendência para a estagnação económica e política da cooperação unilateral e multilateral, a fim de evitar a emigração por falta de condições económicas favoráveis (Nações Unidas, 2012).

8.8.2 Diretrizes gerais da política de defesa

A política de defesa nacional angolana visa a garantia da independência e unidade nacional, contribuindo para o desenvolvimento das capacidades morais e materiais da Comunidade Nacional, de modo a prevenir ou reagir pelos meios adequados a quaisquer ameaças ou agressões. Ao elaborar a sua política de defesa, o Estado angolano tem em conta o respeito pelos princípios da ONU e da UA, tomando uma posição pacífica sobre a solução dos conflitos internacionais. Deste modo, Angola não adere a organizações militares internacionais, nem autoriza a fixação de bases militares estrangeiras no seu território.

O país possui uma série de políticas para a área da defesa, uma delas é continuar a cooperar com os seus parceiros estratégicos, como os EUA, Portugal e China, na área militar. Depois de longos anos de guerra civil, o país adotou o conceito de guerra defensiva.

8.8.3 Diretrizes gerais da política externa

Segundo Magalhães, a “política externa é o conjunto de decisões e ações de um Estado em relação ao domínio externo” (Magalhães, 2005). A política externa angolana tem como objetivo aprofundar a cooperação com outros Estados e organizações em diversos domínios.

As áreas em que o país tem necessidade de cooperar são nomeadamente a requalificação das infraestruturas sociais e comerciais que facilitam a livre circulação de pessoas, bens e mercadorias e a qualificação dos recursos humanos. Uma das prioridades de Angola é aumentar a cooperação com os países africanos e as organizações regionais de que faz parte, designadamente a SADC e a CEEAC a fim de concretizar os seus objetivos e interesses, de forma a se afirmar regionalmente.

A política externa angolana compreende a afirmação da sua independência e igualdade, mantendo a cooperação bilateral e multilateral a fim de alcançar os seus objetivos estratégicos. O governo também pretende privilegiar as aquisições no mercado interno do país, observando o princípio da concorrência. O governo angolano adotou o princípio da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, de forma a não frustrar as relações de amizade com os países seus aliados. Neste sentido, a política externa angolana assenta em quatro princípios:

- ❖ Participação e contribuição ativas, em todos os actos e eventos conducentes à consolidação da unidade e a preservação da paz, segurança e estabilidade no continente africano, numa assunção plena das suas responsabilidades como estado membro da União Africana;
- ❖ Presença ativa nos grandes fóruns internacionais, principalmente naqueles em que estiveram em debate alguns dos assuntos que mais preocupam a humanidade, tais como o combate as grandes epidemias e as medidas para conservação ambiental e sustentabilidade do nosso planeta;
- ❖ Desenvolvimento de relações bilaterais, tendo como principal objetivo o estabelecimento de novas parcerias mutuamente vantajosas e a consolidação da cooperação já existente, de forma a contribuir para uma mais rápida implementação dos programas de reconstrução nacional e desenvolvimento económico e social estabelecidos pelo Executivo;
- ❖ Condução de ações decorrentes da sua responsabilidade como Presidente em exercício da C.P.L.P. e da Comissão do Golfo da Guiné, bem como um bom desempenho na S.A.D.C. (Governo de Angola, 2011, p. 98).

8.8.4 Capacidade de ação diplomática

Segundo Calvet de Magalhães, “A diplomacia é um instrumento da política externa, que visa estabelecer e desenvolver contactos pacíficos entre os detentores do poder político de dois Estados, pelo emprego de intermediários mutuamente reconhecidos pelas respetivas partes”. A diplomacia não pode ser executada sem os elementos de representação, informação e negociação (Magalhães, 2005).

Dos 191 Estados existentes no mundo, Angola possui representação diplomática em 53 países¹⁰ (Consulado Geral de Angola em Houston-Texas, 2009).

O chefe da diplomacia angolana é o Ministro das Relações Exteriores, Georges Chikoti, que tem dirigido a diplomacia bilateral e multilateral numa era moderna em que existe uma pluralidade de agentes internacionais que têm como finalidade a maximização dos seus objetivos nacionais, sendo que a capacidade de ação diplomática angolana tem-se apresentado eficiente uma vez que nos últimos anos o país tem assinado acordos de cooperação com diferentes Estados em vários domínios.

A ação diplomática angolana está primeiramente direcionada para a África Austral e Central (tem cooperado com países destas regiões nas questões de paz e segurança no continente, e tem apresentado uma grande influência diplomática, principalmente na época da sua presidência da SADC) (Consulado Geral de Angola em Houston-Texas, 2009).

Desde a abertura do mercado angolano ao exterior, a ação diplomática melhorou bastante, criando novas parcerias com vista à concretização dos seus interesses nacionais e recebendo mais apoios para o seu desenvolvimento. Pela maturidade que tem demonstrado a ação diplomática angolana, é intensa, acolhendo visitas de diversos chefes de Estado e de Governo (Consulado Geral de Angola em Houston-Texas, 2009).

Em relação à qualidade dos agentes diplomáticos, a sua ação tem-se apresentado positiva nos últimos anos, pois o país passou por negociações difíceis e em muitos casos teve sucesso. Damos o exemplo do embaixador de Angola em Portugal, Marcos Barricas, que tem dirigido a sua ação diplomática com muita eficiência e habilidade, afirmando novos acordos

¹⁰ Países com representação diplomática angolana: Argélia, Argentina, Áustria, Bélgica, Benim, Botswana, Brasil, Canadá, Cabo-Verde, China, República Democrática do Congo, República Checa, Cuba, Egipto, Etiópia, França, Gabão, Alemanha, Gana, Grécia, Guiné-Bissau, Hungria, Índia, Israel, Itália, Costa do Marfim, Japão, México, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Holanda, Nigéria, Polónia, Portugal, Rússia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Sérvia, Singapura, Eslováquia, África do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Tanzânia, Vaticano, Reino Unido, EUA, Emiratos Árabes Unidos, Zâmbia, Zimbabwe

de cooperação em diversos domínios e tem também incentivado empresários de vários países a investir em Angola.

8.8.5 Apoio internacional

O país conta com o apoio de parceiros para a estabilização da sua economia e para o desenvolvimento socioeconómico, com vista ao desenvolvimento sustentado.

Angola conta com o apoio dos países da SADC e da CPLP, nomeadamente Portugal, na área de formação de quadros e no desenvolvimento do sistema bancário. Portugal também tem concedido linhas de crédito para o incentivo empresarial. Os EUA também têm apoiado Angola, nomeadamente na área da saúde, disponibilizando cerca de 2,4 milhões de USD para medicamentos e material, para o combate a doenças como o HIV/Sida e tuberculose, na democratização do sistema político e na assistência à indústria petrolífera (MIAF, 2011).

A União Europeia tem fornecido ajuda a Angola para o desenvolvimento do setor agro-pecuário. Com os seus programas tem apoiado a população mais vulnerável com ajuda alimentar e no combate a doenças. Alguns países europeus, como a Inglaterra, França, Espanha Itália, Bélgica, Alemanha também têm prestado ajuda a Angola nos setores mineiro e energético. A China, com investimento em infraestruturas e cedência de linhas de crédito para o desenvolvimento social, tem-se mostrado um parceiro ativo na caminhada de Angola para o desenvolvimento (MIAF, 2011).

8.9 Conclusões sectoriais

A nível da política interna, o Estado angolano tem agido no sentido de respeitar os princípios da democracia e do estado de direito. Deste modo, o governo tem apostado numa política mais transparente e tomado medidas para diminuir o elevado nível de corrupção, melhorar o funcionamento da sua administração interna e terminar com as assimetrias regionais. A nível externo, o governo tem apostado nas relações de proximidade com os outros Estados e organizações, firmando acordos de cooperação com o objetivo de satisfazer os seus interesses nacionais.

Angola está a dar os seus primeiros passos na democracia. As instituições angolanas ainda estão em fase de reestruturação, os recursos humanos existentes carecem de qualificação e renovação, baseada na sua preparação, para o exercício de funções.

Desde o fim da guerra civil, as tensões políticas no país são quase inexistentes, salvo pequenas manifestações dirigidas por jovens que se opõem à prolongada presidência de José Eduardo dos Santos e à sua recandidatura nas eleições de setembro de 2012. Quanto à evolução destas manifestações, é provável que os jovens tentem mobilizar mais cidadãos para se manifestarem contra o governo vigente.

As aspirações, objetivos e interesses nacionais são comuns a todos os angolanos, e nos últimos anos o governo tem desenvolvido políticas que visam satisfazer as necessidades de todos os cidadãos, levando a que a população angolana se identifique com as políticas estabelecidas pelo governo. No entanto, o grau de identificação não é muito significativo, devido à falta de interesse da população pelos assuntos políticos.

Comparando com os Estados ocidentais, Angola ainda é um Estado jovem, vivendo numa “democracia” jovem e que tem sofrido influências externas de países como Portugal, EUA, China, Rússia, Brasil, África do Sul. Estas influências abrangem todas as áreas da sociedade, nomeadamente a política, a económica, a social e a cultural.

As manifestações verificadas contra a prolongada presidência de José Eduardo dos Santos são um exemplo da influência dos acontecimentos no mundo árabe. A influência de agentes externos **tem** consequências positivas, como o desenvolvimento económico e social, mas também negativas, como a adoção de valores que não têm a ver com a cultura e o modo de vida dos angolanos, com efeitos negativos na população jovem.

As principais potencialidades apresentadas neste fator são: a reforma progressiva das instituições, descentralizando os seus serviços para chegarem até às áreas mais subdesenvolvidas e concedendo mais oportunidades às mulheres, a abertura a acordos de cooperação, a forte influência que o país tem nas organizações regionais de que faz parte e a capacidade de ajudar na resolução dos conflitos dos países vizinhos.

No que concerne às vulnerabilidades, no sistema judicial existem muitas que precisam de ser ultrapassadas, carecendo as instituições de modernização e qualificação dos recursos humanos. A administração pública necessita de ser descentralizada, desburocratizada e a colaboração entre as suas instituições necessita de ser reforçada e nem todos os administradores municipais apresentam capacidade para ocuparem os cargos. Quanto à política interna, os partidos da oposição são pouco reconhecidos, há corrupção e nepotismo, as instituições são pouco eficientes e há falta de transparência na condução das suas políticas.

A defesa é uma área ainda difícil para o governo angolano devido aos longos anos de guerra civil. Deste modo as informações em relação à defesa e segurança não são completas, pelo que não podemos avaliar o potencial existente.

9.Fator Militar

9.1 Bases institucionais

9.1.1 Das forças armadas

As Forças Armadas Angolanas (FAA), uma instituição estatal com carácter permanente, regular e apartidária, enquanto componente militar da defesa nacional tem os mesmos objetivos que esta. Esses objetivos estão previstos na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas no artigo 3º: “ garantir a independência nacional; assegurar a integridade do território; garantir a unidade nacional; salvaguardar a liberdade e a segurança das populações bem como a proteção dos bens e do património nacional; garantir a liberdade de ação dos órgãos de soberania e o regular funcionamento do Estado; assegurar a manutenção ou estabelecimento da paz em condições que correspondem aos interesses nacionais”.

As FAA obedecem aos órgãos de soberania nos termos da Lei Constitucional, e compreendem os órgãos militares de comando que são: Chefe de Estado-Maior-General, Chefes de Estado-Maior dos ramos, Conselho de Chefes de Estado-Maior, e os três ramos das forças armadas - exército, força aérea e marinha de guerra, que visam manter a segurança e a estabilidade do país, estando preparados para qualquer tipo de ameaça externa e interna.

9.1.2 Serviço militar

Segundo a Lei nº 1/93 de 26 de março sobre o serviço militar, artigo 1, nº2, o serviço militar é obrigatório, o tempo de treino não é definido igualmente para todos, e todo o cidadão do sexo masculino a partir dos 18 anos de idade só poderá obter emprego do Estado ou de outra entidade, ou frequentar qualquer estabelecimento de ensino, se não se furtar aos seus deveres militares, pois a defesa da pátria é o direito e o dever mais alto e indeclinável de cada cidadão (Forças Armadas Angolanas, 1999, p. 95).

9.1.3 Relações das forças armadas com o poder político

As FAA são um instrumento de força do poder político angolano, tanto em tempo de guerra, como em tempo de paz, para garantir a defesa e a segurança do país. As FAA têm o dever de obediência total em relação ao poder político e têm a função de proteger o poder

político. Desta forma, segundo a Constituição da República de Angola, as FAA são uma instituição apartidária, e os seus efetivos não podem participar em eleições políticas enquanto estiverem em funções, pois têm o dever de manter a fidelidade ao governo vigente. Os militares têm recebido constantemente formação sobre matérias políticas de forma a desenvolverem consciência cívica e desempenharem melhor o seu papel de proteção e defesa do sistema político, mas para que os militares se mantenham fiéis na sua relação de subordinação ao poder político, é necessário que o governo crie incentivos para os oficiais das FAA (Vieira, 2009).

9.2 Caraterísticas gerais do serviço militar

Os cidadãos angolanos do sexo masculino, desde que completam os 20 anos de idade até aos 45 anos, são obrigados a servir as FAA nos termos permitidos pela lei, e as mulheres com idade superior aos 20 anos podem ingressar voluntariamente. Os recrutas são obrigados a receber instrução militar básica num estabelecimento de ensino militar, com a finalidade de serem registados aos 30 anos de idade na primeira reserva. O serviço militar está dividido em dois, a saber: o serviço militar ativo prestado pelos militares, que são treinados para servir as forças armadas e os seus ramos, e o serviço militar da reserva (Forças Armadas Angolanas, 1999).

Para ser um militar ativo é necessário ser cidadão angolano, com idade compreendida entre os 20 e os 30 anos, podendo a Assembleia Nacional, sob proposta do Conselho de Ministros, determinar a prestação militar de cidadãos a partir dos 18 anos de idade. O tempo deste serviço militar é de 2 anos, incluindo o período de instrução básica, com exceção dos sargentos e praças especialistas da marinha de guerra e da força aérea que tem de cumprir um tempo de 3 anos. Em caso de necessidade a Assembleia Nacional pode prorrogar o tempo de serviço por mais um ano, ou diminuí-lo um ano. Aos militares desobedientes é-lhes acrescentado no tempo do serviço militar mais um terço do período previsto (Forças Armadas Angolanas, 1999).

No que diz respeito ao recenseamento, a lei impõe que todo o cidadão do sexo masculino, ao completar 18 anos de idade, se dirija aos postos de registo militar comunais ou municipais, ou ainda ao distrito de recrutamento e mobilização da sua área de residência habitual, para efetuar o recenseamento militar (Forças Armadas Angolanas, 1999).

Em relação aos recursos humanos, pertencem ao serviço militar 1,546,781 homens e 1,492,308 mulheres, mas estão disponíveis (idade entre os 16 e os 49 anos) para o serviço militar 3,062,438 homens e 2,964,262 mulheres. Anualmente 155,476 homens e 152,054 mulheres atingem a idade para prestar o serviço militar (*Central Intelligence Agency*, 2011).

9.3 Missões gerais

9.3.1 Forças Armadas

Em tempo de paz, as FAA têm o objetivo de garantir a defesa militar da pátria. O conceito estratégico militar consiste na definição dos aspetos fundamentais da estratégia militar do país, que conduzem à implementação do conceito estratégico da defesa nacional e prestam serviços ao Estado no sentido de reforçar a segurança e a proteção dos cidadãos, dos seus bens, património, infraestruturas dos particulares e do Estado, e garantir a defesa da soberania e da integridade territorial da Nação, bem como colaborar na resolução de crises internacionais, na luta contra o terrorismo, e na prevenção e defesa Nuclear, Biológica e Química (NBQ).

9.3.2 Ramos

Os ramos das forças armadas angolanas são:

Exército Nacional Angolano, fundado em 1992 com a assinatura do acordo de Bicesse, pelo qual os dois exércitos rivais se fundiram dando origem ao Exército. Este tem por missão a defesa do território nacional, atuando em terra em cooperação com os outros ramos das FAA. O exército angolano é um dos melhores da África Subsaariana, tendo-se aperfeiçoado e modernizado nos anos de guerra civil;

Força Aérea Nacional Angolana (FANA), formada em 1976 para recuperar os meios deixados pelas forças portuguesas. Primeiramente foi criada com o nome de Força Aérea Popular de Angola/ Defesa Aérea e Antiaérea (FAPA/DAA)¹¹. A sua missão é proteger e fiscalizar o espaço aéreo angolano, vigiar as áreas vitais, colaborar com ações de socorro, assistência em situação de catástrofe e calamidades naturais, apoiar as missões do executivo para o esforço da reconstrução da nação angolana e prestar apoio às forças terrestres e à

¹¹ Esse nome foi mudado em 1992 para o nome atual

marinha de guerra. A nível internacional executa missões junto das organizações de que Angola faz parte, nomeadamente a SADC, CEAAC e CPLP. As suas principais bases estão instaladas em Luanda, Luena, Cuito, Moçâmedes, Menongue, Benguela e Huambo (Freire, 2011).

Marinha de Guerra Angolana, constituída em julho de 1976, tem a principal missão de garantir a inviolabilidade do espaço marítimo, defendendo e salvaguardando a soberania nacional em cooperação com os restantes ramos das FAA (Ministério da Defesa Nacional, 2011).

9.4 Organização

As forças armadas angolanas estão sob a autoridade suprema do Presidente da República, mas a sua administração está sob a responsabilidade do Ministério da Defesa. Em caso de guerra, o Presidente da República, enquanto Comandante em Chefe das Forças Armadas, auxiliado pelos Chefes de Estado-Maior dos três ramos, pelo Comandante Geral da Polícia Nacional e pelo Comandante Geral da Organização da Defesa Civil, tem a missão de dirigir as FAA, segundo o artigo 207 da CRA. A FANA depende diretamente do Comando Geral das FAA e encontra-se em processo de modernização e formação de quadros nos países aliados, como a Rússia, Brasil e Portugal, para melhor garantir o controlo do espaço aéreo nacional. Os comandos da FANA localizam-se nas áreas das regiões militar norte, militar centro e militar sul, onde se encontram as escolas de aviação.

9.5 Meios

Em 2007 o exército angolano contava com 100.000 efetivos, a força aérea com 6.000 e a marinha de guerra com 1.000 efetivos. Com o final da guerra o governo começou uma campanha de desarmamento da população, a fim de diminuir o número de armas que estavam em posse dos antigos militares e da população. O exército é composto por regimentos de 42 grupos de destacamentos, e a infantaria tem 16 brigadas independentes. Em relação aos equipamentos, possui 300 tanques de batalha, mais de 250 blindados de combate de infantaria, 3 com defesa contra mísseis, 170 blindados de transporte de pessoal, e mais de 1.396 artilharias. A MGA tem a sua base em Luanda, contando com 9 patrulhas e uma superfície de área para mísseis em Luanda. A FANA conta com vários grupos de ataque, patrulha marítima, e 90 aeronaves de combate (*The International Institute for Strategic*

Studies, 2007, p. 261). Segundo os dados do *World Factbook*, em 2010 os efetivos para o serviço militar apresentavam um total de 6.026.700, do qual 3.062.438 homens com idades entre os 16 e os 49 anos e 2.964.262 mulheres com o mesmo intervalo de idades (*Central Intelligence Agency*, 2011).

9.6 Sistemas operacionais permanentes

O governo angolano está preocupado em manter a preparação permanente dos oficiais das FAA, devido às situações que têm acontecido no mundo árabe. A marinha de guerra angolana tem velado pela segurança marítima do país, monitorizando o controlo do tráfego marítimo ao longo da costa, de forma a verificar o cumprimento dos regulamentos internacionais respeitantes à navegação; de igual modo tem auxiliado no policiamento e fiscalização das águas territoriais e interiores, contra violações e atividades ilícitas, garantindo o exercício de direitos soberanos para fins de exploração e aproveitamento e gestão dos recursos naturais, sendo que estas atividades são realizadas através de navios e lanchas de fiscalização e sistema de radares costeiros. A MGA tem recebido formação para melhor se adequar às novas tecnologias e realizar o seu trabalho com eficiência. O exército e a força aérea têm trabalhado no sentido de combater a imigração ilegal, e cooperar com as forças militares das organizações regionais de que fazem parte, no sentido de manter a paz e a segurança no continente africano (Forças Armadas Angolanas, 1999, p. 96).

9.7 Sistema de recrutamento

Pelo sistema de recrutamento angolano, o Chefe do Estado-Maior General apresenta ao Ministro da Defesa a lista dos recrutas que irão ingressar nas FAA, para aprovação pelo Conselho de Ministros. Para se proceder ao recrutamento, é criada uma Comissão *ad-hoc* em cada distrito de recrutamento, que é coordenada pelo Governador Provincial, pelo Chefe do Distrito de recenseamento e por um médico designado pelo delegado provincial de saúde. Esta comissão tem a missão de efetuar a inspeção médica de cada pré-recruta, decidir sobre o apuramento dos cidadãos para o serviço militar e decidir sobre a isenção do serviço militar nos termos previstos pela Lei as decisões tomadas pela Comissão têm de ser do conhecimento dos recrutas (Forças Armadas Angolanas, 1999, p. 98).

É proibido aos candidatos a recruta mudarem de domicílio nos meses em que se efetuam as operações de recrutamento, sem informação prévia ao Chefe do Distrito de recrutamento e mobilização. Quando é declarada a ordem de recrutamento, os pré-recrutas

devem apresentar-se nas administrações municipais, sendo a passagem, alojamento e alimentação por conta do Estado.

Cabe às empresas, aos responsáveis pelos órgãos estatais de diversos níveis e às instituições e organizações sociais dispensar das suas funções laborais e assegurar a apresentação dos pré-recrutados nas administrações municipais. Caso estas instituições procedam de forma contrária, serão responsabilizadas por crime de encobrimento de fuga à incorporação militar. Os recrutados apurados são enviados para as unidades militares, onde recebem preparação combativa básica, e no final prestam juramento de fidelidade à Pátria e à Bandeira Angolana (Forças Armadas Angolanas, 1999, p. 98).

9.8 Sistema de convocação e de mobilização militar

A mobilização e convocação militar pode ser geral ou parcial, sendo orientada pela Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas. A mobilização é feita em tempo de guerra, estado de sítio ou emergência e o Conselho de Guerra orienta a execução da mobilização que é deliberada pela Assembleia da República e pode ser temporária, regional ou sectorial, estando os planos de mobilização a cargo do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Ao ingressarem nas FAA, os cidadãos têm que ter consciência de que este é um serviço que obriga a disponibilidade total e horários rigorosos, tendo como princípio a solidariedade, a amizade, a disciplina e o respeito mútuo entre pares.

Como referimos anteriormente, Angola apresenta um elevado número de jovens em idade militar, e se surgir alguma ameaça, o país tem capacidade de mobilizar o número necessário de cidadãos. A mobilização pode ser voluntária ou obrigatória, como aconteceu na guerra civil, em que os jovens eram mobilizados contra a sua vontade (cangados), para participarem na guerra, a fim de defender o seu país (Assembleia Nacional de Angola, 2010).

9.9 Logística: Estabelecimentos fabris, Manutenção e Depósitos

A direção da Logística é feita pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas. Em relação a fábricas de material bélico, o país não possui nenhuma, mas existe uma fábrica de botas para os militares na província de Malange. Quanto à manutenção e ao depósito dos equipamentos, estão sob a responsabilidade de cada ramo das FAA.

9.9.1 Capacidade de apoio e de sustentação do sistema logístico

Em Angola ainda não existe indústria afeta à defesa nacional, pelo que o governo gasta muito dinheiro na importação de bens e equipamentos para a segurança e defesa do país. Em relação ao aprovisionamento de sobressalentes, não me foi possível obter informações devido ao secretismo existente nas FAA. Pelo fato do país não possuir indústrias ligadas à área da defesa, o Estado depende da importação de equipamentos junto dos seus aliados, nomeadamente a Rússia, a Alemanha, e os EUA.

9.10 Meios financeiros afetados às forças armadas

No ano de 2009, o governo retirou 3,6% do seu PIB para as despesas militares, fazendo de Angola um dos países que mais gastos tem com despesas militares (Central Intelligence Agency, 2011). No OGE de 2011, o governo coativou 3,16% do PIB para o Exército, 0,43% para a FANA e 5,11% para a MGA. O Ministério da Defesa obteve 2,13% do OGE e o Estado-Maior General obteve 6,03% do PIB (Casa Civil do Presidente da República de Angola, 2011).

9.11 Mobilidade estratégica

Apesar das FAA estarem fortemente preparadas para qualquer ameaça externa, a sua principal prioridade é proteger a soberania nacional. O envio das FAA para conflitos nos países vizinhos e a longa experiência de mais de 30 anos de guerra civil, demonstram que apesar da marinha de guerra necessita de mais preparação, o seu exército está capacitado o suficiente para qualquer surpresa futura.

9.12 Acordos e alianças militares

O país possui aliança militar com Portugal a nível de organização, treino, formação e logística no quadro de operações de paz. Também tem acordos com a Coreia do Sul para a preparação de forças especiais, e com a SADC, para a resolução de conflitos dos Estados membros, mas só em caso de necessidade extrema. Com a CPLP as Forças Armadas angolanas participaram no exército FELINO 2011, que é um exercício militar de cooperação estruturada bi-multilateral (Pavia, 2011, p. 110).

9.13 Relações com as forças de segurança. Apoio às autoridades civis. Prestígio das forças armadas

Em situação de desordem ou de ameaça à segurança pública, as FAA e as outras forças de segurança trabalham em conjunto no sentido de manter a paz e a estabilidade social, em estado de prontidão para apoiar as autoridades civis sempre que necessário, ajudando no desarmamento e desmantelamento de grupos armados desestabilizadores da ordem social. Durante a guerra civil, a maioria dos angolanos desenvolveu um sentimento de orgulho em relação às FAA, o qual se transformou em carinho e respeito, o que leva muitos jovens de hoje a ingressar nas FAA, como sinal de orgulho e agradecimento aos que combateram durante anos por uma Angola livre e sem guerras.

9.14 Conclusões sectoriais

Devido à longa experiência de guerra, as FAA ganharam um grande potencial militar, com meios mais avançados em termos de tecnologia de ponta do que os dos países fronteiriços. Os ramos das FAA têm-se formado nos países aliados, para poderem dar resposta a novos desafios que possam surgir. O seu poderio militar é o segundo maior da África Subsaariana, logo a seguir ao da África do Sul, em termos de efetivos e meios. Apesar do país não possuir nenhuma indústria ligada à área militar e de importar todos os materiais aos países aliados, as FAA apresentam um elevado grau de autonomia devido à fatia que recebem do OGE. No que diz respeito às potencialidades, as FAA estão bem equipadas e têm-se qualificado positivamente, sendo o seu poderio militar reconhecido. A vulnerabilidade a apontar é a falta de indústria neste setor, que o torna dependente da importação.

Capítulo IV Conclusão

Conclusões gerais

O Estado angolano tem a função de realizar os fins para os quais foi outorgado, como a justiça, a segurança e o bem-estar económico e social. Mas ao longo da investigação podemos constatar que o Estado não está a cumprir as suas principais funções, uma vez que o povo ainda não vê as necessidades básicas satisfeitas.

Angola é um país com um grande potencial que lhe permite transformar-se num grande Estado. Em conclusão, do fator físico do potencial estratégico, verificámos que o país possui um extenso território e que a sua forma compacta favorece a coesão, a defesa, a segurança e a integração económica e cultural.

Sendo o território um elemento constituinte do Estado, a sua avaliação é de extrema importância, e ao longo do estudo do fator físico verificámos que o território angolano contém inestimáveis potenciais, como a rica rede hidrográfica, a extensão de solos aráveis, os recursos piscatórios e outros recursos naturais que podem contribuir abundantemente para o crescimento económico, um clima agradável e favorável para a prática da agricultura e do turismo. Todo este potencial, se bem aproveitado transformar-se-á numa grande vantagem para o desenvolvimento socioeconómico do país.

No fator humano o país apresenta pouca população para o território que possui, e apesar da sua maioria ser jovem, a falta de qualificação é um grande problema para o país, pois só a educação e formação de um povo conduzem ao desenvolvimento de uma sociedade. A população angolana está distribuída de forma irregular devido à guerra civil, que levou os povos a abandonarem o interior, onde se praticava a agricultura em êxodo para as grandes cidades, onde se podiam refugiar dos efeitos nefastos da guerra e encontrar melhores condições de vida. Estas pessoas, provenientes de diferentes grupos étnicos solidários entre si, instalaram-se perto das cidades do litoral, com poucas acessibilidades e condições de vida pouco favoráveis, pelo que acabaram no mundo do crime. Depois de dez anos de paz que trouxeram algumas melhorias ao modo de vida do povo, os angolanos acreditam numa Angola melhor.

No fator dos recursos naturais e das comunicações podemos concluir que o país possui diversificados recursos, com principal ênfase para o petróleo, que dá uma forte base de

sustentação às políticas interna e externa do país. O petróleo é uma das principais fontes de energia consumida no mundo, o principal suporte da economia angolana e o Estado tem-no usado para obter ganhos políticos, económicos e diplomáticos junto dos seus parceiros internacionais. Angola também é um grande produtor de gás natural e de diamantes, apesar de a sua atenção estar mais virada para a indústria petrolífera; o gás natural tem permitido ao país firmar acordos com os EUA, um dos principais interessados no gás produzido em Angola. Ao nível dos recursos alimentares, o país ainda é muito dependente da importação, pois a sua agricultura não é suficiente para a satisfazer as necessidades da população, e a indústria de transformação de produtos alimentares é quase inexistente pois Angola é um país onde a maioria da população é pobre, fazendo apenas uma refeição por dia, causando alta taxa de subnutrição verificada nas crianças angolanas.

As comunicações angolanas foram destruídas durante a guerra civil e hoje encontram-se em reabilitação. Um dos principais objetivos do governo é colocar Angola no caminho do desenvolvimento sustentado. Apesar das telecomunicações existirem em todo país há poucos anos, já abrangem a maior parte da população, e hoje já muitos angolanos têm acesso à internet, se ligando ao mundo com um ‘clic’, e usando serviços com tecnologias de última geração.

Angola teve uma história repleta de tristeza, lágrimas e sangue, pois o seu caminho para a autodeterminação foi duro e o seu caminho para a paz foi longo. Desde que Angola foi colonizada pelos portugueses, os autóctones almejavam por um país livre, sem pressões, violência e dirigido por governantes angolanos. Mas pelo mau fado de Angola, após a independência o país entrou numa guerra civil fratricida, devido à corrida desenfreada para o poder. O país conservou a sua independência desde 1975, mas só conseguiu a estabilidade política e militar há pouco tempo (2002), e depois de tantos anos de guerra o governo angolano tem tomado medidas para garantir a segurança interna e a defesa nacional. Depois de todos esses anos de guerra, o país está preparado para dar um novo recomeço a todos os angolanos, conservando a paz tão almejada e que custou tantos sacrifícios.

A economia angolana tem apresentado resultados positivos, com o PIB a crescer, a taxa de inflação está a diminuir e a dívida externa a ser amortizada. Os setores de atividade ainda apresentam assimetrias, com o setor da agricultura subdesenvolvido e com a insuficiência de mão-de-obra. A agricultura deveria ser a área que mais contribui para o PIB, uma vez que os grupos étnicos angolanos são na sua maioria povos agricultores. O setor industrial está a começar a desenvolver-se. Até há pouco tempo, só a indústria petrolífera é

que tinha a atenção do governo, mas agora a indústria ligeira também tem sido contemplada, pois o governo tem como objetivo alcançar a produção para exportar os produtos em substituição das importações. O setor do comércio é o que tem maior crescimento desde a implementação de políticas de incentivo a investidores estrangeiros e os pequenos e médios empresários implementadas pelo governo. O governo tem feito reformas no sistema financeiro, que ainda carece de muitas mudanças para se tornar eficaz, mas o sistema não deixa de atrair investidores estrangeiros, que vêem Angola como um país com oportunidades de negócio. A economia angolana ainda está muito dependente das receitas do petróleo, pois este é o que mais contribui para o PIB, pondo em risco o desenvolvimento sustentável do país. Devido aos seus recursos, Angola apresenta-se como um importante parceiro estratégico nas relações económicas mundiais.

A nível social o país precisa de ser reestruturado. Apesar do esforço do governo em construir infraestruturas sanitárias e novas escolas, ainda não é suficiente para dar cobertura a toda a população. Ainda existem muitas áreas que precisam de hospitais, centros de saúde, médicos e medicamentos. No que concerne à educação, existem muitas crianças fora do sistema educativo, os professores não têm qualificação suficiente para darem uma formação de base sólida, frustrando deste modo todo o processo educativo do aluno. A segurança social não cobre a maior parte das pessoas necessitadas, e Angola deveria apostar num sistema de segurança social mais eficiente, de forma a atenuar a carência da população. A taxa de desemprego em Angola é elevada, e apesar de o governo apostar na criação de empregos, a situação ainda se apresenta deprimente.

Em relação à comunicação social, Angola possui uma variedade de agências noticiosas públicas e privadas, tendo também canais televisivos emitidos em outros países e jornais *online* que levam as notícias de Angola a leitores em todo o mundo. Os agentes da comunicação social angolana ainda não têm muita liberdade na emissão da informação - apesar de o país viver num sistema democrático, a liberdade de expressão jornalística ainda está distante de se poder comparar à de um país industrializado como Portugal. Com a globalização, as agências noticiosas de outros países entraram em Angola, trazendo notícias do mundo inteiro, e influenciando o modo de vida dos angolanos.

No que concerne ao fator científico-tecnológico, podemos concluir que esta área precisa de atenção por parte do governo, pois os centros de investigação que existem no país carecem de apoio financeiro e o governo precisa de deixar de encomendar estudos a investigadores estrangeiros e passar a dar mais valor à investigação nacional.

Quanto ao fator político-administrativo, o Estado angolano tem agido de forma a respeitar os princípios da democracia e do estado de direito. Deste modo, o governo tem apostado numa política mais transparente e tomado medidas para diminuir o elevado nível de corrupção, melhorar o funcionamento da administração pública e atenuar as assimetrias regionais. A nível externo, o governo tem apostado nas relações de proximidade com os outros Estados e organizações, firmando acordos de cooperação bilateral e multilateral e arrecadando apoio para o seu desenvolvimento. A diplomacia angolana tem tido um papel importante na política externa de Angola, pois tem agido de forma a atingir objetivos e maximizar respostas aos seus interesses nacionais.

As instituições angolanas apresentam um funcionamento ineficiente, pois os recursos humanos existentes carecem de qualificação e formação, e o país precisa de adotar o princípio de seleção dos seus recursos humanos por capacitação e conhecimento, e não por nepotismo. A nível interno, e em cooperação com algumas organizações e outros países, Angola também tem trabalhado para as áreas da defesa nacional, e da segurança e ordem pública.

No fator militar pode-se destacar a experiência dos efetivos das FAA, devido aos longos anos de guerra civil. Depois da África do Sul, o poderio militar de Angola é o maior da África Subsaariana, em termos de efetivos e de meios capazes de fazer frente a uma ofensiva. Apesar do país não possuir nenhuma indústria ligada à área militar e de importar todos os materiais bélicos aos países aliados, as FAA apresentam um elevado grau de autonomia devido à percentagem de verbas que recebe do OGE. As FAA, agora em tempo de paz, têm recebido formação no interior e no exterior do país para darem resposta a qualquer tipo de ameaça que ponha em perigo a segurança e a estabilidade nacional.

Depois de analisarmos as conclusões gerais do trabalho, iremos responder primeiramente duas questões derivas e seguidamente responderemos a questão central.

Em que medida os meios que Angola possui podem contribuir para a materialização dos seus objetivos?

Angola tem quase todos os requisitos para ser considerada uma zona de potencial estratégico, pois possui extensos solos aráveis propícios para a prática da agricultura, que bem utilizados poderão diminuir a fome, a miséria e criar muitos postos de trabalho, uma vez que os angolanos são naturalmente um povo agricultor; e sua posição no continente africano dá-

lhe a possibilidade de atuar na vertente continental, fazendo parcerias económicas com Estados vizinhos, ou para o mar, explorando os recursos naturais existentes; os recursos naturais como a rede hidrográfica, mar, gás natural, petróleo entre outros recursos, apresentam um forte potencial contribuindo para o desenvolvimento e crescimento social e económico;

A estrutura política angolana é unitária, com um governo central que tem autoridade direta em todo o território, mas em contrapartida, a população não é numerosa em relação ao tamanho do território e não tem capacidade renovadora, uma vez que a maior parte das pessoas não tem formação qualificada, pelo que os angolanos ainda não se apresentam como um povo inovador. Ousamos concluir que o país não está muito distante de ser reconhecido como um país de potencial estratégico e de atingir os objetivos propostos pela política. **Quais as áreas em que Angola necessita de investir, a fim de materializar os seus objetivos?** O governo angolano necessita de apostar em muitas áreas como na diversificação a sua economia de forma a não depender das receitas do sector petrolífero e ganhar novos nichos de mercado; melhorar as condições de vida da população, melhorando deste modo o saneamento, sistema de saúde, sistema da educação e melhorar os salários; combater fortemente a corrupção e apostar na democracia, transparência e boa governação; investir no capital humano com vista a aumentar a mão-de-obra qualificada; investir mais na investigação científica e melhorar a gestão dos recursos naturais, de forma a tirar maior proveito das suas capacidades.

De todas as áreas que foram identificadas, a mais importante é o investimento no capital humano, porque uma sociedade sem pessoas capazes e qualificada, dificilmente alcançará o desenvolvimento e o progresso.

Importa responder a questão central: **Quais são as potencialidades e vulnerabilidades existentes em Angola e de que forma as potencialidades são aproveitadas e as vulnerabilidades ultrapassadas?**

A fronteira marítima de Angola favorece maior liberdade de ação, podendo mesmo ser alargada a sua plataforma continental. A posição do território e os recursos que possui, possibilitam o poder negocial e a influência em países mais poderosos, como a China e os EUA. O governo está a reconstruir o país, criando novas cidades, aeroportos e escolas, despendendo esforços para cumprir a meta da democratização.

O país possui recursos naturais diversificados, as reservas de petróleo têm contribuído para a manutenção e o crescimento da economia do país. O petróleo tornou-se a pedra angular

para o desenvolvimento da economia e da política angolana e as suas receitas têm servido para fomentar os programas do governo para o desenvolvimento do sector não petrolífero. O território angolano é extenso, coberto de terras aráveis propícias para agricultura e possui uma rica rede hidrográfica que contém reservas de água inestimáveis. O seu mar contém grande potencial, que se bem explorado, poderá trazer grandes ganhos económicos para o país.

Quanto às vulnerabilidades, Angola ainda apresenta grandes lacunas, a serem superadas antes de se poder afirmar como uma potência regional, pois tem um nível de corrupção elevado, que prejudica o funcionamento das suas instituições, bem como o crescimento e o desenvolvimento do país. As instituições angolanas precisam de ser modernizadas e os seus recursos humanos qualificados.

O setor da saúde e da educação são ineficientes e apesar do governo estar a fazer esforços para melhorar o sistema educativo do país, este ainda se apresenta vulnerável.

A saúde, que também tem recebido mais atenção nos últimos anos, ainda se depara com a falta de médicos e de pessoal qualificado para prestar serviço de qualidade à população angolana. A escassez de medicamentos nos postos de saúde também é um problema que precisa de ser resolvido, bem como a falta de infraestruturas sanitárias adequadas, pois morrem muitas pessoas nos corredores dos hospitais públicos por falta de camas, de medicamentos e de pessoal qualificado. O país precisa de se empenhar ainda mais no combate a doenças como a malária, o VIH/SIDA e no apoio ao fim da subnutrição, que têm sido causas da morte de milhares de pessoas.

O desemprego e a proliferação da economia informal em Angola apresentam-se como um flagelo que o governo tem batalhado para vencer. A taxa de desempregados é bastante alta, os salários são bastante baixos verifica-se um grande índice de abandono dos postos de trabalho, contribuindo para que o mercado informal ganhe uma grande percentagem da população ativa do país.

Angola também se depara com a pobreza da maior parte da população, com milhares de angolanos a viverem com insuficiência alimentar, o que levou o país a recorrer à importação, tendo como consequência a subida dos preços o aumento da carência das pessoas mais pobres, o aumento da criminalidade, da prostituição e da insegurança principalmente nos centros urbanos. O sistema de segurança social é vulnerável, não prestando a assistência devida à população mais carenciada.

Uma outra vulnerabilidade é a forte dependência das receitas do petróleo, e a correlativa falta de atenção ao sector não petrolífero – apesar de nos últimos anos o governo ter procurado alterar esta situação, todos os outros sectores da economia ainda se encontram subdesenvolvidos.

Angola depara-se com o problema da população mais jovem ter carências, o que leva à proliferação da criminalidade, agrava a situação de insegurança e prejudica na coesão social. Outra grande vulnerabilidade é o elevado nível de corrupção. Angola é considerado um dos países com o índice de corrupção mais alto. E também apresenta o problema da falta de transparência na governação.

Avaliar o potencial estratégico de um Estado não é tarefa fácil, principalmente num país como Angola, onde quase tudo é segredo e a maior parte dos meios, principalmente os do fator militar, não podem ser revelados.

Depois de analisarmos as potencialidades e vulnerabilidades do Estado angolano, importa apontar quais as medidas que o Estado deve tomar para garantir o sucesso estratégico. Angola precisa de qualificar os seus quadros, desenvolver a sua agricultura de forma a garantir a autossuficiência alimentar, prestar mais atenção ao potencial que o mar possui, criar condições para deixar de depender das receitas do sector petrolífero e para diminuir as importações, diminuir a pobreza e colmatar as assimetrias regionais, dar maior importância à investigação científica e tecnológica, melhorar a sua capacidade governativa e o funcionamento das suas instituições, criar um sistema democrático sólido, desenvolver e tirar mais proveito da sua marinha de guerra, e continuar a munir as FAA de conhecimento, de forma a garantir a independência nacional e a segurança pública com maior eficiência. O sucesso estratégico de Angola, que poderá levar o país a ser considerado como uma potência regional, está condicionado pelo fator tempo, pois o país ainda precisará de muitos anos para melhorar as suas instituições, a qualidade de vida da população, fortalecer todos os ramos das FAA e estabilizar a sua macroeconomia.

O país precisa de melhorar a sua Administração em todos os setores, acabando com a forte corrupção e apoiar os setores da Agricultura e da Indústria, que ainda se encontram em fase de restauração. Angola tem de deixar de depender das receitas do petróleo para o desenvolvimento da sua economia e preocupar-se mais com o setor não petrolífero.

O país necessita de gerir os seus recursos de uma forma eficiente, de modo a tirar maior proveito deles e garantir vantagens para o seu desenvolvimento, de desenvolver o setor

industrial para criar receitas para a sua economia, pois a constante aposta nas receitas do petróleo não é uma boa estratégia para um país que se quer afirmar na senda internacional. O governo precisa de tomar medidas para resolver o fenómeno da erosão dos solos que se tem verificado no país, de forma a beneficiar a agricultura, que deve ser a base do sustento da população angolana. Angola tem que se apressar na extração das minas terrestres deixadas pela guerra e que ainda ocupam áreas de cultivo.

O país precisa de uma liderança capaz, que ponha os interesses do Povo à frente dos interesses da máquina do poder.

A longo prazo o governo precisa de apostar mais na qualificação dos seus quadros, criando reformas para o sistema educativo desde a educação de base até ao ensino universitário; a formação universitária em que Angola é fraca e não forma profissionais com competência para o mercado internacional.

Nos últimos cinco anos, o Estado tem aprovado políticas no sentido de o país passar a ter desenvolvimento sustentado e eficiente, mas isso não adiantará nada se essas políticas não forem implementadas de forma eficaz no meio certo e no tempo adequado.

Com a finalização do trabalho deixamos em aberto a seguinte questão para pesquisas futuras:

- Que medidas a aplicar no sistema de ensino e quais os contributos para que Angola se torne um parceiro estratégico?

Apêndice

Para realizar o objeto de estudo foi necessário entrevistar professores e investigadores, com a finalidade de enriquecer a informação, uma vez que a investigação foi realizada em Angola e nos deparámos com determinados constrangimentos, nomeadamente a insuficiência de livros nas bibliotecas, o elevado custo dos livros, informações contraditórias, e o segredo que impede a partilha da informação. Os profissionais que assim contribuíram para a realização deste objeto de estudo foram os seguintes:

- António Martinho, Contra-Almirante da Marinha de Guerra Angolana e Chefe do Departamento de Hidrografia e Navegação;
- Dr. Paulo de Carvalho, Sociólogo e Docente na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, do Instituto Superior de Ciências da Educação da Universidade Agostinho Neto;
- Manuel Correia de Barros, Coronel das FAA e Vice-Presidente do Conselho Executivo do CEEA;
- Fernanda Cabral de Almeida, Vice-Governadora da província do Kuanza Sul para o sector político e social;
- Dr. Emílio Homem, deputado na Assembleia Nacional de Angola;
- Dr. Samuel Gonçalves, Professor de Economia na Universidade Metodista de Angola e colaborador do BNA;
- Manuel Paulo Macedo, Diretor Provincial do Kuanza Sul para a Assistência e Reinserção Social.

Bibliografia

- Abrantes, J. M. (2005). *Angola em Paz: Novos Desafios*. Luanda: Edições Maianga.
- Abrantes, O. J. (2004). *José Eduardo dos Santos e os Desafios do Seu Tempo: Palavras de um Estadista (1979-2004)* (Vol. VII Segunda República (1992-2004)). Luanda: Edições Maianga.
- África Today. (Outubro de 2010). Kwanza Sul - Paraíso das Águas Encantadas. *Revista nº70*, 8. Angola.
- Agadjanian, V., & Prata, N. (Junho de 2001). *War and Reproduction: Angola's Fertility in Comparative Perspective*. (L.Taylor & Francis, Ed.) Vol. 27, pp. 329-347.
- Agência Internacional de Energia. (2006). *Angola: Desenvolvimento de uma estratégia para energia*. Paris: OCDE/IEA.
- Almeida, P. F. (1994). *Ensaio de Geopolítica*. Lisboa: ISCSP.
- Assembleia Nacional de Angola (2004). Lei de Terras de Angola: Lei 9/04 de 9 de Novembro de 2004. Luanda.
- Assembleia Nacional de Angola. (2010). *Constituição da República de Angola*. Luanda: Imprensa Nacional.
- Associação Angolana de Bancos. (2010). *A Bancarização da Economia em Angola: O que os dados estatísticos nos dizem*. Luanda: ABANC.
- Banco Nacional de Angola. (2011). *Relatório de Inflação: IIIº trimestre de 2011*. Luanda: BNA.
- Beaufre, A. (1963). *Introdução à Estratégia*. (A. Pires, trad.) Paris: Slabo.
- Bessa, A. M., & Pinto, J. N. (2009). *O Poder na História* (2ª ed.). Lisboa: Verbo.
- Bíblia. Português. *Bíblia Sagrada* (2ª ed.). Tradução João Ferreira de Almeida. São Paulo. Sociedade Bíblica do Brasil.
- Boniface, P. (2008). *Dicionário das Relações Internacionais* (2ª ed.). (H. Caprichoso, trad.) Lisboa: Plátano Editora.

- Cabral, M. A. (2005). *O Sector Informal em Angola: A Solidariedade como Tradição e Estratégia de Sobrevivência no Mercado da Capote em Benguela*. Benguela: KAT Consultoria & Formação.
- Cajarabille, V. M. (2010). Poder; Poder Nacional; Potencial Estratégico. *Aula de Teoria da Estratégia*. Lisboa.
- Campos, J. M. de, & al.(1999). *Organizações Internacionais: Teoria Geral, Estudo Monográfico das Principais Organizações Internacionais de que Portugal é Membro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carvalho, V. d. (1986). *Estratégia Global e Subsídios para uma Grande Estratégia Nacional*. Lisboa: ISCSP.
- Casalinho, C. V., Santos, S. d., & Sousa, J. V. (2009). *Estudos Económicos e Financeiros-Angola*. Lisboa: BPI.
- Centro de Estudos e Investigação Científica. (2010). *Energia em Angola*. Luanda: CEIC.
- Centro de Estudos Estratégicos de Angola. (2006). *Reflexão sobre a Geopolítica e Geoestratégia em Angola e em África*. Luanda: Nzila.
- Comissão Provincial Eleitoral do K. Sul. (2010). *Reflexão sobre a Gestão do Processo Eleitoral de 2008*. Sumbe: CPE.
- Costa, F. M., & Falé, N. (1992). *Guia Político dos PALOP*. Lisboa: Editorial Fragmentos, Lda.
- Couto, A. C. (1988). *Elementos de Estratégia: Apontamento para um curso*. Lisboa: Instituto dos Altos Estudos Militares.
- Damião, J. (2010). *Conheça a Constituição da República de Angola: Contributo para a sua Compreensão*. Luanda: Casa das Ideias.
- Defarges, P. M. (2003). *Introdução à Geopolítica* (1ª ed.). (J. P. Fernandes, trad.) Lisboa: Gradiva.
- Diniz, A. C. (1998). *Angola: O Meio Físico e Potencialidades Agrárias* (2ª ed.). Lisboa: Instituto da Cooperação Portuguesa.
- Dumbo, M. L. (2012). *A Delinquência Juvenil em Luanda*. Porto: Ecopy.
- Escola Superior de Guerra. (1981). *Fundamentos da Doutrina*. Rio de Janeiro: ESG.

- Fernandes, A. H. (2003). *Estratégia: Hostilidade ou Competição*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Fontoura, L. (2007). *O Poder na Relação Externa do Estado: A Equação de Cline*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Forças Armadas Angolanas. (1999). *Guia do Formador de Educação Cívica, Jurídica e Direitos Humanos*. Luanda: Forças Armadas Angolanas.
- Freire, T.-C. H. (2011). O Poder Aéreo no Conflito Angolano. *Revista da Marinha*.
Ano 8, edição 19. Marinha de Guerra Angolana.
- Governo de Angola. (2008). *Programa do Governo de 2009*. Luanda: Governo de Angola.
- Governo de Angola. (2011). Memorando Sobre a Atividade do Executivo Referente ao IIº Trimestre de 2011. Luanda: Governo de Angola.
- Graça, P. B. (2009). *Mundo Secreto: História do Presente e Intelligence nas Relações Internacionais*. Lisboa: ISCSP.
- Homem, A. P. (2009). *História das Relações Internacionais: O Direito e as Concepções Políticas na Idade Moderna*. Coimbra: Almedina.
- Instituto Hidrográfico. (1970). *Roteiro dos Portos de Angola e S. Tomé e Príncipe*.
Lisboa. Instituto Hidrográfico.
- Lara, A. d. (2002). *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*. Lisboa:
ISCSP.
- Lara, A. d. (2011). *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão* (6ª ed.). Lisboa:
ISCSP.
- Lei de Segurança Nacional Lei 12/02. (16 de Agosto de 2002). *Diário da República*. Angola.
- Magalhães, J. C. (2005). *A Diplomacia Pura*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Magalhães, J. C. (2005). *Manual Diplomático: Direito Diplomático, Prática Diplomática*.
Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Maltez, J. A. (1996). *Princípios de Ciência Política: Introdução à Teoria Política* (2ª ed.).
Lisboa: ISCSP.
- Marques, W. (1963). *Problemas do Desenvolvimento Económico de Angola*. Luanda.
- Mascarenhas, F. M. (2010). *Remendos da Vida*. Luanda: Offset, Lda.

- Ministério da Agricultura. (2004). *Monitorial da Campanha agrícola 2003-2004- Avaliação Preliminar da Produção Agro-Alimentar*. Luanda: Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.
- Ministério da Agricultura. (2007). *Programa Executivo do Sector Agrário 2007-2008*. Luanda.
- Ministério da Agricultura. (2008). *Programa executivo para 2009*. Luanda: Governo de Angola.
- Ministério da Agricultura. (2010). *Ponto de Situação do Programa Executivo-2010*. Luanda: MINADERP.
- Ministério da Justiça. (4 de Janeiro de 2012). *Ante-projeto do Código Penal Angolano*. Luanda: Minjus.
- Ministério do Planeamento. Governo de Unidade e Reconciliação Nacional. (2005). *Programa para a Melhoria da Oferta de Serviços Sociais e Básicos às Populações para o Biénio 2005/2006*. Luanda: Ministério do Planeamento.
- Ministério do Planeamento. (2005). *MINPLAN-Relatório Nacional*. Luanda: CDI.
- Ministério do Planeamento. (2006). *Monografia de Angola - Versão Actualizada*. Luanda: Ministério do Planeamento.
- Ministério do Planeamento. (2009). *Monografia de Angola*. Luanda: Minplan.
- Montesquieu, C. L. de (1982). *O Espírito das Leis*. (F. H. Cardoso, & L. M. Rodrigues, trads.). Brasília: Universidade de Brasília.
- Moreira, A. (2009). *A Circunstância do Estado Exíguo*. Lisboa: Diário de Bordo.
- Moreira, A. (2010). *Teoria das Relações Internacionais* (6ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Moreira, C. D. (1994). *Planeamento e Estratégia de Investigação Social*. Lisboa: ISCSP.
- Moreira, C. D. (2007). *Teorias e Práticas de Investigação*. Lisboa: ISCSP.
- Moreira, O. I. (2006). *Angola, Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural* (Vol. I). Lisboa: ISA Press.
- Paulino, C. (2011). Cidades de Menongue e do Lubango Ligadas por Vias-Férreas até Dezembro. *Jornal de Angola*, 33.

- Pavia, J. F. (2011). *A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional*. Lisboa: Quid Juris.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2011). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2011-Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos*. Washington D.C: Communications Development Incorporated, Washington D.
- Programa de Melhoria e aumento da Oferta de Serviços Sociais Básicos às Populações para o Biénio 2005/2006.
- Pushak, N., & Foster, V. (2011). *Angola's Infrastructure: A Continental Perspective*. Washington, DC: AICD.
- Redinha, J. (1976). *Etnias e Culturas de Angola*.
- Redinha, J. (2009). *Etnias e Culturas de Angola*. Luanda: Associação das Universidades de Língua Portuguesa.
- Reis, L. d. (2000). *Estratégia Empresarial - Análise, Formulação e Implementação*. Lisboa: Presença.
- Revista África 21. (Novembro de 2011). Incentivo à Investigação Científica em Angola. *África 21: Informação, Economia e Análise*, p. 11.
- Ribeiro, A. S. (2009). *Teoria Geral da Estratégia: O essencial ao processo estratégico*. Lisboa: Almedina.
- Ribeiro, A. S. (2007). *Elaboração da estratégia de defesa Militar: Contributos para um Novo Modelo*. Lisboa. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais na Especialidade de Ciência Política: ISCSP
- Ribeiro, A. S. (Dezembro de 2010). Apontamentos da Unidade Curricular da Avaliação do Potencial Estratégico. *Aulas*. Lisboa, Portugal.
- Ribeiro, M. d. (1998). *A Organização das Nações Unidas*. Coimbra: Almedina.
- Rita, E., & Vieira, C. (2008). *Angola: Missão Empresarial, Províncias de Luanda, Benguela e Huambo*. Lisboa: Gabinete de Relações Exteriores.
- Rocha, C. A. (2009). *Relatório Económico Anual 2008*. Luanda: Universidade Católica de Angola.
- Rocha, M. J. (2000). *Por Onde Vai a Economia Angolana?* Luanda: Executive Center e Luanda Antena Comercial.

- _____, M. J. (2010). *Dificuldades e Assimetrias Regionais em Angola - Os Fatores de Competitividade Territorial*. Luanda, Angola.
- Santos, A. J. (2008). *Gestão Estratégica: Conceitos, modelos e instrumentos*. Lisboa: Escolar.
- Setas, F., & Júnior, L. B. (2010). *Projecção da População do País por Províncias e Grupos Quinquenais de Idade para o Período 1985-2010. Boletim Demográfico N^o 9*. Luanda: INE.
- Sousa, A. R. (2004). *Da Teoria da Relatividade Económica Aplicada à Economia Internacional e às Políticas de Cooperação*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- The International Institute for Strategic Studies*. (2007). *The Military Balance 2007*. London: Routledge.
- The World Bank*. (2011). *The Little Data Book on Africa*. USA: The International Bank.
- Trindade, A. J. (2000). *O Fenómeno Urbano na África Subsaariana- O Caso de Luanda*. Lisboa: ISCSP.
- Tzu, S. (2007). *A Arte da Guerra*. (C. d. Bastos, trad.) São Paulo: DPL Editora.
- Van-Dúnem, A., & al. (2008). *HISTÓRIA do MPLA: 1^o Volume (1940-1966)*. Luanda: CDIH-Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA.
- Vinyals, L. (2002). *O Financiamento Público dos Sectores Sociais em Angola*. Cascais: Principia.
- Wheeler, D., & Péliissier, R. (2009). *História de Angola*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Zippelius, R. (1997). *Teoria Geral do Estado* (3^a ed.). (K.P.-A. Coutinho, trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Fonte Eletrónica

African Economic Outlook. (2011). Perspectiva Económica na África. Obtido em 7 de Setembro de 2011, de African Economic Outlook: <http://www.africaneconomicoutlook.org/po/countries/southern-africa/angola/>

Angonotícias. (15 de Março de 2011). *Militares Angolanos Formados Contra o Terrorismo*. Obtido em 5 de Fevereiro de 2012, de Angonotícias <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/29379>

Banco Espírito Santo. (26 de Novembro de 2010). Angola: 2º Semestre 2010. Obtido em 1 de Fevereiro de 2012, de Espirito Santo Research: <http://www.bes.pt/SiteBES/cms.aspx?plg=3f19dbaa-3d1c-4843-8cdo-d16b3e252812>

Banco Nacional de Angola. (07 de 01 de 2012). Produto Interno Bruto. Obtido em 15 de 03 de 2012, de Banco Nacional de Angola: <http://www.bna.ao/uploads/%7Bc2eedbc4-e302-4c00-a1fb-847a3820bf4a%7D.pdf>

Banco Nacional de Angola. (13 de 12 de 2011). Relatório de Contas Anuais- Relatórios e Contas de 2010. Obtido em 14 de Abril de 2012, de Banco Nacional de Angola: <http://www.bna.ao/uploads/%7B58ba8587-d91b-47de-be21-ab0f9fc580a5%7D.pdf>

Casa Civil do Presidente da República de Angola. (Abril de 2011). Relatório do Executivo. Obtido em 18 de Dezembro de 2011, de Portal da Casa Civil do Presidente da República de Angola: <http://www.casacivilpr.com/pt/documentos/bb1e2f0dcda5e3f8a7db9a8b682f48dd93ae413d.pdf>

Central Intelligence Agency. (16 de Agosto de 2011). *The World Factbook*. Obtido em 19 de Agosto de 2011, de Central Intelligence Agency – Africa - Angola: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ao.html#top>

Colégio São Francisco. (1999). Geografia de Angola. Obtido em 23 de Julho de 2011, de Portal São Francisco: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/angola/geografia-de-angola.php>

Consulado Geral de Angola em Houston-Texas. (2009). Missões Diplomáticas Angolanas no Mundo. Obtido em 23 de Fevereiro de 2012, de consulado: <http://www.angolaconsulate-tx.org/pt/missoes-diplomaticas.html>

CPLP. (2010). Acordos Intra CPLP. Obtido em 29 de Fevereiro de 2012, de CPLP: <http://www.cplp.org/id-391.aspx>

Cruz, F. d. (2010). Energia e Recursos Energéticos. Obtido em 12 de Dezembro de 2011, de IPRI: http://www.ipri.pt/publicacoes/working_paper/pdf/9-FdC.pdf

Deutsche Welle. (9 de julho de 2012). *Angola: Eleições em Angola de 2012*. Obtido em 11 de julho de 2012, de DW: <http://www.dw.de/dw/article/0,,16070052,00.html>

Faria, Caroline. (2008). Acidentes Geográficos. Obtido em 26 de Junho de 2011, de Infoescola: <http://www.infoescola.com/geografia/acidentes-geograficos/>

Ferreira, M. E. (Junho de 2005). Realeconomie e Realpolitik nos Recursos Naturais em Angola. Obtido em 13 de Dezembro de 2011, de Petróleo e o Poder: <http://www.adelinotorres.com/africa/M%20Ennes%20Ferreira-Realeconomie%20e%20Realpolitik%20nos%20Recursos%20Naturais%20de%20Angola.pdf>

Força Aérea Portuguesa. (2009). Centro de Treinamento e Sobrevivência da Força Aérea - Montijo. Obtido em 2011, de Força Aérea Portuguesa: <http://www.emfa.pt/www/unidadedetalhe.php?lang=pt&cod=1C700>

Gonçalves, J. (01 de 10 de 2010). *Questões sobre a história económica de Angola, da fundação de Luanda ao começo do ultracolonialismo*. Obtido em 15 de Março de 2012, de Centro de Estudios Internacionales para el Desarrollo: http://www.ceid.edu.ar/biblioteca/2010/jonuel_goncalves_angola_da_fundacao_de_lluanda.pdf

Instituto do Desenvolvimento Florestal. (2008). Instituto do Desenvolvimento Florestal. Obtido em 15 de Fevereiro de 2012, de winne: World investimento news: <http://www.winne.com/ssa/angola/reports/2008/cp/idf/index.php>

Instituto Nacional de Segurança Social. (2008). Segurança Social Obrigatória. Obtido em 5 de Fevereiro de 2012, de Instituto Nacional de Segurança Social: <http://www.inss.gv.ao/portal/Contactos.php>

International Monetary Fund. (3 de Novembro de 2009). Angola: Letter of Intent, Memorandum of Economic and Financial Policies, and Technical Memorandum of Understanding. Obtido em 7 de Setembro de 2011, de International Monetary Fund: <http://www.imf.org/external/np/loi/2009/ago/110309.pdf>

Jornal de Angola Online. (9 de Fevereiro de 2012.). A Diplomacia Angolana na União Africana. Obtido em 8 de Março de 2012, de Jornal de Angola: http://jornaldeangola.sapo.ao/19/46/a_diplomacia_angolana_na_uniao_africana

Maltez, J. A. (2007). Escola de Ciência Política. Obtido em 3 de Março de 2012, de Farol Político: <http://farolpolitico.blogspot.pt/2006/12/totalitarismo.html>.

Martin, S. (2010). The African Development Bank Group in Southern Africa- Fostering Growth and Integration. Obtido em 17 de Agosto de 2011, de African Development Bank Group: <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/RAP%20ORSA%202010%20ANG.pdf>

Martin, S. (2011). African Development Bank Group. Obtido em 17 de Julho de 2011, de African Development Bank: <http://www.afdb.org/en/countries/southern-africa/angola/#>

MIAF. (24 de Junho de 2011). Estados Unidos apoiam Angola no combate à malária. Obtido em 1 de Março de 2012, de Missão para o interior da África: <http://www.moaf.org.br/noticias.asp?idnoticia=240&nome=estados-unidos-apoiam-angola-no-combate-%C3%AO-mal%C3%A1ria>

Miguel, J. P. (12 de 12 de 2011). *Global Economic Outlook 2012*. Obtido em 29 de 01 de 2012, de Espirito Santp Research: <http://www.bes.pt/SiteBES/cms.aspx?plg=3b27d2ed-0b21-470a-913d-a1101d9cb889>

Ministério da Comunicação Social. (2009). Projeto de Lei do Concelho Nacional de Comunicação Social. Obtido em 18 de Janeiro de 2012, de Jornal de Angola online: <http://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/content/pdf/pacote-legislativo/projecto-de-lei-do-cnccs.pdf>

Ministério da Defesa Nacional. (2011). Ministério da Defesa de Angola. Obtido em 12 de Dezembro de 2011, de minden.gov.ao: <http://www.minden.gov.ao/busca.aspx>

Ministério da Economia. (2011). Ministério da Economia. Obtido em 22 de Fevereiro de 2012, de Minec.gov.ao: <http://www.minec.gov.ao/Institucionais/Organigrama.aspx>

Ministério do Interior. (7 de Setembro de 2010). minint.gov.ao. Obtido em 19 de Janeiro de 2012, de Ministério do Interior: <http://www.minint.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=10353>

Ministério da Saúde. (17 de 10 de 2011). Política Nacional de Saúde. Obtido em 29 de 03 de 2012, de Minsa.gov.ao: <http://www.minsa.gov.ao/VerLegislacao.aspx?id=452>

Mirex. (2002). República de Angola. Obtido em 15 de Julho de 2011, de Ministério das Relações Exteriores: <http://www.mirex.gv.ao/sadc/informacaogeral.htm>

Nações Unidas. (12 de Janeiro de 2012). Discursos Oficiais do Presidente da República de Angola. Obtido em 8 de Março de 2012, de Angola: Missão Permanente Junto do Ofício das Nações Unidas das Organizações Internacionais e das Agências Especializadas em Genebra: http://www.mission-angola.ch/discursos/pt/20120112_presidente_pt.pdf

Odisseia Virtual Lda. (2010). Obtido em 19 de Agosto de 2011, de Angola Global: <http://www.angolaglobal.net/noticias-sobre-angola/Segunda-fase-de-ampliacao-da-barragem-de-Cambambe-Angola-tera-inicio-em-Janeiro-de-2011/1007>

Ordem dos Advogados de Angola. (2011). Projeto do Código Penal – Em Debate no País. Obtido em 3 de Março de 2012, de Ordem dos Advogados: <http://www.oaang.org/content/projecto-do-codigo-penal-em-debate-no-pais>

Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. (2009). Atlas dos Municípios de Angola. Obtido em 23 de Outubro de 2011, de Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação: http://dwms.fao.org/atlases/angola/index_pt.htm

Página Oficial da República de Angola. (s.d.). Obtido em 18 de Outubro de 2011, de Visite Angola: <http://visiteangola.com/recursosminerais.htm>

Peninsula Press. (2009). *Angola: Do You Recognize This Nation?* Obtido em 03 de 03 de 2012, de Foreign Policy: http://www.foreignpolicy.com/files/Angola_24pdf

Reporters Without Borders. (2011). Press Freedom Index 2011-2012. Obtido em 22 de Março de 2012, de Reporters Without Borders: <http://en.rsf.org/press-freedom-index-2011-2012,1043.html>

Rodrigues, M. d. (2009). Seitas religiosas em Angola. Obtido em 29 de Março de 2012, de Monografia.com: www.monografia.com/trabalho3/as_-seitas-em-Angola/as-seitas-religiosas-em-Angola2.shtml

Rodrigues, P. W. (2007). Metodologia Científica. Obtido em 16 de Fevereiro de 2011, de Unesp: http://www4.fct.unesp.br/docentes/educ/alberto/page_download/METODOLOGIA/metodologia_cientifica.pdf

Samba, D. E. (2002). World Health Organization. Obtido em 18 de Agosto de 2011, de WHO COUNTRY COOPERATION STRATEGY-ANGOLA-2002-2005: http://www.who.int/countryfocus/cooperation_strategy/ccs_ago_en.pdf

Santos, D. d. (17 de Agosto de 2011). *Angola Vai ter Sistemas de Alerta Contra Calamidades Naturais*, Obtido em 15 Março de 2012, de Jornal de Angola online: http://jornaldeangola.sapo.ao/18/0/angola_vai_ter_sistema_de_alerta_contra_as_calamidades_naturais

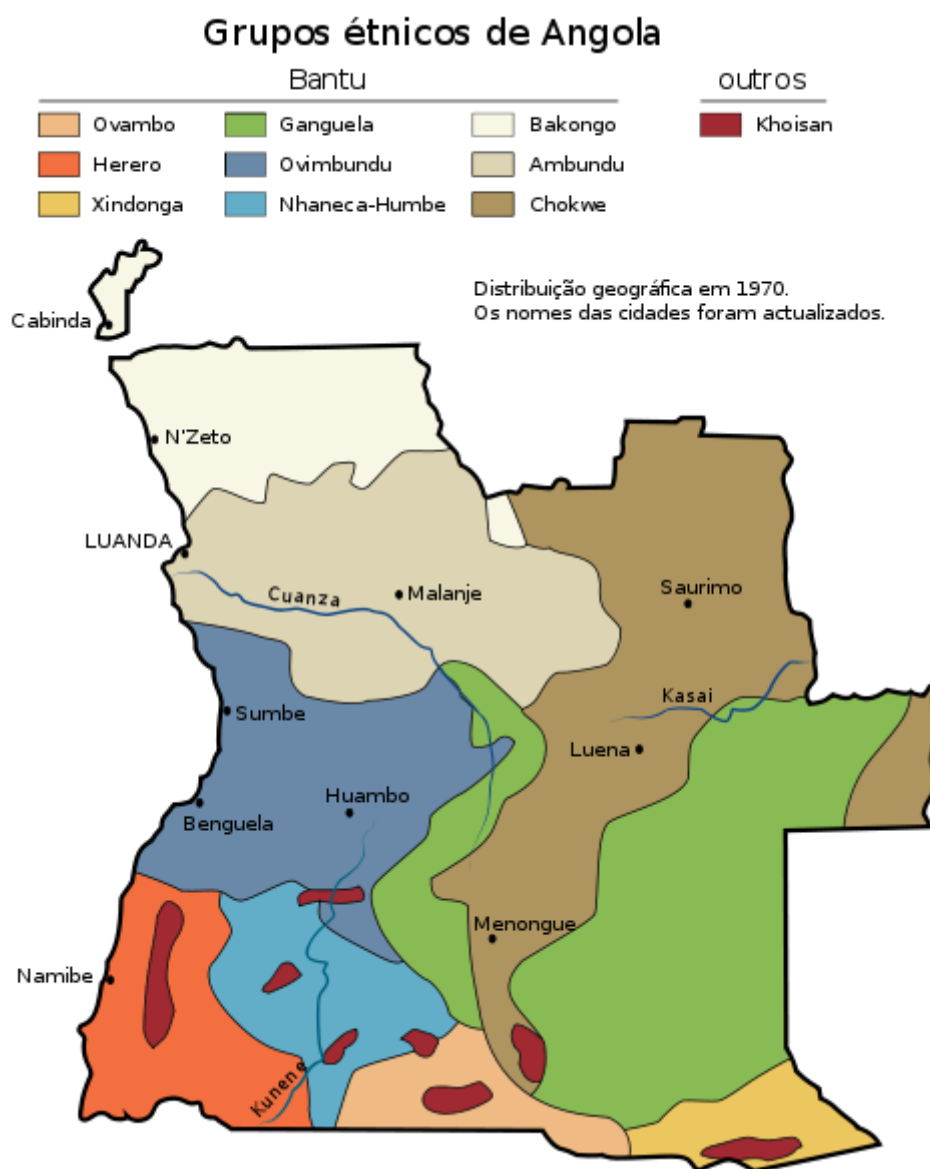
UNITA. (2010). Princípio Pragmático. Obtido em 12 de Novembro de 2011, de UNITAANGOLA Portal Oficial da UNITA: http://www.unitaangola.org/WD150AWP/WD150Awp.exe/CTX_4728-7-InFKMCIIAw/Tableorgao1/SYNC_-1900857625

Vieira, G. d. (18 de Junho de 2009). Relacionamento da Instituição Militar com o Poder Político e a Sociedade. Obtido em 12 de Fevereiro de 2012, de Revista Militar: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=400>

Xinguila. (28 de Maio de 2006). Donde Vem o Nome "Angola"? Obtido em 3 de Setembro de 2011, de Introdução ao Estudo da História de Angola: <http://introestudohistangola.blogspot.com/2006/05/31-donde-vem-o-nome-angola.html>

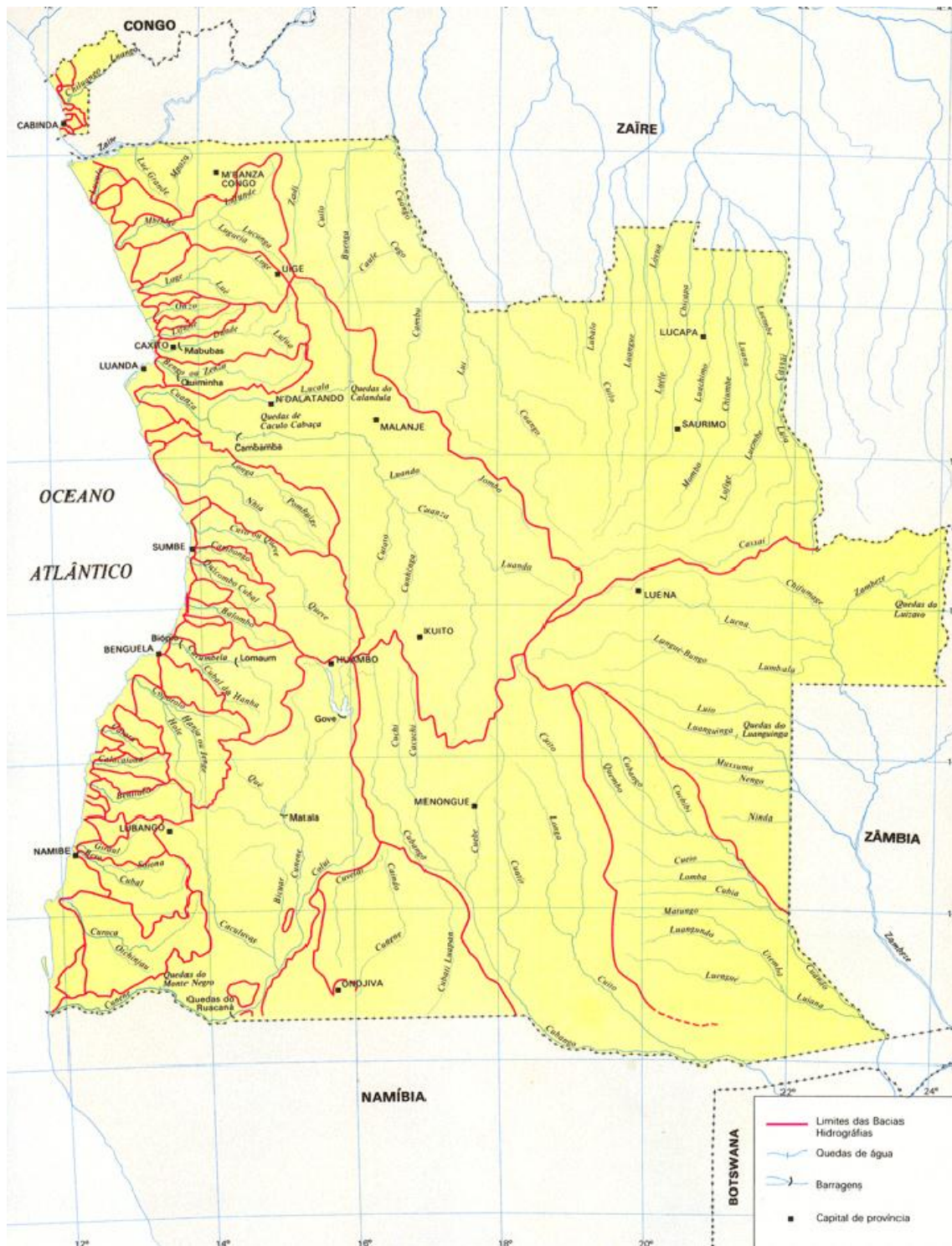
ANEXOS

Mapa 1. Grupos Étnicos de Angola



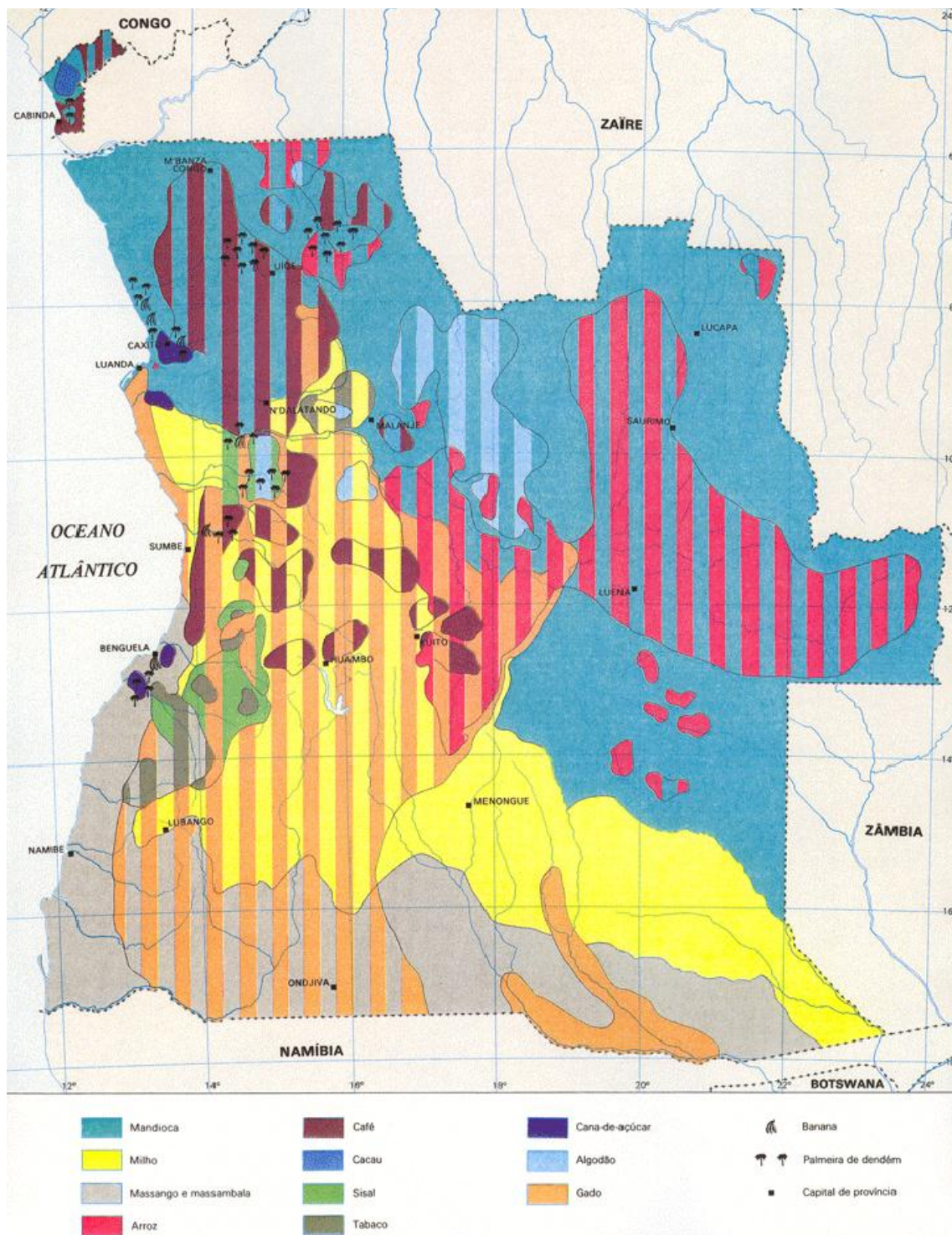
Fonte: wikipédia http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Angola_Ethnic_map_1970-pt.svg

Mapa 3. Mapa das Bacias Hidrográficas



Fonte: http://www.info-angola.ao/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=615&Itemid=1116

Mapa 4. Mapa das Especiarias Agrícolas por Regiões



Fonte: http://www.info-angola.ao/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=615&Itemid=111